

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

Entre o trabalho e a assistência.

Trajetórias e redes sociais de pessoas em situação de
pobreza e vulnerabilidade em Guapimirim (RJ)

Fabricao Henrique Omelczuk Walter

2012



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

***ENTRE O TRABALHO E A ASSISTÊNCIA*
TRAJETÓRIAS E REDES SOCIAIS DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE
POBREZA E VULNERABILIDADE EM GUAPIMIRIM (RJ)**

FABRICIO HENRIQUE OMELCZUK WALTER

Sob orientação da professora
Claudia Job Schmitt

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

**Rio de Janeiro, RJ
Agosto de 2012**

362.5098153
O55e
T

Omelczuk Walter, Fabricio Henrique

Entre o trabalho e a assistência. Trajetórias e redes sociais de pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade em Guapimirim (RJ) / Fabricio Henrique Omelczuk Walter, 2012.

137 f.

Orientadora: Claudia Job Schmitt

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 130-135.

1. Pobreza - Teses. 2. Trabalho – Teses. 3. Assistência – Teses. 4. Redes sociais – Teses. I. Schmitt, Claudia Job. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

FABRICIO HENRIQUE OMELCZUK WALTER

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM ----/----/----

Claudia Job Schmitt. (Dr.) CPDA/UFRRJ
(Orientadora)

Jorge Osvaldo Romano. (Dr.) CPDA/UFRRJ

Anete Brito Leal Ivo. (Dr.) PPGCS/UFBA

AGRADECIMENTOS

Confesso que em vários momentos ao longo desta dissertação não pensava em outra coisa que não fosse escrever os agradecimentos, afinal, sempre tive um gosto incomum por agradecimentos e dedicatórias que abrem trabalhos e publicações. Pensava em como compor um texto engraçado que recordasse relações passadas e presentes que contribuíram de diversas formas para que chegasse neste ponto. Posteriormente só pensava em encontrar um caminho possível para costurar uma colcha de retalhos que pudesse ser compreendida.

Já tinha desistido dos agradecimentos e planejava o tempo livre pós-dissertação para visitar as pessoas que me foram fundamentais ao longo desses dois anos e meio, para dizer isso a elas, quando me lembraram que eu não podia deixar de mencionar algumas “pessoas” que não podem ser exatamente visitadas. Foi quando voltei a pensar nos agradecimentos.

De imediato lembro das diversas pessoas que encontrei e/ou entrevistei ao longo do trabalho de campo em Guapimirim. Pessoas que moldaram o estudo de tal forma que chamá-las de objetos de pesquisa não condiz com suas reais condições de sujeitos da pesquisa. Desde as agentes da SAPS e CRAS, passando por outros mediadores, até chegar às pessoas que vivenciam processos de empobrecimento. A todas elas direciono meu primeiro e mais caloroso agradecimento, porque a pesquisa só pôde existir através delas.

Não posso deixar de agradecer ao CNPq, pelo financiamento ao longo de dois anos na forma de bolsa de estudo, desde meu ingresso no curso de mestrado do CPDA.

Por falar em meu ingresso no CPDA, algumas pessoas foram essenciais. Agradeço ao professor Marcos Otávio Bezerra, meu orientador na época da graduação na UFF e que possibilitou-me importante aprendizado através de uma bolsa de iniciação científica. Hoje reconheço o quão valiosa foi aquela experiência, que resultou em minha monografia de graduação, desdobrando-se no projeto de mestrado que submeti a seleção do CPDA.

Seleção do CPDA da qual só acabei efetivamente participando por que Siclinda Omelczuk, minha mãe, indignou-se com minha desistência inicial diante das questões da prova, que me fizeram esconder-se debaixo dos lençóis. Se não bastasse todo o apoio incondicional que vem me fornecendo ao longo da vida, ainda teve essa “pequena” participação neste processo todo.

Para meu ingresso no CPDA ainda concorreram grandes amigo(a)s feitos na época de graduação da UFF e que seguiam para o CPDA, trazendo de lá informações valiosas para quem, recém-graduado como eu, buscava “se orientar”, ouvindo, entre milhões de coisas, Gil, dizendo: “determine rapaz...onde vai ser seu curso de pós-graduação”. Mas o papel determinante para minha opção pelo CPDA coube a Roberta Brandão Novaes, que acabara de concluir o mestrado nele. Sua importância ainda se estendeu para minha vida como um todo, ao longo do tempo em que estivemos juntos.

Já no CPDA, tenho que agradecer aos funcionários do instituto, às pessoas que tornam possível todas as atividades que lá ocorrem. Ao Henrique e à Tereza, à Sílvia e ao Alan, agradeço em nome de todos os demais.

Se eu precisei de um puxão de orelhas para encarar a seleção do CPDA, após iniciar o curso de mestrado meus dilemas só aumentavam, a ponto de pensar em seguir ou não em frente. Hoje estou seguro que não teria continuado se não fosse por conta da minha orientadora, Claudia Job Schmitt. Tenho para mim que foi sua capacidade de perceber esses dilemas e manobrar as orientações para que também ajudassem nesse sentido, sentido da vida, emocional, que me impediram de abandonar o navio quando fez a primeira água. Como se

não fosse o bastante, ainda transformava cada reunião de orientação numa caminhada repleta de trilhas que se ofereciam para serem pisadas, levando às mais distintas direções e ainda assim guardando conexões entre si. Muito obrigado por tudo Claudia!

Lembro da nossa turma do mestrado, dos encontros e desencontros (confesso ter contribuído para muitos deles) que tivemos. Já fico saudosos de nossas conversas e debates, além da companhia do Juliano, Gerardo, Bernardo, Mário, Bruno, Fernando e Miguel. Da Camila, Léa, Laila, Bianca, Clarisse, Taís e Rosana. Espero conservar este amor e carinho por todos e recordá-lo em futuros encontros.

Decidi fazer o trabalho de campo em Guapimirim porque imaginava significativas vantagens no fato de poder morar na cidade a ser pesquisada. Só não imaginava a amizade que construiria com Ricardo Oliva e Monique Tolardo, que são muito mais que vizinhos ou simples amigos. Com eles contraí uma dívida impagável. Pude aprimorar minha curiosidade pela natureza e seus processos cotidianos, ao mesmo tempo em que aprimorava nosso companheirismo e solidariedade. Entre um jantar e outro, um papo cabeça e um papo furado, uma cerveja ou um vinho, cada um desses elementos dava início a um ciclo que não tem fim. Espero que siga sendo assim.

O curso de mestrado e minha vida em Guapimirim acabaram me afastando de muitas pessoas queridas e importantes, principalmente neste ano de 2012, tantas que não há como nomeá-las aqui. Lembro quando em junho, depois de ter aniversariado, encontrei meu primo Tiago e desejei-lhe um feliz ano novo. Além do meu primo, Felipe “Queixinho”, Vitor “Mosquito”, Dario “Olhota”, Carlos “Russo”, Henrique Picallo, Alexandre Rabelo, Manoel Novaes e Tiago “Napa”, são pessoas que carrego como preciosas chaves, cada uma capaz de despertar em mim sentimentos verdadeiramente humanos.

Um agradecimento especial vai para os amigos de ontem, hoje e sempre, que estiveram, estão e estarão envolvidos em torno do Lukacs F.C., este coletivo anárquico e dinâmico que segue se refazendo e nos fazendo. Eu provavelmente teria enlouquecido se não tivesse as doses necessárias de Lukacs F.C. nos momentos mais desesperadores.

Nessa história de acabar se afastando das pessoas queridas, muitas delas são meus familiares mais próximos. Pais, irmãs, tios, padrinhos, avós, primos... não há como mencionar todos, e lembro dos momentos com cada um de vocês na esperança de nos encontrarmos o mais breve possível para tirarmos o atraso. Considerem-se lembrados por atacado.

Quase por fim, agradeço novamente à minha mãe, Siclinda, pelo apoio incondicional ao longo dos caminhos duvidosos que escolhi seguir, e ao meu pai, Adirson Walter, por sua preocupação incondicional quanto a esses caminhos, caminhos para lugar nenhum, sempre trazendo a solução em mais um edital de concurso para o TJ, TRE, T sei lá o que, isso quando não era a Marinha do Brasil, que esperava ansiosa por corrigir meus desvios de caráter. Brincadeiras à parte, apenas olhar esses editais ajudou-me e muito a seguir firme com o que estava fazendo, reforçando a certeza de que valiam a pena as incertezas provenientes do ato contínuo de refletir e tentar compreender processos sociais.

Agradeço à minhas irmãs, Fernanda e Clarissa, por fazerem da minha vida uma constante surpresa, e espero ansioso pela próxima ligação de telefone em que serei surpreendido por uma *québécois* do outro lado da linha, ou escondida atrás da porta.

Por fim, prazerosamente recordo e agradeço à Rúbia Mércia por todas as experiências já vividas juntos, e fico radiante só de pensar nas que ainda vamos juntos viver.

RESUMO

OMELCZUK WALTER, Fabricio Henrique. **Entre o trabalho e a assistência. Trajetórias e redes sociais de pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade em Guapimirim (RJ).** 2012. 137 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2012.

O estudo busca compreender as diferentes formas através das quais pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade social vivenciam processos de empobrecimento, lançando mão de diferentes estratégias e transitando, de distintas maneiras, entre o trabalho e a assistência. Utilizando-se da noção de rede social como ferramenta teórico-metodológica, o trabalho buscou reconstituir as trajetórias sociais dos indivíduos e seus campos de relações, através da utilização de entrevistas semi-estruturadas e de um tratamento etnográfico dos encontros com os sujeitos da pesquisa. As questões a partir das quais se estruturou a investigação remetem, de um lado, ao *lugar* da assistência na superação da pobreza e, de outro, ao modo como esses indivíduos vivenciam sua posição no mundo do trabalho e no tecido relacional. O trabalho de campo foi realizado no município de Guapimirim-RJ, localizado na Baixada Fluminense. Optamos por explorar três configurações de redes identificadas no decorrer da pesquisa. A primeira conta com relações significativas em torno da assistência social; a segunda se organiza em função do trabalho como catador no aterro sanitário municipal; a terceira responde pela vinculação à associação de pequenos produtores rurais e/ou à unidades de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável. Embora os processos de empobrecimento dos sujeitos apresentem, até certo ponto, características semelhantes, com destaque para a origem rural de suas trajetórias, acabam gerando situações de pobreza e vulnerabilidade heterogêneas. A reflexão sobre esse aspecto acabou norteando a investigação, lançando luz sobre as redes sociais dos indivíduos e a *marca* deixada por interdependências passadas e presentes. Outra questão-chave esteve ligada à constatação de que as configurações de rede analisadas proporcionam maior ou menor potencial de empoderamento das pessoas, à medida que as inter-relações presentes consideram e permitem atualizar, de formas distintas, as experiências adquiridas em períodos anteriores.

Palavras-chave: pobreza; vulnerabilidade; trabalho; assistência; trajetórias; redes sociais

Abstract

OMELCZUK WALTER, Fabricio Henrique. Between work and social assistance. Trajectories and social networks among people under poverty and vulnerability in Guapimirim (RJ).

This study seeks to understand the different forms through which people under poverty and vulnerability experience processes of impoverishment, mobilizing different strategies and circulating, in different ways, between work and assistance. Using the notion of social network as a theoretical and methodological tool, the work aimed to rebuild the social trajectories of these individuals and their fields of relations, by using semi-structured interviews and the ethnographic reconstitution of the encounters with research subjects. The research questions that structured the investigation lead, on the one hand, to the place of assistance in the overcoming of poverty and, on the other hand, to the different manners through which these individuals experience their position in the world and in the relational fabric. Field work was conducted in the municipality of Guapimirim-RJ, located in the Baixada Fluminense. We chose to explore three network configurations identified in the process of research. The first of them contemplates significant relations involving social assistance; the second is organized around the collection of recyclable materials in the local landfill; the third is based on the involvement with a local association of smallholders and the implementation of Agroecological Integration and Sustainable Production Units. Even though the impoverishment processes present similar characteristics, highlighting the rural origins of people's trajectories, they end up generating heterogeneous poverty and social vulnerability conditions. This finding helped to guide the investigation, shedding light to individuals networks and the scars left by past and present interdependencies. Another key-question that emerged in the process of research relates to the assessment that different network configurations have different effects in people's empowerment as present interrelations consider and actualize, in distinct manners, previous experiences.

Key Words: poverty; vulnerability; work; social assistance; trajectories; social networks.

*Ao “amigão” João Gabriel,
cuja alegria e felicidade
em seu primeiro banho
nas águas geladas
do rio Iconha,
me fez amanhecer
trocando as lágrimas
pelo sorriso...
como o dele.*

SIGLÁRIO

ABIO- Associação de Agricultores Biológicos
AFOJO- Associação de Pequenos Produtores Rurais e Amigos do Fojo
BANRISUL – Banco do Estado do Rio Grande do Sul
BPC - Benefício de Prestação Continuada
BSM - Brasil Sem Miséria
CADÚNICO- Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CADEG- Centro de Abastecimento do Estado da Guanabara
CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
CRAS- Centro de Referência de Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializada de Assistência Social
COMPERJ- Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
EMATER- Empresa de Assistência Técnica Rural
FHC – Fernando Henrique Cardoso
GF- Governo Federal
IBAMA – Instituto brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBE- Instituto Beneficente Ebenézer
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCA – Instituto Nacional de Câncer
INSS- Instituto Nacional de Seguridade Social
IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPPUR- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário
NIS - Número de Inscrição Social
NOB- Norma Operacional Básica
PAIF - Programa de Atenção Integral à Família
PAIS- Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
PARNASO - Parque Nacional da Serra dos Órgãos
PETI- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PBF- Programa Bolsa Família
PNAD-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS- Política Nacional de Assistência Social
PGRM- Programa Garantia de Renda Mínima
PT – Partido dos Trabalhadores
PTR – Programas de Transferência de Renda
RMI – *Revenu Minimum d'insertion*
SAPS- Secretaria de Ação e Promoção Social
SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SM- Salário Mínimo
SPG- Sistema Participativo de Garantia
SUS- Sistema Único de Saúde
SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo I– O universo pesquisado: o município, os casos de pobreza e vulnerabilidade e as práticas de assistência	29
1.1. Guapimirim	29
1.2. Os casos de pobreza e vulnerabilidade	33
1.3. “Caixão tem de graça!”. As práticas de assistência municipal	38
1.3.1. O CRAS I	39
1.3.2. O CRAS III	42
1.3.3. O CRAS II	45
1.4. A assistência social para além dos CRAS.....	47
1.5. A concepção das agentes da SAPS	49
Capítulo II – Redes, processos de empobrecimento e as assistidas: causas e efeitos do relacionamento com as práticas de assistência	53
2.1. As redes e os processos de empobrecimento	53
2.2. Assistidas	60
2.2.1. Assistidas pelas hortas	61
2.2.2. Assistidas procuram	65
2.2.3. Assistidas pelo PBF	70
2.2.4. Assistidas gestantes	75
Capítulo III– Novos capítulos de história lenta: o mercado de trabalho e o aterro sanitário	82
3.1. Breves considerações sobre o mercado de trabalho no Brasil	82
3.2. O mercado de trabalho local	83
3.3. No caminho do lixo	86
3.4. Novos capítulos de história lenta	95
Capítulo IV– Do desemprego “orgânico” à agricultura orgânica: a AFOJO e o acesso às unidades PAIS	99
4.1. No caminho da roça: a origem da AFOJO	100
4.2. A AFOJO a partir dos Associados	104
4.3. Os produtores e o acesso às unidades PAIS	108
Conclusão	121
Referências Bibliográficas.....	130
Anexos.....	136
Anexo I.....	136
Anexo II	137

“Não tenho dúvida. O troféu das Ciências Sociais ficaria muito bem nas mãos de Catalina Álvarez-Insúa. Ela definiu a pobreza melhor do que ninguém:

- *Pobres são os que têm a porta fechada.*

Aplicando-se o critério dela, impõe-se uma correção dos cálculos: os pobres do mundo são muito mais numerosos do que os confessados pelas estatísticas.

Catalina tem três anos de idade. A melhor idade para olhar o mundo, e ver.”
(Galeano, Eduardo. *O teatro do bem e do mal*. Porto Alegre, L&PM, 2006. p.62)

INTRODUÇÃO

Debater a pobreza e a vulnerabilidade social está longe de ser uma prática restrita à contemporaneidade, ainda que atualmente as discussões e ações sobre o tema venham ocupando mais espaço e que esses termos tenham adquirido novos e mais amplos significados. Embora as condições hoje identificadas como pobreza sejam distintas de outras épocas, pois se fala na *nova pobreza*¹ e na *desfiliação*², herdamos uma longa discussão sobre o assunto que remete ao próprio surgimento da Sociologia e ao desafio de *fazer sociedade*. A necessidade de gerir uma massa de indivíduos *pauperizados* pelas relações contratuais de trabalho, somados aos que ficaram à margem dessas relações que emergiram em grande escala com o advento da Revolução Industrial, como os antigos *vagabundos e desocupados*, remonta às origens do capitalismo industrial.

Diante da contradição cada vez mais evidente de uma organização social que progredia tecnologicamente, produzia e acumulava riquezas sem precedentes, enquanto submetia grande parcela dos indivíduos a condições de extrema pobreza, fazendo crescer as desigualdades socioeconômicas, os novos Estados nacionais debruçaram-se sobre o problema da pobreza a fim de conservar uma coesão minimamente necessária para permitir a continuidade daquele novo “organismo social”. É nesse contexto que se vislumbra a “questão social como uma grande *invenção social* da modernidade, na qual a criação das modernas instituições sociais esteve diretamente imbricada com a ambição sociológica” (Ivo, 2008: 23).

A questão recebeu o complemento “social” pela primeira vez nos anos 1830, refletindo o processo de conscientização das condições de existência a que estava submetida a população no contexto da Revolução Industrial. As reações da classe trabalhadora ao *pauperismo* foram percebidas como “uma ameaça à ordem política e moral, ou mais energicamente ainda: é preciso encontrar um remédio eficaz para a chaga do pauperismo ou preparar-se para a desordem do mundo” (Castel, 2010: 30).

Ao longo do tempo, a questão social foi pensada, gerida e encarada de diversas formas, através de distintas correntes e orientações políticas e filosóficas, que procuravam amenizar, controlar ou extinguir a pobreza e a desigualdade crescentes nas sociedades urbano industriais europeias do século XVIII e XIX (principalmente Inglaterra e França). De maneira geral, a adoção de medidas voltadas para a questão social incorporou parte da crítica feita à sociedade capitalista pelos socialistas, no intuito de permitir a continuidade e fluidez da nova ordem social, criando mediações entre capital e trabalho, fazendo com que o Estado nacional

¹ “Esse fenômeno remete a uma série de evoluções simultâneas, que se referem em particular à degradação do mercado de trabalho, com a multiplicação dos empregos instáveis e o grande aumento do desemprego prolongado, como também ao enfraquecimento dos vínculos sociais, cujos principais sintomas são o crescimento do número de separações conjugais e o declínio da solidariedade de classe e de proximidade” (Paugam, 2003: 31). É fundamental atentarmos para o fato de que Paugam trata da realidade francesa, e considerarmos as diferenças entre o contexto europeu e a trajetória latino americana. “En este sentido, se puede decir que la polémica noción de exclusión social, y la no menos polémica noción estructural de marginalidad, describen las restricciones de la demanda de mano de obra que presenta el mercado de trabajo urbano, que en el caso latinoamericano ya existían en la década de los sesenta y que se han agudizado hoy, y que en las sociedades desarrolladas, en cambio, se despliegan como consecuencia del debilitamiento de la sociedad salarial y del Estado de bienestar” (Ziccardi, 2008: 14).

² Para Castel (2010) a desfiliação se materializa ao final de um percurso onde se encontram o desligamento do mundo do trabalho (não trabalho) e relacional (isolamento).

ocupasse o papel central nessa contenda (Ivo, 2008).

Através do Estado, pobreza e desigualdade, produtos da sociedade capitalista, puderam ser gradualmente reguladas com o estabelecimento de fortes proteções às relações de trabalho, assim como a criação da propriedade social, que se contrapunha à propriedade privada, até então única garantia de recursos para uma situação futura. Nesse processo, a situação de *risco*, de *insegurança social* a que estavam submetidos cada vez mais pessoas, “aquela condição precária, condenada a viver ao Deus-dará(...). Ela tornou-se a condição salarial: a disposição de uma base de recursos e de garantias sobre a qual o trabalhador pode apoiar-se para controlar o presente e ter meios de planejar o futuro” (Castel, 2005: 33).

A forma como cada sociedade entende, age e reage ante sua questão social não é, portanto, a-histórica, mas sim resultado de um processo que vem “das forças sociais em luta (entre socialistas e liberais)” (Ivo, 2008: 55), sendo a política social vigente numa dada sociedade, num dado momento histórico, não o mero resultado de uma pretensa ação neutra do Estado na contenda, mas sim o reflexo de opções políticas e econômicas inseridas num campo muito mais amplo de debates e orientações.

Sendo assim, a política social nunca foi nem será algo fixo e imutável, mas sempre estará (ou deveria estar) em disputa, sendo pautada pelo equilíbrio de forças vigente em cada país. Diante disso, a questão social emerge como questão “nacional”, na medida em que as disputas se dão no interior de cada Estado-nação em função de demandas específicas ao seu processo histórico, obviamente que no cenário atual com fortes restrições impostas pela própria dinâmica do capitalismo contemporâneo.

No caso brasileiro, a pobreza e a questão social têm suas peculiaridades. A pobreza no Brasil não se restringe a uma fração ínfima da sociedade, ou a uma situação que havia sido regulada por um Estado de bem-estar, que se desmantela devido à adoção de medidas neoliberais nas últimas décadas do século XX, e que novamente requer a presença do Estado “bombeiro”, sempre convocado para apagar o incêndio quando este ameaça carbonizar até as estruturas do edifício (des)controlado pelo mercado.

No Brasil a pobreza constitui-se como um fenômeno de massa, estrutural, traduzida no fato de milhões de pessoas sobreviverem e se reproduzirem com base no mínimo para tal, em constante estado de necessidade (Ivo, 2008: 24). Isso num país cuja produção de riquezas o coloca entre as maiores economias do mundo, figurando, paradoxalmente, entre os países mais desiguais do globo. Junte-se a isso a normalidade do mercado de trabalho informal, que priva uma enorme parcela dos brasileiros do direito à proteção social ligada às relações de trabalho, submetendo-os a viver na insegurança social, e temos elementos centrais para a compreensão da questão social no país³.

No caso brasileiro, nem chegou a se generalizar o que Castel (2005 e 2010) define como *sociedade salarial*, se pensarmos na extensão da condição salarial protegida para a maioria de nossa população. As políticas sociais no Brasil tiveram início nos anos 1930, atreladas ao começo do desenvolvimento urbano industrial, com o objetivo de atender às necessidades da crescente classe operária. Desde então as políticas sociais se expandem, tendo seu auge nos anos 1970, na ditadura militar, servindo tanto para permitir a reprodução dos trabalhadores quanto para legitimação do regime autoritário (Silva, 2007).

Só que a proteção social organizada e executada pelo Estado atendeu apenas à parcela

³ “Apesar da recente recuperação da economia, o mercado de trabalho brasileiro exhibe ainda uma taxa de vulnerabilidade de 57% da população economicamente ativa no Brasil, definida pela ocupação não protegida” (Ivo, 2008: 30).

vinculada ao mercado formal de trabalho. A população vulnerável, situada fora deste sistema e sujeita a condições extremas de precariedade, permanece até os anos 1980 sendo objeto “de uma gestão filantrópica da pobreza, realizada predominantemente por instituições privadas que contavam com apoio de financiamento público” (Cardoso Jr e Jaccoud, 2005: 190).

Nos anos 1980 houve uma rearticulação política da sociedade brasileira, com a emergência de movimentos sociais, criação de novos partidos políticos e saída de outros da clandestinidade, reivindicando participação política e universalização dos direitos sociais. Este movimento irá repercutir na Constituição Federal de 1988, que institui a Seguridade Social, composta pelas Políticas de Saúde, Previdência e Assistência Social⁴.

O acúmulo de debates ao longo da redemocratização política, culminando na elaboração da Constituição em 1988, evidenciou que as ações adotadas até então pela sociedade brasileira para enfrentar sua questão social eram mais que insuficientes. Além dos limites da política previdenciária, reconheceu-se que a gestão da pobreza pela filantropia⁵ não bastava. Tornou-se visível também que a ideia do crescimento econômico como promotor por si só do desenvolvimento social, erradicando a pobreza no país, não refletia a realidade, vide o agravamento da questão social no Brasil nos anos “dourados” da economia nacional. Essas perspectivas não davam conta de “um fenômeno que passou a ser caracterizado no debate nacional como estrutural. Abria-se o terreno para que a pobreza passasse a ser focalizada como tema próprio e prioritário da ação social do Estado” (Cardoso Jr e Jaccoud, 2005: 192). No Brasil o combate à pobreza vem recebendo mais atenção e ação no século XXI, principalmente com a intervenção do Governo Federal em suas formas mais extremas, na tentativa de amenizar o problema no país. Pesquisas recentes vêm apontando uma redução nos índices de pobreza e desigualdade no país. Quanto à desigualdade, houve uma queda de 30% entre os anos de 2001 e 2008, uma vez que a renda média dos 20% mais ricos era 29 vezes superior a dos 20% mais pobres, no início do período, chegando em 2008 com uma disparidade de 19 vezes. Antes de comemorar, deve-se atentar para o fato de que a renda acumulada pelo 1% mais rico da população equivale à renda dos 45% mais pobres (IPEA, 2009).

Quanto ao índice de pobreza (renda *per capita* abaixo de ½ salário mínimo), houve uma redução de 43,4% para 28,8% entre os anos de 1995 e 2008, representando quase 13 milhões de pessoas a menos vivendo em condição de pobreza (IPEA, 2010). Se ampliarmos o ponto de corte para um salário mínimo, a população pobre no Brasil representa a maioria da população, já que 60,7% dos habitantes residiam em domicílios com renda *per capitamensal*

⁴ Já o debate sobre Programas de Transferência de Renda (PTR) no Brasil inicia-se em 1991, com a aprovação no Senado do projeto de lei do senador Eduardo Suplicy (PT), visando a criação do “Programa de Garantia de Renda Mínima–PGRM”. Silva (2007) define esse episódio como primeiro estágio do desenvolvimento dos PTR no país. Identifica, ainda, como um segundo momento, a articulação com a educação, também em 1991, visando romper o ciclo da pobreza com uma política compensatória (renda) somada a uma ação estruturante (educação). A terceira fase tem como marco, a implementação de PTRs em São Paulo e no Distrito Federal, em 1995, e depois em muitos outros municípios. Uma quarta etapa irá ocorrer no ano de 2001, no governo FHC, com a expansão de programas federais em nível nacional. O quinto e último estágio inicia-se em 2003, no primeiro governo Lula, com a criação do Programa Bolsa Família (PBF), a ampliação do público atendido e da verba destinada aos PTRs. Com a unificação dos PTR em nível federal, estadual e municipal, torna-se possível, segundo a autora, falar numa política nacional de transferência de renda que passa a constituir o eixo de proteção social no Brasil.

⁵ Quiroga (2008) recupera informações importantes sobre a trajetória do filantropismo e da caridade no Brasil, mostrando que desde o período colonial as organizações privadas e religiosas se incumbiram dessa “nobre” função, sempre mantendo relações muito próximas com o Estado.

abaixo do mínimo (IBGE, 2010).

É fundamental ressaltar que o avanço brasileiro no que se refere aos indicadores de pobreza e desigualdade não resulta apenas dos PTR, sendo uma decorrência, também, da recuperação do poder de compra dos salários e do aumento do gasto público com políticas sociais⁶, onde as transferências da Seguridade Social, como o Benefício de Prestação Continuada⁷ (BPC), por exemplo, passaram a ser feitas no valor do salário mínimo, que veio aumentando atrelado ao momento econômico favorável do país nos últimos anos, o que possibilitou a recuperação do mercado de trabalho.

Considerando o tamanho da pobreza e desigualdade no Brasil, assim como a “consolidação da Assistência Social como política pública (...) direito à proteção social, direito à seguridade social” (PNAS/2004: 13-15), que vem intensificando as ações e investimentos públicos dessa natureza para “corrigir” a questão, com destaque para o BPC e o PBF, o objetivo do nosso trabalho consistiu em compreender as diversas formas através das quais pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade vivenciam processos de empobrecimento, atentando principalmente para possíveis reconfigurações em suas redes de sociabilidade e campos de relações a partir do envolvimento com práticas de assistência.

A proteção social de cunho estatal vem se ampliando, incluindo as políticas de assistência social, que hoje se articulam nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), concentrando-se no combate à pobreza. Depois de enfrentar críticas e ataques iniciais aos PTR, a agenda social do Estado acabou consolidando o Programa Bolsa Família (PBF) como sua principal ação, no objetivo de “tornar residual o percentual dos que vivem abaixo da linha da pobreza” (MDS, 2011). Deparamo-nos hoje com o Estado brasileiro em seu auge enquanto elaborador, financiador e executor de ações de proteção social e combate à pobreza⁸.

Ainda que ações de transferência de renda para pessoas em situação de pobreza tenham ocorrido durante os dois governos FHC, é durante o governo Lula que essa modalidade de intervenção se organiza, se amplia e se expande, tendo o PBF sido apontado como carro-chefe da reeleição do presidente Lula, além de importante fator do índice recorde de aprovação atingido pelo petista (Bichir, 2010). A centralidade das ações de combate à pobreza segue com força máxima no governo Dilma, que se inicia com o lançamento do Plano Brasil Sem Miséria (BSM) e com a adoção do *slogan* “País rico é país sem pobreza”.

Diante desse cenário, iniciamos a pesquisa com um olhar marcado pela vinculação entre pobreza e assistência social, atentando para de que modo o enquadramento como parte do “público alvo das ações de combate à pobreza”, ou “público alvo das políticas de assistência social” repercutia nas condições de vida e sociabilidade das pessoas. Com o andamento da investigação, a própria pesquisa nos mostrou que para compreender melhor o campo de relações onde se insere a pobreza, seria fundamental refletirmos sobre a questão do trabalho como um elemento central. Nosso problema de pesquisa foi sendo reformulado na medida em que nos aproximávamos de nossos entrevistados, conhecendo mais de perto suas

⁶ “O Gasto Social Federal saiu de R\$179,8 bilhões, em 1995, para R\$312,4 bilhões, em 2005, o que significou que em 11 anos o gasto cresceu em termos reais em cerca de 74%, agregando algo em torno de R\$11 bilhões ao ano para as políticas sociais. No entanto, esse crescimento não ocorreu de forma constante – houve anos em que os aumentos giraram em torno de 9,4% e outros em que o percentual alcançado foi de apenas 1,5%” (Castro *et al.*, 2008).

⁷ Consiste na transferência de um salário mínimo para idosos e deficientes com renda mensal até ¼ do mínimo.

⁸ Cabe observar que os PTR se consolidaram como modelos de intervenção estatal não só no Brasil, mas em diversos países, tendo o Banco Mundial e outros organismos multilaterais papel destacado nesse processo.

distintas estratégias para melhor sobreviver. Fomos percebendo, ao longo do trabalho de campo, que a relação com a assistência era apenas parte do todo, não alcançando, muitas vezes, um lugar de destaque na vida desses indivíduos. Passamos a nos concentrar, cada vez mais, nas formas concretas como as pessoas vivenciavam, ao longo de suas trajetórias, distintos processos de empobrecimento.

Constatamos ainda que, além da proteção social via assistência social estatal, outras ações governamentais não deixavam de marcar presença na vida de nossos entrevistados, seja de modo oficial – como, por exemplo, através dos programas de apoio à agricultura familiar, ou oficioso, quando a ação pública e privada se confundem a ponto do Estado assumir sua forma clientelista tradicional (Martins, 1994), como tivemos a oportunidade de observar no aterro sanitário do município, controlado por um empresário do ramo da reciclagem e que possui conexões políticas locais.

Pesou ainda na definição dessa configuração enquanto uma prática de assistência, o fato dos trabalhadores serem cadastrados na prefeitura, sendo esta atividade enquadrada como um braço da política municipal de resíduos sólidos, que por caminhos tortuosos concedeu a “exploração” do aterro sanitário ao empresário local, que através de um carro de som que circulou durante alguns meses pelo município em campanha para vereador, anunciou que vem “trabalhando pelo social”, erguendo a bandeira da inclusão produtiva no mercado de trabalho.

Desse modo, nosso estudo incorporou as práticas concretas de “trabalho social” encontradas a campo, mantendo um olhar atento sobre as reconfigurações nas redes e campos de relações desses indivíduos a partir de seu envolvimento com as diversas práticas de assistência executadas pelos CRAS do município, ou em função de sua inserção em ações voltadas à sua inclusão produtiva, seja no aterro sanitário de Guapimirim ou na associação de produtores rurais existente no município. Os vínculos com a assistência construídos a partir do CRAS, as relações estabelecidas na coleta de materiais recicláveis e as redes sociais estruturadas a partir da associação de pequenos produtores rurais existente no município, compõe as três principais configurações de rede observadas pela pesquisa.

A partir disso, buscamos refletir sobre as potencialidades e limites de cada uma dessas configurações no sentido de transformar as condições de vida desses indivíduos, revertendo trajetórias de empobrecimento e empoderando, de diferentes formas, estes sujeitos sociais.

Acabamos construindo uma definição contextual das práticas de assistência em Guapimirim, considerando, de um lado, a perspectiva dos sujeitos sociais e os diferentes lugares onde buscam assistência, e de outro, as definições de assistência estabelecidas pelas políticas públicas. Isso resultou em um alargamento do “campo” da assistência no contexto social estudado, de forma a contemplar os diferentes espaços em que as pessoas buscam diferentes tipos de “ajuda”, categoria nativa empregada pelas pessoas para se referirem a um amplo leque de recursos e oportunidades. O trabalho buscou também captar as fronteiras móveis que existem entre assistência, o suporte à inclusão produtiva dessas populações e o trabalho precarizado, ou seja, esse trânsito entre o trabalho e a assistência.

Mesmo assim, não é demais lembrar que o discurso oficial considera como serviços de proteção básica de assistência social

“aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade (...) bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho, tais como: Programa de Atenção Integral às Famílias; Programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza (...)”(PNAS/2004: 36).

Além do discurso oficial, nos baseamos na ideia da proteção social conforme definida por Yazbek (2008: 94) como formas mais ou menos institucionalizadas, através das quais a sociedade se organiza para proteger determinados segmentos sociais ou o todo social diante de riscos próprios à natureza humana e/ou necessidades derivadas de um processo histórico e ligadas à distintas formas de dependência. “É portanto, um conceito amplo que supõe o compartilhamento de situações de risco e solidariedade social e nesse sentido pode ser desenvolvida por uma pluralidade de atores públicos e privados”, afirma a autora.

No Brasil, o carro-chefe e ação de maior visibilidade no combate à pobreza é o PBF, que consiste num programa de transferência direta de renda com condicionalidades, como forma de garantir o direito humano à alimentação adequada, à saúde e à educação. O critério determinante para a concessão do benefício às famílias é a renda *per capita*, valendo a máxima do “menos é mais”, pois as chances de ser inserida no programa aumentam à medida que diminui a renda da família. Seu público alvo abarca as famílias em situação de *pobreza* (renda *per capita* de até R\$140) e *extrema pobreza* (renda *per capita* de até R\$70)⁹.

O valor da transferência de renda que as famílias recebem do programa varia em função de sua renda *per capita* e de sua composição familiar¹⁰ e vem sendo reajustado pelo Governo Federal com o objetivo de garantir que seu valor acompanhe a inflação. O cadastramento no programa é realizado pelas prefeituras e o pagamento mensal é feito através de um cartão magnético emitido no nome do responsável pela família, preferencialmente a mulher. O benefício tem condicionalidades referentes à saúde e educação¹¹.

O critério da renda *per capita*, somado à articulação com as prefeituras, tem o mérito operacional de implementar o PBF em âmbito nacional, estendendo-o à mais de 50 milhões de brasileiros, ultrapassando a marca de 13 milhões de famílias. Todavia, pensar e agir sobre a pobreza única e exclusivamente pelo viés da renda e as consequentes definições de linhas de pobreza, não permite lançar luz sobre diversos outros aspectos, impossibilitando uma compreensão mais ampla acerca do fenômeno, que já vem sendo pensado e encarado por diversos estudiosos do assunto como multidimensional, indo além da renda familiar, envolvendo dinâmicas complexas de empobrecimento.

Para fazer justiça, é fato que o Governo Federal reconhece a amplitude do problema, o que pode ser observado mais claramente no já mencionado plano BSM, onde se evidencia a tentativa de criar condições para que os beneficiários de programas e ações contra a pobreza deem o próximo passo, na medida em que o plano prevê a articulação de três eixos, visando elevar a renda e melhorar as condições de bem-estar. São eles, a garantia de renda, o acesso a serviços públicos e a inclusão produtiva. Dentro dessas ações, os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) assumem um papel fundamental, na medida em que atuam como porta de entrada da “população-alvo” no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), inserindo-os nas ações de proteção básica executadas pelos próprios Centros, e

⁹ Todas as informações referentes ao PBF foram consultadas em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia> (Acesso em: abril de 2012).

¹⁰ Se a renda per capita for de até R\$70 a família recebe o benefício básico (R\$70) mais os variáveis em função de sua composição por crianças/adolescentes, gestantes e nutrízes (R\$32, máximo de cinco benefícios) e Jovens (R\$ 38, máximo de dois). Se a renda per capita estiver entre R\$70 e R\$140 recebe apenas os benefícios variáveis que se aplicam.

¹¹ A família deve manter crianças e adolescentes em idade escolar estudando, com frequência escolar não inferior a 85% (de 6 a 15 anos) ou 75% (jovens de 16 e 17 anos). Quanto à saúde, deve manter em dia o calendário de vacinação para menores de sete anos e o acompanhamento da gestante e nutriz.

encaminhando os beneficiários para outros equipamentos articulados e demais serviços públicos.

Com base neste papel central designado aos CRAS, concentramos uma das frentes de nossa pesquisa na observação de sua organização prática, suas atividades e relacionamento com a população demandante. Em outras palavras, buscamos flagrar o funcionamento do CRAS em ação. Primeiramente, buscamos identificar os enquadramentos estabelecidos pelas práticas de assistência desenvolvidas pelos CRAS do município, com base nos quais os gestores públicos e demais agentes sociais envolvidos nas políticas de assistência social identificam sua população-alvo. Posteriormente, buscamos acompanhar casos de pobreza e vulnerabilidade, atentos às distintas formas de relacionamento destas pessoas com a assistência, considerando, inclusive, os casos em que não havia este relacionamento. Desse modo, procuramos melhor compreender o “lugar” da assistência social na superação da pobreza, e observar se, e como, a inserção neste universo engendra dinâmicas de empoderamento (Romano, 2002) destes atores sociais, reconfigurando campos de relações onde as pessoas estão inseridas.

Embora o estudo tenha inicialmente se concentrado no relacionamento com as práticas de assistência executadas pelos CRAS, outras ações que também entendemos como de assistência, públicas e privadas, oficiais ou oficiosas, requisitaram espaço à pesquisa, emergindo nas estratégias e modos de vida dos atores, mesmo que de modo pontual. Deparamo-nos ainda com uma modalidade de assistência que embora faça parte da agenda do MDS, não está sendo implementada através do CRAS: as unidades de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS)¹².

Isso só ocorreu porque desde o início da pesquisa havíamos estabelecido como princípio metodológico a necessidade de preservarmos uma flexibilidade quanto aos novos elementos que o campo poderia nos apresentar. A própria adoção do termo *vulnerabilidade* (paralelamente à noção de pobreza) para tratar das pessoas entrevistadas, reflete o contexto analisado, que evidenciou distintas situações de precariedade quanto à inserção dos indivíduos na sociedade, seja no tocante à renda, ao mercado de trabalho, à assistência ou à sociabilidade.

Nossa busca pelos casos de pobreza não se concentrou sobre o aspecto renda, por entendermos a pobreza enquanto fenômeno processual e relacional, além do que “os pobres, como categoria social, não são aqueles que sofrem carências ou privações específicas, mas os que recebem assistência ou deveriam recebê-la segundo normas sociais” (Simmel apud Ivo, 2008: 171). O enquadramento das pessoas enquanto pobres e vulneráveis atendeu, portanto, inicialmente, a critérios práticos, sendo pré-determinado pela condição de público-alvo/usuário¹³ da política de assistência social. Tornou-se mais fácil, inicialmente, acessar

¹²“A tecnologia social PAIS possibilita o cultivo de alimentos mais saudáveis tanto para o consumo quanto para a comercialização. A unidade conta com um galinheiro na área central, canteiros de hortaliças localizados em volta do galinheiro, e área para pastagem. A família recebe um kit contendo todo o material, insumo e os animais necessários para a construção da unidade e para iniciar a produção (...) A tecnologia social pode ser utilizada por agricultores familiares; acampados e pré-assentados da Reforma Agrária; comunidades quilombolas; entre outros”(Fonte:<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/desenvolvimentoterritorial/consad/producaoagroecologica-integrada-e-sustentavel-pais>) Acesso em: agosto de 2012.

¹³ “Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais

indivíduos já inseridos no sistema de proteção social que vem sendo estruturado a partir do CRAS.

A escolha dos entrevistados em situação de pobreza e vulnerabilidade ainda esteve ligada à percepção das agentes¹⁴ que operacionalizam benefícios e serviços para a população, e que em várias oportunidades intermediaram a realização das entrevistas após ouvirem minhas considerações sobre a pesquisa. Em um segundo momento, minhas próprias concepções sobre a pobreza também definiram “casos”, vide as entrevistas feitas com os catadores de materiais recicláveis no aterro sanitário. Mais adiante, foi outro sujeito da pesquisa que, de certa forma, pré-definiu quem seriam essas pessoas, intermediando as entrevistas com os membros da AFOJO. De todo modo, ao final da pesquisa, constatamos que quase todos os entrevistados podem ser enquadrados sob a categoria de população vulnerável¹⁵ tal qual definida pela Norma Operacional Básica/SUAS.

Parece ter se consolidado entre os estudos mais recentes sobre pobreza no país a adoção dos critérios estabelecidos pelo Governo Federal para transferir renda às famílias através do PBF, que com base na renda *per capita* classifica as famílias em linhas de pobreza, já mencionadas anteriormente. Para dar conta das inúmeras situações que a complexidade dos processos de empobrecimento colocam, emergem termos como vulnerabilidade, precariedade, risco, insegurança, desfiliação, exclusão, marginalização, entre outros menos usuais.

Quando se estuda a pobreza, inevitavelmente incorpora-se tal vocabulário, passando a fazer uso dos termos próprios ao assunto e que muitas vezes naturalizamos pela repetição. Nosso trabalho não procura novos significados para os termos, mas sim utilizá-los como instrumento de pesquisa, buscando um equilíbrio entre teoria e empiria. Discorrer aqui exaustivamente sobre o uso e o significado de cada um desses termos, e o porquê de usarmos um e não outro tornaria o trabalho excessivamente cansativo e distante de seus objetivos. O sentido fornecido aos termos ficará mais nítido conforme o leitor avance no texto, conhecendo nossos referenciais teóricos, assim como a realidade estudada.

De todo modo, a perspectiva da multidimensionalidade da pobreza, da forma como a entendemos neste trabalho, está referenciada principalmente em Sen (2010)¹⁶, na medida em que este autor entende a pobreza como privação de capacidades básicas, não restritas apenas à

políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social” (PNAS/2004: 33).

¹⁴ Fazemos uso do gênero feminino porque no universo pesquisado só nos deparamos com mulheres agentes compondo as equipes dos diferentes equipamentos da SAPS.

¹⁵ “Considera-se como população vulnerável o conjunto de pessoas residentes que apresentam pelo menos uma das características abaixo: (i) Famílias que residem em domicílio com serviços de infra-estrutura inadequados Conforme definição do IBGE, trata-se dos domicílios particulares permanentes com abastecimento de água proveniente de poço ou nascente ou outra forma, sem banheiro e sanitário ou com escoadouro ligado à fossa rudimentar, vala, rio, lago, mar ou outra forma e lixo queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio ou logradouro, em rio, lago ou mar ou outro destino e mais de 2 moradores por dormitório; (ii) Família com renda familiar per capita inferior a ¼ de SM; (iii) Família com renda familiar per capita inferior a ½ SM, com pessoas de 0 a 14 anos e responsável com menos de 4 anos de estudo; (iv) Família na qual há uma chefe mulher, sem cônjuge, com filhos menores de 15 anos e ser analfabeta; (v) Família na qual há uma pessoa com 16 anos ou mais, desocupada (procurando trabalho) com 4 ou menos anos de estudo; (vi) Família na qual há uma pessoa com 10 a 15 anos que trabalhe; (vii) Família na qual há uma pessoa com 4 a 14 anos que não estude; (viii) Família com renda familiar per capita inferior a ½ SM, com pessoas de 60 anos ou mais; (ix) Família com renda familiar per capita inferior a ½ SM, com uma pessoa com deficiência” (NOB/SUAS, 2005: 135).

¹⁶ A esse respeito ver, entre outros, Romano (2008) e Marques (2010).

renda. Não se trata de negar o aspecto central que a variável renda possui para o fenômeno da pobreza, mas sim chamar a atenção para o fato de que a renda não é o único mecanismo de geração de capacidades. Esta varia em função da idade, papéis sexuais e sociais ocupados, localização, condições sanitárias, etc. “Com isso a *pobreza real* pode ser mais intensa do que parece quando se olha só a renda” (Sen, 2010: 121).

A construção da abordagem do trabalho partiu de um enfoque multidimensional, buscando estudar a pobreza com base em uma perspectiva mais ampla, que desse conta de um leque maior de condicionantes. Procuramos refletir, além disso, acerca das relações estabelecidas entre pobreza e assistência, atentando para o “lugar” que a expansão das ações governamentais de proteção social, nos moldes como vem ocorrendo, ocupa na realidade de quem experimenta distintas situações de precariedade.

Partimos do estabelecimento ou não de relações com as práticas de assistência e dos efeitos daí advindos nos campos de relações (família, vizinhança, política, cultura, trabalho, meio ambiente, etc). Vimos que diversos estudos se preocuparam com as estratégias dos atores para o enfrentamento da pobreza. Alguns chegaram à constatação de que as famílias pobres se organizam de modo extenso, em torno de redes de solidariedade. Sarti (2007) afirma que a família pobre se constitui como uma rede de parentesco com obrigações recíprocas, justamente como resposta à impossibilidade estrutural de se organizar nuclearmente, ou mesmo viabilizar sua existência.

Analizando a estruturação de redes sociais e suas repercussões sobre a pobreza, Marques (2010) mostra que é justamente quando a rede social dos indivíduos em situação de pobreza se fecha sobre os laços de parentesco mais próximos, a ponto de quase se resumir unicamente a eles, que se encontram as situações de maior precariedade social, na medida em que diminui o acesso a bens trocados fora do mercado e a informações que poderiam representar possibilidades de uma melhor inserção nas políticas públicas e no mercado, já que o autor entende que as redes são fundamentais para isso.

Considerando, ainda, o modo como os campos de relações em que as pessoas se encontram inseridas, incidem sobre a pobreza, cabe retomar, aqui, as considerações de Castel(1997; 2005; 2010) sobre os processos de desfiliação. Na perspectiva do autor, as famílias que ainda conseguem se organizar enquanto redes de reciprocidade, mesmo que fechadas no entorno dos parentes mais próximos, não atingiram o grau máximo de ruptura social, composto pelo não-trabalho e isolamento relacional. Colocado de outro modo, essas famílias podem ainda vivenciar situações de maior precariedade, antes de atingir a desfiliação.

Ao analisar processos de adaptação de famílias rurais a contextos urbanos na Cidade do México, Lomnitz (2009) constata que as “redes sociais de intercâmbio recíproco” são alternativas de sobrevivência em resposta à insegurança nas condições de vida somada à carência de proteção social formal estatal. As redes sociais são definidas pela autora como campo social de relações e trocas de diferentes tipos entre indivíduos, como bens, serviços e informações econômicas relevantes.

De todo modo, esses estudos nos fizeram atentar para o papel dos vínculos, da construção de relações sociais e seus reflexos na configuração de um conjunto heterogêneo de situações de pobreza. Foi então que buscamos incorporar a análise das redes sociais ao estudo da pobreza, a fim de atingirmos uma abordagem relacional do fenômeno, dada a relevância das redes no acesso a bens e serviços, tanto materiais quanto imateriais, obtidos via mercado ou fora dele, resgatando assim a sociabilidade como fator essencial para a compreensão da

pobreza (Marques, 2010).

Marques (2010:16) entende as redes sociais como “padrões complexos de relações de diferentes tipos acumuladas ao longo de trajetórias de vida e em constante transformação”. Elas são heterogêneas, dinâmicas e situacionais, pois são formadas e transformadas por relações mais ou menos significativas, que interferem na natureza das trocas e daquilo que pode ser trocado entre as pessoas. De modo geral, as redes são acionadas de acordo com a situação que se apresenta. Por essa razão, Marques defende um tipo de abordagem capaz de captar a estrutura das redes, suas características e sua operação na vivência cotidiana, já que é através das redes que famílias e indivíduos obtêm uma série de elementos necessários à sua reprodução.

Antes de incorporar e propor uma abordagem relacional acerca da pobreza, minhas atenções de pesquisa voltavam-se para a maneira como os usuários do PBF se envolviam com o Programa: como faziam para se inserir nele e que aspectos mobilizavam no encontro face a face com funcionárias do cadastramento. Tive, portanto, o PBF, sua “população-alvo” e funcionárias do posto de cadastramento, como ponto de partida nas minhas questões e reflexões iniciais como pesquisador do tema¹⁷.

O tipo de entrada que desenvolvi nessa breve experiência anterior acabou pautando o modo como pensamos as questões iniciais da pesquisa aqui apresentada. Inclusive o caminho adotado a campo e a busca pelos casos de pobreza, sempre pensando a relação entre ações governamentais de combate à pobreza e a “população-alvo”, refletem essa experiência.

A centralidade do PBF e demais aspectos sobre os quais estivera atento, vieram se perdendo desde o ingresso no CPDA. A pesquisa foi se reconfigurando conforme meus anseios por realizar um estudo mais amplo sobre pessoas que vivenciam a pobreza encontraram respaldo e incentivo nas orientações recebidas, que abriram portas e mostraram caminhos na direção do estudo almejado, incorporando inicialmente as redes sociais, seguindo para a interface com a assistência de modo geral, atentando para o “lugar” da mesma e do trabalho nas estratégias de sobrevivência, para finalmente, então, agregar a reflexão sobre as potencialidades e limites ao empoderamento (Romano, 2002) como dimensão de análise.

Nessa fase de redirecionamento da investigação, troquei o município a ser estudado, optando por concentrar a pesquisa em Guapimirim (RJ), principalmente por poder lá residir durante o trabalho de campo, o que facilitaria as idas e vindas impostas por uma metodologia que se pretendia etnográfica. Pesaram ainda na mudança meu interesse pessoal pela região, frequentada desde 2003, além do fato de Guapimirim ser um município menor em termos populacionais, que vivencia intensa especulação imobiliária, transformando áreas rurais e de vegetação nativa em urbanas, refletindo um processo de metropolização desse espaço que vem sendo redefinido enquanto cidade dormitório e de veraneio. Esse movimento se encaixava ainda na pretensão de incorporar o rural ao trabalho.

Quando realizamos o campo exploratório em Guapimirim, ainda na montagem do projeto de pesquisa, confirmou-se uma maior facilidade de encontros com pessoas cujas trajetórias tinham relação com o rural, com a produção agrícola. De imediato encontramos quatro indivíduos envolvidos com o Programa Municipal de Hortas nas Escolas, cujas trajetórias de vida e trabalho convergiam em suas origens rurais, além da idade acima de 60

¹⁷ Esta experiência resultou na monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense (UFF), com o título “O que tem nessa bolsa? Um estudo das relações sociais, práticas e significados gerados pelo PBF em Itaboraí/RJ”, concluída e apresentada em dezembro de 2008.

anos e do fato de serem negros e terem pouca ou nenhuma escolaridade. Ao final do trabalho, constatamos que não se tratava de uma amostra totalmente viciada¹⁸, já que apenas três dos entrevistados em situação de pobreza e vulnerabilidade não possuíam uma trajetória de vida com raízes rurais, e raramente fugiam à questão étnica e da baixa escolaridade.

Esse período de campo exploratório trouxe ainda outros elementos com os quais montamos nosso problema inicial de pesquisa. Identificamos um conjunto heterogêneo de assistências sociais disponíveis para as distintas situações de pobreza, gerando uma diversidade de inserções e apropriações destas assistências pelos indivíduos, que ia muito além da relação estabelecida com o PBF. Concluída a dissertação, pode-se dizer que nosso problema inicial funcionou como um caminho inaugural, uma primeira pista que parecia promissora.

Dáí em diante, nosso estudo foi se redesenhando. Conforme atentamos para o papel das redes sociais nos contextos de pobreza, resgatando a sociabilidade para discutir a questão, fomos levados a nos concentrar em torno das trajetórias de vida dos entrevistados, tanto metodologicamente quanto teoricamente, já que as redes resultam exatamente delas, e são constantemente reprogramadas pelas experiências e relações cotidianas (Marques, 2010). Na medida em que reuníamos trajetórias de pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade, evidenciavam-se semelhanças quanto às origens rurais de suas primeiras experiências de trabalho, que em geral não tiveram continuidade em seus modos de vida atuais e acabaram substituídas por ocupações que não exigem formação educacional no meio urbano ou periurbano¹⁹.

Foram as primeiras pistas de que nosso estudo sobre pobreza, da forma como o conduzíamos, sendo em grande medida por ele conduzidos, não poderia deixar de abordar o mundo do trabalho de modo central. Foi então que minhas ideias absolutamente equivocadas sobre a situação dos trabalhadores do aterro sanitário de Guapimirim reordenaram a pesquisa.

Tínhamos nesta altura seis casos de pobreza/vulnerabilidade reunidos, até então, via contatos com agentes que operam práticas de assistência no município. Nenhum dos casos agregava isolamento dos espaços da assistência social, do mercado de trabalho (ainda que informal), ou de uma rede de relações sociais compostas por familiares, amigos, vizinhos e/ou conhecidos, configurando assim uma situação semelhante à *marginalidade* sugerida por Paugam (2003) ou à *desfiliação* por Castel (2010). Imaginando achar algo próximo ao que relatam esses estudiosos, decidi visitar o aterro sanitário municipal. Refletira sobre o assunto e chegara a conclusão de que as chances de encontrar pessoas situadas na mais extrema pobreza e isolamento social seriam maiores que em qualquer outro local. Foi constrangedor ver minhas concepções sobre pobreza em ação, concepções estas que não se confirmaram plenamente.

De todo modo, este episódio rendeu três casos à pesquisa, que serão aprofundados no terceiro capítulo, além de reconfigurar as questões e preocupações da mesma. A situação com a qual nos deparamos no lixão colocava ainda mais tempero na relação renda x pobreza. No

¹⁸ Primeiro contatamos pessoas através da Secretária de Agricultura do município, enquanto no final do trabalho de campo, nos aproximamos de alguns dos associados da Associação de Pequenos Produtores Rurais e Amigos do Fojo (AFOJO), fatos que favoreceram o encontro dessas trajetórias rurais. Já os outros dez entrevistados estavam fora desse contexto rural, e ainda assim suas trajetórias remetiam a ele.

¹⁹ “Torna-se difícil estabelecer as delimitações entre o espaço urbano e o periurbano, sobretudo quando a extensão das cidades implica a absorção das áreas rurais, como aconteceu com a cidade de Maputo, e há uma permeabilidade entre os espaços rural, urbano e periurbano” (Cruz e Silva, 2002: 404). Entendemos que a mesma dificuldade se aplica ao contexto estudado pela já mencionada metropolização da região.

lixão encontramos os maiores rendimentos individuais dentre os entrevistados, rendimentos que ali podiam atingir a marca de três salários mínimos. Se apenas o ambiente abominável de trabalho que essas pessoas têm de enfrentar em troca deste pagamento fosse o problema, não teria causado tanto impacto em nosso estudo.

Os catadores que lá trabalham dependem do “dono do lixo”. A compra dos materiais por eles coletados e separados é monopolizada por um agente local, que paga um preço abaixo do praticado pelo mercado e é dono de um depósito de materiais recicláveis no município, além de outras atividades. Todos os catadores precisaram de sua autorização para lá trabalhar. O local já foi fechado diversas vezes por órgãos de fiscalização ambiental, ficando os trabalhadores sem nenhum tipo de proteção ligada ao trabalho nesses períodos. O clima que se instalou entre os catadores quando cheguei ao local foi de absoluta preocupação quanto a meus objetivos, receosos de que eu pudesse ser algum tipo de fiscal. A sociabilidade entre alguns deles parece ser contaminada pela miséria do local, fazendo surgir conflitos que em geral se referem aos materiais separados por um e coletados por outro. Mas parece contaminá-los ainda mais quando se trata de pessoas de fora no local. Só consegui me aproximar das três pessoas que entrevistei. Os outros quatro não concordaram em conversar comigo e dois deles nem mesmo respondiam meus cumprimentos nas vezes em que estive no aterro.

Quanto às trajetórias dos catadores do aterro, elas também continham os mesmos elementos que remetem à origem rural de suas experiências de trabalho, sendo que um deles havia sido bananeiro²⁰ e depois feirante antes de chegar ao lixão, e tinha seus familiares no bairro onde eu já havia entrado em contato com a AFOJO. Foi a última peça que faltava para que eu refizesse o caminho até aonde havia iniciado a pesquisa, prestigiando a inauguração da sede da associação, sem saber se voltaria a rever aquelas pessoas.

Quando retornei à AFOJO, interessado em compreender sua origem e o arranjo que havia possibilitado seu surgimento, assim como em trazer as trajetórias e as condições atuais de vida de alguns de seus integrantes para dentro do nosso estudo, tive a convicção, naquele momento, de que além de observar as reconfigurações nas redes sociais e campos de relações, deveria olhar para os casos recolhidos ao longo do trabalho de campo, atento às potencialidades e limites ao empoderamento dos atores inseridos em cada uma das configurações de redes encontradas.

Olhando para as trajetórias e histórias de vida, quase todos os entrevistados poderiam estar pleiteando o acesso a benefícios sociais ou a inserção nas raras oficinas dos CRAS, ou coletando materiais recicláveis no aterro sanitário, ou ainda integrando uma associação de pequenos produtores rurais. Essa constatação nos fez formular algumas das questões-chave que foram se consolidando ao longo da pesquisa, estruturando-se como uma espécie de fio condutor da investigação.

A primeira destas indagações ou linhas de questionamento consiste em procurar compreender as diferenças que levaram estes sujeitos a ocupar suas respectivas posições nas três configurações de rede identificadas pela pesquisa. Acreditamos que o caminho para o entendimento desta questão está nas trajetórias desses indivíduos e nos contatos, relações, capacidades e visões de mundo que esses sujeitos foram construindo ao longo de suas vidas.

²⁰ *Bananeiro(a)* são vendedores de banana que no município estudado geralmente montam suas barracas à beira da estrada que corta Guapimirim em direção à Teresópolis (BR-116/Rio-Teresópolis), na altura do bairro Parque Santa Eugênia. A atividade pode ser vista em menor escala pelas ruas de alguns bairros. A banana é uma das principais culturas agrícolas do município (EMATER-RIO).

Sua inserção em cada uma dessas configurações de rede depende, de um lado, de sua capacidade de escolha e do modo como experienciaram e interpretaram suas próprias vivências ao longo de suas vidas, mas também, das relações sociais e de poder em que se viram inseridos ao longo de sua história, relações estas que influenciam sua posição em determinadas redes e suas possibilidades de circulação no espaço social.

Nossa segunda questão-chave emerge da percepção de que as configurações de redes em que estes indivíduos estão inseridos geram dinâmicas com maior ou menor potencial de empoderamento, na medida em que a relação estabelecida com o Estado, através das diferentes formas de assistência encontradas a campo, em muitos casos desconsidera ou descarta suas trajetórias de vida e trabalho, assim como as habilidades e competências adquiridas ao longo de suas vidas. Colocado de outra maneira, a pesquisa conseguiu identificar dinâmicas realmente empoderadoras quando as práticas de assistência que as pessoas conseguem acessar dialogam, de alguma maneira, com suas histórias de vida e saberes acumulados, atentando de modo central para a posição limiar ocupada por eles no mercado de trabalho. Quando a assistência opta por não enxergar as experiências contidas nas trajetórias dos sujeitos, procurando, ao invés disso, vestir nesses indivíduos uma camisa de empreendedor numa nova modalidade para então lançá-lo de volta ao mercado, ou apenas por amenizar a pobreza material com transferências baixíssimas de renda, levanta-se uma muralha contra o empoderamento real. Ou seja, quando assistência e trabalho se envolvem, aumenta o potencial empoderador; quando estas esferas se des-envolvem (como de praxe), limita-se o potencial da assistência no fortalecimento de vínculos e formas de sociabilidade capazes de possibilitar o empoderamento desses sujeitos.

Dentro de cada uma das três configurações de redes exploradas pela pesquisa referenciadas, aqui, de forma simplificada como assistência social, aterro e associação/PAIS, fomos levados a refletir sobre as potencialidades e limites ao empoderamento (Romano, 2002) dos sujeitos inseridos em cada uma delas. Essa reflexão nos fez perceber que em todos os casos analisados neste trabalho há um elemento constante que os perpassa. Uma tensão entre configurações que conduzem ou não à *emancipação social* (Souza Santos, 2002), de tal forma que não há como apontar para uma situação absolutamente pura, em qualquer dos extremos. Por empoderamento, entendemos um processo onde os atores (pessoas, suas organizações e comunidades) desenvolvem condições de determinar seus próprios assuntos, caminhos de suas próprias vidas, conscientizando-se de suas capacidades para produzir, criar e gerir, transformando as relações de poder que determinam seu envolvimento com o Estado, mercado e sociedade civil. O empoderamento é, portanto, um processo relacional e conflituoso, na medida em que se refere a vínculos estabelecidos com outros atores sociais, nos fazendo atentar para o campo de relações de poder em que a pessoa está inserida, para possíveis alterações nos (des)equilíbrios de poder, o que necessariamente implica conflitos. “A pobreza constituída é perpetuada por relações de poder. É um estado de desempoderamento” (Romano, 2002: 19).

Na medida em que se desencadeiam ou não processos empoderadores na vida dessas pessoas, entendemos ser possível falar em emancipação a partir do estudo organizado por Souza Santos (2002), que aponta como novos caminhos da emancipação social o envolvimento dos atores em relações sociais, políticas, culturais e econômicas que possibilitem a ampliação da autonomia, da participação, da equidade e reconhecimento, configurando formas de organização baseadas na igualdade, na solidariedade e na proteção do meio ambiente, e que por tudo isso se inscrevem em processos contra hegemônicos de

globalização.

Nos cenários contrários a essas dinâmicas, que efetivamente são os dominantes, nos deparamos com situações que pendem mais para a reprodução, que entendemos como a imersão em relações sociais, políticas, culturais e econômicas que muito pouco ou nada fazem além de reforçarem dependências, desigualdades, medos, inseguranças, estigmas ou identidades, reforçados por um processo hegemônico de globalização²¹, centrado na degradação do meio ambiente e na sustentação do empobrecimento (Souza Santos, 2002).

Quanto à metodologia empregada na pesquisa, realizei trabalho de campo orientado pela observação etnográfica²². Porém, o resultado final não foi uma etnografia das situações de privação, como havia imaginado inicialmente. De fato, forneci um *tratamento etnográfico*²³ para os encontros e entrevistas realizadas, na medida em que não fui capaz de adentrar mais profundamente no mundo dos atores, mesmo que tenha ultrapassado a superfície, as áreas cinzentas geralmente acessadas pela gestão pública quando procura conhecer e agir sobre as condições de pobreza.

Quando busquei levantar as práticas de assistência executadas pelo CRAS para flagrá-lo “em ação”, escolhi fazer uso de entrevistas formais com agentes da Secretaria de Ação e Promoção Social (SAPS), entretanto optei por não gravá-las. Às vezes tomava nota enquanto a conversa se desenrolava ou deixava para fazê-lo mais tarde quando sentia que anotar algo sobre um tema mais delicado podia atrapalhar a confiança e o desenrolar do diálogo. Às vezes, as próprias entrevistadas pediam que eu não tomasse nota sobre determinados aspectos de seus discursos.

Nos casos de pobreza e vulnerabilidade que abordamos, fiz uso de entrevistas formais gravadas, sempre com o recurso de um roteiro semiestruturado de questões e de um caderno de notas, para reportar situações que fugiam à capacidade de registro do gravador. Essas conversas em geral se dividiam em três partes. Primeiro incentivava o entrevistado a reconstruir sua trajetória de vida, depois pedia que fossem mencionadas as experiências de trabalho e suas vivências com as práticas de assistência, quando existiam. Já na parte final da entrevista pedia que descrevesse seu cotidiano, citasse lugares e espaços que costuma frequentar, e em geral concluía a entrevista pedindo que mencionasse as pessoas que faziam parte de sua vida, com as quais se relacionava, que conhecia, conversava, convivia, no intuito de compor sua rede social²⁴ (Marques, 2010).

A respeito das entrevistas feitas com as agentes dos CRAS e do CREAS, ocorreram todas no interior de seus respectivos locais de trabalho, às vezes em suas próprias salas, reservadamente, às vezes em espaços com maior trânsito de funcionários e população que procura pelo atendimento.

Já as entrevistas com as pessoas em situação de pobreza ou vulnerabilidade ocorreram algumas em suas casas, outras em casas de parentes próximos nas quais estavam vivendo naquele momento, assim como em seus locais de trabalho.

²¹ Todos esses elementos negativos não vêm necessariamente da globalização, mas são agravados por ela.

²² Sobre esta estratégia de análise, ver Malinowski (1976), Wolf (1998) e Whyte (2005).

²³ Devo esta percepção a respeito do que realmente efetuei ao longo do trabalho de campo à Claudia Job Schmitt, minha orientadora.

²⁴ A redundância das perguntas reflete a tentativa de solucionar a dificuldade de me fazer entender quando procurava “montar” as redes sociais dos entrevistados. Em geral as respostas mencionavam poucas pessoas, quase sempre membros da família e uns poucos amigos, categoria esta que se mostrou bastante restrita, sendo usada somente para indicar relações onde há extrema confiança, distinguindo-se claramente dos colegas.

Ao longo do processo de pesquisa, sempre nos preocupamos em não engessar nossa análise, adotando uma postura que preservasse certa liberdade, que fosse capaz de responder às novas direções e caminhos que porventura surgissem no decorrer do trabalho de campo, das observações e principalmente das interações com as pessoas que se tornaram sujeitos da pesquisa, contribuindo imensamente com a mesma.

Se no início do trabalho de campo procurei seguir o que havíamos imaginado no projeto, concentrando-me nas práticas de assistência executadas pelos CRAS, levantando seus objetivos e enquadramentos, para então analisar se e como eram apropriadas pelas pessoas, em meio à pesquisa, mais especificamente quando conheci a história, o trabalho e os trabalhadores do aterro sanitário de Guapimirim, fui forçado a deixar que ela incorporasse outras questões, tomasse outros rumos. Rumos que ainda não estavam exatamente definidos, mas que certamente redirecionavam as atenções e preocupações na sequência da pesquisa.

Nesse sentido, o resultado final do trabalho reflete inúmeras opções feitas ao longo do estudo, embora entenda que façamos opções o tempo todo, ainda quando imaginamos não fazê-las ou procuramos escondê-las. Pude então ver, de fato, que a pesquisa não é *sobre* um determinado tema ou grupo, mas sim *o que os pesquisadores acham interessante sobre* um determinado tema ou grupo (Wolf apud Novaes, 2009). Reconheço, assim, minha responsabilidade direta no resultado final apresentado.

Este trabalho não é um caso em que o pesquisador já carrega uma identificação ou faz parte do grupo pesquisado, fazendo emergir problemas extras relacionados ao seu lugar no universo social analisado e à sua relação com o objeto de pesquisa. Minha origem familiar e trajetória de vida passaram longe dos casos abordados ao longo do trabalho. Fui o último dos três filhos de um casal de classe média, formado por um militar e uma funcionária pública. Meu envolvimento com estudos sobre pobreza teve início acidental, por conta de uma bolsa de iniciação científica que eu não procurava, vinculada a um professor que se dedicava a assuntos ligados à política e relações pessoais. Portanto, de forma alguma pretendo intitular-me ou posicionar-me como porta-voz de algum dos grupos estudados nesta dissertação, ainda que tenha sido tocado pelas experiências trocadas com eles.

Ao procurar refletir sobre a pobreza e vulnerabilidade atento às trajetórias, às relações com as assistências, às experiências de trabalho e às redes sociais, observamos que as trajetórias de vida e trabalho eram o elo fundamental que permitiria aproximar e costurar os retalhos, a ponto de formar um todo minimamente coerente. Já no final do estudo, entendemos que um dos aspectos mais relevantes a respeito das situações apresentadas pela pesquisa refere-se às potencialidades e limites ao empoderamento dos indivíduos inseridos em cada uma das configurações de redes a que chegamos, assim como à consequente tensão que perpassa todos os casos, situados em um espaço liminar, entre a emancipação e a reprodução.

Dessa forma, além desta introdução e da parte final reservada à conclusão, a dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo, elaboro uma breve contextualização do município de Guapimirim, procurando situar para o leitor os casos de pobreza e vulnerabilidade tomados como objetos de estudo. Busco contextualizar também nesta primeira parte do trabalho, o universo da assistência social municipal, representado aqui principalmente pelos instrumentos de proteção social implementados através dos CRAS, aprofundando questões relacionadas à estrutura dos serviços sociais oferecidos, às concepções de pobreza compartilhadas pelas agentes da SAPS e pela população assistida, quando pude captá-las, assim como dilemas e conflitos relacionados ao exercício da função de agente da SAPS.

No capítulo dois, procuro esclarecer o leitor quanto às ideias e concepções teóricas que norteiam a pesquisa, apresentando os elementos que nos fizeram compor o trabalho do modo como ele está organizado. Destaca-se a abordagem de redes adotada, assim como a compreensão dos processos de empobrecimento enquanto dinâmicas de *des-envolvimento*, que consideramos como determinantes no estudo das relações estabelecidas pelos sujeitos sociais com as práticas de assistência. As repercussões das distintas formas de ser *assistida*²⁵ sobre as redes de interdependências nas quais estão inseridas, assim como a tensão que perpassa todos os casos no que diz respeito às potencialidades e limites da interação com as práticas de assistência, completam o leque de discussões neste capítulo.

Já no capítulo três, as atenções se voltam para um aspecto que exigiu presença no debate sobre pobreza e vulnerabilidade que aqui travamos, a saber, a dificuldade de inserção e manutenção dos entrevistados no mercado de trabalho. Mais especificamente, abordo o caso do aterro sanitário municipal e dos catadores de materiais recicláveis que fizeram a opção por lá trabalhar, entendendo a configuração do lixão como um viés da proteção social, uma ação governamental “oficiosa” de inclusão produtiva dos catadores. A análise toma como fio condutor as trajetórias dos trabalhadores do aterro e o potencial empoderador das condições de vida e trabalho por eles vivenciadas.

No quarto e último capítulo, prosseguindo com o debate em torno do tripé pobreza/vulnerabilidade, mercado de trabalho e ações de proteção social, trazemos o caso da Associação dos Produtores Rurais e Amigos do Fojo (AFOJO) e o acesso de alguns de seus membros às unidades PAIS, buscando resumir brevemente a origem e arranjo que tornou possível a constituição da associação, assim como seus objetivos e características gerais, para então dar continuidade à análise das trajetórias de vida, experiências de trabalho e redes sociais, discutindo o potencial empoderador presente nas condições de vida e trabalho das pessoas vinculadas à AFOJO e/ou beneficiárias de unidades PAIS.

²⁵ O termo foi colocado no feminino em função do predomínio, quase exclusividade das mulheres no estabelecimento de relações com os CRAS. O próprio GF reserva a elas a condição de titular do PBF.

CAPÍTULO I

O UNIVERSO PESQUISADO: O MUNICÍPIO, OS CASOS DE POBREZA E VULNERABILIDADE E AS PRÁTICAS DE ASSISTÊNCIA

Este capítulo procura fornecer ao leitor um panorama geral do universo pesquisado, trazendo dados socioeconômicos referentes ao município de Guapimirim e informações sobre alguns dos processos sociais em curso nesta localidade, considerando suas repercussões sobre as dinâmicas sociais. O mesmo vale para os casos de pobreza e vulnerabilidade que agregamos ao longo da pesquisa, aqui apresentados em bloco, explorando nesta apresentação alguns elementos que nos pareceram mais relevantes nos processos de empobrecimento aos quais estão submetidos estes sujeitos sociais. Na parte final do capítulo, iluminamos as práticas de assistência no município, sua estrutura, organização e enquadramentos, para depois refletir sobre aspectos como as concepções relativas à pobreza e aos pobres das agentes que operam benefícios e serviços para esta população, procurando refletir sobre dilemas e conflitos próprios a esta função.

1.1. Guapimirim

A pesquisa foi realizada no município de Guapimirim (RJ), que integra a região metropolitana do estado e completa a lista dos municípios que formam a Baixada Fluminense. Entre os municípios da região, este apresenta um dos mais baixos níveis de renda e escolaridade (IBGE, 2010). Seu índice de analfabetismo representava mais do que o dobro da capital estadual e, juntamente com Japeri, ostentava o pior índice da Baixada Fluminense e um dos piores de todo o estado (IPPUR/UFRJ, 2003 apud Silva, 2006). A escolaridade média da população adulta, acima de 25 anos de idade, era de apenas cinco anos²⁶. Mais adiante veremos que os dados estão em sintonia com os casos de pobreza e vulnerabilidade abordados, e que pouca coisa mudou nos últimos dez anos, em termos dos principais indicadores.

O centro de Guapimirim localiza-se a cerca de 80 km do centro da cidade do Rio de Janeiro. O município ocupa uma área de 361 km², tendo boa parte do seu território inserido em áreas de preservação ambiental, estabelecidas em meio a uma intensa pressão, causada pelo crescimento urbano nas áreas de baixada e pé de serra. Na região do município que ocupa a porção inferior da Serra dos Órgãos, concentram-se condomínios e loteamentos que vão suprimindo a vegetação nativa no entorno do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO), em sua área de amortecimento. O município faz limite ao norte com Teresópolis e Petrópolis, ao sul com Itaboraí, a leste com Cachoeiras de Macacu, e a oeste com Magé e com os fundos da Baía de Guanabara²⁷.

A população do município é de 51.483 habitantes²⁸. Desses, 49.757 pessoas foram classificadas como população urbana, que se concentra na sede do município (Centro) e na região de Parada Modelo. Apenas 1.730 habitantes foram incluídos como população rural no último levantamento. No Censo 2000 do IBGE, Guapimirim aparecia como o município

²⁶ Fonte: Censo Educacional, 2003.

²⁷ Para visualizar a disposição geográfica do município na região metropolitana do Rio de Janeiro, ver anexo 1.

²⁸ Fonte: IBGE - Censo 2010.

metropolitano com o segundo maior número de pessoas vivendo em zonas rurais (12.365 pessoas a época, que correspondiam a 32,59% da população) atrás somente de Maricá. Todavia, na mesma época a Prefeitura dividia a população residente de forma distinta. Dos 37.940 habitantes identificados pelo levantamento feito pelo poder público municipal no ano 2000, apenas 1.897 residiam em áreas rurais. 5% da população²⁹.

Não nos aprofundaremos, aqui, em torno dessa controvérsia, embora seja ponto pacífico sua relação com a pressão exercida pelo ramo imobiliário junto à Prefeitura, que encontra respaldo no interesse da mesma em aumentar os loteamentos e construções, ampliando assim a arrecadação via tributação. O último recenseamento do IBGE pôs fim ao conflito de posições, e reflete as transformações pelas quais o município vem passando, inserido no processo de metropolização, evidenciando-se o interesse pela “desruralização” associada à emergência de um “rural não agrícola”, sofrendo cada vez mais pressão do movimento de especulação imobiliária³⁰. Todavia o rural ainda marca presença mesmo nas áreas próximas ao centro, consideradas mais urbanizadas, e está presente também como espaço de trabalho e de vida, nas trajetórias dos sujeitos desta pesquisa.

Embora praticamente todo o município venha passando por esse movimento de especulação, que converte áreas rurais e o pouco que restou da Mata Atlântica em lotes de condomínios³¹, clubes de campo, chácaras e sítios de veraneio, essas novas formas de ocupação do espaço parecem estar mais concentradas nos bairros situados no sopé e na subida para a Serra dos Órgãos, como a Caneca Fina, Monte Olivete, Barreira, Iconha e Limoeiro, que vêm ao longo das últimas décadas sendo cada vez mais ocupados por tais empreendimentos, atraindo especuladores e compradores de terrenos, devido à beleza natural dessas regiões, por onde serpenteiam rios de cachoeiras em áreas de Mata Atlântica, que são vorazmente suprimidas pelo avanço imobiliário, sendo comuns construções nas faixas de *mata ciliar*³² e encostas íngremes. Grandes transformações devem ocorrer no município devido ao Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, instalado em Itaboraí, município vizinho, e que entrará em funcionamento nos próximos anos.

O avanço desses empreendimentos imobiliários representa, ainda, a intensificação da segregação espacial no município, fazendo com que a população que tradicionalmente frequentava determinadas áreas de cachoeiras para o lazer nos finais de semana seja excluída do acesso direto a esses locais, ficando obrigada a tomar banho em pontos mais baixos dos rios, logo mais poluídos e degradados, uma vez que os loteamentos não costumam deixar

²⁹ Fonte: Prefeitura municipal de Guapimirim/Diretoria de Geo-processamento, 2002.

³⁰ “De fato, o que ocorre em algumas localidades definidas pelo IBGE como rurais é a existência de loteamentos urbanos, mas que contam com infraestrutura inadequada e acabam facilitando a posse de vários lotes por uma mesma pessoa. Nessas localidades (...) uma propriedade é muitas vezes constituída pela soma de pequenos lotes, favorecendo o surgimento de chácaras que por definição são consideradas atividades rurais. Contudo, muitas pertencem a veranistas, cujos empreendimentos rurais (pomar, horta, galinheiro, lago de peixes, etc) não estão vinculados à finalidade econômica do setor e sim ao lazer familiar. Essas propriedades estão situadas principalmente na Cotia, Parque Santa Eugênia (...) e no Vale das Pedrinhas, mas ocorrem em quase todo o município (Silva, 2006: 112)”.

³¹ Enquanto ao longo das décadas de 1950, 60, 70, 80 e 90, três condomínios e loteamentos foram implantados em média em Guapimirim, só no ano 2000 surgiram quatro novos empreendimentos do gênero (Silva, 2006).

³² “A mata ciliar é a vegetação localizada à margem dos rios e córregos. Aqui em Guapi é muito comum você ver construções que simplesmente a ignoram. Ela é absolutamente fundamental porque presta vários serviços ambientais, como a manutenção da qualidade e volume da água e do ar, diminuição do risco de enchentes, erosões e assoreamentos, sem contar a preservação da avifauna local” (Relato de Ricardo Oliva, professor de biologia da rede estadual, que vive e trabalha no município há sete anos).

servidões que permitam a entrada de “pessoas de fora” a essas áreas de recreação. Essa segregação impele os moradores a procurar acesso por dentro do rio, subindo por suas margens, ficando mais expostos ao fenômeno localmente conhecido como *cabeça d'água* ou *enchente da goiaba*, que ocorre no verão por conta das fortes e repentinas chuvas na cabeceira do rio, fazendo com que a água se desloque com força e rapidez rio abaixo, o que frequentemente deixa vítimas fatais.

Alguns moradores conseguem se integrar nessa nova realidade, fornecendo mão de obra barata para os veranistas e novos residentes desses empreendimentos, e que é empregada em ocupações que exigem baixo ou nenhum nível de escolarização. As principais atividades que surgem nesse contexto são as domésticas, principalmente a faxina, a jardinagem, a poda e/ou derrubada de árvores, os serviços de caseiro ou relacionados à construção civil. Como as atividades são contratadas, normalmente, apenas um dia na semana, raramente se assina carteira desses trabalhadores, que procuram acumular serviços para auferir mais renda na *diária*, muitas vezes organizando e dividindo a família nas diferentes oportunidades de trabalho que conseguem.

Quanto ao número de famílias atendidas pelo PBF no município, constam 3.608 beneficiárias³³ do programa, cerca de 12.628 pessoas³⁴, que correspondem a quase um quarto da população total. Os distritos Vale das Pedrinhas e Parque D'Ajuda, foram apontados como integrando as áreas mais pobres pelas funcionárias da SAPS contatadas, sempre justificando o fato dizendo “que lá é mais rural né?”. Todavia a própria SAPS não dispõe de nenhum documento ou estudo que indique as áreas mais pobres do município³⁵.

Há algumas comunidades reconhecidamente rurais, como Paraíso, Fojo e Orindi, além do próprio Vale das Pedrinhas, do Parque D'Ajuda e da região da Cotia. Nesta última região é possível encontrar estabelecimentos agropecuários maiores, com a presença de imigrantes japoneses e seus descendentes, instalados há décadas na região por uma cooperativa agrícola paulista que decretou falência alguns anos depois, além de outros agricultores envolvidos na produção de diversas culturas (Silva, 2006). Na produção agrícola do município se destacam o aipim, a goiaba, o inhame (EMATER, 2009), a banana, o coco-da-baía, a batata-doce e o milho-verde (IBGE, 2005-2008). Foi registrado em Guapimirim pelo Censo Agropecuário de 2006, a presença de 81 estabelecimentos agrícolas familiares que juntos reúnem uma área de 369 hectares (média de 4,5ha/estabelecimento). Os 79 estabelecimentos não enquadrados como pertencendo à agricultura familiar, reúnem uma área de 14.028 hectares (média de 177,5ha/estabelecimento). A região metropolitana do Rio de Janeiro apresenta ao todo 3.008 estabelecimentos de agricultura familiar que juntos abarcam 11.955 hectares (média de 3,9ha/estabelecimento), enquanto os 987 não familiares ocupam 67.638 (média de 68,52ha/estabelecimento)³⁶.

Apesar do histórico e da expressiva experiência rural de grande parte de seus munícipes, como reforçam nossos dados, os sucessivos governos municipais não se mobilizaram para investir e estimular a agricultura familiar local, também restringida pela estrutura fundiária excludente. Na verdade, a política municipal “vem aceleradamente se apoiando no interesse especulativo do setor imobiliário para expandir sua área urbana em

³³ Fonte: www.mds.gov.br/bolsafamilia (Acesso em: novembro de 2011)

³⁴ Cálculo meu a partir do número de 3,8 habitantes por domicílio encontrado no município (PNAD/2009).

³⁵ Para visualização dos bairros do município, ver anexo II ao final do trabalho.

³⁶ Tabela 4.1 - Estabelecimento e área da agricultura familiar, segundo as Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões e Municípios – IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

direção às terras rurais” (Silva, 2006: 118) e de Floresta Atlântica preservadas. Apenas recentemente passou a funcionar uma Secretaria de Agricultura – embora a mesma já estivesse prevista na Lei Orgânica do município, elaborada na época de sua emancipação. Serviços públicos de assistência técnica e extensão rural no município estão a cargo de um único técnico da EMATER, cuja presença em Guapimirim deve-se, em grande medida, à pressão exercida pelos produtores vinculados à AFOJO³⁷.

Guapimirim é um município recente, criado durante o período em que pipocaram municípios país afora, tendo em 2011 completado vinte anos de sua emancipação de Magé, município ao qual esteve ligado como terceiro distrito até 1991. Sendo assim, tem sua formação histórica atrelada ao município do qual se emancipou através de plebiscito realizado em 25/11/1990. As primeiras eleições ocorreram em 1992.

O processo que culminou na emancipação política de Guapimirim teve início no final da década de 1980, ancorando-se na escassez de investimentos públicos na região, o que gerava uma situação de abandono do então terceiro distrito de Magé. Historicamente caracterizado como um local de passagem para quem se dirige a outros centros maiores, nunca recebeu de fato muita atenção. Para além do abandono político-administrativo, outro argumento usado como justificativa para o movimento de emancipação, foi o turismo, principal caminho de desenvolvimento apontado e defendido pelos políticos locais à época, e que serviu de alicerce na campanha a favor da emancipação, caindo como uma luva para responder aos adversários políticos que levantavam dúvidas a respeito do novo município ter condições de se manter economicamente. Vencido o plebiscito quase que de forma consensual, praticamente nada foi feito nesse sentido ao longo dos vinte anos de autonomia.³⁸

As administrações à frente da Prefeitura de Guapimirim parecem ter traduzido “desenvolvimento do turismo” por asfaltar as ruas que antes eram de paralelo³⁹, descaracterizando, ao meu ver, o espaço urbano, além de maquiar ruas do Centro e Parada Modelo com a pintura constante do meio-fio e reformar praças em diferentes pontos da cidade. O visitante que chega ao município é saudado por grandes pórticos de gosto discutível nos principais acessos, além de se deparar com várias placas com mensagens educativas, de boas vindas, boa viagem e semáforos com contagem regressiva e painel eletrônico.

Há alguns poucos jornais e revistas de circulação interna no município. Um deles é a “Folha de Guapimirim”, oferecido gratuitamente em diversos estabelecimentos comerciais e nos ônibus que circulam dentro da cidade. Possui forte orientação religiosa e governista. Trazia na capa da edição de agosto de 2011 a manchete “O asfalto está chegando!”, referindo-se às áreas ainda não contempladas com esta benfeitoria. Basicamente o jornal divulga e enaltece as ações da prefeitura, assim como eventos e atividades religiosas no município. A capa da edição em questão, e sua reportagem principal, relatam as ações do atual prefeito, Júnior do Posto, filho e sobrinho dos prefeitos anteriores, já falecidos, Néelson e Renato do Posto. As duas páginas de centro da revista contam a trajetória dos mesmos, transformando-os

³⁷ “Não tinha Secretaria, não tinha escritório da Emater. Isso só foi criado por causa da gente, porque a gente foi lá e exigiu isso” (Ilam, 58 anos, produtor rural, membro da AFOJO).

³⁸ A esse respeito ver Silva (2006), cuja dissertação trata, de forma mais central, exatamente das políticas de turismo no município, ou mais especificamente, da ineficácia, quase inexistência delas.

³⁹ A ação foi muito bem recebida pela maioria da população, dos proprietários de automóveis aos populares que fazem uso da boa e velha bicicleta, de uso bastante difundido entre os munícipes nos deslocamentos pela cidade, representando uma faceta importante da economia local, já que existem vários estabelecimento que reparam, compram e vendem bicicletas, que funcionam como alternativa aos gastos com transporte público dentro do município. Na época da pesquisa a passagem de ônibus intramunicipal custava R\$2,20.

em dois superirmãos a serviço do povo da região de Guapimirim e Magé, onde também ocuparam cargos políticos.

Enquanto isso, não há sistema público de esgotamento sanitário em lugar nenhum da cidade, e apenas o Centro e parte de Parada Modelo são atendidos pela empresa que detém a concessão do fornecimento de água na cidade. Os resultados do último grande recenseamento promovido pelo IBGE apontaram que 5.187 pessoas maiores de 10 anos nunca frequentaram a rede de ensino, e 23.260 possuem apenas o ensino fundamental incompleto. Juntas as duas frações reúnem mais da metade da população de Guapimirim (IBGE, 2010).

Embora as agentes da SAPS, quando perguntadas sobre a localização da pobreza no município tenham dito que “não há favelas em Guapimirim”, nem um bairro onde poderia se apontar e dizer que as situações de pobreza se concentram ali, geralmente citavam o Vale das Pedrinhas como mais pobre que os demais. Trataremos disso adiante. Aqui importa completar as informações anteriores dizendo que 874 domicílios registraram renda *per capita* de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (SM), 2.722 entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ SM, 5.569 entre $\frac{1}{2}$ e 1 SM e 3.813 entre 1 e 2 SM. Multiplicando o número de domicílios pela média de indivíduos por domicílio no município (3,8 pessoas), chega-se à cifra de 13.664 pessoas aptas ao CadÚnico do Governo Federal para inserção em ações de proteção social e combate à pobreza, ou seja, famílias cuja renda *per capita* mensal é de até $\frac{1}{2}$ SM. Quando agregamos a esta parcela os domicílios com renda entre $\frac{1}{2}$ e 1 SM *per capita*, fração que corresponde a cerca de 21.162 pessoas em situação de vulnerabilidade, o total de pessoas que vivem com menos de um SM seria próximo de 34.826, num universo de 51.483 habitantes (IBGE, 2010).

1.2. Os casos de pobreza e vulnerabilidade

Ao final do trabalho de campo, chegamos a dezessete pessoas entrevistadas formalmente com o objetivo de realizar uma análise mais ampla sobre casos de pobreza, atentando principalmente para as trajetórias, experiências de trabalho, relações com assistência e redes sociais. Neste tópico reunimos informações gerais sobre essas pessoas, seus dados socioeconômicos, procurando contextualizá-las e ver em que medida as informações se aproximam, para então, mais adiante, percebermos que mesmo em contextos aparentemente bastante homogêneos, encontramos situações distintas quanto à inserção na sociedade e às condições de bem-estar dela resultante, confirmando que há grande heterogeneidade entre os pobres, que pensamos tão uniformemente (Marques, 2010).

Com o desenrolar da pesquisa, percebemos que muitos entrevistados estavam fora das linhas de pobreza e extrema pobreza adotadas pelo Governo Federal, que se baseia na renda *per capita* familiar para inserir a população em ações de combate à pobreza. Ao mesmo tempo vimos que as trajetórias tinham um caráter processual e dinâmico, que ora intensifica, ora ameniza a precariedade, seja em função de recursos materiais possibilitados por uma nova frente de trabalho, quase sempre informal, seja pela assistência social, ou ainda por reconfigurações nas redes sociais, o que em geral nosso estudo confirma ocorrer em associação com as inserções desses sujeitos no mundo do trabalho e no campo da assistência, ou em decorrência de transformações ocorridas na vida familiar desses indivíduos.

Além da definição das situações de vulnerabilidade social apresentadas na introdução, tivemos contato com estudos relacionados ao tema que reforçaram a ideia de adotar a vulnerabilidade em paralelo à pobreza, para dar conta dos processos de empobrecimento analisados. Observamos com especial atenção, a insegurança vivida por essas pessoas em

relação ao mercado de trabalho, em que ora se exerce uma atividade remunerada, ora não. Merecem destaque, além disso, as transformações ocorridas ao longo do tempo nas redes de relações nas quais esses indivíduos estão inseridos, com rupturas de determinados laços ou reconfiguração dos antigos. Laços estes que não são sempre e necessariamente positivos, empoderadores, mas que muitas vezes trabalham no sentido oposto, reforçando desigualdades, reproduzindo hierarquias e relações de poder e dominação há muito estabelecidas. Porque se as redes, entendidas como tecido relacional onde as pessoas estão inseridas, podem levá-las a melhorar relativamente suas posições nas relações de poder, elas também funcionam como agravantes do problema, reforçando e reproduzindo *um estado de desempoderamento*, que caracteriza a pobreza (Romano, 2002).

Dessa forma, direcionamos nosso olhar para as várias precariedades sociais, que acabam compondo situações de maior ou menor vulnerabilidade, de modo semelhante ao que Marques (2010) encontrou em seu estudo.

“A condição de precariedade mais comum estava relacionada à inserção no mercado de trabalho. Estabeleci como condições precárias: desemprego, viver de bicos ou ter empregos sem carteira assinada (...) Além disso, quando o rendimento médio familiar per capita era igual ou inferior a R\$120,00, considerei precária a situação dos indivíduos sob o ponto de vista dos rendimentos⁴⁰ (...) Em termos habitacionais, defini como precário habitar barraco de madeira ou quarto sem banheiro (...) Em quarto lugar, para destacar a fragilidade nos arranjos familiares que geram consequências sobre a situação social, foi criado um indicador de precariedade familiar quando o núcleo familiar era composto por um único adulto com filhos de idade inferior a 12 anos (...) Por fim, quando os indivíduos apresentavam duas ou mais condições de precariedade, considerei a situação social precária em geral” (Marques, 2010: 99).

A atenção à sociabilidade, reconhecendo o trânsito dos indivíduos por situações de precariedade ao longo de suas trajetórias, fornece exatamente a ideia que compartilhamos sobre o fenômeno da pobreza enquanto processo de empobrecimento. Ao atentar para as redes com as quais operam os indivíduos como fator fundamental para compreender suas situações de pobreza, nos baseamos tanto em Marques quanto em Castel (1997), já que o segundo pensa a marginalidade e a exclusão social como processos e não como algo acabado. Para Castel, a grande marginalidade apresenta-se ao fim de um percurso, resultando de um duplo desligamento, tanto do mundo do trabalho quanto relacional. Aqui também há gradientes: trabalho estável, precário e não trabalho; inserção relacional forte, frágil e isolamento. A combinação dos pares leva a três zonas: integração, vulnerabilidade e desfiliação, que seria a soma de não trabalho e isolamento.

O estudo de Osório *et al* (2011) traça o perfil da pobreza no Brasil durante a segunda metade da década atual, e também serviu de base para a adoção do termo vulnerabilidade. Os autores definem quatro estratos de renda domiciliar *per capita* a partir dos critérios do PBF, chegando à extrema pobreza e pobreza, e classificando como *vulneráveis* as famílias cuja renda *per capita* ultrapassa o limite para transferência de renda adotado pelo programa, assim como o perfil CadÚnico (até ½ SM), mas que não chega a superar um SM. Já as famílias cuja renda ultrapassa um SM são os *não pobres*.

Demonstramos acima como e por que nossa busca por situações de pobreza não se

⁴⁰ Nota do autor. “O valor corresponde ao patamar usado no momento da pesquisa pelo PBF para transferência direta de renda para famílias pobres com crianças ou jovens de idade inferior a quinze anos”.

baseou apenas no critério renda, mas sim em distintas precariedades relacionadas à inserção social, ao relacionamento com as práticas de assistências e combate à pobreza, configurando quase sempre situações de *insegurança*, de *risco social*, entendido como “um evento que compromete a capacidade dos indivíduos de assegurar por si mesmo sua independência social. Se ele não estiver assegurado contra esses imprevistos (doença, desemprego, acidente, idade...), vive na insegurança” (Castel, 2005: 27), condição na qual vem sendo mantida grande parte da população brasileira.

Aos casos de pobreza e vulnerabilidade trazidos para análise ao longo deste trabalho, chegamos de várias formas. Aos quatro primeiros, fomos apresentados por Marilene⁴¹, agente que atua na Secretária de Agricultura. Nos casos em que ela intermediou o contato, chegou a estar presente em toda ou boa parte das entrevistas com essas pessoas. Foi Marilene quem, de certa forma, pré definiu esses contextos como de pobreza e os selecionou para a pesquisa, depois que lhe forneci informações a respeito dos objetivos do trabalho.

Depois houve um segundo grupo de entrevistados, pertencentes a mesma família, que tive acesso pelo envolvimento de mãe e filha com um projeto denominado “Escola de Pais”, oferecido na Associação de Moradores de Parada Modelo, resultado de uma ação conjunta entre agentes da SAPS e setor privado. Estive numa das primeiras reuniões dessa oficina. Ao término das atividades fui até uma jovem mãe que divergira de um dos agentes quando este contara uma história banal que no fim das contas trazia a lição de que “às vezes é melhor ser feliz do que ter razão”. Alguns dias depois a entrevistei, assim como sua mãe e seu cunhado.

As entrevistas com três catadores do aterro sanitário de Guapimirim vieram na sequência. Cheguei até eles sem nenhum intermediário, embora deva muito a Robson, funcionário do condomínio onde me instalei durante o período da pesquisa e que foi meu guia até o aterro. Imaginava que a ida ao local levasse a contextos mais extremos de pobreza, o que ficou longe de se confirmar se nos atermos apenas a renda *per capita*. O arranjo encontrado no aterro nos soou tão paradoxal que redefiniu os rumos da pesquisa, na medida em que nos fez refletir sobre o tema de modo ainda mais amplo que até então.

Depois do aterro, passei a organizar os dados e a transcrever as entrevistas já realizadas. Foi então que notamos a ausência de casos de pobreza localizados no bairro frequentemente citado como mais pobre, o Vale das Pedrinhas. Fui ao CRAS do Vale e uma funcionária mencionou o Parque D'Ajuda, outro bairro da região, onde a situação seria ainda mais precária. Para chegar ao local era preciso seguir pela rua principal do Vale até o fim do asfalto, e depois continuar pela estrada de terra. Chegando lá, depois de uma volta pela principal rua do bairro, parei em frente a uma das casas que me pareceram mais simplórias e degradadas, incorporando mais um caso à pesquisa.

Outro caso foi agregado quando conheci o Instituto Benéfico Ebenézer (IBE). Conversei com um funcionário, resumindo brevemente minha pesquisa. Ele então me apresentou ao rapaz que vinha fazendo a limpeza do local, e assim chegamos a mais um caso. Mesmo assim faltavam situações de maior envolvimento com os CRAS, de participação em suas oficinas, o que exige a presença constante e a interação com a equipe e demais *assistidas*. Para chegar a esses casos fui auxiliado pela equipe do CRAS III, que, a partir das minhas ponderações agendou as entrevistas com duas mulheres que estavam num segundo ciclo de participação nas oficinas do CRAS.

Na parte final do trabalho de campo, conforme as entrevistas evidenciavam o

⁴¹ Todas as pessoas mencionadas ao longo desta dissertação receberam nomes fictícios.

predomínio de trajetórias de vida marcadas pela origem rural das experiências de trabalho, resolvi resgatar um contato feito no começo da pesquisa, quando estive na inauguração da sede da AFOJO. Através de Ilam, produtor rural e membro da associação, um dos principais sujeitos envolvidos na sua criação e consolidação, mergulhei mais rapidamente do que gostaria na realidade que lhes permite existir, e voltei dessas águas com três casos que ampliaram ainda mais nossos olhares sobre o universo pesquisado.

Ao todo foram dez mulheres e sete homens entrevistados. Dos dezessete casos que analisamos, três estão na faixa etária acima de 65 anos, seis entre 41 e 65 anos, três entre 31 e 40 anos, e cinco entre 18 e 30 anos, chegando a média de exatos 45 anos. A condição de migrante é bastante comum no município, o que se reflete em nove dos 17 casos, embora todos tenham chegado à Guapimirim há mais de dez anos. Quanto à cor da pele, 13 são negros ou pardos, contra apenas quatro brancos. A escolaridade mostrou-se extremamente baixa, com quatro analfabetos absolutos, dois funcionais⁴², cinco pessoas com quatro anos de escolaridade, uma com sete, quatro com ensino fundamental completo⁴³ e apenas uma com ensino médio completo. A média de escolaridade ficou em 4,41 anos de estudo.

Conforme já mencionado, as trajetórias de vida e trabalho reconstruídas pelos entrevistados mostraram que a quase totalidade deles possui origem rural, com exceção de três, todos entre os mais jovens. Se considerarmos a *capina* como atividade rural, aí então apenas uma pessoa não teria sua origem ligada a trabalhos rurais. Entre as experiências de trabalho mencionadas pelos homens, as mais frequentes foram a capina, a atividade de pedreiro e ajudante de pedreiro, o trabalho rural assalariado (quase sempre sem carteira assinada), o trabalho rural familiar (não remunerado, voltado para o mercado e/ou subsistência), bananeiro, feirante, caseiro e a catação de materiais recicláveis. Em menor escala, machadeiro⁴⁴, frentista, caminhoneiro, motorista de ônibus, vigia, padeiro e extração de areia. Houve um registro de aposentadoria.

Os trabalhos geralmente agrupados como domésticos foram os mais mencionados pelas mulheres, que se referiam a eles de diversas formas, como “em casa de família”, “em casa de madame”, “cuidando de idoso”, faxineira, empregada, doméstica e babá. A capina, o trabalho rural assalariado (sempre sem carteira assinada), o trabalho rural familiar (não remunerado, voltado para o mercado e/ou subsistência) e a catação de materiais recicláveis também estão entre as atividades mais recorrentes. Em segundo plano, feirante, trabalho em eleição, machadeira, lavadeira, bananeira, venda de panos de prato, atendente em bar, auxiliar de creche, trabalho em fábrica de bijuterias e auxiliar de cozinha.

Em relação à assistência social, só dois homens relataram envolvimento, embora apenas o mais jovem, com 20 anos, mencionou uma experiência mais significativa, ao ter

⁴² Osório *et al* (2011) considera analfabetos funcionais aqueles que não concluíram o primeiro segmento do ensino fundamental, o antigo primário. Já que mais da metade da população de Guapimirim não possui sequer o ensino fundamental completo, a taxa de analfabetismo funcional deve ser elevadíssima.

⁴³ Um entrevistado tinha dois anos de escolaridade e havia retomado os estudos há dois anos. Desde então, foi realocado três vezes em função de sua rápida aprendizagem. Quando conversamos estava prestes a iniciar o oitavo ano do ensino fundamental, e fazia planos de terminar o ensino médio e ingressar numa faculdade. Além dele, só duas mulheres, uma de 19 anos e outra de 30, mencionaram planos de retomar os estudos.

⁴⁴ *Machadeiro(a)* é o termo usado pelos mais antigos no município para designar os que trabalhavam com a derrubada de árvores, em geral contratados por terceiros. A atividade parece ter sido intensa nas décadas passadas. A derrubada de árvores ainda hoje compõe a renda de algumas famílias no município, sendo algumas pessoas especialistas nesse trabalho. A expansão da urbanização em direção às últimas áreas de Mata Atlântica preservada gera a derrubada em massa de espécies arbóreas, o que não raro é feito ilegalmente.

passado por programas como PETI e Pró-jovem. Na ocasião da entrevista, fazia alguns meses que esse entrevistado buscava recursos no IBE, onde além de vestimentas conseguiu uma pequena brecha como faxineiro, dois dias na semana. No outro caso analisado, a relação com a assistência se resume ao desconto no consumo de energia elétrica⁴⁵. Não há nenhuma ação voltada para homens adultos, já que a única oficina de inclusão produtiva ao longo do período em que realizei trabalho de campo foi a de Manicure, havendo apenas mulheres inscritas. Só há homens nas oficinas voltadas para idosos e nas de Vulnerabilidade e Hortas, sempre em número bastante reduzido em relação às mulheres.

Entre as mulheres, oito se relacionam com a assistência social. O vínculo mais comum é o benefício do PBF, que aparece diretamente em cinco dos casos abordados⁴⁶. Duas entrevistadas se relacionam com o programa das Hortas, sendo que uma passou pela oficina de dança para idosos e a outra é beneficiária do PBF. Outras duas recorrem à assistência social oferecida fora dos CRAS, além de serem beneficiárias do PBF. Duas mulheres desenvolveram uma relação mais significativa com o CRAS através da oficina de Gestante. Uma delas seguiu para a oficina de Vulnerabilidade enquanto a outra regressou à de Gestante com uma segunda gravidez. E por fim, outras duas se relacionam apenas com o PBF.

Ao incluirmos a configuração do aterro e as unidades PAIS entre as práticas de assistência, entendendo-as também enquanto ações de proteção social em prol da inclusão produtiva e inserção no mercado das famílias, a situação muda de figura, pois então homens e mulheres se envolvem com ações relacionadas às práticas de assistência, oficiais ou oficiosas.

As unidades PAIS constam na agenda do MDS, mas podem gerar interpretações distintas, sendo vista como uma assistência “técnica” ao invés de “social”, no sentido equivocado que, ao meu ver, tem sido promovido pela própria política de assistência social, que tende a tornar invisível a condição de trabalhadores precarizados dos que se relacionam com ela, substituindo-os pelo status de mais pobres entre os pobres (Ivo, 2008).

As unidades PAIS apareceram em quatro dos casos que abordamos, com duas mulheres e dois homens como titulares do benefício. Tal fato infelizmente não reflete uma ampla instalação dessa modalidade de assistência no município, mas sim o modo como chegamos à metade dos casos de pobreza e vulnerabilidade, por intermédio de uma agente da Secretaria de Agricultura e de um membro da AFOJO.

A unidade PAIS é uma “tecnologia social” também inscrita na agenda do MDS, voltada para agricultores familiares, acampados e pré-assentados da Reforma Agrária, comunidades quilombolas, entre outros. Os agricultores selecionados recebem um *kit* para implementação da unidade, além de uma rápida capacitação durante quatro dias desenvolvida pelo SEBRAE. As unidades auxiliam o agricultor familiar a produzir alimentos sem uso de agrotóxicos, tanto para subsistência quanto para o mercado. O sistema de produção consiste basicamente em um galinheiro central que processa os restos de alimentos da família, gerando adubo para os canteiros de hortas dispostos em círculo ao redor, tendo um sistema de irrigação com mangueiras por gotejamento.

Em relação à renda de cada um dos casos, principalmente à renda *per capita* familiar, nem sempre foi possível mensurá-la com exatidão, seja pela dificuldade em reunir

⁴⁵ O abatimento vem através da Tarifa Social de energia elétrica, subsídio do Governo Federal para quem possui Número de Inscrição Social decorrente do cadastro no CadÚnico.

⁴⁶ No caso dos homens entrevistados, quatro tinham companheiras, ex-companheiras ou mães que recebiam o Bolsa Família. Também apareceram ao longo de todas as entrevistas, com homens e mulheres, alguns envolvimento indiretos com o BPC. Esses casos serão abordados em maior detalhe no próximo capítulo.

informações sobre todos os membros residentes no domicílio em questão, ou pelo efeito sanfona, que só permite uma ideia da renda, dada sua oscilação ao longo do tempo, em um contexto no qual a renda da família é definida em meio a situações de desemprego, biscates, trabalhos temporários e informais, aspectos que refletem a estrutura do mercado de trabalho no país. Feita a ressalva, o montante de renda declarada alcançado individualmente variou entre zero e dois mil reais mensais. Em dois casos não foi possível chegar a uma *per capita* domiciliar aproximada para os últimos meses. Nos demais, seis situaram-se abaixo de ½ SM, seis entre ½ e um SM, e três acima de um SM.

Quanto às redes sociais dos entrevistados, tomadas exatamente como aquilo que as pessoas entendem que são (Marques, 2010), elas se mostraram pequenas (em função do número de nós), com pouca variabilidade de sociabilidade (em relação às esferas de sociabilidade), além de serem escassas as relações com pessoas de grupos sociais e renda diferentes do grupo a que pertencem, gerando grande homofilia⁴⁷ nas redes. Os casos que escapam relativamente a esses contextos são os que possuem vínculos com a AJOFO e o PAIS, muito em função dessas relações desencadearem uma série de outras e envolverem as pessoas em configurações de redes compostas de circuitos associativos, políticos e econômicos que lhes permitem questionar posições no tecido relacional.

1.3. “Caixão tem de graça!”⁴⁸. As práticas de assistência municipal

Este momento da escrita remete ao início do trabalho de campo, quando realizamos o levantamento do que estamos chamando de práticas de assistência municipal, que diz respeito ao conjunto de ações desenvolvidas pelos CRAS no sentido de agir sobre situações de pobreza e vulnerabilidade. Buscamos construir uma espécie de mapa da assistência em Guapimirim, levantando os objetivos e enquadramentos de cada ação executada para então compreender se e como as pessoas se apropriam dessas ações, na medida em que o campo exploratório apontava para uma pluralidade nas interações entre a população em situação de pobreza e as assistências.

Comecei a pesquisa de campo andando pela Avenida Dedo de Deus, a principal da cidade, mais conhecida entre os moradores como “Reta”, onde funciona a sede da SAPS, assim como a própria prefeitura e outras secretarias municipais, da mesma forma onde se concentra ampla oferta de comércio e serviços existentes no município. Os próprios equipamentos da SAPS encontram-se num raio que não chega a atingir dois quilômetros ao redor da sede, com exceção do CRAS do Vale das Pedrinhas, situado a mais de 20 km do centro. Se é verdade que a concentração desses estabelecimentos na região central da cidade responde à maior concentração da população residente também neste entorno, tal configuração acaba afastando os moradores de bairros distantes dos equipamentos e ações de assistência social, criando apenas pela localização dos mesmos, possibilidades distintas de inserção e interação com as práticas de assistência.

⁴⁷ Relações entre pessoas de igual atributo social, político, econômico e cultural (Marques, 2010).

⁴⁸ Trecho da entrevista com Ednarda (19 anos, 1 filha, amigada, desempregada, 4 anos de escolaridade, beneficiária do PBF) referente ao momento em que ela resume a dificuldade que enfrenta quando procura por serviços públicos no município. Nesse caso sua busca era por urgência em tratamento dentário. Acabou gastando R\$30,00 no IBE, que oferece serviço odontológico. “Estava arriscado eu morrer de dor de dente... Caixão tem de graça! Mas eu não quero não”. A exclamação de Ednarda refere-se à assistência funerária completa prestada pela Secretaria de Ação e Promoção Social (SAPS).

Os equipamentos da SAPS são, além de sua própria sede, três CRAS, sendo que um deles possui um “braço” denominado Polo do Idoso. Há ainda uma unidade do Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS), o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), e o Pró-Jovem. Ao longo do trabalho de campo passei por todos eles e conversei com algumas de suas funcionárias, no feminino mesmo, já que todas são mulheres. A população que procura esses equipamentos e mais comumente faz uso deles também é esmagadoramente composta por mulheres, excetuando-se o Polo do Idoso e o Pró-Jovem, onde há maior heterogeneidade de gênero.

Embora tenha transitado brevemente por todos os equipamentos da SAPS, concentrei-me nos CRAS⁴⁹ por motivos já esclarecidos na introdução. Neles são oferecidas algumas oficinas socioeducativas, de “resgate” e de inclusão produtiva da população vulnerável. Busquei, quando dentro dos CRAS, levantar as ações desenvolvidas em cada um deles, seus objetivos e enquadramentos com base nos quais são selecionadas as pessoas a serem atendidas pelas ações desenvolvidas, procurando também captar a concepção das agentes que operacionalizam estes serviços sobre a pobreza e o público que atendem.

1.3.1. O CRAS I

No CRAS I, situado no bairro Paiol, as ações estão voltadas para a população idosa, para os maiores de 65 anos, ou ainda para a chamada “melhor idade”, termo usado por uma das agentes para referir-se ao público atendido pelo “seu” CRAS. O objetivo central do CRAS I/Pólo do Idoso é a “inclusão social e o resgate da autoestima” (SAPS, Guapimirim) dos idosos e seus familiares. A instituição busca atingir esses objetivos desenvolvendo oficinas de educação física, dança de salão e pedraria (ornamentação de peças de vestuário com pedras e miçangas), além de promover caminhadas, passeios e excursões para o grupo de idosos. Em todas as oficinas desenvolvidas pela SAPS, durante reuniões organizadas no formato palestra/aula, serve-se lanche para todos. “Meus idosos comem muito!”, diz Renata.

Outra faceta do CRAS I é a doação de fraldas geriátricas e o empréstimo de cadeiras de rodas e higiênicas, andadores e muletas. Ao contrário das oficinas vistas acima, onde todos os idosos interessados podem participar, essas doações exigem da família recebedora a inscrição no CadÚnico⁵⁰ e o respectivo Número de Inscrição Social (NIS). “A gente cuida da família tá, não do indivíduo”, diz Renata. Nesse sentido, são realizadas reuniões socioeducativas esporadicamente, assim como acompanhamento psicossocial das famílias que possuem idosos acamados.

Além das oficinas que ocorrem no Polo do Idoso e das doações e empréstimos feitos

⁴⁹ “O CRAS é uma unidade pública da política de assistência social, de base municipal, integrante do SUAS, localizado em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinado à prestação de serviços e programas sócio assistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos” (Panfleto informativo de responsabilidade da SAPS de Guapimirim).

⁵⁰ Banco de dado informatizado desenvolvido pelo GF que permite inserir as informações referentes às famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade, que a partir da inclusão no CadÚnico podem receber diversas ações de proteção social. Por isso é o critério principal para o envolvimento com os CRAS no município. Funciona também como ferramenta de busca e controle em vários sentidos. Pode coibir fraudes ou dissimulações, como a realização de vários cadastros em diferentes lugares para ampliar os ganhos, prática encontrada em minha experiência anterior de pesquisa. Também permite bloquear ou mesmo cancelar a transferência de renda do Bolsa Família caso um beneficiário não faça o recadastramento anual ou obtenha emprego com carteira assinada elevando a renda *per capita* familiar acima do ponto de corte.

no próprio CRAS, este ainda atende os populares que para lá se dirigem com o intuito de acessar programas de governo, como o Bolsa Família, e direitos garantidos por lei, como o BPC. Nos dois casos o atendimento é feito pela assistente social, que compõe a equipe dos CRAS juntamente com a psicóloga e coordenadora. Se a busca é pelo PBF, faz-se o atendimento e, quando se constata a elegibilidade da família, ela é encaminhada para a sede da SAPS, onde realmente ocorre o cadastramento no programa. Caso a procura seja pelo BPC, em geral o idoso vai acompanhado por um parente próximo. Nesse caso o atendimento é semelhante ao PBF, tendo por objetivo averiguar a elegibilidade do demandante de acordo com os critérios estabelecidos pela assistência em questão. Depois disso, a pessoa recebe um encaminhamento e orientações para se dirigir ao posto do INSS que desejar. Geralmente Magé ou Teresópolis, pois não há posto do INSS em Guapimirim.

Presenciei um desses procedimentos enquanto estive lá. Fernanda acabara de iniciar o atendimento a uma senhora e sua filha que buscavam o BPC, quando vem me perguntar se eu gostaria de assistir. Digo que sim, mas prefiro não sentar à mesa e fico na porta da sala, de onde posso ver e ouvir o que se passa sem que as mulheres atendidas sintam-se ainda mais constrangidas pela minha presença, já que é visível e esperada a postura retraída em geral adotada pelas pessoas que se dirigem aos espaços da assistência. O atendimento durou cerca de 25 minutos e consiste numa entrevista resumida no parágrafo abaixo.

A senhora completara 75 anos e mora com a filha, seu genro e netos na casa do casal. Sempre viveu em Guapimirim, nunca teve sua carteira de trabalho assinada, separou-se do marido há anos e não tem outro companheiro. Nenhuma das duas recebe o Bolsa Família. Sua filha diz que não chegam a precisar: “a gente trabalha”. Como a senhora não possui nenhuma renda, sua filha diz que “pra ela é uma dignidade ter o dinheirinho dela”. Fernanda procura reforçar a busca delas como um direito, e diz que mesmo a senhora não tendo contribuído com o INSS, seus patrões deveriam ter feito, e por isso ela tinha sim que buscar o benefício. Fernanda pergunta sobre a casa, se a mesma tem esgoto⁵¹ e se é de alvenaria, ao que respondem positivamente. Moram em seis pessoas ao todo, em Parada Modelo. Seu genro é fotógrafo, autônomo, ganha em média um salário por mês e recolhe o INSS sempre. Fernanda passa orientações quanto aos documentos necessários quando forem ao INSS e vai perguntando se a senhora os possui, um a um. Por fim, alerta: “a senhora não mente, tá? Fala a verdade; que você mora com sua filha, não tem casa nem renda nenhuma, que eles não têm carteira assinada; e sempre joga pra menos, porque o governo é muito criterioso”⁵².

Atendimentos como o resumido acima compõem o cotidiano não apenas do CRAS I, mas de todos os três CRAS existentes no município, que atendem populares recentemente informados a respeito da existência de programas, benefícios, direitos, doações e oficinas que podem ser acessados através dos CRAS. São comuns os casos em que as pessoas procuram por outros atendimentos e serviços não executados pelo CRAS, geralmente relacionados à saúde. Nesses casos o CRAS as encaminha para outros equipamentos da rede pública.

No final deste dia de entrevistas no CRAS I, pergunto à Renata sobre a funerária municipal, localizada quase em frente ao cemitério. “Isso é comigo também. Eu pego quem já morreu e quem está morrendo!”. Nesses casos, diz ela, “a assistência é completa, e é tudo

⁵¹ Não há sistema público de tratamento de esgoto em nenhum ponto da cidade. Muitas casas fazem uso da fossa e sumidouro, mas não há fiscalização sobre as condições em que são feitas e mantidas, e a ideia desse sistema “alternativo” como sendo o “esgoto” é naturalizada. A pergunta feita durante o atendimento remete a esse sistema.

⁵² Imagino que nesta última orientação Flávia tenha se referido à renda que a família agrega mensalmente.

gratuito, é só morrer!”, ou seja, não precisa ter perfil CadÚnico e NIS como a maioria das ações dos CRAS exigem. De acordo com Renata, esse serviço foi criado em julho de 2007, numa das gestões do ex-prefeito e já falecido Néelson do Posto.

Conversando com a equipe desse CRAS, obtive informações sobre a dinâmica da política de assistência social municipal como um todo. Quanto aos enquadramentos exigidos para a inclusão nas ações implementadas pelos CRAS, quase tudo passa pela inscrição da família no CadÚnico e a consequente obtenção do NIS, o que não restringe as ações aos beneficiários do PBF⁵³. O critério baseado no perfil CadÚnico resume o enquadramento das pessoas atendidas pelas políticas sociais à renda *per capita* familiar de até ½ SM. Ainda, segundo Sueli, da equipe do CRAS III, a prioridade é dada aos beneficiários do Bolsa Família quando há uma demanda maior que as vagas disponibilizadas pelas oficinas.

A partir de reclamações espontâneas feitas pela equipe do CRAS I sobre a dificuldade que os centros encontram para desenvolver oficinas de inclusão produtiva junto à população vulnerável, me vi na obrigação de perguntar-lhes sobre o assunto. De acordo com Renata, a população “não participa, elas não se interessam, não querem saber de deveres, só direitos... são acomodados”. Esta fala nos remete às concepções e visões de mundo vinculadas às correntes de pensamento e ordens de valores muito presentes na sociedade como um todo quando se trata do fenômeno da pobreza. Faço aqui referência direta a duas perspectivas. Uma delas identifica a existência de uma cultura da pobreza, culpabilizando os pobres por sua pobreza, e que talvez tenha em Lewis (1961) sua maior expressão. Cabe destacar ainda nessa linha a perspectiva muito em voga atualmente no cenário brasileiro que entende a pobreza como ausência de ativos, que seriam compostos por diferentes capitais: físico, humano e social (Neri apud Marques, 2010). Sem discordar da importância dos “ativos”, entendo que tal abordagem pode continuar a reproduzir a ideia de que a pobreza apenas reflete a incapacidade desses indivíduos se relacionarem com o mercado, Estado e sociabilidade.

A dificuldade de implementar um novo modelo de relacionamento entre os CRAS e a população atendida, residiria no fato “deles gostarem muito da dádiva”, como diz Fernanda, estando acostumados com o modelo antigo, baseado numa relação de cunho tradicional, personalizada, estabelecida com a assistência de modo semelhante à caridade, resumindo-se ao fornecimento de cestas básicas, pagamento de contas atrasadas e outros bens materiais concedidos tradicionalmente por instituições caritativas religiosas, ou por políticos e suas ações de cunho “social”. Para Fernanda, tais práticas remetem à herança política de Magé, tendo sido exercitadas até pouco tempo pela própria SAPS, de acordo com Renata.

Procurando então historicizar minimamente a assistência social municipal, pergunto à Renata sobre o modelo de organização e funcionamento vigente, sua origem e como eram as coisas anteriormente. Ela responde que a organização atual surgiu e se fortaleceu a partir de 2006 e 2007, muito em função de determinações do Governo Federal, que criara o PAIF (precursor da ideia dos CRAS), o Sentinela (precursor dos CREAS), e o PETI. “A partir destas ações as coisas foram se fortalecendo. Antes não tinha nada! Era tudo dentro da SAPS. Ficava uma fila enorme lá, só para pegar cesta básica... Tinha um curso ou outro, e só!”

⁵³ Famílias com perfil PBF são as que possuem renda per capita até ¼ do SM; entretanto as famílias que vivem com rendimentos entre R\$70 e R\$140 somente recebem o benefício variável, em função de crianças e jovens na sua composição familiar; já as famílias com renda per capita de até ½ SM não possuem perfil para inserção no PBF, mas estão dentro do perfil CadÚnico e podem ser acompanhadas pelos CRAS e suas ações de inclusão produtiva e outras atividades para o seu desenvolvimento e reforço dos laços sociais, além de terem acesso à outros benefícios do GF, como o desconto na conta de luz pelo programa “Tarifa Social”.

(Renata, equipe do CRAS I).

É interessante chamar atenção desde já para as concepções a respeito dos pobres e da pobreza, que serão apresentadas ao longo do texto e para o modo como convergem de CRAS para CRAS, de equipe para equipe. As percepções das agentes sobre os pobres e a pobreza, em geral emergiram quando conversávamos sobre a dificuldade em construir uma relação com a população que conseguisse ultrapassar o tradicional fornecimento de cestas básicas e outros bens materiais.

1.3.2. O CRAS III⁵⁴

O CRAS III é o local onde ocorrem as oficinas voltadas para a inclusão produtiva. É no mínimo curioso que o centro onde mais ocorram essas atividades, e por isso onde há maior circulação e presença da população seja o CRAS em pior estado de conservação. Internamente a casa não difere do CRAS I, mas em sua parte externa não há cuidado com o jardim e plantas no entorno, nem com a pintura. Com base nas visitas que fiz aos centros pude perceber que ele possui o maior fluxo de pessoas, sendo o mais procurado pela população.

O CRAS III busca “proporcionar a integração familiar e social das famílias que vivem em situação de risco pessoal e social, através de ações que elevem a autoestima e despertem a potencialidade para o trabalho” (Panfleto informativo, SAPS). Para atingir o objetivo, o centro desenvolve as oficinas de Gestante, Vulnerabilidade Social, Hortas⁵⁵, Manicure e Violão. O critério básico para ingresso nas oficinas é o já mencionado perfil CadÚnico. Existem, no entanto, situações específicas, relacionadas à natureza e objetivos das oficinas, como a de Gestante e a de Vulnerabilidade Social. Em alguns casos a pessoa inicia a relação com a oficina antes mesmo de ser inserida no CadÚnico e obter seu NIS. Em outros o acesso às oficinas é intermediado e favorecido por vínculos pessoais, principalmente na de Gestante, onde não há vagas suficientes.

A oficina de Gestantes possui caráter permanente, ou seja, não existe início ou fim da programação da oficina, mas sim o ingresso de jovens gestantes e a saída das mesmas como jovens mães. O objetivo é orientar as jovens sobre diversos aspectos, como os cuidados com o bebê ao longo da gestação e após o nascimento, e principalmente a respeito da importância de se evitar uma nova gestação ainda muito jovem, já que muitas gestantes que participam da oficina são adolescentes.

As jovens costumam ingressar nessa oficina quando estão entre o segundo e o terceiro mês de gestação e permanecem três meses após o nascimento do bebê, completando entre nove e dez meses de vínculo. Ao longo da relação com a oficina, as participantes recebem informações através dos encontros semanais, que em geral tem o formato de uma aula ou palestra sobre determinado assunto, além de uma cesta básica mensal e um enxoval quando apresentam a certidão de nascimento do filho. Procura-se controlar o excesso de faltas exigindo atestado médico, mas na prática há flexibilidade.

⁵⁴ O fato de tratarmos do CRAS III antes do II é reflexo da concentração das ações da SAPS no Centro do município, o que nos fez conhecer primeiro estes dois equipamentos, muito próximos um do outro, para só depois conhecermos o CRAS do Vale das Pedrinhas, que é o CRAS II, distante cerca de 30 km. A numeração dos CRAS remete à ordem em que foram implementados pela SAPS.

⁵⁵ A Oficina de Hortas é realizada em conjunto com a Secretaria de Agricultura, que entra com a estrutura e assistência “técnica” necessária, enquanto os CRAS promovem as reuniões junto com o grupo de Vulnerabilidade e fornecem a cesta básica ao final do mês.

A implementação da oficina surgiu como resposta diante da grande quantidade de adolescentes grávidas no município. Fernanda, da equipe do CRAS I, se mostrou bastante preocupada nesse sentido. Para ela a oficina deve mudar seu foco, buscando impedir a primeira gravidez. Para Fernanda, o número de jovens grávidas em Guapimirim é “alarmante”. Meninas de 12, 13 anos sempre entram no projeto⁵⁶. Fernanda diz que “as adolescentes repetem a história das mães, que tiveram filho muito jovens, foram abandonadas pelos parceiros que sempre dão um jeito de desaparecer, enquanto as jovens deixam os filhos com algum parente e partem pra outra gravidez, ainda muito jovens”. A esse respeito, Sueli, da equipe do CRAS III, onde é realizada a oficina, me informou que algumas jovens têm retornado à oficina com uma segunda e até terceira gravidez, o que fez a equipe, teoricamente, privilegiar vagas para jovens que não possuem histórico de vinculação à oficina, deixando as “reincidentes” numa espécie de lista de espera. São 30 vagas disponíveis para jovens gestantes, uma das oficinas mais procuradas.

Quanto às oficinas de inclusão produtiva, a única oferecida ao longo do período em que fiz a pesquisa foi a de Manicure. Para o ano de 2012, duas novas oficinas estavam previstas: a de bolos e a de doces em compota. Suas atividades só começariam em meados de maio. A oficina de Manicure tinha bastante procura, talvez por ser a única. Na manhã do primeiro dia de inscrições para duas novas turmas (num total de 50 vagas), que deveriam iniciar em setembro de 2011, metade das vagas já estavam preenchidas. O curso dura três meses, com aulas dois dias da semana. As participantes recebem todo o material necessário.

Já a oficina de Violão possui caráter socioeducativo. Busca “despertar o interesse dos adolescentes na área musical e ocupação do tempo ocioso” (SAPS, Guapimirim). Funciona em parceria com o Pró-Jovem, dando preferência aos jovens vinculados a este programa. Voltada para os alunos da rede pública de ensino, entre 12 e 18 anos, atende duas turmas, dois dias por semana, totalizando cerca de 40 jovens.

Outra oficina desenvolvida nos CRAS é a de Vulnerabilidade Social, que também possui caráter constante, com famílias ingressando e saindo dela. Atendia 15 famílias no CRAS III durante a realização da pesquisa. Consiste em acompanhar uma família a partir do momento em que se identifica uma situação extrema, que no caso se baseia na inexistência de fontes de renda familiar ou numa situação de extrema pobreza, nos moldes do PBF, aliada à “problemas mais graves”, como alcoolismo. Na prática as avaliações estão muito mais sujeitas às interpretações das funcionárias *a nível de rua* (Bichir, 2010).

Essa oficina realiza reuniões a cada quinze dias e fornece cesta básica mensal à família durante seis meses, prorrogáveis por mais seis. No tempo em que a família passa a ser assistida, seus membros serão orientados e encaminhados aos serviços públicos e equipamentos da SAPS para integrarem-se aos programas e oficinas teoricamente correspondentes a situação de cada um. Por exemplo, adultos seriam direcionados para oficinas de inclusão produtiva, enquanto crianças e jovens podem ser inseridos no PETI ou Pró-Jovem. Ou seja, procurar-se-á envolver a família na rede de proteção social municipal.

Quando questionei sobre o fornecimento de cestas básicas à população, disseram que “de maneira isolada, praticamente não ocorre da parte da Secretaria” (Renata, CRAS I). Vimos que algumas oficinas fornecem uma cesta básica mensal aos participantes, como a de Gestante, a de Vulnerabilidade Social e a das Hortas escolares, esta última que funciona em parceria com a Secretaria de Agricultura. “Só fornecemos cestas básicas isoladamente quando

⁵⁶ Quando realizei a pesquisa, a mais jovem integrante da oficina de Gestante tinha 15 anos. A mais velha 30.

identificamos uma situação de extremo risco e vulnerabilidade”, explica Renata, dizendo ser cada vez mais raro, já que “o PBF fez e faz essa função de acabar com a fome”, e conclui com a máxima da assistência: “hoje a gente não dá mais o peixe; a gente ensina você a pescar”.

Em minhas visitas ao CRAS III, com base nas conversas que tive com Sueli, ficou claro que o fornecimento de cestas básicas isoladamente ocorre com alguma frequência e constitui um dos principais dilemas enfrentados pelas equipes. A SAPS compra 150 cestas mensais, sendo que o número de pessoas envolvidas em ações dos CRAS que preveem a doação das cestas, não chega a 120, juntando as oficinas de Gestante, Vulnerabilidade e Hortas executadas nos CRAS II e III, restando cerca de 30 cestas mensais. Na segunda conversa que tive com Sueli, ela diz que a doação fora do vínculo com o CRAS ocorre esporadicamente, e que para ela configura uma das maiores dificuldades do trabalho: conviver com a dúvida na relação com a população.

A dúvida se instala após escutar, observar, interpretar e julgar as histórias e as pessoas que procuram o CRAS relatando situações extremas de necessidade e levando uma demanda imediata pela cesta básica. Ao mesmo tempo, Sueli diz que “nesse caso a pessoa tem que ser muito atrevida”, referindo-se à possibilidade de dissimulações.

O método da assistência quanto ao atendimento reza que a pessoa que busque o CRAS demandando imediatamente cesta básica e/ou outros bens materiais, seja atendida psicossocialmente e que no fim das contas seja informada sobre tudo que o CRAS tem para lhe oferecer, e que tudo são “direitos” dela, mas que para acessá-los ela precisa passar pela entrevista, ser cadastrada no CadÚnico, e ainda, quem sabe, passar pela visita domiciliar. Só depois desses procedimentos é que a pessoa será ou não inserida nas práticas de assistência, entre elas as que fornecem a cesta básica de alimentos. Todavia, na prática não há como fazer visitas a todas as famílias que requerem acesso às diferentes modalidades de assistência. As mais de cem famílias inseridas em oficinas que fornecem cesta básica não foram todas visitadas, muito menos as mais de três mil famílias beneficiadas pelo PBF no município. Portanto, algumas vezes há o fornecimento de cesta básica logo após o atendimento psicossocial, para só depois ser feita visita, quando e se houver tempo, carro ou dúvidas sobre a condição de pobreza. A dinâmica da relação responde muito mais pelo já mencionado critério em *nível de rua* (Bichir, 2010).

O programa de Hortas escolares foi o primeiro que conhecemos dentre as práticas de assistência. É desenvolvido em associação com a Secretaria de Agricultura e consiste em selecionar pessoas que agreguem ao contexto de pobreza material, situações de violência familiar e alcoolismo, para fazer delas responsáveis por hortas escolares. Esta prática de assistência tem um forte caráter de “resgate” da pessoa de volta aos círculos sociais. Seu público tem idade mais avançada, acima de 50 anos, e a maioria são mulheres. A Secretaria de Agricultura entra com sementes e apoio necessário para iniciar a horta, que depois de estabelecida é confiada à pessoa selecionada, que pode ficar com até 1/3 da produção, sendo a maior parte destinada à alimentação escolar da instituição em que a horta é desenvolvida⁵⁷. A participação no programa garante uma cesta básica mensal, que deve ser retirada no CRAS após uma reunião ou palestra realizada na última semana do mês, juntamente com os integrantes da oficina de Vulnerabilidade.

⁵⁷ Depois de dar por encerrado o trabalho de campo, acabei voltando a um dos CRAS para complementar algumas questões e recebi a notícia de que três pessoas tinham sido inseridas na oficina em uma nova modalidade, com a horta sendo implementada na própria residência, chegando a 18 o número de pessoas vinculadas ao projeto.

Em relação às oficinas do CRAS III, Sueli mencionou novas orientações que a equipe do centro adotará para as atividades neste ano de 2012. Ao invés do enquadramento que conhecemos, a inserção nas oficinas de inclusão produtiva tornar-se-á exclusiva aos beneficiários do PBF. “Por determinação do governo”, diz Sueli. Quando conversamos no início do corrente ano, ela disse que havia mais pessoas na fila de espera do que beneficiárias do PBF inscritas nas três oficinas previstas para o ano de 2012. Para Sueli, “as beneficiárias do Bolsa tem medo de vir até a gente... Elas sabem que a gente faz o atendimento e acham que vão perder o benefício”. Com o encerramento do prazo de inscrições se aproximando e as vagas sobrando, a equipe pretendia retomar o antigo enquadramento, fazendo as inscrições das pessoas na lista de espera.

A partir de situações que a própria equipe vinha observando, adotar-se-á também o critério “não ter passado pelo CRAS”. As agentes da SAPS, em especial a equipe do CRAS III, vem percebendo um número cada vez maior de mulheres “fiéis” ao CRAS, “sócias” das oficinas, mulheres que fazem várias das oficinas oferecidas pelo CRAS, chegando inclusive a passar pela mesma oficina por duas vezes. De agora em diante,

“A orientação é não ter passado pelo CRAS. Porque, por exemplo, tem casos em que as mulheres passam mais de uma vez pela oficina, ai logo depois de sair da gestante ela volta depois grávida de novo. A pessoa fez oficina de gestante, depois bolos e doces, depois pedraria, depois manicure... está sendo esse vício nas oficinas. Porque que ela vai fazer de novo às vezes a mesma oficina?” (Sueli, equipe do CRAS III).

Não há uma única resposta que possamos fornecer à Sueli, mas sim uma série de fatores que ajudam a entender o uso que algumas mulheres parecem estar fazendo do CRAS. A própria Sueli já começa a dar uma resposta à questão quando diz: “quem vem são basicamente as donas de casa. Quem trabalha não consegue vir. Às vezes a pessoa vem e só precisa falar, conversar um pouco. Às vezes ela chora... Muitas vezes ela não tem com quem conversar em casa”.

É bem provável que o uso do CRAS como espaço de encontro e sociabilidade feito por algumas mulheres seja talvez o único “lugar” que ele poderia ocupar em cotidianos repletos de precariedades, uma vez que um de seus objetivos oficiais, o de incluir produtivamente as mulheres fazendo-as empreendedoras, trabalhadoras por conta própria, parece distante de ser alcançado, seja pela inexistência ou fragilidade dos cursos, que ao longo de todo o ano de 2011, com foco na inserção em ocupações produtivas remuneradas, só ofereceu a oficina de Manicure, seja pela restrição imposta pelo mercado de trabalho local, incapaz de inserir as cerca de 100 manicures formadas anualmente.

Com o “vício nas oficinas” detectado pela equipe do CRAS, as “sócias” do clube perderão o que parece ser um dos poucos espaços de encontro e sociabilidade para onde confluem, que mesmo configurando um local de acesso a redes em grande medida homofílicas e locais, ampliaria os vínculos e esferas de sociabilidade existentes, ainda que entre as assistidas, o que poderia permitir o estabelecimento de ajudas e trocas de bens e serviços acessados através de relações de reciprocidade (Marques, 2010).

1.3.3. O CRAS II

Instalado no bairro apontado constantemente como o mais pobre de Guapimirim por várias agentes da SAPS, o CRAS do Vale das Pedrinhas fica num sítio alugado pela prefeitura

na principal rua do bairro. O espaço que este CRAS dispõe para o desenvolvimento de suas ações junto à população local é bem amplo, tanto pelo casarão antigo e a garagem no centro do sítio, como pela grande área gramada e arborizada no entorno. Todavia a relação do CRAS do Vale com o público local parece não se beneficiar dessa aparente vantagem.

Segundo Débora, que integra a equipe deste CRAS, eles vem encontrando dificuldade em ampliar e qualificar o relacionamento com a população. “Falta oferecer cursos que eles queiram. A gente teve uma diminuição do atendimento de uns tempos pra cá”, analisa Débora, que completa sua explicação dizendo que “a queda é em relação às oficinas, aos cursos de inclusão produtiva”, já que o CRAS receberia muita demanda espontânea, populares que se dirigem ao CRAS em busca do BPC, do PBF e de cesta básica.

Nesse sentido o CRAS do Vale guarda uma peculiaridade em relação aos demais. Devido à distância da SAPS, realiza todo o procedimento para cadastro no PBF, enquanto os demais fazem um pré-atendimento e encaminham as pessoas à SAPS para concluírem o processo. “O que sustenta o CRAS do Vale é o Bolsa”, diz Débora, se referindo ao centro ainda existir mesmo com seu esvaziamento, iniciado em 2010, a partir do momento em que as oficinas voltadas para crianças e adolescentes foram suprimidas de sua agenda, como as de capoeira, recreação e dança. Para Débora, “o público jovem migrou pro Mais-Escola”.

Por ser o único equipamento da SAPS nessa área do município, o CRAS do Vale desenvolve as mesmas ações que vimos nos CRAS I e III, com exceção das oficinas voltadas para a população idosa e a de violão para jovens, em função das turmas não terem chegado a um número mínimo que as justificassem. Em números, o Centro do Vale atendia 11 gestantes na oficina voltada para jovens grávidas, 20 mulheres na oficina de Manicure, 27 famílias na oficina de Vulnerabilidade, doava fraldas geriátricas a 18 famílias e emprestava órteses a 20.

Ao lado da fama de bairro mais pobre do município, a população do Vale das Pedrinhas e seu entorno é vista como mais acomodada que as demais pelas agentes da SAPS, que justificam essa característica com base em ações desenvolvidas no bairro e que não geram a repercussão esperada.

“No Vale é mais precário, lá é mais rural, tem muito sítio. As pessoas de lá não querem fazer os cursos, as oficinas. É a população mesmo que não procura. Já fizemos esse negócio que a rede globo faz as vezes nos fins de semana, tipo *ação global*, mas eles não procuram. Aqui eu tenho 287 idosos, lá tem 5” (Renata, equipe do CRAS I).

A perspectiva de Débora sobre a situação que o centro do Vale enfrenta é conflituosa. Embora reconheça que “falta oferecer cursos que eles queiram” e que “a dificuldade é a realidade: aqui é uma e ela⁵⁸ decide outra!”, também se escora em explicações que culpabilizam os pobres pelo esvaziamento do CRAS, pela dificuldade que as funcionárias do CRAS encontram em envolvê-los com o centro. É então que Débora diz: “as pessoas não querem sair muito dessa condição não. Eles não vêm até a gente. O pessoal do Vale não quer muita coisa. Aqui tem muito *sitiante*⁵⁹. É muito leiga, sem conhecimento, sabe?”.

⁵⁸ Débora refere-se à Subsecretaria de Ação e Promoção Social, que concentraria as decisões em geral, principalmente a respeito das oficinas que serão desenvolvidas, e aonde serão.

⁵⁹ Ao longo da pesquisa de campo o termo *sitiante* foi usado com dois significados distintos, mas relacionados. Aqui ele aparece em sua forma mais frequente, usado para se referir aos caseiros que tomam conta de sítio, fazenda ou chácara, geralmente recebendo em torno de um SM, vivendo no local com a família nuclear, em moradia cedida pelo proprietário, que costuma ocupar o imóvel aos finais de semana e feriados. No capítulo

Outro aspecto que não pode passar batido a respeito do CRAS do Vale é o próprio contexto do bairro, localizado mais próximo ao município vizinho de Magé do que do centro de Guapimirim. A dificuldade para os moradores irem à Magé ainda é menor quando se trata de transporte coletivo, já que há uma oferta muito maior de ônibus para este município, inclusive acarretando menos gastos (R\$2,50 até o centro de Magé x R\$3,10 até o centro de Guapimirim, à época da pesquisa). A partir da conversa com Débora e de duas entrevistas com moradores da região, fica mesmo evidente que quem mora no Vale e seu entorno está mais habituado a adquirir bens de consumo e buscar recursos diversos, inclusive serviços públicos como saúde e educação, em Magé, e não em Guapimirim.

A distância para o Centro de Guapimirim também é sentida pela equipe do CRAS do Vale, já que além de estarem distantes da SAPS espacialmente, ao que parece, também estão afastados politicamente. Segundo Débora, “aqui tudo é mais difícil de conseguir. Um carro pra fazer visitas, um computador, às vezes até uma lâmpada!”. Enquanto isso, os outros dois CRAS e o Polo do Idoso gozam de certas vantagens publicitárias, além da localização, como carro de som, faixas na sede e demais equipamentos da SAPS e divulgação nos jornais locais. Já a divulgação das ações do CRAS do Vale se resumem ao boca a boca e às faixas colocadas na entrada do sítio onde funciona. “Aqui também estaria bombando!”, conclui Débora se dispusesse dos mesmos recursos. Em vários momentos de nossa conversa tive a sensação de que ela desabafava comigo, mais do que qualquer outra agente dos CRAS que entrevistei.

Todavia, o que mais chama atenção é o fato de que mesmo não diferindo tanto do CRAS III em números de pessoas inseridas nas oficinas que oferece, principalmente se atentarmos para a população residente em cada uma das regiões do município, ainda assim a população do Vale é vista pelas agentes da SAPS como mais acomodada entre os acomodados, como os *maus pobres* e os mais pobres entre os pobres.

O que de fato ocorre é o não oferecimento de oficinas específicas para jovens e idosos, algumas porque não formaram turmas que as justificassem aos olhos da Sub-Secretária da SAPS, outras porque geravam incompatibilidades entre equipe e população a respeito do andamento da oficina, como na extinta oficina de dança para jovens, que tinham muito interesse em *funk*, *forró* e *axé*, e nenhum ou muito pouco nos ritmos que a oficina propunha. Mas assim como no CRAS III, a única oficina de inclusão produtiva oferecida no Vale ao longo da pesquisa foi a de Manicure, que tinha uma turma com vinte mulheres.

1.4. A assistência social para além dos CRAS

Há no município uma série de outras ações assistenciais além das desenvolvidas pelos CRAS, embora nossa pesquisa não tenha dado conta de todas elas. Aqui apresento aquelas com as quais me deparei em algum momento do trabalho de campo, seja porque foram citadas por alguma agente dos CRAS, ou porque tinham lugar nas estratégias de sobrevivência das pessoas, ou ainda porque as encontrei ao acaso, pelos tortuosos caminhos da pesquisa.

Uma delas é o centro social da Fundação Leão XIII, vinculada à Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos. Em Guapimirim as ações desse centro se concentram no atendimento “jurídico” à população, principalmente no auxílio à obtenção de documentos e certidões variadas, gratuitamente.

Algumas dessas ações guardam relação com a SAPS ou poder público, recebendo

quatro veremos um entrevistado usar o termo para designar os proprietários dos imóveis, não os caseiros.

apoio logístico ou financeiro, como é o caso da Associação Cultural Nascente Pequena e do Programa do Leite. O aluguel dos imóveis onde funcionam estas entidades está sob responsabilidade da SAPS, e do Instituto Benéfico Ebenézer (IBE), que recebe R\$60 mil anuais dos cofres públicos por ter sido considerado de “Utilidade Pública”. Há centros sociais e bibliotecas comunitárias que recebem apoio de políticos locais, enquanto outras ações são executadas pelo segmento religioso. Foram identificadas ainda, ações tradicionais de caridade implementadas pelo setor privado. Entretanto optamos por não aprofundar a análise sobre essas modalidades de assistência, nos concentrando nos CRAS por razões já esclarecidas.

De todo modo, os caminhos da pesquisa nos fizeram conhecer, ainda que muito superficialmente, algumas dessas ações, todas já mencionadas acima: a Associação Cultural, o IBE e o Programa do Leite. Em algumas entrevistas com pessoas em situação de pobreza, evidenciou-se a importância de alguns comerciantes locais enquanto doadores de diversos bens de consumo para esses entrevistados, como donos de padaria, açougue, mercearias, lojas de roupa e restaurantes. Do mesmo modo, outros entrevistados relataram uma diminuição nesse tipo de relacionamento, dizendo que “ninguém dá mais nada a ninguém”⁶⁰. O recebimento de bens e recursos distribuídos por políticos em campanha na época de eleição também foram lembrados por vários entrevistados.

A Associação Cultural Nascente Pequena situa-se no centro da cidade, promove atividades no intuito de levar cultura, educação e informação à população, de acordo com Magda, uma das pessoas que coordenam a instituição. Nesse sentido, oferecem palestras pelo município sobre diferentes temas, como saúde, educação, meio ambiente e cidadania. Desenvolve esporadicamente oficinas como o Maquinetando, que produz bolsas a partir de materiais reciclados e o Óleo em Pet, que transforma o óleo usado de cozinha em detergente e sabão em pasta. A ideia é transferir estes saberes para as pessoas que passam pela oficina, já que ambas carecem de estrutura e investimento e não estão abertas para a população.

A associação também participa de ações de valorização e incentivo ao talento artístico dos munícipes, oferecendo curso de teatro gratuitamente aos alunos da rede pública. Também funcionava em sua sede a Escola de mães adolescentes, oficina que acabou se desdobrando na Escola de Pais, que na época da pesquisa se iniciava na Associação dos Moradores de Parada Modelo. “As ações estão para todo mundo, mas acaba que são elas que se inserem”, diz Magda, sobre o predomínio de mulheres em situação de pobreza e vulnerabilidade nas atividades da associação. Além das oficinas, vários cursos são oferecidos, entre eles corte e costura, *yoga* e dança do ventre, com uma taxa mensal entre R\$20 e R\$30.

O IBE está vinculado à Assembleia de Deus de Guapimirim. Também está instalado no Centro da cidade, em sua praça principal, e conta com apoio de um vereador local. Suas ações consistem em distribuir bens materiais esporadicamente, conforme disponibilidade, principalmente roupas. Mas sua principal ação é o oferecimento de serviços de saúde (odontologia, psicologia e clínico geral) a preços populares, que na época da pesquisa eram de R\$15 a consulta. O IBE foi declarado como de “Utilidade Pública” pelo projeto de lei número 141/2007 e vem recebendo anualmente R\$60 mil de subvenção da Prefeitura Municipal de Guapimirim, proposto pelo vereador que o apoia.

Já o Programa do Leite, embora tenha o mesmo nome de uma das modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos que compõe a agenda do MDS, existe no município estudado como uma relação público-privada, financiada por um grupo de empresários locais

⁶⁰ Ednarda. 19 anos, uma filha, amigada, desempregada, beneficiária do PBF, quatro anos de escolaridade, residente em imóvel cedido por parente.

que conta ainda com uma parceria mantida com uma universidade particular. A prefeitura paga o aluguel do imóvel onde funciona e lhe concede uma kombi. Sua principal ação consiste na doação de leite para famílias cadastradas em seu sistema, ao que tudo indica nos moldes do PBF. Entretanto essas mesmas famílias podem receber outros tipos de bens de consumo, como mini cesta básica, cobertas e roupas em geral. Para isso, as famílias cadastradas precisam participar de reuniões e palestras promovidas pelo programa em seu local de funcionamento, no bairro do Capim, vizinho à Parada Modelo⁶¹.

1.5. A concepção das agentes da SAPS

Retomamos neste momento questões relacionadas ao imaginário, às representações sobre os pobres e a pobreza captadas através das entrevistas realizadas com membros das equipes dos CRAS, e com uma agente do CREAS de Guapimirim.

Este último equipamento atua em casos de maior complexidade, quando há violação de direitos, relacionados principalmente ao trabalho infantil e à violência familiar. Em Guapimirim, a violência doméstica, a exemplo do país como um todo, se mostra bastante intensa contra as mulheres⁶². Todavia os casos de violência contra as mulheres raramente chegam ao CREAS do município, que tem atendido mais situações envolvendo idosos e crianças. O CREAS trata das situações que fogem ao alcance das ações de proteção social básica, que são atendidas pelos CRAS. Sendo assim, o CREAS recebe encaminhamentos dos CRAS, mas também de escolas, do Conselho Tutelar e do Ministério Público. Outra tarefa que cabe ao CREAS é analisar a inserção de crianças no PETI, que funciona complementando o horário escolar, porém de modo distinto à escola, promovendo “atividades lúdicas”, objetivando liberar as mães ou responsáveis para o trabalho.

De maneira geral, entre as agentes atuantes na assistência social municipal, pode-se dizer que predominam concepções atomistas, individualizantes e que acabam colocando boa parte do peso de uma situação de pobreza sobre os próprios indivíduos nessas condições. Como vimos nas páginas acima, há uma tendência em culpabilizar os pobres pela situação de pobreza, imputando-lhes corrosões de caráter variadas, como a preguiça, a acomodação, vendo no desinteresse pelas atividades propostas pelos CRAS, um indício de que “as pessoas não querem sair muito dessa condição não” (Débora, equipe do CRAS do Vale).

Algumas agentes percebem características que predominam na população com a qual trabalham, mencionando uma “cultura da dádiva, do pedinte” entre os munícipes, que para além da sua real existência, parece servir como bengala diante das dificuldades e dilemas vivenciados por estas profissionais em suas rotinas de trabalho, onde a assistência, da forma como está organizada, parece traçar como meta a transformação dos pobres/vulneráveis em indivíduos empreendedores e/ou incluídos no mercado de trabalho através da simples passagem pelos equipamentos da SAPS, basicamente pela soma do trabalho desenvolvido nas oficinas com o Bolsa Família.

Quando o assunto é o PBF, o discurso das agentes da SAPS é recorrente. Elas enxergam no programa, de modo semelhante a diversos segmentos da sociedade, uma espécie de incentivo à acomodação. Para Débora, “tem famílias que gostam da situação de

⁶¹ As informações que possuo sobre suas atividades e organização estão restritas ao relato de duas entrevistadas que buscam recursos junto ao Programa do Leite no município e a uma agente do CRAS III.

⁶² Aqui nos baseamos apenas em relatos das agentes da SAPS e nas entrevistas com mulheres em situação de pobreza e vulnerabilidade colhidos ao longo da pesquisa.

vulnerabilidade. Eles vêm, fazem cursos, recebem o Bolsa, a cesta básica, e está ótimo! É muito fácil receber o Bolsa e não trabalhar mais. O que falta pro PBF é um tempo limite”.

Abordando a mesma questão, Valquíria, agente do CREAS, identifica o problema no fato de que “a assistência hoje tem outra cara. Ela não bate mais na porta da pessoa pra levar uma cesta básica, doar coisas usadas. Ela busca melhorar a qualidade de vida dela. Agora, até onde nossa população quer alavancar? Até onde ela tá preparada pra entender?”, continuando o raciocínio dizendo que “em Guapi a gente tem a cultura do pedinte. Eles não conseguem acompanhar. Eles não têm uma perspectiva maior. Se o pai é caseiro, é jardineiro, o filho vai pelo mesmo caminho, vai ocupar o lugar do pai”. Suas opiniões não deixam de fora o PBF, que para ela “se torna o dinheirinho das Casas Bahia. Aí a pessoa tem a garantia de que vai ter, mesmo sem emprego, os R\$40, R\$50 da mensalidade da geladeira nova, do fogão, da TV. As pessoas preferem o trabalho informal para manter o Bolsa”.

Também vimos anteriormente que Fernanda, agente do CRAS I desenvolve raciocínio semelhante. “Eles gostam muito da dádiva, tem uma dificuldade em se livrar da ajudinha do estado, da cesta básica. A gente custou muito a cortar esse negócio da assistência social como o lugar que dá coisas, que paga contas pras pessoas”. Ainda sobre os obstáculos para implementar o que seria uma espécie de “nova” assistência nos dizeres das funcionárias, Fernanda completa: “A gente custa a fazer com que as pessoas vejam a assistência social como direito. Quando você fala em cursos, aí vem mil empecilhos! Eles não querem, dizem um monte de coisas pra não participar, pra não fazer os cursos”.

A razão principal para discutir, nesta seção do trabalho, as concepções das profissionais que integram as equipes dos CRAS, é mostrar como no caso estudado, em consonância com as considerações de Yazbek (2010), as próprias agentes responsáveis pela assistência social compartilham uma série de estigmas e valores negativos sobre os assistidos, em geral reconhecendo nos pobres e vulneráveis diversas desqualificações, identificando-os muitas vezes como “preguiçosos” e “acomodados”. Esses valores são compartilhados por uma parcela bastante ampla da sociedade brasileira, e de modo algum se restringe à elite econômica, não sendo raro encontrar entre os pobres menos pobres, ou os que ascenderam socialmente, semelhante concepção.

Quanto às agentes da assistência social que compartilham e auxiliam na reprodução desse imaginário, podemos prospectar que já trazem esses valores inculcados pela sociedade antes mesmo de iniciarem sua carreira, ou acabam contaminadas pelo universo de trabalho em que estão inseridas e pela visão de mundo das demais profissionais que dividem essa concepção reducionista que culpa a vítima. Há ainda o fato de que seria improvável reconhecer que o próprio trabalho realizado é, na melhor das hipóteses, ineficaz diante daquilo a que teoricamente se propõe. Talvez falte a percepção de que na política social desenvolvida no município, assim como nos serviços voltados para as classes populares, “caixão tem de graça” e de sobra, enquanto todo o restante é escasso ou de baixa qualidade, como as oficinas de inclusão produtiva, restrita ao curso de manicure.

No acúmulo permitido pela soma entre trabalho de campo e tempo residido no município, foi se evidenciando a existência de diferentes redes que compõem o tecido relacional, entendido aqui não apenas por relações de interdependência entre pessoas, mas como vínculos e conexões a valores e ideias que formam circuitos mais amplos, que orientam o imaginário dos atores, condicionando suas ações e interpretações. É interessante perceber como o corpo de funcionárias da SAPS, assim como alguns sujeitos da pesquisa que se encontravam numa posição menos precarizada, ou que conseguiram superar uma precariedade

mais intensa, saindo da condição de assistidos, ou ainda os que não conseguiram a inserção num programa ou oficina desejada, veem os *assistidos*, em relação aos quais procuram se diferenciar. As pessoas atendidas pelo PBF/CRAS são vistas em geral como os que vivem à custa dos outros, os que não saem da condição de pobreza, de assistidos, sendo classificados muitas vezes como preguiçosos e acomodados.

A ideia predominante das agentes da SAPS sobre os pobres do município, com exceção dos bons pobres, aqueles que se inserem nas ações promovidas pela SAPS, se baseia em reclamações a respeito de suas atitudes, ou na falta delas, já que apareceram nas entrevistas como acomodados, pessoas que “não querem nada, nada que dê trabalho”. Entre algumas agentes há a crença de que os cursos e oficinas de inclusão produtiva não têm grandes procuras porque as pessoas não querem se capacitar e só buscam os CRAS com o intuito de receber o benefício do PBF, conseguir cesta básica, roupas, materiais de construção ou o pagamento de alguma conta em atraso, como era de costume antes da mudança da assistência social no município.

Algumas funcionárias entendem a relação entre o CRAS e a população como impregnada pela lógica assistencialista que ainda imperaria na população, explicando este traço cultural como herança política de Magé, município do qual Guapimirim se emancipou. É significativo que sua vinculação a esses valores e ideias que parecem (in)formá-las, não recorde o fato de que o falecido Néelson do Posto, antigo prefeito que pós-morte vem sendo transformado numa espécie de paladino defensor do povo de Guapimirim por seus herdeiros políticos, era reconhecido pela “ajuda” aos necessitados, adotando amplamente a prática, classificada como arcaica/tradicional por uns e estruturante das relações sociais por outros⁶³.

Outro discurso que chama atenção é a classificação quase unânime por parte das agentes da SAPS como sendo o bairro do Vale das Pedrinhas e adjacências a região mais pobre de Guapimirim. Na verdade é a justificativa em torno da pobreza que salta aos olhos. O lugar é tido como “mais pobre” do que os demais pelo fato de ser “mais rural”. Tal justificativa parece refletir a associação das agentes a referências culturais hegemônicas, que propagam uma série de valores pró cidade, pró urbe, que difundem e reforçam essa relação entre pobreza e mundo rural. Essa concepção dualista, ao meu ver, tem sua origem nos mesmos valores que opõe natureza e cultura, barbárie e civilização, atraso e progresso, rural e urbano. O rural em Guapimirim é visto como o lugar da pobreza por excelência, reduto do atraso que acaba contaminando os habitantes dessas áreas entendidas como rurais, fazendo-os mais preguiçosos e acomodados em comparação com os “bons pobres”.

As entrevistas com as agentes da SAPS apontam não apenas para “a permanência de uma cultura moralista e autoritária que culpa o pobre por sua pobreza” (Yazbek, 2010: 154), refletindo a hegemonia deste pensamento no seio da sociedade brasileira como um todo (Kowarick, 2003), mas também para o dilema que a vinculação a esta corrente de pensamento coloca para aqueles que exercem tal função na sociedade.

Se a associação entre preguiçosos e acomodados e os pobres apareceu de tal forma que um pode ser entendido como sinônimo do outro, nas falas das agentes da SAPS, em determinados contextos de interação, a concepção que culpabiliza os pobres por sua pobreza convive com a percepção de que o próprio sistema de proteção social, da forma como está

⁶³ Aqueles que entendem essas relações como a materialização do arcaico, do tradicional, que seria suplantado pelo progresso via modernização, dando lugar a relações orientadas pelo funcionamento técnico-burocrático próprio às sociedades desenvolvidas, são geralmente identificados como adeptos do *dualismo* social, porque não enxergam que esses elementos arcaico-tradicionais permeiam todo o tecido relacional.

organizado, não atende ou se encaixa nas necessidades e possibilidades das pessoas que vivenciam distintas precariedades. A mesma agente que responsabiliza os pobres pelo fracasso de ações desenvolvidas pelos CRAS, remetendo as dificuldades e limitações enfrentadas em seu trabalho a uma cultura da pobreza que daria orgulho a Oscar Lewis, alguns minutos depois realiza um atendimento onde ela entende que há elegibilidade para o direito buscado por aquela pessoa, mas ainda assim, haverá um outro agente burocrático, em outra instância, que muito provavelmente compartilha da mesma ideia dominante sobre os pobres, que não hesitará em colocar obstáculos ao acesso àquele direito. É nesse momento que Fernanda, antes de encerrar o atendimento, dá uma dica à pobre senhora que já se levantava da cadeira: “Joga pra baixo, porque o governo é muito criterioso”.

O dilema vivido pelas agentes, ilustrado no atendimento realizado por Fernanda, nos conduz ainda para abordarmos o modo como o “direito” aparece em nosso trabalho; ou como não aparece. Não o escondemos deliberadamente. Ao longo de todo nosso trabalho, o debate em torno dos direitos e da cidadania não ocupou lugar central nas reflexões que travamos, na medida em que transbordou os objetivos do estudo que propomos. Orientamo-nos desde o início pela percepção dos sujeitos da pesquisa, optando por trabalhar essencialmente a partir das realidades observadas a campo, das trajetórias pessoais, que se mostraram marcadas justamente por sucessivos processos de negação de direitos e cidadania, ao ponto de impossibilitar a identificação e o entendimento da própria assistência social enquanto direito, na perspectiva dos beneficiários de suas ações. Sempre que se referiam às relações com as práticas de assistência nossos entrevistados falaram em “ajudas”. Apenas um deles falou em direito. Foi quando se referiu ao PBF, que não se configura como tal.

CAPÍTULO II

REDES, PROCESSOS DE EMPOBRECIMENTO E AS ASSISTIDAS: CAUSAS E EFEITOS DO RELACIONAMENTO COM AS PRÁTICAS DE ASSISTÊNCIA

Neste capítulo procuramos aprofundar as discussões teóricas mais centrais ao nosso estudo, passando pelo modo como construímos a abordagem de redes adotada, reforçando elementos que nortearam nossa perspectiva multidimensional da pobreza, tomada enquanto processos de empobrecimento relacionados às posições de poder ocupadas pelas pessoas no tecido relacional em que se inserem. Relacionado à condição estrutural da pobreza no Brasil, o trabalho de campo proporcionou o encontro com “novas” configurações que embora afirmem combater os processos de empobrecimento via inclusão produtiva, os reproduzem, assim como a desigualdade, sempre gerados em larga escala pelo modelo de desenvolvimento historicamente adotado, o que em determinado ponto nos leva a falar em *des-envolvimento*. Na outra metade do capítulo iluminamos as trajetórias que levaram ao relacionamento dos sujeitos sociais entrevistados com a assistência social, em suas diversas formas, e as repercussões daí advindas na sociabilidade e nos campos de relações onde as assistidas se inserem, procurando refletir sobre as potencialidades e limites ao seu empoderamento.

2.1. As redes e os processos de empobrecimento

A perspectiva de redes vem angariando mais e mais adeptos nos últimos anos, fazendo emergir uma quantidade bastante significativa de trabalhos nas ciências sociais que empregam essa noção na busca por entender as mais variadas questões que cada pesquisador se propõe⁶⁴. Não cabe aqui tratar de resumir essas diferentes contribuições ao estudo das redes sociais, mas sim discutir de que forma esta noção dialoga com nossas questões e interesses de pesquisa, apontando eventualmente algumas discordâncias com parte da literatura consultada.

“A rede é uma estrutura de interconexão instável, composta de elementos em interação, e cuja variabilidade obedece a alguma regra de funcionamento” (Musso, 2004: 31). Além do que já adiantamos na introdução a respeito do uso que fazemos das redes, a definição acima possui todos os elementos que consideramos relevantes quando tratamos das redes sociais em nosso trabalho. É assim que as redes se mostraram ao longo da pesquisa de campo, ou seja, como inter-relações instáveis, que ora aproximam e ora afastam, ora confiam e ora desconfiam, que embora apresentem algumas conexões mais estáveis e duradouras que outras, sempre se encontram em mutação, daí sua instabilidade, sua dinâmica e capacidade de renovação e reestruturação. As regras de funcionamento que orientam essas inter-relações remetem às interações sociais, aos encontros face a face, e embora reprogramadas pelos atores em ação, são também limitadas ou constrangidas por uma rede mais complexa na qual os indivíduos estão inevitavelmente conectados, ocupando distintas posições de poder.

Falando em interação, um dos usos mais comuns da perspectiva de redes propaga a

⁶⁴ Marques (2010) faz um levantamento de fôlego sobre o emprego da perspectiva de redes, mostrando que ela vem sendo usada metaforicamente (em termos descritivos e discursivos), normativamente (como em pesquisas de administração de empresas para melhorar as redes) ou metodologicamente (como método investigativo de situações sociais, analisando as conexões sociais existentes).

ideia do mundo como *aldeia global*, onde as pessoas, informações e conhecimentos estão a um clique de distância, esquecendo que a inserção nessa suposta *aldeia global* não se dá igualmente por ricos e pobres, dominantes e dominados. Enquanto se fala sobre as maravilhas da *rede global, internet*, do mundo ao seu alcance, do fim das distâncias, não se atenta para o fato de que as distâncias concretas com as quais as pessoas se deparam no cotidiano continuam a aumentar.

O que pretendemos ressaltar é uma obviedade. Que o estabelecimento de redes, assim como a posição que ocupamos nela, é desigual, que mesmo o mundo maravilhoso da *rede mundial total* é também lócus de reprodução das desigualdades. Só “podemos e nos mantemos em contato com as pessoas que nos são caras” (Barabási, 2009: 35) usando para isso as maravilhas da comunicação e transportes modernos na medida em que ocupamos nas redes uma posição de poder que nos permite transformar estas conexões em capacidade. No contexto estudado nos deparamos com realidades em que a simples mudança para uma cidade vizinha ou mesmo para outro bairro dentro da mesma cidade já interfere, modifica ou mesmo destrói uma relação antes estabelecida, pelo simples fato de que não há recursos disponíveis para o transporte e comunicação, mesmo em se tratando de pessoas que nos “são caras”.

O fato de que as pessoas (re)constróem suas redes em suas interações cotidianas com outros atores, de acordo com suas possibilidades e condições objetivas de existência, nos remete a uma vasta gama de perspectivas que se orientam pelo *construtivismo*, no qual “as realidades sociais são apreendidas como construções históricas e cotidianas dos atores individuais e coletivos”, onde “a palavra construções remete ao produto das elaborações anteriores e aos processos em curso de reestruturação” (Corcuff, 2001: 26).

Nessa linha de pensamento, há os que colocam maior peso nas *estruturas sociais* como determinantes nesses processos de (re)construção e os que fornecem maior poder às *interações sociais*. Todavia o debate é o velho e conhecido empurra-empurra entre indivíduo e sociedade, algo como a piada sobre quem vem primeiro, o ovo ou a galinha. Corcuff (2001) monta um panorama bastante útil para quem busca melhor conhecer essa *galáxia construtivista*, onde identificamos certas compatibilidades entre nosso trabalho e alguns de seus elementos.

Com Elias (1982 e 1994) encontramos uma chave analítica valiosa através da qual procuramos compreender as relações de poder como inerentes às relações sociais, que compõe e recompõe a rede social de cada pessoa e condicionam o lugar a ser ocupado por ela no tecido relacional. Agregando esse viés que faltava em nossa perspectiva das redes sociais⁶⁵, atentamos para relações de poder e dominação sobre o indivíduo que se constrói dentro delas.

Elias (1994) vê a sociedade como um emaranhado social dinâmico que resulta das várias interdependências que conectam os indivíduos entre si. Só que estas interdependências não se encontram em um equilíbrio perfeito, não costumam pender igualmente para ambos os lados da relação. Para Elias (apud Corcuff, 2001: 41) as configurações são “geralmente marcadas pela desigualdade, a dominação e o poder”. É importante o tom que Elias procura fornecer à noção de *poder*. Ao contrário da ideia que usualmente fazemos, ele procura destacar seu caráter intrínseco às relações de interdependência ao invés de entender o poder como um objeto que alguém possui em absoluto ou não. Dessa forma, Elias mostra que as

⁶⁵ Agradeço ao professor Jorge O. Romano pelos comentários e sugestões valiosas à pesquisa quando elaboramos o projeto, dentre os quais a necessidade de atentarmos para as relações de poder e o papel negativo que as redes podem assumir nesse sentido.

inter-relações são desiguais, as dependências são desiguais, embora cada elo de uma relação seja em alguma medida limitado pelo outro. “Há um tecido de interdependências no interior do qual o indivíduo encontra uma margem de escolha individual e que, ao mesmo tempo, impõe limites à sua liberdade de escolha” (Elias apud Corcuff, 2001: 42).

Todavia essas interdependências que conectam e limitam os indivíduos não se mantêm exteriores a eles. Elas repercutem dentro deles, moldando sua personalidade e comportamento. O tecido social obriga o indivíduo a se inserir em diversas redes de relações já existentes, já configuradas (família, escola, trabalho, nação...), e são elas que vão direcionar seu comportamento e sua forma de agir e pensar. É o que, para Elias (1994: 31), consiste na “marca” individual que o ser carrega como resultado das interdependências por onde ele transitou e transita.

A sociologia de Elias procura explicar o que orienta a ação dos indivíduos, atentando para a forma como os indivíduos se fazem, e como se fazendo (re)fazem a sociedade que os fez. O peso fornecido às *estruturas*, às *configurações* é muito grande? Pode ser que sim. Mas suas interpretações da realidade nos ajudam e muito a pensar nos aspectos que orientam as ações dos atores ao longo das situações com as quais se defrontam, de onde vem a resposta que dão a elas, sem com isso tirar ou menosprezar sua capacidade reflexiva.

Dessa forma optamos por ler nossos dados também à luz das ideias de Elias (1982 e 1994). Desde as primeiras incursões à campo, a violência familiar mostrou-se uma constante em quase todas as entrevistas realizadas. Quase todas as trajetórias de vida colhidas a campo traziam relatos de mulheres violentadas pelos maridos ou pais, tanto física quanto psicologicamente, e em alguns casos a violência reverberava para os filhos.

M: Não aguentei o sofrimento e larguei meu marido. Falei “e agora? E agora que eu não gosto do Rio de Janeiro?”... Arrumei lavagem de roupa e comecei a lavar roupa.

Fabricio: Já faz bastante tempo que você deixou o marido?

M: Faz bastante tempo... tem pra lá de 20 anos.

F: E o que que foi que motivou você a separar dele Madalena?

M: Porque ele judiava muito de mim. Eu queria ir embora e ele não deixava. Falava que se eu fosse embora ele ia pegar meus filhos. Aí eu ficava com medo de deixar meus filhos pequenos e eles ficar judiado. Aí eu fiquei pedindo a deus, que deus tomasse conta de mim, me desse vida que eu ia botar meus filhos maior de idade que eu ia...(bate com as mãos uma na outra) sambar fora! Foi isso que eu fiz. Quando meus filhos, os dois caçula, da parte das meninas e dos meninos ficaram maior de idade, eu fui embora. Fui pra casa do meu irmão, fui morar com meu irmão. (Madalena, 8 filhos, 71 anos, analfabeta, assistida pela oficina das Hortas).

Em uma interdependência bastante desequilibrada, Madalena se viu na obrigação de permanecer ao lado de seu marido violento por longos anos, até que seus filhos crescessem e assim ela pudesse equilibrar um pouco mais a relação de poder, já que podia sair em busca de emprego sem temer tanto os maus tratos aos filhos da parte do marido. Outro aspecto que neste caso mostrou-se empoderador foi a própria relação com seu irmão, que teve papel fundamental ao fornecer-lhe uma moradia segura longe do ex-marido.

Pensando na *marca da individualidade* que a pessoa adquire em função de interdependências passadas e presentes, sugerimos que, entre outras coisas, a socialização violenta em seu universo familiar, essa interdependência da qual Madalena se viu refém por longos anos, repercute ainda hoje em suas interpretações e reações diante das situações sociais com as quais se defronta, principalmente quanto ao estabelecimento de novas relações ou aproximações mais significativas com pessoas e vizinhança.

Madalena: Vou ser sincera com o senhor. A única pessoa que eu tenho assim, contato, que se der tempo de conversar, é com a própria dona Marilene, e essa minha filha. Eu vou dizer a verdade. Eu sou um tipo de pessoa que eu não sou assim, muito ligada com as pessoas, não sei se por causa da minha criação, eu não sou assim, de tá ligada com muitas pessoas.

Por isso, quando buscamos refletir sobre a ação das pessoas no tecido social onde se inserem, sobre as repercussões geradas em suas vidas a partir de suas estratégias de sobrevivência, atentamos para suas distintas capacidades e *esquemas de ação* (Lahire, 2002), noção irmã de *repertórios de ação*, *caixa de ferramentas*, ou ainda *reservatório de práticas*, ideias buscadas em Schütz (apud Corcuff, 2001) que formulou a noção de *estoques de conhecimento* disponíveis. Assim, as pessoas ou grupos vão acionar seus esquemas de ação, onde buscam recursos distintos, por vezes contraditórios para responder às situações que se apresentam na vida cotidiana.

A construção dos esquemas de ação de cada pessoa se dá ao longo de sua trajetória, através das sucessivas experiências de socialização no mundo. Socializações essas que na sociedade contemporânea são distintas, por vezes até contraditórias, formando *atores plurais* (Lahire, 2002). Em se tratando de pessoas que vivenciam processos profundos de empobrecimento, as experiências de socialização podem ficar bastante restritas, perdendo esse caráter múltiplo e variado próprio à vida na sociedade contemporânea, muitas vezes necessário aos indivíduos em experiências futuras de interação. Esquemas de ação limitados reduzem a capacidade dos atores para fazerem uso de novas possibilidades que por ventura se apresentem, sendo mais uma “porta fechada” em seus cotidianos de pobreza, repercutindo nas estratégias para melhor sobreviver e na apropriação que esses agentes farão de determinadas oportunidades.

As estratégias de melhor sobreviver passam pelo estabelecimento de interdependências, que Elias (apud Courcuff, 2001) procura entender através do recurso reflexivo aos modelos de jogo, usando efetivamente jogos (como o xadrez e o futebol) como metáforas das interdependências sociais, que também envolvem duas ou mais pessoas que medem forças confrontando-se até chegarem a definição de quem limita mais a ação do outro através de provas de poder, baseando assim suas relações sobre os equilíbrios de força daí advindos.

É fato que os jogos da vida cotidiana possuem regras básicas, porém bem estabelecidas, que obrigam os jogadores a minimamente respeitá-las e atuar dentro dessas limitações, e quem consegue com base nas limitações que o jogo impõe exercer maior influência sobre o(s) outro(s) sai do jogo com saldo positivo. “Los equilibrios más o menos fluctuantes de poder constituyen un elemento integral de todas las relaciones humanas (...) Los modelos sirven para visualizar tales equilibrios de poder” (Elias, 1982: 87).

Ponto importante para nossa análise é reforçar o fato de que “los niveles de poder estan muy desigualmente repartido. Pero (...) siempre hay equilibrios de poder allí donde existe una interdependencia funcional entre hombres” (Elias, 1982: 87). Recorrendo aos exemplos extremos das relações pais x bebês e senhor x escravo, Elias aponta para duas interdependências profundamente desiguais quanto ao poder de cada elo nesse equilíbrio de forças, mas que mesmo assim, para Elias, guardam algum equilíbrio pelo simples fato de que o “jogo” continua, porque o mais fraco restringe de alguma(s) forma(s) a ação do mais forte.

O poder para Elias é *polimórfico*, ou seja, se manifesta de várias formas, não apenas

através da força física e militar ou a econômica. Poder está mais próximo da ideia de interdependência. “Nosotros dependemos de otros, otros dependen de nosotros” (Elias, 1982). São as considerações de Elias sobre o poder que norteiam nossas reflexões sobre o lugar ocupado nas relações sociais pelas pessoas. Se as inter-relações assumem um caráter mais dependente do que interdependente, revelam-se fortes desequilíbrios de poder atrelados ao desempoderamento dos elos desta corrente.

“A margem individual de decisão é sempre limitada, mas é também muito variável em sua natureza e extensão, dependendo dos instrumentos de poder controlados por uma dada pessoa (...) E só depende do poder das funções interdependentes em questão, do grau de dependência recíproca, saber quem será mais capaz de limitar quem através de sua atividade” (Elias, 1994: 51-52).

Às constantes rupturas intrafamiliares presentes nas narrativas dos sujeitos sociais entrevistados, decorrentes principalmente de uma sociabilidade marcada pela violência contra a mulher e os filhos, somam-se os casos de alcoolismo, os afastamentos de membros da família para outros bairros e cidades, seja por conta dessa violência ou da violência maior imposta pela falta de oportunidades de emprego, de meios de sobrevivência, que acabam fragilizando ou destruindo os laços pela dificuldade ou mesmo impossibilidade de mantê-los ativos, via meios de transporte e comunicação. Tal configuração social na qual muitas das pessoas em situação de pobreza estão inseridas, parece impor significativas dificuldades para (re)construir famílias e redes de solidariedade que ofereçam proteção e auxílio quando necessário. O que não impede que as reconstruções ocorram, como mostram nossos dados.

No caso de algumas famílias pobres e vulneráveis entrevistadas em Guapimirim, é revelador o fato de que suas condições atuais se assemelhem às das famílias escravas da Bahia rural, que “viviam em um mundo onde a instituição da escravidão conspirava contra sua capacidade de formar famílias estáveis e permanentes e desfrutar da proteção e socorro que a família e os parentes poderiam proporcionar” (Schwartz, 1988: 334). Troque-se na frase a *instituição da escravidão* por *globalização neoliberal, capitalismo ultra-monopolista* ou qualquer outro termo que se julgue mais apropriado para o contexto histórico atual, e ela terá total coerência com alguns dos casos encontrados. Some-se a isso o predomínio de negros em situação de pobreza e o que é uma relação histórica parece uma repetição histórica.

Tomando os cuidados devidos para estabelecer este paralelo, são interessantes os dados apontados por Boltanski e Chiapello (1996: 24) a respeito das transformações sofridas pelos contextos familiares na França em função do “processo de deterioração social” no qual mergulhou o país no fim dos anos 1980. Os autores falam do sentimento de “insegurança de todos aqueles que se veem sob ameaça da perda de emprego” e de como as mudanças no interior das famílias, embora ainda estejam longe de ser dimensionadas, sugerem que a família tenha se tornado “uma instituição muito mais móvel e frágil, adicionando uma precariedade suplementar àquela do emprego e ao sentimento de insegurança” (Boltanski e Chiapello, 1996: 25). A aplicação desse raciocínio a respeito da realidade das famílias brasileiras não configura uma novidade, já que se pode argumentar que por aqui se conhece essa realidade móvel e frágil desde nossa história colonial até os dias de hoje, uma vez que o grosso de nossa população sempre viveu num contexto de forte insegurança quanto ao trabalho, a família e a moradia.

Na esteira dessa discussão, podemos agregar ainda a questão do tamanho das redes que encontramos ao longo do trabalho, que podem ser consideradas pequenas, já que poucas

peessoas mencionaram mais do que 40 nós⁶⁶, com exceção dos casos vinculados à AFOJO e ao PAIS. Ocorreu em um significativo número de entrevistas da pessoa mencionar apenas familiares e alguns poucos amigos mais próximos, e diante da minha insistência, dizer que conhece, fala e conversa com muita gente, mas que essas pessoas são apenas “colegas”, com quem não se estabelece uma relação relevante a ponto de considerá-las enquanto parte de sua rede social, lugar que fica reservado para os “amigos”, com quem costuma-se estabelecer trocas mais significativas. Por essa razão as redes se mostraram aparentemente muito fechadas na família nuclear e em alguns parentes próximos, sobrando pouco espaço para agregados, amigos, vizinhança, assim como novas relações de interdependência que viessem a surgir.

“*Pobre es el que no tiene a nadie, dice y repite una vieja que habla sola en las calles de San Pablo. Cada vez la gente es más mucha, y cada vez está más sola*”. Esta passagem do livro do escritor uruguaio Eduardo Galeano (2010: 266) ilustra e fornece algumas chaves para entendermos a realidade estudada. A senhora que fala é o negativo da foto batida por Marques (2010) quando se propõe a observar a relação entre pobreza e as redes sociais. *Des-envolvida* do mundo social, alijada nas três esferas do bem-estar social com que trabalha Marques, a saber, Estado, mercado e sociabilidade, teoricamente encontra-se no extremo da precariedade, no que Castel (2010) chamou de desfiliação, e que, na esteira desses argumentos, optamos por chamar de *des-envolviment* para nos referirmos aos processos microssociais ocasionados pelo processo macrossocial de desenvolvimento que caracteriza o processo histórico da América Latina em especial.

O que mais nos intriga no trecho do livro de Galeano é a observação de que “cada vez la gente es más mucha, y cada vez está más sola”. A afirmação faz tabela com uma das fontes de indignação que motivou (e ainda motiva) a crítica social ao sistema capitalista, visto “como fonte de oportunismo e egoísmo que, favorecendo apenas os interesses particulares, revela-se destruidor dos vínculos sociais e das solidariedades comunitárias” (Boltanski e Chiapello, 1996: 73). As ideias triangulam com alguns dados que encontramos a campo, e acabam fazendo eco às entrevistas que mostram pessoas receosas em permitir novas aproximações, novas amizades, o estabelecimento de novas relações de interdependência. Esse aspecto apareceu não somente nas falas, mas também em outras formas de comunicação, principalmente no caso dos catadores do aterro sanitário.

F: Tem um bocado de gente né Marta, que você conhece, que faz parte da tua vida...

M: Mas agora, fazer amizade, eu não gosto muito não...

F: E lá onde tu mora, se falta alguma coisa que você esqueceu de comprar, um açúcar pra fazer um bolo, pra quem tu pede?

M: Não, eu não peço. Eu já falei e repito. Eu sou orgulhosa, não gosto de pedir nada a ninguém. Se tiver faltando vai faltar. E amizade também, eu não sou muito de fazer amizade, sabe. Porque meu pai dizia: “amizade não precisa você fazer; os verdadeiros amigos aparecem no momento que você mais precisa”. Sabe, que não adianta você ter um monte de amigo e que por trás tá te esfaqueando, falando mal de tu. Então... Acontece que as vezes tem vizinho que tem criança, aí pede: “ah marta, se você achar umas roupinhas lá, você trás pra gente?”. Aí eu levo, que aparece

⁶⁶ Nosso entendimento das redes mencionadas pelos entrevistados como pequenas em sua maioria está relacionado ao trabalho de Marques (2010). Ao estudar as relações entre pobreza, redes sociais e segregação em São Paulo, Marques (2010) considerou redes pequenas aquelas que giravam em torno de 15 nós, que apareceram em 44 casos. Médias a pequenas por volta de 36 nós, com 68 casos. Redes médias em torno de 52 nós, respondendo por 58 casos. Entendeu por redes grandes a médias as que tinham em torno de 94 nós, o que ocorreu 28 vezes. As redes grandes tinham cerca de 129 nós, que apareceram em apenas 11 casos.

muita roupa aqui. Então assim, me pediu ajuda, eu nunca nego.

F: Entendi. E quando te pedem as roupas pras crianças e você leva, como é que fica a relação de vocês depois?

M: Não, é bom dia, boa tarde, e fica por isso mesmo. Eu não gosto de me relacionar não. Não gosto de ninguém tá se metendo na minha vida. Não gosto de ficar levando amiga em casa, nem de ir em casa de amiga, não gosto não.

No caso de Marta, seu ambiente de trabalho pode ser considerado como um elemento catalisador de um empobrecimento relacional, que configura um dos aspectos do que entendemos por des-envolvimento. O universo dos recicladores “contribui para uma conduta individualista e concorrencial que perpetua a estrutura de exploração do mercado da reciclagem” (Rodriguez, 2002: 344), o que no caso estudado é potencializado pela constante preocupação em perder seu emprego, seja pela interdição do aterro ou por conflitos com outros catadores de lá. Aos trechos da entrevista podemos agregar a fala de Madalena citada anteriormente e que afirma não ser “muito ligada com as pessoas”, reforçando o caráter relacional do des-envolvimento.

Em alguns casos que não parecem isolados, seja pela ausência ou existência de determinadas interdependências, passadas e presentes, há a promoção do des-envolvimento social, que parece ter sua origem atrelada aos processos de empobrecimento, que no contexto dessa pesquisa está relacionado a experiências de socialização violenta muito presentes nas histórias de vida, e que encontram reforço em outras formas de violência, como a inexistência ou insegurança quanto ao trabalho, seu ou de familiares próximos, a preocupação em relação à posse de seus bens materiais, mesmo que poucos e escassos, e ainda sem esquecer o papel dos meios de comunicação de massa na reprodução dessa sociabilidade violenta, da insegurança, dos medos e receios, enfim, na promoção do des-envolvimento.

“La cibercomunidad naciente encuentra refugio en la realidad virtual, mientras las ciudades tienden a convertirse en inmensos desiertos llenos de gente (...) Hace cuarenta años, según las encuestas, seis de cada diez norteamericanos confiaban en la mayoría de la gente. Ahora (...) sólo cuatro de cada diez confían en los demás. **Este modelo de desarrollo desarrolla el desvínculo**(grifo nosso). Cuanto más se demoniza la relación con las personas, que pueden contagiarte el sida, quitarte el empleo, o desvalijarte la casa, más se sacraliza la relación con las máquinas. La industria de la comunicación, la más dinámica de la economía mundial, vende los abracadabras que dan acceso a la Nueva Era de la historia de la humanidad. Pero este mundo comunicadísimo se está pareciendo demasiado a un reino de solos y de mudos” (Galeano, 2010: 282).

A perspectiva apontada por Galeano esteve presente não apenas nas falas mas, também em outras formas de comunicação utilizadas por nossos entrevistados, no forte receio, por exemplo, dos catadores do lixão à minha aproximação.

O modelo de desenvolvimento historicamente adotado vem promovendo o des-envolvimento em larga escala. As transformações pelas quais vem passando o sistema capitalista (a maior flexibilização do trabalho e liberdade do sistema financeiro, para não nos estendermos) via globalização neoliberal, são expressão do atual regime de acumulação do capital “que visa, por uma lado, dessocializar o capital libertando-o dos vínculos sociais e políticos que no passado garantiram alguma distribuição social e, por outro lado, submeter a sociedade no seu todo à lei do valor” (Souza Santos, 2002: 14), impondo a ideia de que o mundo social se organiza melhor via liberdade do mercado. Essas mudanças contribuíram

para gerar insegurança, medo e receio em diversos níveis e esferas sociais. É o desenvolvimento, que deixa de envolver as pessoas nas distintas esferas de bem-estar, que as afasta, as isola cada vez mais, e que tem muitos mecanismos para isso.

Enquanto o desenvolvimento orientado pela globalização neoliberal continua a gerar novas dinâmicas de exclusão e reprodução das relações de poder e desigualdades, vide o caso do aterro sanitário em especial, mas também os processos de especulação imobiliária e a eminente instalação do COMPERJ no município de Itaboraí, vizinho ao estudado, cristaliza-se a ideia em torno da assistência social focalizada nos casos de extrema pobreza, que historicamente esteve a cargo da caridade, e que se configura como “la única forma de justicia social que esta permitida” (Galeano, 2010: 318) pelo sistema.

Ainda mais contundentes são as reflexões de Werneck Vianna a respeito da “nova” política social no Brasil. Comenta a autora: “ganha cada vez mais foros de unanimidade a ideia de que política social é, por excelência, algum tipo de ação voltada para os excluídos (os pobres) e, por definição, focalizada” (Werneck Vianna, 2008: 122). Muitos outros trabalhos problematizam esse consenso e unanimidade vigentes em torno das políticas sociais, cada vez mais focalizadas sobre os mais pobres entre os pobres⁶⁷.

Assistência social que, como vimos no capítulo anterior, precisa continuar lutando para se desvincular de “concepções e práticas assistencialistas, clientelistas, primeiro damistas e patrimonialistas (...) do dever moral, da benemerência e da filantropia (...) de uma cultura moralista e autoritária que culpa o pobre por sua pobreza” (Yazbek, 2010), e há muitas razões pra isso.

“A diferencia de la solidaridad, que es horizontal y se ejerce de igual a igual, la caridad se practica de arriba abajo, humilla a quien recibe y jamás altera ni un poquito las relaciones de poder: en el mejor de los casos, alguna vez habrá justicia, pero en el alto cielo. Aquí en la tierra, la caridad no perturba la injusticia. Sólo se proponedisimularla” (Galeano, 2010: 320).

2.2. Assistidas

Os casos de pobreza e vulnerabilidade analisados nessa pesquisa remetem a relacionamentos diversos com as práticas de assistência, incluindo, sob essa designação, as distintas ações de proteção social identificadas a partir da reconstituição das estratégias empregadas pelas pessoas entrevistadas para melhor sobreviver. Aqui tratamos dos casos em que há envolvimento mais ou menos efetivo com ações vinculadas aos CRAS e demais assistências sociais ofertadas pela poder público no município. Os casos em que a relação com a assistência foi estabelecida através do trabalho dos catadores no aterro sanitário ou pelo acesso às unidades PAIS, virão mais adiante, nos capítulos 3 e 4, respectivamente.

Entendemos por *assistidas*⁶⁸ todas as pessoas inseridas em uma ou mais ações que integram as práticas de assistência abordadas no capítulo anterior. Todavia, há *assistidas* de

⁶⁷ Ivo (2008) fala da *reconversão do social* no Brasil contemporâneo, enquanto Santos et al (2008) classificam como *mercantilização/assistencialização* da proteção social o processo iniciado com a crise do capital nos anos 1970 que submeteu também a assistência às diretrizes neoliberais. Para Yazbek, “se de um lado o Estado brasileiro aponta constitucionalmente para o reconhecimento de direitos, por outro se insere num contexto de ajustamento a essa nova ordem capitalista internacional” (2008: 86).

⁶⁸ A condição de assistidas é apenas um “lugar” ocupado pelas entrevistadas no tecido relacional. Destacamos essa relação como uma espécie de lente focal sobre um aspecto que nos é mais relevante nesse momento. De modo algum elas devem ser reduzidas ou entendidas como apenas assistidas.

longa data, inseridas em programas e ações governamentais há vários anos, mas que o fazem de modo pontual, superficial, e até impessoal, como a família que apenas recebe a transferência de renda do PBF. Outras pessoas já estabelecem uma relação mais intensa com as assistências, engajando-se em relações que exigem o comparecimento a determinados espaços e uma interação face a face, por vezes periódica, com as agentes dos centros e com outras *assistidas*. Em geral nesses casos há ou se procura a interface com mais de uma ação social, seja ela diretamente ligada ao CRAS ou não, como participar de uma oficina e receber o benefício do PBF. Importante considerar que há relações que não colocam os mesmos problemas morais ou repercutem na sociedade da mesma forma do que a assistência a pessoas jovens adultas, no auge de sua capacidade produtiva, em condições de trabalhar. Isso se verifica, por exemplo, no caso do envolvimento de pessoas acima de 60 anos com a oficina das Hortas.

Desse modo, procuramos abordar essas configurações encontradas pela pesquisa, recuperando o caminho percorrido pelas pessoas até o envolvimento com a assistência, atentando aos eventos e/ou elos chave para o ingresso na mesma, buscando, caso a caso, observar os efeitos nas redes sociais e nos campos de relações onde estão inseridas, tomando como base o empoderamento (Romano, 2002).

Nesse sentido, tratamos de ressaltar a tensão inerente ao relacionamento com a assistência, tomando-a como fio condutor dos contextos de interação, onde seus efeitos podem ser identificados, ora como empoderadores, ora como constrangedores das assistidas, na medida em que “as ações assistenciais podem significar tanto a tutela e a reiteração da subalternidade, quanto um lugar de reconhecimento e de acesso ao protagonismo. E mais ainda, pode ser tudo isso junto” (Yazbek, 2003: 134).

Conforme analisávamos as entrevistas com *assistidas*, percebíamos aproximações com as situações descritas por Paugam (2003) como etapas da *desqualificação social* em seu ensaio sobre a *nova pobreza*, a saber, *fragilidade, assistido e marginalidade*. Procuramos neste autor elementos que nos auxiliassem na reflexão sobre as situações de nossa pesquisa, obviamente com a devida ressalva de se tratarem de mundos sociais distintos. Fazemos uso de suas categorias na busca por melhor compreender os contextos de interação com as práticas de assistência e as repercussões daí advindas, sem querer ao final etiquetar os casos.

2.2.1. Assistidas pelas Hortas

Conhecemos dois casos de vínculo com a oficina das hortas. Um deles é o de Lucinda. Não-migrante, 61 anos, negra, analfabeta, casada, de origem rural. Teve dois filhos no primeiro casamento com os quais não possui mais contato e que moram em Japeri (RJ). Em sua trajetória só mencionou trabalhos “na roça”, dos quais só lhe restou a capina, que consegue esporadicamente, recebendo R\$30 por *empreitada*, por dia de trabalho. Antigamente trabalhou em fazendas da Cotia e do “Onze”, este último bairro onde já morou, localizado na divisa com o município de Cachoeiras de Macacu, à beira da RJ-122 (Rio-Friburgo). Participa a sete anos da oficina, levada por uma prima que já integrava o projeto. Em 2008 passou a receber R\$60 do PBF. “Lutei muito pra conseguir”, diz Lucinda, que pode ser tomada como referência das pessoas que participam das hortas comunitárias nas escolas.

O predomínio nas hortas é feminino, de origem rural, idoso ou em vias de, e costumam agregar aos seus processos de empobrecimento uma ruptura “maior” que reforça a proximidade da dessocialização, conforme tratada por Paugam (2003) como o processo que

leva à perda dos lugares sociais ocupados anteriormente, configurando um contexto de precariedade extrema, de modo semelhante ao que Castel (1997, 2005 e 2010) definiu como desfiliação, etapa final de uma trajetória que agrega o não trabalho à ruptura das relações sociais. Pode-se dizer, portanto, que são inseridas nas hortas mulheres idosas ou em vias de, que além da pobreza relacionada à insuficiência de renda, agregam às precariedades um quadro avançado de des-envolvimento social.

No caso de Lucinda, sua condição agravante, a ruptura “maior”, estava associada ao alcoolismo e à violência familiar. Segundo Marilene, quem determinou sua inclusão no projeto, antes ela “não tinha autoestima nenhuma”, consumia bebida alcoólica em excesso, não cuidava adequadamente da higiene e aparência, sendo a relação com seu companheiro marcada pelo conflito, a ponto dela “pensar frequentemente em fazer uma besteira”. Tudo isso teria mudado, ela teria sido “resgatada” pelo projeto, melhorando muito sua qualidade de vida.

Lucinda não se sentiu a vontade para aprofundar o assunto ao longo de nosso encontro em sua casa, que durou das dez da manhã as quatro da tarde, preferindo resumir a questão dizendo que sua vida “era muito pior do que é hoje... era uma vida muito ruim mesmo”.

Assim como a oficina das hortas, veremos que a oficina de gestantes também passa pela questão do “resgate” das assistidas, pelo conseguir “se levantar”, processo através do qual as mulheres inseridas nessas modalidades de assistência, conseguem reorganizar minimamente seu lugar no mundo, configurando, por um lado, um processo de empoderamento das mesmas, na medida em que passam ou recuperam o que Romano (2002) chama de “poder de dentro”.

Já Madalena, outra entrevistada que participa da oficina das Hortas, não atravessava esta ruptura ligada ao alcoolismo, embora ele tenha marcado presença em seu âmbito familiar. Assim como as demais pessoas assistidas que abordaremos adiante, acumulava uma série de precariedades ao longo de sua trajetória de vida, marcada pela inserção no mercado de trabalho informal, refletida numa vida inteira em torno de ocupações por *empreitada*, na diária, como as capinas e o trabalho em antigas fazendas da região, além dos trabalhos por conta própria. Tudo isso associados à problemas de saúde e desemprego dos filhos, perda do local de moradia, ruptura de laços familiares e vínculos mais próximos, compondo seu processo de empobrecimento.

Madalena nasceu em Guapimirim. Tem 71 anos, oito filhos, é negra, analfabeta e de origem rural, tendo alternado trabalhos rurais com domésticos, como “cuidando de criança em casa de família” em Copacabana, quando tinha apenas onze anos. A experiência não durou muito e ela voltou a morar com seus pais e a ajudá-los nos trabalhos rurais em fazendas da região ou na produção para o próprio consumo. Em seguida pegou “compromisso de casa”, teve oito filhos, e há mais de vinte anos largou o marido. “Não aguentei o sofrimento e larguei meu marido (...) ele judiava muito de mim e dos meus filhos”, diz ela.

A trajetória de Madalena, assim como de quase todas as mulheres assistidas remetem à conflitos familiares, à uma socialização familiar marcada pela violência, seja na figura do pai ou do marido. A compreensão do processo de empobrecimento que caracteriza a realidade estudada pode se beneficiar do que estamos chamando de des-envolvimento, composto por sucessivas rupturas e precariedades em distintas esferas da vida social, que em muitos dos casos analisados se inicia desde cedo, via sociabilidade primária, que obviamente não está desconectada das outras esferas de sociabilidade.

A situação de alcoolismo que vimos diretamente no caso de Lucinda, aparece em

várias entrevistas, não apenas entre as assistidas que aqui abordamos, onde as pessoas mencionam o próprio sofrimento com a questão ou a dificuldade de uma irmã ou filha cujo companheiro bebe e se torna ainda mais violento. Não vamos aqui nos aprofundar na gênese do problema do alcoolismo e sua óbvia relação com um modelo de sociedade que cria sua necessidade, assim como a de outras drogas. Da mesma forma não discutiremos se o ato de beber perdeu seu caráter de solidariedade e coletividade, tendo sido apontado como aspecto relevante do processo de formação da classe trabalhadora⁶⁹, e a partir de quando e como ele deixa de sê-lo para virar uma patologia. O que nos interessa é apresentar a constância com que as trajetórias de vida recolhidas pela pesquisa apontam para a forte presença da violência familiar, seja ela física ou psicológica, e do ato de beber, da bebida como um problema⁷⁰.

Se é verdade que contextos familiares violentos não levam necessariamente a condições de pobreza e vulnerabilidade, já que se pode objetar sua não exclusividade a essas situações, entendo que eles pressionam ainda mais trajetórias marcadas pelo acúmulo de precariedades. E se não podemos precisar seus efeitos, alguns trechos das entrevistas permitem vislumbrar suas conexões com o que estamos chamando de des-envolvimento, na esteira de ideias como a *desfiliação* e a *dessocialização*.

Nos dois casos em que há envolvimento com as Hortas, percebemos reconfigurações significativas em suas redes sociais, embora não tenhamos nos aprofundado suficientemente em relação à suas posições nas relações de poder em que estão inseridas. Na prática, a relação que estabelecem com a assistência permitiu que ambas realizassem o chamado “resgate”, que as entrevistadas costumam definir como conseguir “se levantar”.

Madalena também mencionou o problema do alcoolismo, embora indiretamente, já que o mesmo ocorria na figura do genro, seu vizinho de porta. As distintas precariedades vivenciadas ao longo de sua trajetória de vida compunham um processo avançado de des-envolvimento, em que a fragilidade relacional por conta do reduzido número de nós mencionados em sua rede somava-se ao afastamento do mercado de trabalho, onde ultimamente só conseguia capinas esporádicas, e a ausência de relações com o Estado, ainda que seus dados pareçam indicar elegibilidade ao BPC. A maioria dos vínculos que mencionou como fazendo parte de sua rede social estão relacionados ao envolvimento com a oficina de Hortas, que lhe inseriu no universo escolar e lhe aproximou de Marilene, tornando-se babá de suas netas, representando essas novas relações parte significativa dos nós de sua rede (1/4, ou sete de vinte e oito). Sua condição de necessidade a levou a procurar pelas práticas de assistência, com ajuda da filha com que mora, tanto que antes de chegar à Horta tinha participado da oficina de dança no Polo do Idoso. Foi lá que ela e Marilene se encontraram, o que a levou para as Hortas em 2005.

Ambas, Lucinda e Madalena encontraram na condição de assistidas, da forma como o são, um novo velho sentido para suas vidas, na medida em que se sentiram úteis a partir do envolvimento numa atividade diária, com a qual já possuíam forte identificação, participando do universo escolar onde funcionam as hortas que cuidam, que também servem de laboratório para os alunos do ensino fundamental nas aulas de ciências.

A inserção nesta modalidade de assistência possibilitou-lhes uma nova esfera de

⁶⁹ Foi Thompson (1987) quem resgatou esse e outros aspecto fundamentais para o processo de formação da classe trabalhadora por ela mesma.

⁷⁰ Neves (2004) procura abordar o alcoolismo de uma perspectiva antropológica, resgatando algumas interpretações que a antropologia produziu sobre o assunto, procurando se afastar de associações que classifica como redutoras e moralizadoras, que se limitam a relacionar pobreza, precariedade e alcoolismo.

sociabilidade, uma ocupação, novos laços e vínculos numa realidade que ainda se mostra repleta de precariedades, mas que conseguiu amenizar a alimentar, a relacional, e apenas de certo modo, porque isso deve ser entendido à luz de suas trajetórias e ciclo de vida, também ocupa o lugar do trabalho. Acima de tudo elas parecem ter resgatado o “poder de dentro”.

O programa das Hortas concede uma cesta básica mensal e permite a quem cuida de uma unidade ficar com 1/3 da produção, que Lucinda e Madalena disseram usar apenas para o próprio consumo ou distribuírem aos parentes e amigos mais chegados. Nesse caso podemos projetar algumas repercussões nas redes de cada uma delas a partir dos recursos materiais obtidos através da condição de assistidas.

Lucinda e seu marido Pitú mantêm portas e painéis abertas para seu irmão e o afilhado de Pitú, que mora na casa ao lado, dentro do mesmo terreno e quintal, almoçarem ou jantarem com eles como de costume, o que permite imaginarmos o fortalecimento dos laços e solidariedade entre esses familiares. Em determinadas épocas do ano, Lucinda e Madalena podem colocar sua parte da produção das Hortas nos circuitos de trocas dos quais participam. Não pude aprofundar esses aspectos, mas não os desconsideraria de modo algum.

Todavia, embora as informações apontem para uma melhora em suas condições de vida, criando dinâmicas de envolvimento ao invés de des-envolvimento, reforçando relações em duas das três esferas de bem-estar (neste caso, Estado e sociabilidade), permitindo inclusive falarmos no empoderamento, principalmente no poder de dentro, no resgate a partir do ato de se “levantar”, levando numa segunda etapa ao poder “para” estabelecer relações mais interdependentes ao invés de só dependentes, via a cesta básica e produtos da horta que podem fazer circular em sua rede social, a condição de ambas ainda é de tutela, de dependência da assistência social, e se amanhã ou depois decidirem por acabar com as Hortas ou com o PBF (uma política de governo e não um direito) que Lucinda recebe, estarão novamente à deriva, sujeitas às variações de maré nas ondas das práticas de assistência. Passa também que o tipo de assistência no qual elas se envolveram acabou gerando uma relação personalizada com a agente da Secretaria de Agricultura, com quem aparentemente poderão continuar contando para permanecerem enquanto assistidas. Madalena inclusive se tornou babá das netas de Marilene, que diz ter que obrigá-la a aceitar o pagamento nas vezes em que a chama para o serviço.

Para o caso das duas senhoras, a própria tensão em torno da relação com as práticas de assistência ganha outros contornos. Além de explorar as reconfigurações nas redes de relações onde se inserem, avaliar o potencial empoderador do envolvimento de ambas nessa configuração, atentar para a existência de dinâmicas emancipadoras ou apenas reforçadoras de relações sociais que reproduzem a pobreza, ganha um complicador extra em se tratando de pessoas tidas como idosas ou em vias de, de quem já não se espera nem cobra-se efetiva participação em processos produtivos e relações de trabalho, diferente de pessoas mais jovens, que, aos olhos da sociedade, deveriam contribuir exercendo alguma atividade “produtiva”.

Nos casos envolvendo a relação de pessoas mais jovens com as práticas de assistência aqui abordadas, encontramos três situações distintas. As que apenas recebem o benefício do PBF; as que além do PBF transitam por espaços da assistência fora do CRAS; e as assistidas por oficinas do CRAS que tentavam acessar o PBF e ainda não haviam conseguido. Apenas uma dessas assistidas não exerceu nenhuma atividade rural, entendendo a capina como tal. Todas, sem exceção, exerceram ou ainda exercem trabalhos domésticos. Em algumas histórias de vida recordavam que suas mães, tias, irmãs e avós também compartilhavam semelhantes

trajetórias quanto às ocupações, que se iniciam com trabalhos rurais e passam aos domésticos.

Diversos relatos de problemas ligados às interdependências familiares, em especial ao pai e marido, se repetiram, não exatamente da mesma forma. No caso das mulheres mais jovens, suas lembranças também remetem à violência familiar e situações de alcoolismo, mas ganham maior destaque as dificuldades com as quais se depararam em função de terem engravidado antes do casamento, situação que abrigou duas delas a saírem de casa, expulsas pelos pais que não aceitavam o fato. A gravidez e os filhos pequenos, os casamentos e as separações conjugais, aparecem nos relatos como situações que interrompem um determinado ciclo de vida, acarretando abandono escolar, de relações de trabalho e de sociabilidade.

Todas essas questões ligadas à violência familiar na figura do pai e marido, remetem a conflitos relacionados à estrutura patriarcal predominante tanto na sociedade quanto nessas unidades familiares analisadas, o que já foi apontado como possível reforço nas condições de pobreza, na medida em que contribuem para bloquear contatos e mobilidade das mulheres através das restrições ao estabelecimento de redes sociais (Dominguez apud Marques, 2010).

2.2.2. Assistidas procuram.

Penha e Ednarda, mãe e filha caçula, vêm se especializando na busca por assistências situadas no entorno do Capim⁷¹, bairro onde moram, o que talvez explique o fato de, mesmo sendo beneficiárias do PBF, não procurarem o CRAS, que fica no Parque Freixal. Penha teve seu benefício do PBF bloqueado e não tinha conseguido reavê-lo. Ednarda recebe o valor mínimo, ou seja, apenas um benefício variável em função de sua filha, de um ano e meio.

Ednarda: Nós temos Bolsa Família, mas só que o da minha mãe eles bloquearam, aí minha mãe fez de novo. Eu recebo R\$32 por mês. Eu não reclamo porque não sou eu que boto o dinheiro, mas R\$32 dá pra sustentar uma criança?

Penha: Eu peço a Deus que libere o meu pra voltar a apanhar o dinheirinho.

E: Eu peço a Deus que aumente! Porque se não eu vou ficar com isso, mesmo ruim dá pra comprar uma fralda...

Penha é natural de Magé. Tem 39 anos, é negra e analfabeta. Suas três filhas já são mães. Separou-se do marido que “não se interessava de chegar com uma fralda, com alguma coisa pras crianças. Aí se eu saísse com minha mãe ele brigava e me batia. Aí num dá né?”, diz ela. Depois de um ano morando com a mãe, arrumou um companheiro. “Esse agora, que tem 10 anos juntos. Que esse aqui não me bate”.

Quanto às suas experiências de trabalho, a principal em termos de período ocorreu em fazendas do distrito rural de Paraíso, trabalhando na colheita de quiabo, jiló, batata, inhame, e aipim. Depois foi doméstica juntamente com uma prima em São Gonçalo (RJ). Chegou a trabalhar como babá em Guapimirim, sua última ocupação. “Trabalhei por cinco meses e no final não vi a cor do dinheiro”, diz. Ela fornece outros exemplos de trabalhos que não foram remunerados, ou o foram abaixo do valor combinado, com situações vivenciadas por ela, seu companheiro e suas filhas. Lembra do trabalho nas últimas eleições e do candidato para o qual fizeram propaganda, que as dispensou antes do previsto e não queria lhes pagar.

Sobre esses episódios ela pergunta: “Não é melhor ficar em casa?”, e ela mesmoresponde: “Prefiro ficar em casa”. Seu marido trabalha como pedreiro. “Ele faz biscate, cada dia ta pra um lugar”. É ele quem “sempre deixa um dinheiro aqui. Ele bebe um golinho...

⁷¹ A região conhecida como Capim compreende a área entre Parada Modelo e Jardim Guapimirim no anexo 2.

(risos)... mas se ele vem aqui com R\$50, vamos supor, ele me dá R\$10”, explica. Entre todas as pessoas que entrevistei ao longo da pesquisa, é a única que se aproxima da *ausência de motivação para o emprego*, que segundo Paugam (2003) pode ser constatada em alguns casos de maior envolvimento com a assistência.

“A primeira razão da falta de motivação está associada à idade. Os que têm mais de quarenta anos, beneficiários de um auxílio há muito tempo, não esperam mais encontrar trabalho. Não possuem nenhuma qualificação profissional, e, segundo suas próprias palavras, é tarde demais para pensarem em uma formação. Além disso, já interiorizaram a lógica da assistência e dos serviços sociais, dos quais conhecem todos os mecanismos, e se acostumaram a freqüentá-los com regularidade” (Paugam, 2003, p.153).

Se Penha perdeu as esperanças em encontrar trabalho, isso não se deve unicamente a sua relação com a assistência, ao fato dela ser uma beneficiária do PBF “acomodada”, como diriam as agentes dos CRAS, até porque a transferência foi bloqueada. Vários fatores parecem influenciar seu desalento. Seu analfabetismo, em se tratando de uma mulher com apenas 39 anos, soma-se às experiências de trabalhos precários e mal remunerados, alguns pelos quais nem mesmo teria recebido. Na tentativa de melhor fundamentar sua “opção”, ela ainda mencionou problemas de saúde relacionados à pressão alta que a impedem de retomar trabalhos como a colheita em fazendas localizadas no Paraíso, única atividade que teria lhe aparecido nos últimos tempos.

F: E hoje Penha, você tá a procura de emprego, tá com algum trabalho, como é?

P: Não. Aqui em Modelo (Parada Modelo, bairro principal do qual Capim é uma espécie de sub-bairro), pra quem tem curso é mais fácil, mas pra quem não sabe ler, não arruma serviço. Até na prefeitura tá ruim de arrumar serviço e só dá pra quem...

F: Sabe ler?

P: E eu não tenho. Maioria das pessoas que põe alguém pra trabalhar aqui, até o final do dia tá bom. Chega no final do mês, bota um defeito no serviço da pessoa e não paga, e a pessoa trabalha de segunda a sexta, aí chega no fim do mês: “ah fulano, não ficou bom o serviço não, eu não vou poder te pagar”. Me dá até medo de trabalhar aqui. Então eu prefiro ficar em casa.

Sua posição vigente no arranjo familiar também reforça sua exclusão do mercado de trabalho, já que se responsabiliza pelos netos em diversas ocasiões para liberar as filhas que saem em busca de trabalhos esporádicos ou mesmo lazer. O fato de seu companheiro ser mais “presente” em casa, lhe dando dinheiro em algumas ocasiões, não deve ser esquecido.

O arranjo familiar em que estão inseridas Penha e Ednarda é o que deixa mais evidente o papel da família enquanto rede de solidariedade e proteção (Sarti, 2007), o que está longe designificar ausência de tensões e problemas. As mulheres, todas desempregadas, com filhos pequenos que dificultam ou mesmo impedem a reinserção, além de Penha que desistiu de procurar emprego, vêm sendo financeiramente amparadas pelos companheiros. Penha passou a morar na casa de seu genro, Amilton, com quem uma de sua três filhas se amigou. Já Ednarda, sua filha e companheiro, acabam passando mais tempo na casa de Amilton do que onde teoricamente moram, que é a casa herdada por Penha de sua mãe, mas que Ednarda divide com outra irmã, cunhado e dois sobrinhos. O cunhado “é muito agressivo, ele bebe muito”, diz Ednarda, o que em parte motivou esse arranjo.

Amilton é negro e tem 58 anos; oito de escolaridade. É a figura central nesse novo arranjo familiar. Ao se amigar com Paulinha, uma das filhas de Penha, ele “assumiu” a criança

que ela estava esperando, além de abrir as portas para que os demais entrassem em sua casa e vida. Amilton conseguiu um emprego na Prefeitura como vigia noturno de um parquinho, e o salário, mesmo abaixo do mínimo, permitiu-lhe construir mais um cômodo na casa onde mora, fornecendo assim as bases para as reconfigurações no interior da família a que se integrou após ter “sofrido” muito com a ex-esposa. Amilton conseguiu o emprego por conta de suas relações com o falecido Néelson do Posto, para quem trabalhou como frentista quando este ainda iniciava sua trajetória no então distrito de Magé.

Além de esperarem, respectivamente, pela liberação e aumento da renda transferida pelo PBF, mãe e filha procuram se inserir nas práticas de assistência que tomam conhecimento, principalmente pelo boca a boca entre familiares e vizinhas do bairro onde moram. Foi assim que chegaram ao Programa do Leite e à Escola de Pais. Sempre vão juntas atrás desses recursos e quando obtêm sucesso e aprovam as ações, indicam para “gente conhecida”. Em outras épocas também recorriam à caridade de alguns comerciantes locais, que doavam alimentos e roupas de seus próprios estabelecimentos. Esse circuito parece ter minguado nos últimos anos. Alguns desses comerciantes costumam se candidatar à vereador nas eleições. “Marcos do açougue. Ele tem um açougue ali em Modelo. Todo ano, sempre que chega eleição ele vem candidato. Vai lá pedir uma carne. Antigamente você chegava lá, pedia ele dava. Agora vai lá. Nem pelanca ele dá mais”, explica Ednarda.

A situação de ambas remete ao que Neves (2003) destacou sobre as práticas desenvolvidas pelas famílias que se relacionavam com o segmento caritativo. De acordo com a autora, essas famílias se organizam de modo a dividir o trabalho entre os membros para aumentarem suas chances de acesso aos bens fornecidos, fazendo com que procurassem variadas fontes de distribuição. Ela também menciona um caso de assistência paroquial onde a clientela era dividida em *cadastradas* (contempladas) e *abelhas* (que esperavam sua vez), sendo as mulheres que estavam de fora uma espécie de grupo de pressão que ajudava na construção de regras de justiça para a distribuição de bens, denunciando algumas cadastradas, afirmando que não eram tão pobres quanto alegavam. Em outro trabalho, Neves (2002) evidencia que a probabilidade de obter e manter recursos caritativos dependia das habilidades e saberes acumulados pelas mulheres, reconhecidas como idosas e indigentes, ao longo de suas experiências de vida.

Entre as assistências com as quais mãe e filha se envolvem, a mais disputada é o Programa do Leite, já que a Escola de Pais não fornece bens materiais, consistindo em reuniões semanais que oferecem uma oficina de “teatro” para as mães, que procura melhorar suas capacidades de expressão, contribuindo nas interações sociais. Além da oficina de teatro, há atividades que ensinam a produzir brinquedos a partir de materiais recicláveis. A iniciativa não previa a realização de atividades voltadas ao público infantil, mas teve que se adaptar para receber as dezenas de crianças levadas pelas mães às reuniões, que ocorrem semanalmente na Associação de Moradores de Parada Modelo.

Foi numa dessas reuniões que fiz o contato com as duas. Dentre as doze mães presentes, Ednarda tinha sido a única a se expressar contrariamente ao agente da oficina quando ele contara uma situação cuja moral da história era “ser feliz ao invés de ter razão” e se aborrecer por conta disso, o que gerou um verdadeiro rebuliço na sala. A ocasião remete à discussão em torno da passividade de muitos assistidos diante das práticas de assistência (Paugam, 2003 e Auyero, 2010). Embora tenda a concordar que a postura em geral seja de submissão diante da procura e espera pelas assistências, até porque minha experiência anterior de pesquisa deixou muito evidente o desequilíbrio de poder entre as agentes que operam

benefícios e a “população-alvo” dos mesmos⁷², há, ainda que de modo reduzido, espaço para discordâncias e percepções distintas daquelas vinculadas e propagadas pelas diversas formas de assistência. Na situação envolvendo Ednarda, chegou-se a criar um forte mal-estar entre ela e o agente da oficina, ao externalizar sua rejeição à visão de mundo contida na história, que reforçaria ainda mais uma postura passiva diante do mundo.

Quanto ao Programa do Leite, a dificuldade de inserção e repercussão da assistência se assemelha ao que vimos em torno do PBF e das oficinas do CRAS. Para se tornarem assistidas as mulheres têm de se cadastrar e estão sujeitas à critérios semelhantes ao PBF. “A dona lá é bem chata”, diz Ednarda, mostrando mais uma postura crítica em relação à condução das ações, referindo-se às etapas que precedem as doações em si. Às cadastradas o local distribui leite e mini cestas básicas, além de outros bens materiais, aulas e informações.

Ednarda: Leite... Não são todas as pessoas que pegam a mini cesta básica. Eu consegui pegar só três vezes. Ela falou que tá lotado. Chegou época de frio ela deu coberta. Épocas de festa eles ajudam, dão presente. A gente mete a mão no saco e tira um. Tem gente que vai lá e ensina coisas de reciclagem, a fazer banco com garrafa, colocar pedrinha, miçanga no chinelo. Lá também tem brechó com as coisas baratinhas.

Ednarda é natural de Guapimirim, é negra, tem quatro anos de escolaridade, 19 de idade e uma filha com um ano e meio. É uma das raras entrevistadas que não possui uma origem rural quanto às atividades de trabalho, que tiveram início aos quinze anos. Trabalhou como babá no Rio de Janeiro, nos bairros da Piedade e Jacarepaguá. Foi atendente de um bar em Suruí, distrito de Magé. Também chegou a vender produtos da Avon. Essas ocupações ocorreram antes do nascimento da filha. Após esse episódio, disse que vem aguardando a mesma completar dois anos para poder colocá-la na creche, ficando mais livre para procurar emprego e retomar os estudos, interrompidos mais ou menos na ocasião de sua gravidez, quando tentava resolver sua mudança de uma escola para outra, pois havia terminado a quarta série e a escola em que estava não oferecia os anos seguintes. Aos 14 anos iniciou o relacionamento com o pai de sua filha e logo foi morar com ele. Ficou grávida aos 16 anos e desde então só conseguiu trabalho na última eleição, bandeirando nas ruas da cidade.

Além dos espaços de assistência para onde confluem, Penha e Ednarda frequentam a Igreja Pentecostal Deus é Amor, ao menos uma vez na semana. Além das atividades relacionadas ao cuidado dos netos, Penha não mencionou nenhuma outra ou local para onde se dirige. Suas saídas de casa se resumiriam aos momentos em que leva seus netos à creche e os busca, além das idas ao parquinho, na praça do bairro onde mora. Quando pedi que citasse as pessoas que compunham sua rede, restringiu-se aos familiares mais próximos, sobrando pouco ou nenhum espaço para outras esferas de sociabilidade, onde nem mesmo a vizinhança se apresenta como relevante. Tudo isso a partir do que Penha entende que seja sua rede. “A vizinha aqui gosta muito de pedir. Pede açúcar, pede sabão, pede vassoura... Mas nunca vem nada de lá pra cá. Se falta alguma coisa aqui nós tem que torcer pelo dia de amanhã”.

Ednarda incluiu em sua rede, onde também predominam os familiares próximos, uma

⁷² Ao estudar o PBF em Itaboraí (RJ), presenciei muitas interações face a face em torno do cadastramento. Quando a postura das pretendentes ao benefício não atendia aos comportamentos esperados, surgiam dúvidas a respeito da situação de pobreza daquelas mulheres que fugiam do “tipo ideal” de assistida: aquela que aguarda pacientemente pelo atendimento e aceita educadamente os impedimentos que venham a surgir, sem alterar o tom de voz ou fazer “barraco”. De todo modo, também presenciei situações em que as assistidas se rebelaram contra a dinâmica imposta, impedindo o encerramento dos atendimentos antes que todas as presentes fossem atendidas, obstruindo a saída da equipe do local de cadastramento.

quantidade maior de colegas e amigas que trás do tempo “de solteira” e outras que encontra quando vai aos forrós pela região. Frequenta casasde parentes e amigas. Mesmo assim fez questão de marcar uma diferença nessas relações. “Pra contar da minha vida, essas coisas assim, eu não confio não. Nem pra minha mãe que nós somos muito amigas eu conto minha vida. Eu sou mais assim com minha outra irmã”.

Ambas parecem ter interiorizado a lógica da assistência e conhecem seu funcionamento, frequentando o circuito com regularidade e atentas à “novidade”. Chegam a discordar do modo como as “donas chatas” organizam as distribuições e doações, que segundo Ednarda, muitas vezes não fazem chegar os recursos a quem realmente precisa, na sua opinião ela e sua mãe, e não suas parentes e conhecidas que já recebem o PBF e tem o marido “bem empregado”. É interessante perceber que Ednarda mantém as esperanças em dias melhores na assistência, ao menos enquanto não consegue retornar ao mercado de trabalho, o que sua mãe disse já ter desistido.

E: Antigamente tinha o Cheque Cidadão, mas só que a gente não podia fazer que era só com 18 anos. Aí acabou o Cheque, que era R\$100. Eu até preferia o Cheque né, ia receber R\$100. Então por enquanto só mesmo o PBF... Mas vai melhorar que eu vou... Vai aumentar, que passa um tempo eles aumentam, que da minha tia eles aumentaram.

No caso de ambas, o envolvimento com as assistências, da forma como vem ocorrendo, parece gerar dinâmicas muito limitadas em relação ao empoderamento delas, não indicando reconfigurações significativas em suas redes sociais, tampouco alterações nas posições de poder ocupadas no tecido relacional. Ainda assim, em torno da assistência trocam informações com parentes e amigas, o que em alguns casos gera desconforto com as que julgam não merecer os recursos por serem menos pobres do que elas próprias. O “lugar” da assistência em suas estratégias de melhor sobreviver parece situar-se mais na organização do tempo e espaço que fazem em torno dela. Mais adiante veremos que aos olhos de outras assistidas, pessoas como Penha e Ednarda não fazem por merecer a assistência.

De todo modo, mesmo que tenham se identificado com a condição de assistidas, conhecendo bem o circuito onde podem encontrar ações de assistência, dispensando razoáveis energias transitando em torno delas, o envolvimento com as mesmas, embora frequente, não representa ganhos significativos do ponto de vista dos rendimentos e de bens materiais, o que não permite dizer que elas dependam sobremaneira da assistência para o dia a dia. Ainda assim, a “Escola de Pais” representa um espaço de convivência e sociabilidade diferenciado das experiências de socialização que já tiveram, e junto com o Programa do Leite, permitem ampliar contatos e esferas de sociabilidade, ainda que não tenham destacado vínculos construídos a partir deles.

Do Programa do Leite Ednarda recebe esporadicamente mini cesta básica e quinzenalmente leite para sua filha. A única fonte de renda que vem tendo são os R\$32 do PBF. Esses ganhos apenas amenizam sua condição de pobreza, enquanto diz esperar pelo crescimento da filha para tentar voltar ao mercado de trabalho e retomar os estudos. Já Penha parece estar numa espécie de beco sem saída, de onde nem mesmo faz planos de reinserção. Como vimos, ambas depositam esperanças de dias melhores “na assistência”. Com recursos tão escassos obtidos via assistência fica difícil até mesmo analisar uma possível condição de tutela de ambas. É a rede de solidariedade familiar que reestruturaram em torno de Amilton e seus companheiros, que vivem de bicos na construção civil, que parece fornecer a proteção social fundamental em suas vidas.

2.2.3. Assistidas pelo PBF.

Nos dois casos que conhecemos de envolvimento pontual com a assistência, a relação se resume ao PBF, embora uma delas se relacione indiretamente com o BPC, recebido por sua mãe. Nenhuma das duas forneceu indícios que levem a crer na interiorização da condição de assistidas do modo como vimos acima. Entretanto há diferenças consideráveis entre os contextos de relações em que cada uma está inserida, a começar pela inserção no mundo do trabalho, que se dá de modo informal num caso e inexistente no outro. Enquanto uma delas trabalha cerca de 60 horas por semana coletando materiais recicláveis no aterro sanitário de Guapimirim e fazendo faxina às quintas, a outra tinha retomado há pouco a procura por emprego e vem dedicando boa parte de seu tempo às atividades religiosas.

Marta tem 43 anos e não sabe ao certo aonde nasceu. “Eu vivo em Guapi desde que me conheço por gente”. É negra, tem apenas dois anos de escolaridade, três filhos e seis netos. Separou-se do pai de seus filhos há dez anos e recentemente encontrou outro companheiro, mas não moram juntos. Dos treze filhos de seus pais, sobraram nove, embora tenha “relação de irmã mesmo só com uma”, reflexo do processo de empobrecimento que vivenciou com sua família. Marta foi mais uma a relatar episódios frequentes de violência familiar na figura paterna, contra ela, a mãe e os irmãos, o que para ela foi responsável pelo afastamento dos filhos, que por conta desse cenário saíram de casa mais cedo, o que Marta fez quando se casou aos quatorze anos.

Seus primeiros trabalhos foram em fazendas da região, colhendo café e aipim “na roça dos japoneses” na Cotia. Depois de casada foi morar com seu marido num sítio onde foram caseiros, e lá plantavam para consumo próprio e dos donos da propriedade. Depois passou a trabalhar como diarista fazendo faxinas em Guapimirim. Após trabalhar fixo na casa de uma senhora, conheceu o trabalho de catadora no aterro através do marido de sua filha mais velha, que trabalhava no local. “Tomei gosto”, diz ela, incentivada pelo retorno financeiro até três vezes superior às faxinas que fazia. Ainda assim conservou um dia da semana para fazer faxina na casa da senhora que antes havia lhe empregado, mas não podia assinar sua carteira. “Aqui ninguém assina carteira de doméstica não, só lá pra baixo”, diz Marta. Nas vezes em que o aterro foi interditado ela voltou a se dedicar às faxinas, e num desses momentos foi feirante ao lado de Zeca, também catador no aterro.

Sua situação difere das demais porque através de sua jornada intensa de trabalho como catadora de materiais recicláveis no aterro, consegue conservar sua identidade enquanto trabalhadora, enquanto alguém que “sempre batalhou muito”. O próprio modo como acessou o PBF é peculiar. Trabalhando há mais de dez anos no lixão, foi levada pelo agente local que “controla” o aterro para se cadastrar no PBF devido à interdição do aterro durante quase dois anos. Antes disso afirmou que jamais havia se relacionado com qualquer prática de assistência, pública ou privada, e mesmo depois do ingresso no PBF, nunca aprofundou a relação. Seu discurso passa pelo “suor do meu trabalho”, pelo fato de ser “muito orgulhosa” e não gostar de pedir “nada a ninguém”. Nesse sentido, o PBF não interfere nesses valores que a orientam, até porque o benefício apenas tapou o buraco deixado pela ausência de segurança e proteção durante o tempo em que o aterro ficou fechado, já que a atividade não é regulamentada por nenhuma relação trabalhista.

Com o retorno às atividades no aterro, Marta pôde abrir mão de usar o dinheiro do PBF, deixando seu cartão e os R\$70 mensais que recebe para serem usados por sua filha, que,

desempregada, passa dificuldades com um filho de apenas sete meses. O marido trabalha na prefeitura e recebe menos de um salário mínimo para sustentar os três. “Eu ajudo eles também”, diz Marta.

No seu caso, o PBF tornou-se uma ferramenta bastante útil para ela e seus familiares mais próximos, na medida em que as diversas precariedades que acumulam acabam intensificando a relacionada à renda. De todo modo, a precariedade de Marta quanto ao trabalho, não fez com que ela enfrentasse uma deslocalização (Paugam, 2003) por conta da perda da identidade de trabalhadora, quando a atividade no aterro foi suspensa, pois rapidamente voltou às faxinas como diarista, sua atividade principal antes de optar pelo aterro.

Obviamente que a necessidade de abandonar sua principal fonte de renda e retornar às faxinas, refletiu profundamente em seus rendimentos, já que as diárias não permitem atingir nem mesmo a metade da renda que costuma agregar no aterro, e nesse caso o PBF foi e pode vir a ser de grande utilidade novamente. Por enquanto ele ajuda sua filha e neto.

Portanto, apesar do seu envolvimento com o PBF, Marta nem de longe parece ter passado pelo “aprendizado da desqualificação social, que se traduz por uma crise de identidade” (Paugam, 2003: 86), que a levaria da condição de trabalhadora para assistida. Através do aprendizado forçado ao longo de sua trajetória de vida, marcada pela precariedade quanto ao trabalho, ela moldou sua identidade enquanto trabalhadora, batalhadora, reforçando-a pela lógica do se virar, não ficar parada, que já vem sendo apontada como característica das classes populares (Duarte e Gomes, 2008). Sua rápida migração de catadora para diarista e vice-versa, deve-se à manutenção de determinados elos em sua rede social, de relações que lhe permitem retornar para as faxinas quando sua principal fonte de renda cessa, sem ter que aprofundar o envolvimento com a assistência.

Paulina é outra pessoa que se envolve com o PBF e também não aprofundou a relação com a assistência através das oficinas do CRAS. Moradora da região frequentemente apontada como a mais pobre pelas agentes do CRAS, tem 37 anos, três filhos, e acabara de terminar o relacionamento com o segundo companheiro quando conversamos. Sua origem também é marcada pelas atividades rurais, como a capina, a produção para o próprio consumo, além de ajudar no trato com os animais. Quando tinha dez anos foi morar com uma tia em São Gonçalo, onde ocorreram seus três anos de estudo. Retornou para Guapimirim e voltou a viver com seus pais. Chegou a trabalhar como doméstica no Rio de Janeiro, quando tinha entre quatorze e quinze anos, mas teve problemas com a patroa.

Logo após retornar para o Parque D’Ajuda depois dessa experiência, teve seu primeiro casamento e dois filhos. Nessa época, ela e o marido se tornaram caseiros de um sítio no bairro. Depois do nascimento do segundo filho, ela abandonou de vez o marido que havia tentado o suicídio depois de uma discussão que a tinha feito voltar pra casa de sua mãe. Pouco tempo depois ela se envolve com o pai de seu terceiro filho, que acabou registrando também o segundo, que ainda era muito pequeno.

No dia em que conversamos, Paulina me conta que acabara de voltar da Prefeitura de Guapimirim, onde tinha ido buscar emprego. Após romper com seu antigo companheiro, passou a se ver em maiores apuros para administrar as contas da casa. Não conseguiu o emprego que procurava⁷³, mas sua ida à Prefeitura não tinha sido uma total perda de tempo. Depois de conversar com alguns funcionários sobre sua situação, um deles mencionou a EMATER, e algo que ela entendeu e resumiu como “Banco Rural”, lhe indicando alguns

⁷³ Essa faceta da realidade municipal ganha vários exemplos e a importância da Prefeitura na economia local será tratada mais adiante.

caminhos onde poderia “conseguir renda para produzir”. Conversando um pouco mais sobre o assunto, uma funcionária lhe disse: “você vai ter que ir à Magé”⁷⁴. Embora tenha se animado com a possibilidade, pois além de possuir uma trajetória marcada por atividades rurais, há uma boa área aos fundos da casa onde mora, além de um velho galpão onde seu ex-marido cria porcos e galinhas, ela se preocupa e se desanima quando pensa o quão difícil será fazer algo nesse sentido em função de seu ex-marido.

Ele planta capim no espaço para alimentar as vacas que mantêm em outro terreno, além de ser o dono dos animais do velho galpão. Mas Paulina bem que gostaria que o problema terminasse aí. Há meses a relação dos dois vinha se arrastando, até se tornar “impossível”. Paulina era a “outra”, a segunda mulher. Seu companheiro era casado, e assim continuou, mantendo as duas relações, as duas famílias, o que Paulina soube desde o começo, mas disse que relevou porque estava sozinha com dois filhos pequenos pra criar, quando Neto se ofereceu para ajudá-la.

Quando conversamos, tinha acabado de completar três meses que ela finalmente havia conseguido terminar o “adultério” em que vivia. Mas o preço a pagar não parece mensurável. Neto raptou seu filho Ariel de cinco anos quando ele saía da escola, e desde então ela não consegue se aproximar da criança, pois Neto o mantém em sua casa, com sua outra esposa, a primeira. A única oportunidade que Paulina tem tido para ver seu filho se resume ao momento em que Neto vem aos fundos de sua casa para cuidar dos animais que cria. Quase sempre Ariel está junto, mas Neto não permite que mãe e filho se aproximem. Pude ver esse momento, em que Paulina acena de longe e se emociona ao ver seu filho saindo do carro do ex-marido, a cerca de 50 metros de sua casa. “As vezes eu penso em ir na polícia, mas tenho medo do que pode acontecer com o meu filho. Então eu deixo nas mãos de deus”, diz Paulina.

Hoje Paulina mora com sua mãe, dona Suelen, que tem 75 anos, e seu filho Wanderson, de 20 anos, que ajuda nas despesas da casa fazendo bicos como ajudante de pedreiro. Dona Suelen recebe o BPC. Paulina diz que ela tem problema com bebida e sofreu um acidente em que teve queimaduras na cabeça e desde então vem tendo “esquecimentos”. Diz que por essa razão, não pode deixar sua mãe muito tempo sozinha em casa, porque esquece panelas no fogão, o fogão ligado sem panelas, gás aberto...

Sobre sua mãe e o recebimento do BPC, disse que seus cinco irmãos que moram na vizinhança passaram a cobrá-la, reivindicando parte do benefício. Alguns até insinuam que Paulina estaria aproveitando a situação. Visivelmente chateada com o fato, ela diz que “no momento em que eles quiserem levar minha mãe pra morar com eles, podem levar. Mas eles vão ter que cuidar bem dela, do jeito que eu cuido”. Portanto, embora Paulina se envolva com o PBF, recebendo R\$100 mensais (benefício básico + 1 variável/criança), indiretamente tem esse vínculo com o BPC, que vem repercutindo entre seus irmãos que começam a questioná-la, se avizinando uma possível disputa em torno da tutela da mãe e de seu benefício, podendo o BPC ser responsável por reconfigurações profundas nas relações intrafamiliares, embora desde já esteja repercutindo na sociabilidade familiar.

De qualquer forma, o acesso de dona Suelen a esse direito inverte completamente a situação, já que ela deixa de representar apenas mais um pesado fardo a ser carregado em contextos de pobreza e vulnerabilidade, passando de descartada a disputada, com a presença do benefício no patamar do salário mínimo, representando impacto mais que considerável no

⁷⁴ A essa altura do trabalho de campo, meados de outubro de 2011, ainda não tinha se instalado um escritório da EMATER em Guapimirim, sendo os produtores rurais locais atendidos pela equipe técnica instalada em Magé. É bem provável que a indicação da funcionária passe por isso.

cotidiano de famílias com trajetória de intenso empobrecimento. O direito nesse caso ajuda o beneficiário a reequilibrar as interdependências de que participa e evidencia que o BPC assume um papel importante tanto para seu titular quanto familiares, na medida em que, diferentemente dos valores baixíssimos transferidos pelo PBF⁷⁵, que nem mesmo constitui um direito, sua equiparação ao salário mínimo representa um ganho considerável de rendimento para as famílias em situação de pobreza ou vulnerabilidade, mesmo com a necessidade de gastos extras com idosos ou pessoas consideradas incapazes de prover o próprio sustento por alguma enfermidade ou deficiência.

Além da situação prolongada de desemprego, da baixa escolaridade, da questão com seu ex-marido, Paulina convive com problemas de moradia. Ela não possui a documentação do imóvel onde mora. Embora sua família ocupe o lugar há mais de 25 anos, inicialmente o imóvel (composto pelo terreno da frente com a casa no centro e terreno dos fundos com galpão ao lado) fora cedido por um vizinho que conhecia seus pais e se solidarizou com a situação de sua família na época. Paulina vive uma tensão constante em torno da questão, que ressurgiu com força quando seu filho começou a construir uma casa para si no quintal do imóvel. O vizinho que cedeu o lugar para sua família, ainda vê o terreno como seu, e exigiu que a construção fosse imediatamente interrompida, ameaçando inclusive derrubar a parte já construída com um caminhão. Por essa razão eles não podem realizar reformas estruturais na casa, como a necessidade urgente de trocar o telhado, entre outras coisas. Também por esse motivo a casa está em péssimo estado de conservação, o que, aliás, motivou minha opção por entrevistar alguém daquela casa.

Ao mesmo tempo que Paulina reconhece a solidariedade deste senhor para com sua família, tratou de se assegurar e proteger-se de uma possível ação de despejo ou expulsão do local. Há alguns anos foi até a Prefeitura se informar sobre o terreno onde mora e lá constatou que o lote não existia nos registros de imóvel. Não havia documento nem recolhimento de impostos referentes ao imóvel junto à Prefeitura. Imediatamente Paulina tratou de registrá-lo em seu nome e vem pagando há alguns anos os impostos que lhe são cobrados. Nada disso foi conversado com o dono original do imóvel. A construção da casa de seu filho, levantada por ele mesmo aos fins de semana, segue interrompida.

Embora tenha se definido como quase analfabeta, mostrou-se uma das pessoas mais articuladas entre as entrevistadas ao longo do trabalho de campo. O episódio acima em torno da disputa pela casa onde mora é o maior exemplo disso, e também o sucesso na obtenção do BPC para sua mãe reflete sua capacidade de interação com a máquina pública, com o Estado e sua burocracia. Antes mesmo da criação do PBF, já recebia transferência de renda dos programas precursores, como o Vale Gás, tendo feito a migração para o PBF quando o mesmo foi criado. Ao contrário de outras entrevistadas, sabe a razão pela qual recebe o valor que recebe, e ainda quais os tipos de benefício, como o básico e o variável jovem, por exemplo. Um de seus irmãos ingressou na oficina de Hortas sendo levado por ela ao CRAS do Vale. Anos atrás, quando não havia iluminação nas ruas do bairro, foi à Prefeitura reclamar sobre a cobrança em sua conta de luz de uma taxa sobre iluminação pública então inexistente.

Fui ao bairro onde Paulina mora, o mais pobre da região mais pobre, nos dizeres das agentes dos CRAS, esperando encontrar por casos extremos de pobreza, no local onde “as próprias pessoas não procuram, não se envolvem com o CRAS” (Renata, equipe CRAS I).

⁷⁵ Valores baixíssimos (R\$94,24 por família) tomando o salário mínimo como referência, que sabidamente já coloca dificuldades para o sustento de uma família. Mesmo assim, o programa acrescenta em torno de 50% a renda *per capita* das famílias por ele atendidas (MDS, 2010).

Acabei encontrando o que parece ser a mais sábia das assistidas. Exceção à regra? É possível. Mas outro entrevistado residente no bairro e que será tratado no capítulo final, também foge à regra. Duas exceções? Pode ser. Mas o que pretendo com isso é trazer à tona as pré-noções que orientam as agentes que operam benefícios e ações de proteção social, e que associam o rural à pobreza, atribuindo determinados valores e comportamentos aos pobres da região, evocando uma cultura que estaria de tal forma enraizada nas pessoas, que impediriam que qualquer trabalho da “nova” assistência social tivesse sucesso na região.

As justificativas para a definição do bairro como o mais pobre tomavam como base sua condição rural, associada à corrosão de caráter de seus moradores, quase todos *sitiantes*, acomodados, preguiçosos, verdadeiros jecas tatus que não se interessam em sair da condição de pobreza em que se encontram e que “gostam da situação de vulnerabilidade”. Para além do suposto impedimento colocado pela cultura à superação da pobreza, as duas entrevistas com moradores do local apontam para a sobrevivência de uma rede mais ampla de reciprocidade envolvendo não apenas os familiares mais próximos, mas um leque maior de amigos, vizinhos e parentes que trocam bens materiais e serviços orientados por outra lógica que não a econômica. Paulina mencionou algumas situações nesse sentido, principalmente envolvendo a produção agrícola. Ela mesma forneceu abóbora para um vizinho, amigo antigo de seus pais, quando as sobras da alimentação dos porcos saíram pelo valão e resultaram numa produção acidental de abóbora. Meses depois o mesmo senhor lhe trouxe sacos de mandioca, “mas tanta que eu tive que dar pra meus irmãos e outros vizinhos”, diz ela. Ademir, entrevistado que conheceremos no capítulo final, mencionou relações semelhantes quando as vezes troca alguns de seus produtos com vizinhos por esterco ou “carroçadas” de bambu, folhas e restos de grama e capim que ele usa para adubar sua produção agrícola.

As atividades mais recentes de Paulina foram vendendo panos de prato e sacolés no bairro. No último período eleitoral trabalhou na campanha do falecido Néelson do Posto e de uma candidata a vereadora. “É cansativo. Eu não tinha mais tempo pra nada. O telefone tocava era toda hora me chamando pra outra coisa”. Ainda assim justifica o envolvimento: “A gente fica a toa às vezes né? Ai vai né? Ganhava por semana também. E às vezes você vai trabalhar na eleição pensando em depois conseguir um emprego, porque aqui é muito difícil emprego”.

Significativas reconfigurações vêm ocorrendo em sua rede social, o que não significa mudança nas relações de poder no tecido social. Tais mudanças devem-se principalmente a intensificação de seu relacionamento com uma Igreja Evangélica do bairro. Seu marido só teria desistido dela após sua entrada pra Igreja, já que há meses ela tentava se afastar dele e não conseguia. Seus irmãos, parentes próximos e vizinhos que costumavam frequentar sua casa aos finais de semana, promover encontros regados à cerveja e cachaça, diminuíram muito a frequência com que aparecem, e mesmo quando o fazem passaram a permanecer na casa por bem menos tempo, limitando-se a tomar um café quando de passagem ou algo parecido. O inverso também se aplica, já que Paulina também deixou de frequentar as casas dessas pessoas, assim como de sair com elas para os bares e festas da região como fazia antes. Boa parte do seu tempo passou a ser dedicado às atividades religiosas que participa quase todos os dias da semana, inclusive sábados e domingos, com atividades em outros bairros, o que acabou lhe aproximando de pessoas ligadas à igreja.

De todo modo, para Paulina foi através da Igreja que ela conseguiu se afastar do marido que fazia de sua vida um inferno, chegando ao ponto dela pensar em fazer “uma besteira”. Em um desses momentos extremos, recebeu a visita de um antigo vizinho que lhe

“trouxe a palavra de Deus”. A partir daí passou a ir escondida à noite para a Igreja, “porque ele não gosta da Igreja”, lembra do ex-marido. Os problemas que enfrentou por conta desse relacionamento não parecem tratar de violência física da parte do ex-marido, mas em compensação são abundantes naquilo que se convencionou chamar de violência psicológica. Um trecho de nossa entrevista sobre o assunto diz mais do que eu seria capaz de traduzir.

F: Eu to com uma dificuldade pra entender que tipo de pressões, chantagens, que você falou, que ele fazia contigo, pra eu entender melhor o que você tá dizendo?

P: Olha, o que eu posso te dizer é o seguinte. Ele bebia, ai conversava com você e estava tudo bem, mas comigo tinha aquela parte agressiva. Por exemplo, sou eu que resolvo as coisas aqui em casa. Então eu falava assim: “amanhã eu tenho que ir lá em Guapimirim”. “Ah, mas você vai lá fazer o que? Que horas você vai sair? Que horas você vai chegar?”, sabe... Impossível viver desse jeito. Olha a gente aqui, talvez você tenha pensado: “ah, vou conversar com ela até tal hora” e olha o tempo que a gente já tá aqui. São coisas que não tem como você marcar. Mas eu tinha que ter aquele horário determinado, do jeito dele. Por exemplo, eu fui no mercado num dia de reposição de mercadoria, e não tinha o que eu queria, que era um *knorr* do tipo que eu tava acostumada a comprar. Ai eu falava isso e ele dizia: “impossível, no mercado isso vai faltar?” Tipo assim, tudo que eu fazia eu estava fazendo errado. Se eu passava da hora que ele tinha marcado, não adiantava explicar o que tinha acontecido, que tinha fila, que o ônibus tinha quebrado. Ele não viu, então... Que nem eu te contei hoje, que eu fui a prefeitura, fiquei pra lá e pra cá, tive que andar a toa, e não consegui resolver nada. “Então porque que você demorou tanto?”. São situações muito difícil. Você fala o que aconteceu e a pessoa fala que não. “Ah, eu vou no aniversário hoje, tá?”. “Ué, mas você já saiu ontem!”. Tipo, se eu me esquecer de comprar alguma coisa na rua e tiver que sair de novo, ai ele “ué, mas você já saiu hoje pro mercado, então você não vai sair de novo”. Tipo assim, impossível, você não é um robô, é um ser humano. Então é uma situação muito difícil mesmo. E pelo que eu convivi e passei, acho que eu aguentei muito. E eu não saí antes porque eu não consegui, era muita pressão. E hoje eu conto isso pra você, eu ter saído desse adultério que eu vivia. Já te contei minha situação financeira, emocional também, devido a estar longe do meu filho, mas hoje eu tô muito feliz mesmo de ter saído desse cativeiro.

Se Paulina apenas trocou um cativeiro por outro, é algo que nosso estudo não foi capaz de responder. O que nos parece evidente é que ela conseguiu romper um dos nós de sua rede social que tolhiam sobremaneira sua liberdade em diversos aspectos, inclusive na busca por emprego, pela reinserção no mercado de trabalho. Nesse processo, ela destacou apenas seu ingresso “no caminho de Deus”. Entretanto, em vários momentos ela deixa claro o papel que os benefícios a que vem acessando exercem no seu dia a dia, com destaque maior para o BPC que administra em nome de sua mãe do que para o PBF. De todo modo, consideramos que essa configuração encontrada teve algum potencial de empoderamento justamente porque lhe permitiu romper um verdadeiro nó de sua rede social, lhe permitindo ampliar seu poder de dentro para sair em busca de suas necessidades, ainda que as mais urgentes.

2.2.4. Assistidas Gestantes.

Chegamos aos dois últimos casos de envolvimento com as práticas de assistência. Ambos se referem ao envolvimento com oficinas oferecidas pelo CRAS III, o que configura uma modalidade de assistência que exige das pessoas a interação constante com a assistente social, assim como o relacionamento com outras assistidas. O ingresso numa oficina do CRAS que fornece a cesta básica mensal ganha ares de contrato, na medida em que a família

atendida passa a ser acompanhada pela equipe do CRAS, que se mantém atenta à situação inicial e aos progressos alcançados.

A ideia de um contrato de reinserção foi trabalhada por Paugam (2003) em suas análises sobre a relação dos assistidos com o sistema de proteção social francês. A ideia básica em questão é a contrapartida. A assistência social atenderá o indivíduo que se compromete em “correr atrás”, em “se esforçar”, “fazer por onde”. A lógica é semelhante a das condicionalidades impostas pelo PBF no caso brasileiro, que conforme demonstrou Rabelo (2011), os próprios beneficiários entendem que deva ser necessário. Em nossa pesquisa, tanto os relatos das agentes que operam os programas e benefícios quanto os que esperam recebê-los entendem que deve haver esforço da parte dos beneficiários para justificar o recebimento, o que não está associado às condicionalidades do programa, mas sim a um julgamento moral a respeito dos *bons e maus pobres* que merecem ou não a assistência. Uma das agente dos CRAS disse que “o problema do Bolsa é que falta um tempo limite pra família. Tinha que ser por dois anos, depois por mais dois se necessário, e deu!” (Denise, equipe do CRAS II).

Nos casos que aqui trazemos para análise, a ideia de um contrato permanece, mas ganha outros contornos, pois não há renda envolvida. O recurso em questão é alimentar, concretizado na cesta básica mensal e no enxoval do bebê, que só vem com a participação nas atividades organizadas pelas oficinas. Ao longo do vínculo com o CRAS, a pessoa estabelece um relacionamento com a assistente social e a psicóloga, que ao constatarem as dificuldades atravessadas pela pessoa/família em relação a auferir renda via mercado, seja pela ausência de motivação para buscar emprego, para aceitar qualquer emprego, ou de desejo de ascensão social, ou pelo motivo que for, procurarão recuperar a pessoa através de muita conversa, palestras motivacionais e o vínculo com outras ações nas quais ela ou familiares podem ser inseridos.

Tanto Marinete quanto Ananda envolveram-se com o CRAS por conta da oficina de Gestante, quando se encontravam nessa condição. Ambas perderam o emprego por ocasião da gravidez, o que somado ao desemprego de seus maridos complicava ainda mais a situação. Após encerrar o ciclo na oficina, a primeira pediu para ser inserida em outra, pois continuava precisando muito da cesta básica e seu contexto familiar não lhe permitia trabalhar. Assim ingressou na de Vulnerabilidade Social, embora tenha pedido para ser inserida na das Hortas.

Como vimos nos casos de assistidas pelas Hortas, a oficina se concentra em atender senhoras idosas ou em vias de, com trajetória rural e cujo processo de empobrecimento tenha chegado ao extremo, à desfiliação somada ao alcoolismo. A jovem mãe que requisitou inserção nas Hortas também possuía uma origem rural, ilustrada pelos trabalhos na roça, como a capina, e provavelmente viu na característica da oficina uma identificação com sua trajetória e seus saberes acumulados, lhe parecendo mais interessante e lógico se relacionar com esta oficina, que, além da versão escolar, passou a oferecer a versão residencial, onde a horta é montada na casa da pessoa assistida. Só que a equipe do CRAS, também reagindo de acordo com a lógica das oficinas, mas acima de tudo, a partir da concepção de política social efetuada pela SAPS e da política municipal como um todo, transforma a agricultura, o recurso à produção de alimentos, a relação com a terra e o cultivo em mera “terapia” para pessoas em outro ciclo de vida, em que já não se espera a inserção no mercado de trabalho. Para além da leitura correta ou não feita pelas agentes sobre a situação de Marinete, o que importa aqui é atentarmos para o “lugar” das trajetórias de vida e trabalho das assistidas nas ações da política social local. Ou melhor, como elas não ocupam seu devido lugar.

Marinete tem 21 anos, sete de escolaridade. Veio com seus pais de Campos (RJ) para

Guapimirim quando tinha um ano. “Eu sempre batalhei, desde os dez anos”, diz ela. Seu primeiro trabalho “era ajudando meu pai na roça”, diz ela, seguindo para a capina e depois para as faxinas como diarista. Mais tarde foi trabalhar no Rio de Janeiro cuidando de idoso, até que conseguiu a mesma função em Guapimirim, que foi seu último emprego fixo. Chegou a ajudar sua sogra vendendo tortas e bolos que ela fazia, além de trabalhar com ela num *buffet*.

M: Antes de eu engravidar eu estava trabalhando numa casa tomando conta dessa senhora, que ela era agressiva, mas muito agressiva mesmo, e eu levei um soco na boca do estômago, aí fui pro hospital e viram que eu estava grávida. Aí depois disso eu não podia ficar lá né? Que minha gravidez podia ser de risco. E aí foi muito ruim né? Que eu tinha contas pra pagar, e mulher usa perfume né? Essas coisas...

Hoje ela mora com o filho, o marido e a sogra. Quando seu pai soube que estava grávida, a expulsou de casa. “Eu pensei até que ele não ia gostar do meu filho, que ele é cabeça dura, pensa que mulher tem que casar virgem, só tem que ter um homem na vida... Mas hoje ele é um grude com meu filho e a gente voltou a se falar”, diz ela. A situação na casa de sua sogra piorava na medida em que seu marido também estava desempregado. Foi quando “uma ex-amiga comentou comigo sobre a oficina” de Gestante. Inicialmente não havia vaga, mas dias depois a equipe do CRAS entrou em contato dizendo que uma vaga surgira.

Por toda nossa conversa, Marinete procurou se diferenciar das outras assistidas, que parece classificar como aproveitadoras. “Essa gente que fica fazendo um monte de filho só pra ganhar Bolsa Família, cesta básica... Ai ganha muito dinheiro nesse negócio de Bolsa... Mas não vale a pena, hoje a vida tá muito difícil pra ter um monte de filho”. A necessidade de diferenciar-se parece estar relacionada à manutenção de sua identidade enquanto batalhadora, de quem “sempre quis crescer na vida”. Em vários momentos da entrevista ela reforça sua motivação por ascender socialmente, o objetivo de ter sua casa, seu dinheiro e seu trabalho. “É muito ruim a gente depender de homem”, completa Marinete.

A atitude reflete também certo conflito interno que parece ter experimentado para acessar o CRAS e receber a cesta básica, situação que poderia lhe identificar de modo semelhante às assistidas que ela mesma reprime. Por isso teve que superar a vergonha para iniciar a relação com o CRAS, além de ouvir e conviver com as fofocas de vizinhas e conhecidas, dizendo que ela não precisava da assistência que recebia, tirando assim a vaga de quem realmente enfrentava apuros.

Marinete: Muita gente tentou entrar aqui e não conseguiu porque já tava completo né? Ai rola inveja, muitas coisas né? Fofoca... Fala que a gente não precisa. Quem vê cara não vê coração! Às vezes a pessoa tá linda, maravilhosa, mas dentro de casa não tem nada pra comer. Eu tinha vergonha de falar que estava passando necessidade, mas a gente precisa de ajuda, vai fazer o que? Saco vazio não para em pé. Eu precisei de ajuda, recorri aqui, mas... Tudo bem.

F: E você relutou em vir aqui, chegou a passar algum dilema?

M: Ah, eu fiquei com vergonha, assim, por causa da cesta básica né, que eles fazem muita pergunta né, da nossa vida, mas aí eu respondi e deu tudo certo. Pergunta se a gente mora sozinha, se a gente trabalha... Que nem o Bolsa Família, que eu fiz, mas não recebi até hoje. Depois que eu estava aqui eles me deram o encaminhamento pra fazer, aí eu consegui, que sem o encaminhamento não consegue. Eles me deram o papel, eu fui lá e consegui. Lá na “reta”. Aí lá eles fazem muita pergunta da sua vida...

Seu envolvimento com o CRAS lhe ajudou a se “levantar”, em suas próprias palavras.

Jovem, tendo perdido recentemente o emprego, pôde, com a “ajuda” do CRAS, organizar seu retorno ao mercado de trabalho, recuperando sua condição de trabalhadora e, acima de tudo, conservando sua identidade como tal, o que lhe permitiu escapar da aprendizagem da desqualificação advinda com o adensamento das relações com a assistência (Paugam, 2003).

Tão logo sua sogra pôde cuidar de seu filho, ela distribuiu o currículo feito com a ajuda da assistente social do CRAS pela cidade, e na semana seguinte foi chamada para o trabalho como balconista da loja de conveniência de um posto de gasolina recém reformado. Ela terá sua carteira assinada pela segunda vez. Essa rápida reinserção no mercado de trabalho foi fundamental para a manutenção de seu status de trabalhadora, impedindo que ela viesse a desenvolver uma relação mais longa com a assistência social via CRAS.

A passagem pelo CRAS parece ter sido responsável por uma repercussão bastante significativa na sua rede social. Enquanto viveu “o momento mais difícil de sua vida”, não podendo contar com o auxílio de nenhum de seus parentes próximos e amigos com os quais ela imaginava recorrer, concluiu que estava sozinha, que a partir de então não podia contar com mais ninguém.

M: Eu pude ver quem é meu amigo de verdade e quem não é. Então eu sou mais sozinha. Eu saio sozinha, que meu marido não tem tempo, então eu hoje não falo com ninguém, não tenho amigo nenhum! Gente falsa eu não quero não.

F: Mas teve um episódio que determinou isso, que...

M: Teve! Que eu fiz a cesariana e não podia fazer os serviços de casa, lavar louça... E um próprio parente meu falou assim: “deixa dar bicho!”. Como que eu vou deixar dar bicho na louça que eu como e faço comida? Ai eu tive que fazer drenagem pra limpar, que deu inflamação por dentro, aí eu tinha que fazer curativo todo dia e não tinha com quem deixar meu filho. Não tive ajuda de ninguém. Então isso me fez refletir muito. Então eu não vou na casa de ninguém hoje. Vou pra casa, tomo conta do meu filho, ajudo minha sogra, que ainda está fazendo fisioterapia. Ela ficou cuidando de mim sete dias depois que eu cheguei do hospital. Ai depois ela ficou um mês no hospital pra ser operada e eu fiquei sozinha. Tive que cuidar do meu filho, da casa, dela, tudo sozinha. Minha cesariana demorou três meses pra ficar boa, porque eu tive que fazer tudo logo depois da cirurgia, sozinha, dava banho na minha sogra... Foi a época mais complicada da minha vida. Nunca mais quero isso. Eu passei pela cova dos leões, mas tô de pé.

Marinete mencionou apenas sua sogra e seu pai como amigos, que aparecem como as pessoas com quem vem podendo contar em seus projetos de vida. Seu projeto de ascensão social e melhoria da qualidade de vida, especialmente sua capacidade para auferir renda capaz de se traduzir em consumo, vem se chocando com a postura de seu marido, que, embora também tenha conseguido um emprego como garçom, não estaria lhe ajudando da forma como gostaria, principalmente em relação ao seu filho.

M: Eu não converso com ninguém. Só minha sogra, que é minha amiga. Minha mãe não bate muito bem da cachola, meu pai era alcoólatra e parou de beber, agora tá me ajudando, é meu amigo também. Meu marido não é meu amigo. Já foi. Agora só quer saber de encher a cara, ficar por aí. E eu vou meter o pé, já falei com ele. Eu quero homem que me ajude, entendeu? Já falei com ele...

F: Tem acontecido algo além, dele não tá te ajudando da forma como você acha?

M: Tem! Meu filho! Ele fica com a moto dele, mas ele tem que me ajudar com meu filho! Eu não fiz filho com o dedo! Comprar fralda... Ele tem que se por no lugar de pai, tem que me dar o dinheiro que eu vou lá e compro as coisas. Mas não botar tudo nas minhas costas também. O filho não é só meu. Desse jeito eu não quero não. Sempre batalhei, não precisei de homem pra nada.

A situação de Marinete quanto ao envolvimento com a assistência se aproxima em parte de vários aspectos tratados por Paugam (2003) nas situações que ele define como fragilidade, em que há apenas um envolvimento pontual, onde a pessoa conserva a motivação para o trabalho, fazendo apenas o uso pragmático das práticas de assistência, que ele aproxima do ato de consumir um determinado serviço.

A análise em torno do seu caso mostra que a relação com a assistência social na figura do CRAS e sua oficina de Gestante seguida pela Vulnerabilidade, criou uma dinâmica de empoderamento, permitindo principalmente que Marinete se levantasse e retomasse a relação com o mercado interrompida a partir de sua gravidez. É mais um caso onde o empoderamento parece se limitar em torno do poder de dentro, que pode mais adiante se perder novamente nas flutuações envolvendo o mercado e seus ciclos de vida, que provavelmente colocará maiores obstáculos a uma nova reinserção do que no caso de uma jovem de 21 anos, boa apresentação e escolaridade acima da média local, contratada como atendente pelo posto de gasolina.

A segunda assistida não fez solicitação alguma quando terminou seu vínculo com a oficina de Gestante. Só que pouco tempo depois do nascimento de seu filho, ela estava novamente grávida. A vergonha fazia com que relutasse em voltar à mesma oficina, até que encontrou com uma agente do CRAS no mercado que lhe incentivou a voltar.

O caso de Ananda tem algumas características semelhantes. Ela tem 30 anos, está grávida do terceiro filho, é casada, branca, e é a única entre os entrevistados em situação de pobreza/vulnerabilidade que possui o ensino médio completo. Disse que sempre trabalhou, pois seu pai fazia questão que ela ajudasse em casa. Por isso passou a trabalhar como babá na casa de uma família no bairro onde morava, mas logo estava fazendo todo o serviço doméstico e interrompeu os estudos. Foi trabalhar na padaria da mesma patroa em meio período para poder retomar os estudos, e passou a fazer faxinas esporadicamente. Depois de concluir o ensino médio, conseguiu emprego numa fábrica de bijuterias em Guapimirim, através de uma tia que conhecia o gerente da filial de Teresópolis. Trabalhou por dois anos naquele que foi seu único emprego de carteira assinada.

Quando engravidou pela primeira vez, seu pai a expulsou de casa. Acolhida pela família de seu marido, puderam organizar inicialmente suas vidas, ele prestando serviço militar, ela empregada na fábrica. Só que após o nascimento do primeiro filho, sua licença maternidade expirou enquanto seu filho “só mamava no peito. Tentei mamadeira, papinha, mas nada, não tinha jeito”. Acabou sendo demitida da fábrica e voltou a trabalhar com faxinas. Depois ainda foi ajudante de creche, embora recebesse apenas R\$150 por mês, em 2009. A situação era controlada pelo emprego do marido, que seria desligado do serviço militar obrigatório quando completasse nove anos, o que coincidiu justamente com sua segunda gravidez. Ela cursava uma formação técnica em enfermagem, paga pela mesma tia que intercedeu por ela no episódio da fábrica, mas teve que abandonar o curso no final quando engravidou novamente. “Minha tia ficou muito triste de eu ter engravidado de novo, que ela estava investindo nos meus estudos e ela falou que mesmo eu casada ela não queria que eu ficasse grávida, aí eu tive que encerrar o curso”. Depois disso “ficou muito difícil arranjar emprego, e meu marido se virava fazendo o que aparecesse”, diz ela.

Foi então que soube da oficina de Gestantes, através de um vereador que a conhecia desde pequena.

A: Quem me trouxe pra cá foi um rapaz que me conhece há muitos anos, e ele tem um certo carinho, e ele é vereador, quando ele soube que eu estava grávida ele perguntou se eu tinha ouvido falar da oficina, ele pediu pra eu vir, aí eu liguei, mas não tinha

vaga, aí ele viu pra mim e conseguiu, porque é muito difícil! Muitas pessoas procuram. Mas aí ele correu atrás pra mim e conseguiu. Foi o que me ajudou muito. E agora está me ajudando ainda mais.

Como se vê acima, ela conseguiu ingressar na oficina por conta da relação com o político local, pois há mais demanda que oferta na oficina de Gestantes. Fechado o ciclo, ela pensava em seguir adiante, quem sabe retomando o curso de enfermagem e indo em busca de emprego. Mas quando seu filho tinha apenas quatro meses, ela engravidou pela terceira vez.

A: Fiquei muito desesperada! Entrei em depressão, não aceitava a gravidez, não queria sair de casa... Foi muito difícil dessa vez. Aí eu encontrei com a recepcionista do curso no mercado. Ela me perguntou se estava tudo bem, eu falei que estava grávida, ela me perguntou se eu queria voltar, eu falei que tinha vergonha, que eu saí daqui ano passado, mas ela perguntou: “você tá precisando?”, eu falei: “precisando eu estou”, “então você vai e fala com a assistente social”. Aí eu vim, falei com ela, a psicóloga, elas ficaram surpresas, mas feliz, que elas acabam tendo bastante carinho, né? Aí eu voltei, elas me apresentaram pras meninas, disseram que eu já tinha passado pelo curso, e foi o que me ajudou a encarar essa situação, né?

Como sua relação com o CRAS teve continuidade, ganhando contornos dramáticos, ela passou a ser encaminhada para outras ações, conseguindo se cadastrar no PBF, embora ainda não tenha recebido o benefício, assim como o encaminhamento da assistente social para realizar a ligação que passou a pretender pelo SUS. Classifica como muito boa a relação com a equipe, que tem lhe “ajudado muito”, principalmente depois do seu retorno para a oficina de Gestante.

Já a relação com as demais assistidas tornou-se mais complicada.

F: Teve algum mal-estar no fato de ter que vir até o CRAS? Alguma reprovação...

A: Ah, sim, eu já passei por isso! Porque quando eu vim fazer o projeto, teve gente que disse: “não sei por que você vai fazer o projeto de novo se você já fez”. Aí eu falei: “o projeto é pra quem precisa”. Porque se fosse pra quem não precisasse então não teria ninguém aqui. Se fosse por quantidade de filho... Só pode fazer o projeto quem tem um filho? Não, é pra quem precisa! Mas eu passei por isso sim: “ah você de novo?”. Mas eu levo numa boa.

Ananda teve e segue tendo que conviver com a desconfiança e o descrédito de outras assistidas para retornar ao CRAS e receber a cesta básica que lhe permite ajudar em casa, pois vem morando com o marido na casa da sogra. Ela passou pela “deslocalização social, um sentimento de angústia ligado ao fracasso, que muitas vezes tende a se prolongar” (Paugam, 2003: 121). Mas suas angústias relacionadas às sucessivas gestações e à perda da identidade de trabalhadora vêm sendo controladas pela relação com a equipe do CRAS, e a impossibilidade de retornar ao mercado de trabalho é entendida como mais um momento passageiro, que por conta dos filhos é levada a procurar pela assistência.

De certa forma, ela negocia seu status de assistida, assim como Marinete, dizendo para os outros, mas também para si mesma, que é assistida em função dos filhos, e assim que possível pretende “arrumar um emprego! O mais rápido. Até porque, depois que a gente acostuma a trabalhar, né? E eu trabalho desde novinha. Quando o neném nascer, assim que eu puder, eu quero estar trabalhando”, diz Ananda.

De modo semelhante à Marinete, sua relação com o CRAS lhe permite criar um ambiente favorável ao empoderamento que mais uma vez parece se resumir ao poder de

dentro, ao resgate do indivíduo que tinha iniciado uma deslocalização em função da perda do vínculo com o trabalho, mostrando-se bastante limitada quanto à perspectiva central ao empoderamento, que consiste na transformação das relações de poder que restringem o acesso e as relações em geral com o Estado, mercado e sociedade civil (Romano, 2002).

CAPÍTULO III

NOVOS CAPÍTULOS DE HISTÓRIA LENTA: O MERCADO DE TRABALHO E O ATERRO SANITÁRIO.

Na introdução deste trabalho, resgatamos elementos que ajudam a compreender as raízes históricas do fenômeno que acabou sendo designado como questão social. Na sequência, trouxemos elementos que faziam uma espécie de conversão da questão social enquanto questão nacional. Nesse exercício, veio à tona uma das peculiaridades da questão social brasileira, que agrega à pobreza enquanto fenômeno estrutural, a característica histórica do mercado de trabalho no Brasil, que mantém enorme parcela da população em ocupações não protegidas, no trabalho informal, quando não os submete à desocupação e a viver de bicos (Ivo, 2008).

Nas páginas seguintes, procuramos resgatar brevemente algumas características do mercado de trabalho no Brasil, levantando assim uma base sobre a qual apresentaremos e discutiremos os dados do universo pesquisado, até chegar aos casos dos catadores de materiais recicláveis no aterro sanitário de Guapimirim.

3.1. Breves considerações sobre o mercado de trabalho no Brasil.

Existe uma intrínseca relação entre mercado de trabalho e ação estatal. O primeiro sempre foi em grande medida determinado pelas ações ou omissões do segundo. A própria criação do mercado de trabalho no país, entendido como o momento em que passa a vigorar o trabalho livre, remete à abolição da escravidão e à consequente política de incentivo à imigração, ocorridas ao longo do século XIX, refletindo um projeto de nação que não incluía os trabalhadores nacionais (negros e mulatos).

“Criando assim o trabalho livre, o Estado criou também as condições para que se consolidasse a existência de um excedente estrutural de trabalhadores, aqueles que serão o gene do que se chama hoje *setor informal*” (Theodoro, 2005: 105). Os trabalhadores “nacionais” só conseguiriam uma maior inserção a partir da década de 1930, quando o crescimento econômico e a urbanização despertaram “novos e dinâmicos” setores da economia, que necessitavam e tornavam inadiável a incorporação em larga escala desses trabalhadores (Kowarick apud Theodoro, 2005).

O período que se inicia nos anos 1930, inaugura a hegemonia da matriz ideológica desenvolvimentista, que confere ao crescimento econômico a resolução de todos os problemas relacionados ao mercado de trabalho, à questão social, “que foi o termo usado para designar no Brasil, durante as quatro primeiras décadas do século XX, os problemas colocados, no cenário social e político, pela classe operária” (Cardoso Jr e Jaccoud, 2005: 188). A consolidação das leis trabalhistas no período, permite forjar a mão de obra tão necessitada pelo capital da relativamente pujante indústria que se desenvolvia, garantindo-lhe e disciplinando esse elemento fundamental.

Todavia, o assalariamento e sua regulação pelo Estado não completaram seu papel histórico, já que a *condição salarial* não se generalizou. O período entre 1930 e 1980 marca a urbanização do país, que vê dois terços de sua população se tornar urbana, gerando grande concentração da pobreza nas grandes cidades e suas periferias, intensificando o processo de

favelização e a parcela da população submetida a trabalhos precários, não protegidos.

Os anos 1980, que entraram para os anais da história econômica como a década perdida, onde o país registrou crescimento em torno de 1,5% ao ano, muito abaixo dos 6% que vinha sendo a média de crescimento nacional, refletiram as consequências no país após a primeira crise do petróleo em 1973. Registraram-se grandes aumentos da inflação, da dívida externa e interna, fazendo aumentar as taxas de juros e cair o investimento, configurando uma recessão econômica, que teria novos capítulos na década seguinte (Theodoro, 2005).

A década de 1990 bem poderia receber a alcunha de perda sob a perspectiva dos trabalhadores, que viveram na pele o agravamento da questão social no país, com aumento da informalidade, do desemprego e a queda dos postos de trabalho protegidos, ou seja, aspectos que somados compõem a precarização do trabalho decorrente do alinhamento da política econômica e social às medidas neoliberais impostas por organismos internacionais.

Nos países que são mais comumente classificados como de capitalismo periférico e no Brasil em especial, a tal condição salarial não foi ampliada a ponto de generalizar-se, nem mesmo pôde ocupar o lugar dominante nas relações de trabalho e já se deparou com novos obstáculos impostos pela reestruturação capitalista.

Olhando para a (trans)formação do mercado de trabalho no Brasil, podemos flagrar sua composição com elementos “novos e tradicionais”, configurando-o como um processo que, espelho da história do país, se equilibra em torno de relações tidas como modernas e outras entendidas como tradicionais, compondo uma trajetória que não se enquadra no modelo clássico da superação das relações arcaico/tradicionais pela criação do moderno/desenvolvido. A essência desse processo pode ser apontada como “a criação e recriação do ‘moderno’ e do ‘arcaico’ que se imbricam, como mote de uma *modernização sem mudança* (...) A existência das atividades percebidas como modernas no Brasil, pressupõe, em algum momento, uma contraparte informal e/ou arcaico-tradicional” (Theodoro, 2005:117-118), que o referido autor exemplifica com atividades em torno da produção carvoeira, voltada para o moderno parque siderúrgico, os catadores e a reciclagem do alumínio, o agronegócio e os boias frias, etc.

Efetuamos essa breve recuperação em torno da trajetória do mercado de trabalho no país também porque nos serve de referência para a continuidade dos assuntos abordados, agregando dados empíricos para reforçar os argumentos que apontam para a perpetuação da *modernização sem mudança*, numa contraposição aos que falam em desenvolvimento.

“A economia brasileira vem assim se caracterizando como um sistema que, ao curso de toda sua história, tem produzido a exclusão. De sua parte, a ação do Estado parece ter sempre reforçado o status quo, em prol do fortalecimento e da consolidação de um modelo de crescimento que concentra fortemente a riqueza de um lado e, de outro, restringe-se à gestão da miséria” (Theodoro, 2005: 120).

3.2. O mercado de trabalho local.

Entre a População Economicamente Ativa (PEA) residente no município de Guapimirim, composta por 25.266 indivíduos, 22.014 estavam ocupados e 3.252 estavam desocupados na semana de referência do levantamento efetuado pelo IBGE (2010). 4.280 estavam ocupados por conta própria, 6.881 empregados sem carteira assinada, 8.980 empregados com carteira e 333 produziam para o próprio consumo. A PEA em situação de precariedade quanto ao trabalho, entendida como toda ocupação sem carteira assinada, supera consideravelmente a parcela protegida.

Quanto aos grupos ocupacionais, 6.057 trabalhadores obtinham seus rendimentos de *ocupações elementares*, que representa a maior parcela, seguida por 4.376 em serviços, vendedores do comércio e mercados e 3.776 trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios. Avançando para uma especificação maior das atividades, a mais significativa são os serviços domésticos, que lideram os postos de trabalho com 3.991 pessoas empregadas, seguida por 3.742 no comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas e por 3.375 na construção. Foram registradas 932 pessoas cuja principal atividade de trabalho estava ligada à agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (IBGE, 2010).

No panorama geral sobre o contexto das pessoas entrevistadas apresentado no final do primeiro capítulo, vimos que as atividades mais recorrentes nas trajetórias de homens e mulheres foram a capina, o trabalho rural familiar e/ou assalariado (quase sempre sem carteira, por empreitada), e a catação de materiais recicláveis. A diferença nesse sentido fica por conta dos homens se ocuparem principalmente na construção civil, como pedreiros e/ou ajudantes de, além de alguns terem sido caseiro. Já as mulheres voltam-se para os trabalhos agrupados como domésticos, e em menor escala para atividades relacionadas ao comércio informal, como bananeira e vendedora ambulante.

As entrevistas, principalmente com os maiores de 40 anos, evidenciam que as atividades outrora mais comuns e que representavam as principais fontes de renda e sobrevivência para os entrevistados, como os trabalhos rurais, seja o assalariado, por empreitada ou familiar, perderam esta posição, sendo retomado apenas nos casos de envolvimento com a AFOJO e o PAIS, já que o programa das Hortas não configura exatamente um trabalho, embora cumpra função de ocupação e agregue recursos alimentícios.

A maioria dos entrevistados não vinha de uma condição de proprietários rurais, ainda que pequenos produtores familiares. Suas histórias de vida remetem muito mais a famílias morando de favor em propriedades, agregados às fazendas que outrora existiram, às vezes exercendo a função de caseiro, ou então dividindo pequenos lotes que conseguiram adquirir através da compra ou ocupação. Em muitas trajetórias a sucessão geracional intensifica a precariedade quanto à renda e moradia, ainda mais quando a venda do terreno familiar é feita às escondidas por alguns membros, o que acaba determinando rupturas mais profundas nos laços familiares, caso mencionado por Lucinda.

Também encontramos registros de processos obscuros de desalojamento e expulsão do local de moradia e produção, na medida em que “novos” proprietários se apresentaram na posse de documentos como donos legais da área. Casos dessa natureza foram mencionados por Dona Mariana e Ademir. Esses processos vão minando suas capacidades e reduzindo possibilidades, como a da subsistência ou sua complementação com outras atividades, forçando-os a procurar novas inserções no mercado de trabalho, sempre em ocupações que não exigem qualificação formal e que os inserem, quando muito, pela porta dos fundos.

Em busca dessa inserção, mais de seis mil trabalhadores têm que sair diariamente do município em direção a centros maiores atrás de emprego (IBGE, 2010). No município há duas indústrias de porte médio, ambas ligadas ao setor de reciclagem de papel. A Klabin e a Cibrapel, além de serem as maiores poluidoras industriais (Silva, 2006), são responsáveis por empregar boa parte das 1.437 pessoas ocupadas em indústrias de transformação registradas no município (IBGE, 2010).

Chama atenção no mercado de trabalho local, o fato da Prefeitura ser o principal ente empregador em todo o município. Os números vêm crescendo com o passar dos anos, tendo

muito provavelmente ultrapassado dois mil empregos diretos. Em 1997 o número de pessoas empregadas pela Prefeitura era de 1.200. No ano de 2003 esse número chegou a 1.600, tendo no ano de 2006 atingido a marca de 1.900 pessoas com vínculo empregatício junto a Prefeitura (Silva, 2006). Se o crescimento manteve seu ritmo nos últimos anos, como parece ser o caso, vide o crescimento mais do que visível de guardas municipais, garis, vigias de praças, pessoal de obra, defesa civil, assim como de inúmeras pessoas com uniforme da prefeitura circulando pela cidade, o número de pessoas empregadas pela mesma atualmente deve girar em torno de 2.500, o que significa que a Prefeitura representa fonte de renda para cerca de 9.500 pessoas, aproximadamente 18,26%, quase 1/5 da população⁷⁶.

Esse protagonismo da prefeitura enquanto ente empregador acaba orientando as pessoas em torno dos caminhos que fazem atrás de emprego. Ao longo da pesquisa, várias entrevistadas mencionaram sucessivos esforços com o objetivo de conseguir um emprego na Prefeitura, que mantém um quadro de funcionários com salários abaixo do mínimo, sem carteira assinada e com uma alta rotatividade, sujeita à vitória no processo eleitoral, já que as ocupações se baseiam em indicações orientadas por relações pessoais. Entre as entrevistadas, nenhuma delas obteve sucesso em ingressar nesses quadros.

“Depois de cuidar do meu filho eu tentei muito, muito, muito mesmo emprego pela Prefeitura de Guapi, mas não consegui. Fiquei indo na prefeitura durante um ano e meio, toda sexta-feira. Chegava lá seis da manhã e saía 4 da tarde. Que sexta era o dia de atendimento. Distribui vários currículos, tive promessa de conseguir e nada”. (Ananda, 30 anos, casada, 3 filhos, desempregada, ensino médio completo)

Ednarda não se dedicou tanto quanto Ananda, mas também procurou essa alternativa.

Ednarda: Teve uma vez que eu fui lá na prefeitura pedir serviço. Não fui pedir dinheiro, cesta, nada. Fui pedir serviço! Eu e minha tia chegamos lá 7:30 da manhã. Pegamos o número 84. Ficamos esperando, esperando...

F: Vocês conhecem gente que trabalha na prefeitura?

E: Nós conhecemos empregados. Gente que trabalha na rua, agora quem trabalha lá dentro mesmo, não. A menina falou que pra arrumar serviço tem que ter... Uma caixa forte lá dentro! É por isso que eu não vou mais.

Já a conversa com Marinete passa pela questão da Prefeitura, mas vai até as características do mercado de trabalho e suas limitações da perspectiva de quem o vivencia.

Marinete: Ajudas? Não, foi só aqui mesmo (refere-se ao CRAS). Foi só aqui. Prefeitura não ajuda ninguém. Já fui lá pra tentar conseguir serviço e nada. É uma fila imensa, bota currículo... Só entra lá quem tem conchavo com parente lá mesmo.

F: Muita gente vai lá à procura de emprego né?

M: É, mas é difícil. Quem tem parente consegue. Nesse lugar aqui é difícil conseguir emprego. Tem que ir pro Rio. Todo mundo aqui trabalha no Rio. É difícil por aqui.

F: Quem você conhece que trabalha aqui, trabalha com que?

M: Trabalha na Klabin, fábrica né? Prefeitura, CRT⁷⁷, posto de gasolina, e os mercados... Não tem muitas lojas, é muito difícil.

As oportunidades de trabalho em Guapimirim são restritas, o que obriga boa parte da população a procurar emprego em centros maiores. Vários entrevistados tiveram experiências

⁷⁶ Tomando como base a média de 3,8 pessoas por domicílio no município (PNAD, 2009).

⁷⁷ Empresa que administra a rodovia BR-116 que corta o município em direção à Teresópolis.

de trabalho “lá pra baixo”, termo que reúne os municípios do Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo e Duque de Caxias. Todas as experiências em centros maiores foram em atividades domésticas para mulheres (incluindo cuidar de idosos) ou da construção civil para homens. O trabalho nessas atividades em Guapimirim raramente é protegido, e a remuneração fica abaixo do que em geral se pratica nos principais centros.

A capina mostrou-se a atividade inaugural da maioria dos entrevistados, tanto homens quanto mulheres, e ainda compõe a renda de alguns deles, assim como de muitos munícipes. Capinar terrenos em geral não rende mais que R\$30 ou R\$40 por dia, e se a área a ser capinada é grande pode-se conseguir duas diárias pelo serviço. As diárias recebidas por faxinas compõem total ou parcialmente a fonte de renda, principalmente para as mulheres, que dificilmente conseguem mais de R\$50 pelo dia de trabalho.

Fabricio: Então teve a capina...

Marinete: É. Depois fiquei como faxineira, diarista, por aqui mesmo em Guapi. Eles pagavam R\$50 por dia. Tem lugares que muda pelo tamanho da casa, mas aqui é muito difícil eles pagarem mais de R\$50.

As atividades relacionadas à construção civil foram frequentemente mencionadas pelos homens. Os serviços de pedreiro e ajudante de pedreiro, no melhor cenário possível, que no município corresponde aos imóveis de veranistas, não costumam ser remunerados além de R\$70 e R\$35 respectivamente por dia de trabalho. Em todas essas atividades e em qualquer outra que funcione na diária, para além do valor reduzido pago pelos serviços, há o agravante da inconstância com que conseguem esses trabalhos, como é próprio do circuito informal, mantendo essas pessoas em situação de precariedade quanto ao trabalho que não raro se traduz em precariedade de rendimentos.

Os valores pagos pelos dias de serviço e a inconstância das atividades permitem um outro olhar em relação ao aterro sanitário de Guapimirim e as pessoas que fizeram a opção por lá trabalhar. No caso de Dinho (um dos catadores que veremos mais adiante) - que já trabalhou como auxiliar de pedreiro - poderíamos projetar o melhor cenário possível dedicando-se a essa atividade no município. Supondo que ele recebesse R\$35 por dia, de segunda a sábado. Ao final do mês ele chegaria a R\$840. Isso na melhor das hipóteses, com trabalho todos os dias do mês, inclusive aos sábados, num contexto que oferecesse uma remuneração alta para os padrões municipais. A realidade certamente está longe disso, com trabalhos esporádicos e remunerações abaixo desse patamar para um ajudante de pedreiro. É aí que o trabalho no Lixão de Guapimirim e a percepção do mesmo como a melhor atividade que essas pessoas já tiveram passa a fazer todo sentido.

3.3. No caminho do lixo.

Este tópico foi o principal motivador para o capítulo, que tem uma origem no mínimo curiosa. Ao final de uma reunião de orientação, recebi uma dica sobre um filme⁷⁸ que poderia contribuir com a pesquisa. Fazendo ressalvas sobre o filme como um todo, a indicação se baseava no fato de que o filme tinha como foco as histórias de vida dos catadores de materiais recicláveis do aterro sanitário de Jardim Gramacho (Duque de Caxias/RJ), fato que dialogava diretamente com a metodologia e questões da pesquisa.

⁷⁸ *Lixo Extraordinário*. Direção: Karen Harley, João Jardim e Lucy Walker. Brasil, Reino Unido. 2010.

Depois de ver o filme uma coisa levou a outra e obtive informações sobre a existência de um aterro sanitário em Guapimirim, que estivera fechado devido a problemas relacionados à questão ambiental, mas que voltara a funcionar a todo vapor, havendo vários catadores trabalhando por lá. Comentei sobre o assunto com os funcionários do condomínio onde passei a viver durante a pesquisa, quando um deles disse conhecer o local, pois morava bem próximo à área do aterro, uma região conhecida como Fazenda Bonfim⁷⁹. Conversamos um bocadinho sobre o assunto e marcamos para o dia seguinte nossa ida ao lixão. Robson vai de moto à frente, enquanto eu, de carro, o sigo até o local, situado na altura do quilômetro sete da estrada Rio-Friburgo (RJ-220). Nesse trecho está a entrada que dá acesso ao lixão. A partir daí, seguimos por cerca de cinco minutos em estrada de chão, mas em bom estado.

Quase chegando, Robson aponta para esquerda e sinaliza para uma encosta desmatada, sendo visível os sucessivos recortes efetuados pelas retroescavadeiras, uma imagem gritante em meio às grandes áreas de Mata Atlântica sobreviventes. Neste ponto a grande concentração de urubus sobrevoando a área não deixa mais dúvidas de que se está chegando ao local. Já passava das 17 horas. A porteira estava escancarada, como em todos os quatro dias em que lá estive. Não havia ninguém na entrada. Vamos simplesmente entrando sem parar.

Aos poucos os olhos vão vendo toda a área. Talvez equivalente a 25 campos de futebol, ou mais. Um caminhão descarregava no local. Era o último do dia. Havia um carro em meio às sacolões de lona, os *bags*, como dizem os catadores, cheios de material reciclável, na área que funciona como acampamento dos trabalhadores do aterro. No entorno do carro duas pessoas se arrumavam para ir embora. Nos comunicamos com acenos à distância. Robson e eu vamos para uma parte mais alta, mais ao fundo do aterro, onde vinha sendo depositado o lixo comum naquele momento. Lá, duas senhoras e duas meninas reviram o lixo.

Estaciono bem no final do aterro e saio para conversar com elas. As meninas se afastam, levando um carrinho de mão com algumas coisas, entre elas um grande e surrado urso de pelúcia. Conversamos com as senhoras e logo Robson descobre que uma delas é mãe de sua cunhada. Elas não trabalham no local. Moram no entorno e vez ou outra buscam alguns objetos para uso próprio. Neste caso as crianças saíram com o urso, enquanto as senhoras com uma grande capa de almofada que pretendiam transformar em dois tapetes.

Uma delas disse que suas idas ao lixão⁸⁰ são mais motivadas pela busca de flores descartadas por um orquidário instalado no bairro do Bananal em Guapimirim. Segundo esta senhora, esporadicamente um caminhão da empresa vai ao local e despeja centenas de orquídeas, algumas mortas, outras impróprias para a venda por alguma razão. Dizendo gostar muito de plantas e flores, especialmente orquídeas, a senhora resgata as flores que encontra em melhor estado e leva pra sua casa, na tentativa de recuperá-las.

A outra senhora veio de Minas Gerais com o marido há dois meses e trabalham como caseiros num imóvel da região. Em geral elas sempre chegam ao aterro no final da tarde, quando já foram embora o porteiro e a maioria dos catadores. Nos despedimos e Robson e eu ficamos mais um tempo conversando e observando a área do aterro. Enquanto escurecia fomos embora. Robson seguiu na mesma estrada de chão. Eu fiz o caminho de volta. No dia seguinte chegaria mais cedo, agora que Robson havia me mostrado o caminho do lixo.

Chequei por volta das nove e meia da manhã. Na portaria havia um funcionário. Não

⁷⁹ Se esta região constasse no mapa em anexo, ela estaria no espaço em branco abaixo da inscrição “RJ 220”.

⁸⁰ Essa é a denominação mais corrente, o modo como popularizou-se a forma como nos referimos aos aterros sanitários. As senhoras fizeram uso dela, também Robson, eu mesmo o faço em situações cotidianas. Já os catadores que entrevistei costumam usar apenas um indicativo de lugar ou coisa, como “aqui” ou “isso”.

pretendia parar, já que a porteira continuava aberta. Todavia, quando percebi que apenas a troca de olhares e mover positivamente a cabeça não o deixaram satisfeito, me vi na obrigação de parar. Expliquei que estivera ali ontem pela tarde, e que tencionava conversar com os catadores que trabalhavam no local por conta da pesquisa que desenvolvia no município. Heraldo disse que eu devia passar primeiro pela prefeitura e buscar uma autorização para tal.

Conversamos mais um pouco e tentei lhe explicar que muitas vezes as pessoas de lá só atrapalham, me mandam de um lugar pro outro e não resolvem o problema. Disse que apenas queria entrevistar os trabalhadores e que podia até fazer isso fora do local, mas que então precisava entrar para ao menos fazer o contato com eles e marcar nossa conversa em outro local. Heraldo então disse que estava tudo bem, eu poderia entrar, que por ele não tinha problema, mas pediu com veemência que eu fosse até a Secretaria de Meio Ambiente e pedisse autorização ao Secretário, pois ele temia perder seu emprego.

Parei o carro no “acampamento”, onde achei um espaço sem material reciclável para estacionar fora da passagem dos caminhões, que no auge do movimento chegam a cada 20 ou 30 minutos. Imediatamente me deparei com o mesmo casal de trabalhadores em volta do carro no dia anterior. Nos reconhecemos e fui até eles me apresentar. Enquanto conversávamos, outros três catadores estavam sentados debaixo de suas barracas improvisadas sob pequenas amendoeiras em crescimento, desenvolvendo-se em meio ao que pra mim parecia a melhor definição do caos na Terra. Nos intervalos entre um caminhão e outro, eles esperam no acampamento, onde se alimentam, protegem-se do sol ou chuva nas barracas improvisadas e vão ao banheiro, um buraco no chão, escondido atrás de tapumes de obra.

O casal receptivo era mãe e filho. Marta e Damião. Explico a eles a que se deve minha presença, falo da pesquisa e digo que queria conversar com eles sobre suas histórias de vida, suas trajetórias até o momento atual, suas famílias, amigos, cotidiano, enfim, que queria conhecer a vida deles e, se possível, gravar nossa conversa. Eles se mostram um bocado aliviados quando percebem que não sou uma ameaça ao trabalho deles, e aos poucos vou entendendo suas preocupações, pois o aterro foi interditado várias vezes, e na última permaneceu fechado por mais de um ano, obrigando-os a encontrar outras fontes de renda.

Damião me pergunta sobre Robson, quem é e se trabalhava comigo também na pesquisa, nitidamente preocupado. Enquanto as coisas vão clareando entre nós, os outros três catadores próximos continuam desconfiados e quase não respondem meu aceno quando Damião vai me apresentando a cada um deles. Passada a desconfiança de Damião e Marta, ambos concordam em conversar comigo sobre suas histórias de vida. Só que Marta diz que aquele horário era impossível ficar parada, pois é exatamente por volta das onze da manhã que os caminhões chegam com maior frequência, sendo “a hora de fazer dinheiro”. Marta e Damião dizem que o melhor horário é entre nove e onze horas, pois quase não chegam caminhões e assim conversaríamos sem interrupções, com mais calma, já que não estariam perdendo dinheiro. Marcamos as conversas para o dia seguinte, às nove da manhã. Eles me perguntam se eu quero conversar com todos os trabalhadores do aterro. Digo que adoraria, dependendo da vontade deles. Por fim, antes de me despedir, peço a eles que se possível façam esse contato e conversem com os outros catadores sobre a possibilidade.

Na saída, Heraldo faz sinal para que eu pare e desce da guarita em minha direção. Reforça o pedido feito anteriormente e digo para que fique tranquilo, pois não quero prejudicá-lo e garanto que vou até a Secretaria do Meio Ambiente. Saio do aterro direto pra lá. Na Secretaria informo à funcionária a razão de minha visita e ela desaparece no corredor. Quando retorna alguns minutos depois sinaliza para que eu entre e me conduz até a sala do

secretário. Explico a ele o porquê da minha presença ali. Quando termino, ele pergunta: “Mas o que você quer de mim afinal?”. Digo que apenas lhe procurei em respeito ao funcionário do aterro que temia perder o emprego simplesmente por permitir minha entrada sem sua autorização. “Tudo bem, sem problema”, diz ele. Pergunto se preciso de um documento para tranquilizar o porteiro. “Não, não é necessário”, concluindo nosso diálogo.

Pelo terceiro dia seguido vou ao aterro sanitário de Guapimirim. Chego antes das nove da manhã e o porteiro ainda não estava. Entro sem parar e estaciono no mesmo lugar do dia anterior. No acampamento dos catadores estavam dois homens ao lado de um fusca para lá de detonado. O carro de Damião e Marta estava ao lado. Me aproximo e pergunto por eles. “Estão lá em cima”, diz Jamir, o mais velho dos catadores. Acho uma tábua que serve como ponte sobre um brejo, que por sua vez conduz a uma rampa em meio ao lixo para então atingir o alto do aterro, aonde vem sendo depositado o lixo. Há outro espaço, a cerca de 80 metros, onde é depositado o lixo hospitalar num grande buraco para então ser queimado e aterrado.

Do alto vejo Damião, Marta e mais dois catadores, já remexendo o lixo e catando materiais. Vou até eles, tentando encontrar um caminho em meio ao lixo, aos urubus, garças e moscas, estas onipresentes em qualquer canto do aterro, sempre fazendo ouvir seus zumbidos, inicialmente me pondo louco, mas com o tempo quase indiferente. O mesmo vale para o cheiro, que de tão fétido chega a ser ácido e nauseabundo, mas aos poucos deixa de sê-lo a partir da obrigação de senti-lo. Este só incomodou-me quando estive no exato local onde é jogado o lixo, e mesmo assim, depois de alguns minutos me acostumei a ele.

Vou até Damião e Marta e conversamos sobre quem será entrevistado primeiro. Marta decide que será Dinho, apelido de seu filho e o modo como todos o chamam. Marta comenta sobre o barulho do trator para a gravação e digo que ela tem toda razão, que será ruim conversarmos onde Dinho havia posto dois caixotes de feira como bancos, bem próximo à área onde os caminhões descarregam o lixo que será coletado pelos trabalhadores, espalhado pelo trator e aterrado por outro caminhão carregado de terra. Dessa forma, descemos até o acampamento para termos lá nossa conversa.

Damião disse que Dinho era seu apelido desde muito pequeno e que todos o chamavam assim, sendo difícil até para os amigos saberem seu nome. Damião tem o mesmo nome do pai. Quando pequeno era gordinho, de onde saiu Dinho, que hoje é um homem alto e magro, de 28 anos. Quando chegamos no acampamento, mais exatamente na barraca de Dinho e sua mãe, lá já estavam alguns bancos improvisados, onde se deu nossa entrevista. Rodeados pelos mais diversos tipos de materiais e milhares de moscas, conversamos por 45 minutos. No entorno, grandes sacos de lona cheios de materiais já separados esperavam sexta-feira chegar, dia em que dois caminhões do depósito que detém o monopólio da compra dos materiais vão até o aterro buscá-los. Outros sacos ainda contêm materiais misturados e serão separados posteriormente. Há várias pilhas ao lado da barraca, cada uma com um tipo de material, todas esperando a separação final. *Pets*, outros plásticos, ferro, alumínio, papelão...

Dinho é natural de Guapimirim, onde sempre morou. Está no seu segundo casamento e tem dois filhos, um menino de cinco anos, que sua esposa atual já tinha antes de se conhecerem, e uma menina de dois anos. Estudou até a quarta série do ensino fundamental. Trabalha desde os 10 anos, quando começou a pegar algumas capinas e a ajudar sua mãe colhendo café e aipim em fazendas na Cotia. Logo depois arrumou emprego num areal, extraindo areia da beira do rio. Dinho ainda trabalhou como caseiro num sítio, único momento em que teve sua carteira assinada. O dono do sítio o levou para o Rio de Janeiro, onde foi auxiliar de pedreiro. Esta é outra ocupação que já realizou algumas vezes, embora seja “meia

colher”, referindo-se ao fato de não ser muito bom na atividade. Inclusive, nos períodos em que o aterro ficou fechado, foi como auxiliar de pedreiro que Dinho mais se virou, embora corra atrás de qualquer coisa, porque “não pode é ficar parado”.

F: Mas enquanto aqui fechava, tu tinha algum outro serviço que tu arrumava?

D: Não, eu tinha, eu corria logo atrás. Eu saía atrás e arrumava o que fazer. Aqui sempre... É meio problemático aqui, ainda mais final de ano. Preço cai, às vezes o comprador dá uma parada...

F: E só tem um comprador aqui?

D: Só tem um. Quer dizer, tinham vários compradores aqui. Mas aí como isso aqui tinha fechado, aí quando o rapaz que entrou, (...) , aí ele reabriu isso aqui pra gente. Aí como é só ele que compra a gente vende só pra ele.

Dinho é catador no aterro há quase 15 anos, tendo trabalhado lá pela primeira vez com 14 anos. Foi seu cunhado que o levou ao local, assim como sua mãe. Hoje esse cunhado trabalha com obras “lá pra baixo”⁸¹, indo ao lixão somente nos fins de semana “pra fazer um extra”, tendo sua barraca mais ao fundo que a dele. Dinho trabalha no aterro de segunda a sábado, às vezes domingos. Não há horário a cumprir, nada que os obrigue a chegarem tão cedo quanto chegam todos os dias, por volta das cinco da manhã. Apenas suas necessidades.

O fato de fazerem seus próprios horários, além de não terem a figura de um patrão no local, foram duas importantes vantagens lembradas pelos três catadores que entrevistei, quando comparam com as demais ocupações que já tiveram. Para Dinho este é o melhor trabalho que já teve. Embora não tenha carteira assinada, costuma pagar sua autonomia⁸². Consegue, trabalhando de 5 às 17 horas, seis dias por semana, cerca de R\$400 reais semanais, às vezes um pouco mais, recolhidos geralmente sexta-feira no final da tarde, quando sai do aterro e passa no depósito do empresário que monopoliza a compra dos materiais e a autorização para que uma pessoa possa trabalhar no aterro. Com essa renda, Dinho “permite” a sua mulher, que por sinal conheceu no aterro, ficar apenas em casa para cuidar dos filhos. “Não deixei ela trabalhar aqui dentro mais não. Aí ela foi pra casa que tem as crianças para tomar conta”, diz.

Segundo Dinho, nos feriados prolongados e festas de fim de ano se faz mais dinheiro, pois os materiais mais valiosos, como as latinhas, chegam em maior quantidade. Disse que antigamente trabalhavam mais pessoas no aterro, cerca de vinte. Ele lembra com nostalgia dessa época, em que havia “mais movimento”, às vezes faziam churrasco enquanto esperavam pelos caminhões de lixo, conversavam e ouviam música juntos. Hoje são apenas sete, sendo que nem todos trabalham com a intensidade de Dinho. Alguns vêm esporadicamente, sem contar o cunhado de Dinho que vem apenas nos fins de semana.

Os caminhões do depósito levam o material de cada catador separadamente. Às vezes são feitas duas viagens para cada catador, que não vê a pesagem de seus *bags* no depósito, onde ocorrem outras etapas realizadas pelos trabalhadores contratados pelo depósito, como a separação das *pets* verdes das transparentes e abertura das tampas antes da prensa, por exemplo. Os catadores passam no depósito quando finda a tarde e retiram o pagamento junto com a nota especificando o peso de cada tipo de material reciclável que ele forneceu.

⁸¹ Este termo aparece constantemente nas conversas e entrevistas e serve para designar várias cidades, como Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Niterói, São Gonçalo, etc. Neste caso Dinho referia-se a Niterói.

⁸² Inserir o “costuma” porque na ocasião, Dinho, assim como os demais catadores entrevistados, disse pagar sua autonomia, embora quase um ano após a reabertura do aterro ainda não tivesse retomado o pagamento.

Sobre o monopólio do agente local na compra dos materiais, Dinho disse que “seria bom ter pelo menos mais um comprador pra gente ter um poder de barganha, né?”. Enquanto isso não é possível, Dinho e sua mãe usam o carro que ele comprou⁸³ para levarem por conta própria materiais mais nobres, como ferro e alumínio, para vendê-los diretamente a um ferro velho da cidade que paga um preço mais alto por esses materiais do que o depósito em questão.

Sobre o carro, Dinho diz que gosta muito de trocar de carro, de colocar equipamento de som e outros acessórios. Uma de suas atividades de lazer consiste em ir à Praça da Emancipação, no Centro de Guapimirim, para encontrar com amigos e colocar o som do carro num volume bem alto enquanto dançam e conversam, fato mais comum nos dias em que a prefeitura promove shows e eventos na praça, em geral nos finais de semana com datas comemorativas ou próximo às eleições. Às vezes sai com a esposa e filhos de carro para algum passeio pela região, como os centros de Magé e Teresópolis. Em outras, visita parentes que moram por perto, quando há um churrasco ou evento festivo promovido por algum deles.

Seus dias em geral se resumem ao trabalho e a casa, já que não lhe sobra muito tempo e não frequenta nenhuma igreja, ao contrário de muitos entrevistados que mencionaram relações com igrejas evangélicas, mesmo que de forma não muito intensa. Foi um dos poucos entrevistados a dizer que tinha muitos amigos, mas apenas citou o nome de três como sendo mais próximos. Os demais diz que “é difícil lembrar o nome”, e se define como alguém que está sempre fazendo amigos, mas, ao contrário dos outros entrevistados, refere-se à relações efêmeras que estabelece nas festas e eventos que as vezes ocorrem pela cidade.

Tem duas irmãs e dois cunhados, sendo um deles muito próximo, exatamente o que intermediou sua ida ao aterro. É a pessoa com quem sempre pode contar para pedir auxílios variados. Dinho sonha em comprar um pequeno caminhão, ou um veículo utilitário, desses com caçamba para poder fazer fretes em geral, mas também continuar trabalhando com coleta de materiais. Reclama que esses veículos estão muito caros, e caso venda seu carro atual para comprar esse modelo, não terá como levar esposa e filhos para os passeios que costuma fazer.

Quando terminamos nossa conversa, Dinho vai atrás de sua mãe, enquanto fico esperando sua vinda. Os minutos passam e Marta não aparece. Quando canso de esperar, decido ir até o local aonde vem sendo jogado o lixo, mas no caminho encontro com Zeca, que diz, para minha surpresa, ser ele quem vai conversar comigo agora, pois Marta estava bastante ocupada com a carga do último caminhão. Quando fomos apresentados logo que cheguei, antes de entrevistar Dinho, Zeca não parecia muito inclinado a participar. Daí a grata surpresa. Refaço então o caminho de volta para o mesmo lugar onde se deu a entrevista com Dinho, e Zeca, logo de cara já vai perguntado: “o que é mesmo que você quer saber?”.

Zeca é natural de Muqui (ES), tendo migrado pra Guapimirim quando tinha “uns seis anos”, juntamente com seus pais e irmãos, nove com ele. Sua família veio para Guapimirim por conta de um amigo bem próximo a seus pais, que se estabeleceram no Parque Santa Eugênia, onde moram até hoje. Antigamente seu pai “tinha umas terras, a gente plantava algumas coisas”, mas conforme os filhos foram saindo de casa e os anos pesando sobre seus ombros, ele decidiu vendê-las e comprar uma casinha na parte mais baixa do bairro, à beira da estrada Rio-Teresópolis. Seus pais ainda vivem nesta casa. Já Zeca, que diz ter “mais ou menos 46 anos”, não sabendo precisar a própria idade, mora no Jardim Guapimirim, bairro do outro lado da estrada, em frente ao Parque Santa Eugênia.

⁸³ Um Ford Ka, dos primeiros que foram lançados no mercado brasileiro, provavelmente do início dos anos 1990, em estado razoável de conservação, porém com um potente equipamento de som.

Hoje Zeca mora só, pois se separou de sua segunda mulher, com quem teve seu segundo filho, hoje com oito anos. Com frequência seu filho vai à sua casa e ele ainda mantém contato com a mãe dele. Seu primeiro filho tem 22 anos e não tem notícias de sua primeira esposa faz um bom tempo. Zeca disse que faz uns meses estava se relacionando com Marta, mas que não deu certo porque eles brigavam muito e então era melhor serem só amigos mesmo. Mais adiante Zeca disse que o problema mesmo foi a bebida. “Eu gosto de tomar umas de vez em quando”. Ele costuma beber no bar perto de sua casa com amigos e vizinhos, ou no Parque Santa Eugênia, onde tem parentes e amigos.

Além das idas aos botecos, Zeca vai à Igreja Evangélica de Modelo, porém não é frequentador assíduo. “É que meus pais já frequentavam”, diz ele. No mais, seus dias se resumem ao trabalho no aterro e a casa, pois classifica como muito cansativa a rotina diária de catador. No seu caso ainda mais extenuante pelos cerca de 25 km que faz diariamente de bicicleta. Uma hora e meia pedalando para ir e voltar do aterro. Quando chega em casa, logo depois de jantar, o cansaço bate, e o dia seguinte, começando antes do sol raiar, acordando às 4 da manhã, não deixa muitas brechas na rotina e impõe o sono cedo. Mesmo assim, às vezes Zeca vai ao bar. “Mas você tem que saber que no dia seguinte precisa fazer tudo de novo!”.

Zeca estudou até a oitava série. Mesmo assim disse que “ao menos sei assinar o nome”. Antes de trabalhar como catador era feirante juntamente com seu irmão. Compravam frutas na CADEG e revendiam em Magé, nas feiras de fim de semana. Prefere o trabalho atual porque “não se perde nunca... aqui só ganha!”, exemplificando os prejuízos que tinha quando “empatava” mil reais em frutas e não conseguia revender na feira. Diz que hoje consegue cerca de R\$400 por semana, e que com isso pode pagar a pensão do filho, além de comprar frutas e outras coisas pra ele, como diz fazer questão.

Desde pequeno trabalhou vendendo frutas. Foi bananeiro. Ajudava seus pais cuidando de uma barraca à beira da estrada. Diz que “vida de roça é muito sofrida”, que “roça não dá dinheiro a ninguém, só pra quem é grande, tem muita produção”. Zeca resgata um exemplo da época em que revendia frutas: “Eu não podia pagar mais de R\$6,00 num cacho de bananas, d'água, prata, figo, o que fosse, que depois ia ser difícil revender pelo dobro”. Assim como quase todos os entrevistados, também trabalhou capinando e foi caseiro de um sítio, de onde saiu após o antigo dono vender a propriedade. Quando fala do trabalho atual, diz que “é muito bom... também porque não tem patrão, não tem ninguém em cima dando ordem”. Ele lembra ainda da possibilidade de não trabalhar quando não quer ou quando se está muito cansado ou de ressaca de uma bebedeira. “É por nossa conta e risco!”, reconhece Zeca.

Não ficou claro para mim quem intermediou a ida de Zeca para o lixão, que lá trabalha há oito anos, mas assim como todos os demais catadores, ele também teve que passar pelo agente local depois que reabriram o aterro para voltar ao trabalho. Sua rede social, com base apenas nas pessoas mencionadas por ele, pareceu pequena, contabilizando 25 nós, embora tenha falado por alto de parentes e amigos, como os que encontra no bar.

Dinho e Marta disseram não conseguir comer direito no local, principalmente por conta das moscas, preferindo fazer pequenos lanches ao invés de almoçar o que levam na marmita, como fazem Zeca e os demais. Zeca me mostrou o fogareiro que ele guarda em sua barraca, feito com uma peça quadrada de madeira, onde prende com pregos o fundo de uma lata, que serve de recipiente para o álcool, do tipo etanol. As cabeças dos pregos que prendem a lata na madeira dão a sustentação à panela sobre o fogo.

Terminada a conversa com Zeca, caminhamos até o lugar onde se despeja o lixo atualmente. Lá estavam todos os seis catadores presentes no dia. Zeca sobe para uma parte

mais alta do aterro e se junta a Dinho, que já catava materiais de um caminhão que havia despejado há alguns minutos. Enquanto Dinho e Zeca catavam, o tratorista os observava, esperando o momento de entrar em ação, empurrando o lixo para outra parte do aterro, para que um novo caminhão de lixo descarregue no local.

Como avistei Marta na parte mais baixa e próxima de onde eu cheguei, fui até ela já prevendo que não mais conseguiria entrevistá-la naquele dia, tamanho era seu esforço e trabalho em meio ao lixo recém despejado por um caminhão. Jamir aproveita a saída do caminhão para amarrar seus dois sacos de lona cheios de materiais que ele acabara de coletar em sua traseira. Desse modo eles são arrastados até o acampamento, poupando-lhe o esforço. Jamir vai então pendurado no estribo do caminhão. Elogio a engenhosidade e ele responde acenando com o chapéu na mão.

Marta está totalmente envolvida em seu trabalho. Com desenvoltura joga os papelões que encontra no lixo para um lado enquanto cata as garrafas *pet* e outros materiais de plástico direto para um saco de lona, já quase cheio. Conforme vai encontrando os materiais que lhe interessam, joga-os ao lado, todos juntos formando um primeiro monte. Depois quando termina essa coleta geral, coloca-os todos juntos num mesmo saco de lona, para depois, no acampamento, fazer a separação de cada tipo de material.

Bem próximo dela, Noel também está catando materiais. É o mais novo entre eles, por volta dos 18 anos. Dinho havia comentado que ele trabalhava no depósito que monopoliza a compra dos materiais e que tinha vindo para o aterro há pouco tempo. Como catavam materiais muito próximos, Marta e Noel conversavam em tom de brincadeira entre uma catada e outra. Marta diz que Noel está pegando material de onde ela já havia feito uma separação. Ele nega, ri e diz que chegou a hora dela parar e conversar comigo, visando uma catação mais produtiva pra ele, sem a presença de Marta, verdadeira *expert* na atividade, até nas artimanhas para não ter seu material roubado por outros catadores, em especial um deles com quem já teve problemas. Ela procura memorizar algumas peças específicas entre os materiais coletados nos *bags*, caso alguém mais tente “dar uma de esperto” dizendo ter coletado seus materiais. Essa dissimulação se torna possível porque os sacos não são marcados, permanecendo na área de coleta antes de serem levados ao acampamento e colocados ao lado da barraca de cada um.

Marta responde a Noel e a mim dizendo que agora não podia parar de jeito nenhum, pois os caminhões não paravam de chegar e que logo o tratorista viria empurrar o monte de lixo que eles exploravam, para que outro caminhão o aterrasse e então viesse outro caminhão de lixo e assim sucessivamente. O tratorista não espera que os catadores explorem todo o lixo ou mesmo boa parte dele para só então removê-lo. No período do dia em que os caminhões chegam com mais intensidade, o tratorista não demora a entrar em ação. Como não há muito tempo entre um caminhão e outro e os catadores não dão conta de coletar tanto material, nitidamente muito material acaba sendo aterrado.

Depois Marta fala para Noel conversar comigo. Ele sorri e diz que é a vez dela. Marta diz pra ele não ser egoísta e ajudar o próximo, no caso eu e minha pesquisa. Entro no jogo de empurra e digo que amanhã será o dia de Noel. Ele sorri e diz que amanhã não vai estar no aterro. Ficamos mais um tempo nessa, até que começam a cair os primeiros pingos de chuva e percebo que é uma boa hora para tirar o time de campo, já que ambos estavam ocupados e lembrei do que Zeca havia me dito: “aqui quando chove... fica que é uma lama só!”.

Antes de ir digo pra Marta que amanhã volto novamente, no mesmo horário indicado

por ela como mais calmo, para enfim entrevistá-la. Marta responde que amanhã não tem hora para chegar ao aterro, pois pela manhã teria que se cadastrar no Bolsa Família. A informação deixava as coisas ainda mais interessantes. Pergunto pelo outro dia e Marta também tinha outro compromisso, dessa vez uma faxina pra fazer. Por fim ela mesma marca nossa entrevista para uma segunda-feira, às oito da manhã. Despeço-me de todos eles e faço o caminho de volta, ansioso para conversar com Marta.

As informações sobre a trajetória de vida e trabalho de Marta, assim como seu contexto socioeconômico já foram trabalhados no capítulo anterior, na medida em que ela é beneficiária do PBF. Marta chegou ao aterro através de uma de suas filhas, a primeira da família a trabalhar no local. Sua filha conheceu o aterro levada pela família de seu marido, que já trabalhava no local e conhecia quem naquela época controlava o aterro. Hoje sua filha e o marido vão apenas aos fins de semana para o aterro, enquanto que a sogra passou a trabalhar no depósito do empresário que monopoliza a compra de materiais do aterro.

F: Aí tua filha te levou lá no depósito do X.?

M: Não, na época não era X. não. Na época era Y. Isso há dez anos.

F: E a tua opção por trabalhar aqui é porque Marta?

M: É... Aqui eu ganho em termo de dois salários, um pouco mais as vezes, bem melhor do que casa de família. Eu só faço faxina na casa dessa senhora mesmo, que é uma casa muito grande. Lá eu trabalho por consideração, por gostar muito dela e ela de mim, das filhas lá, por consideração mesmo. Mas aqui por dia é bem mais.

F: Essa senhora te ajudou muito quando vocês eram mais novas? Como é?

M: Ela me ajudou com a minha filha, que eu tive uma filha que morreu de câncer com cinco anos, e ela me ajudou muito com medicação, em estar me levando lá pro INCA de carro... Ela me ajudou pra caramba. Quando eu mais precisei ela me ajudou.

Os trabalhadores que se ocupam da recuperação de materiais recicláveis sofrem com estigmas que a sociedade lhes imputa, intensificando a exclusão a que estão submetidos, dada a rejeição social à seu modo de vida (Rodriguez, 2002). Quando os catadores desenvolvem a atividade percorrendo as ruas da cidade à procura de materiais nos diversos pontos em que o lixo é depositado, se fazem visíveis e estão em contato mais próximo com a reprodução dos estigmas sociais que recaem sobre eles. Na modalidade pesquisada, a coleta em aterro sanitário, o desejo de invisibilidade que a sociedade nutre sobre essa população, frequentemente identificada como descartável, se concretiza.

Embora o acesso ao mercado de trabalho muitas vezes por si só já redefina redes sociais e campos de relações onde os indivíduos se inserem, as condições aviltantes de trabalho no aterro parecem ser motivos de debates e novas posições na rede familiar, ao menos para Dinho e Marta. Vimos que Dinho fez questão de tirar sua esposa do lixão, também ligado a condição de que “alguém precisa cuidar dos filhos”. Situação semelhante foi tentada pelo companheiro de Marta, que ao saber de sua atividade tentou por algum tempo convencê-la a abandonar o trabalho, se dispondo a ajudá-la na busca por outra atividade.

Marta: Reginaldo até arrumou emprego lá no Rio pra mim em casa de família, mas eu não quero isso não. Que a vontade dele é me tirar daqui. Mas ele já me conheceu trabalhando aqui. Eu tinha falado onde que eu trabalhava. Que aqui só trabalha homem, tem eu e essa mulher aqui, mas ela só trabalha um pouquinho e vai embora. Então na cabeça dele... Mas eu já falei... Eu guardo meus dentes, não fico mostrando pra homem nenhum.

3.4. Novos capítulos de história lenta.

Dinho e Zeca disseram jamais terem se relacionados com qualquer tipo de “ajudas” provenientes da assistência social, seja pública ou privada. Parece ser a própria configuração de redes em que estão inseridos através do trabalho no aterro sanitário a representar a relação que estabelecem com o “Estado”. Ambos foram autorizados pelo empresário, que através de suas conexões políticas locais controla o aterro, a trabalhar no local depois de reaberto o lixão. Em sentido muito próximo ao mencionado na introdução do nosso trabalho, quando Yasbek (2008) define a proteção social, entendemos o arranjo do aterro como uma espécie de proteção social resultante do “fazer” político, da “política em ação”, do modo como ela é efetivamente praticada, orientada por relações clientelistas, baseadas em trocas de favores estruturantes das próprias relações sociais (Bezerra, 1998).

Outro fator importante que nos levou a interpretar o arranjo em questão como assistência que emana do poder público-privado, foram as propagandas feitas pelo empresário em carro de som pela cidade, pois o mesmo nutre aspirações políticas, a respeito de seu “trabalho social via inclusão produtiva”, fazendo referência ao fato de empregar dez famílias em seu depósito, para onde vão os materiais coletados pelos catadores do lixão. Obviamente que nenhuma vírgula é dedicada aos seus outros empregados, que são cadastrados junto à prefeitura para poderem trabalhar no local. A atividade que os catadores desenvolvem ainda está atrelada à política municipal de gestão dos resíduos sólidos, da qual são um elo fundamental e representam uma outra faceta da inclusão produtiva, via negação de direitos e manutenção de estruturas que reproduzem a pobreza e a desigualdade, embora digam combatê-las.

“Nessa chave, faz sentido o uso frequente da terminologia da inclusão, substitutiva, por exemplo, da integração e, sobretudo, da exploração. Incluído não é, como postulavam teorias rivais, o cidadão portador de direitos civis, políticos e sociais; é o produtor/consumidor de mercadorias, ainda que a mercadoria circule somente na informalidade” (Werneck Vianna, 2008: 136).

Na versão Guapimirense da *modernização sem mudança*, o moderno parque industrial do qual participa o empresário do ramo da reciclagem, reproduz a condição histórica de exclusão dos trabalhadores da condição de trabalho protegido, submetendo-os à insegurança constante do trabalho informal, chegando ao ponto de na atual conjuntura econômica ser preferida à relação contratual de trabalho. O mesmo agente local/empresário emprega diretamente algumas pessoas em seu depósito de materiais recicláveis, mantendo com elas relações formais de trabalho, com carteira assinada e pagando um salário mínimo.

A situação encontrada no aterro de Guapimirim lança luz sobre a perspectiva da *sociologia da história lenta*, que “permite fazer uma leitura dos fatos e acontecimentos orientada pela necessidade de distinguir no contemporâneo a presença viva e ativa de estruturas fundamentais do passado” (Martins, 1994: 14), mas não se resume à reprodução da situação de informalidade dos trabalhadores relacionados aos modernos segmentos da economia, se estendendo a outras interdependências estabelecidas em sociedade, principalmente na manutenção e reforço de estruturas de poder há muito estabelecidas.

O modo como as coisas estão organizadas no aterro sanitário, seu controle por um empresário com conexões políticas locais, envolvido na rede política que articulou relações entre Secretaria do Meio Ambiente e outros órgãos fiscalizadores, permitiu a reabertura do

espaço, processo que acabou lhe concedendo o monopólio da aquisição dos materiais lá coletados e da definição de quem pode ou não lá trabalhar, tornando-se indiretamente “dono do lixo”. Esse emaranhado de relações remete a considerações feitas por Martins (1994) sobre os mecanismos tradicionais do favor político, ainda no período colonial.

“A concessão territorial era o benefício da vassalagem, do ato de servir. Não era um direito, mas uma retribuição. Portanto, as relações entre o vassalo e o rei ocorriam como troca de favor. A lealdade política recebia como compensação retribuições materiais, mas também honrarias, como títulos e privilégios, que, no fim, resultavam em poder político e, conseqüentemente, em poder econômico” (Martins, 1994: 23).

A perspectiva dos catadores sobre a situação do aterro ilustra o modo como esses mecanismos reprodutores de desigualdades ganham, até certo ponto, uma interpretação legítima na sociedade brasileira, e como convivem visões de mundo que identificam a profunda desigualdade e injustiça com a naturalização da apropriação privada sobre o público.

“Os mecanismos tradicionais do favor político sempre foram considerados legítimos na sociedade brasileira. Não só o favor dos ricos aos pobres (...) Mas o favor como obrigação moral entre pessoas que não mantêm entre si vínculos contratuais ou, se os mantêm, são eles subsumidos pelos deveres envolvidos em relacionamentos que se baseiam antes de tudo na reciprocidade” (Martins, 1994: 35).

Enquanto um dos catadores reproduz o discurso do próprio empresário, dizendo que “ele reabriu isso aqui pra gente”, outro lembra que “é bom pra gente, mas é bom pra ele também”, e um terceiro faz projeções mais elaboradas sobre o no arranjo do aterro sanitário.

“Às vezes vem o IBAMA aqui, que de vez em quando eles embargam esse negócio de cortar morro. Eu não sei, mas agora hoje parece que a prefeitura paga o IBAMA pra poder eles estar permitindo né? Porque tem que estar tirando barro o tempo todo pra tapar o lixo... Aí deve ser na base do dinheiro... Depois que aqui reabriu, só ele pode apanhar material daqui, aí ele não cede pra mais ninguém. Quando ele conseguiu abrir ele deve ter falado lá na Prefeitura que só ele ia trabalhar aqui, que antes tinha aqui três compradores. Mas se tivesse mais comprador aqui seria bom. Um só ele paga o preço que quer. Se a *pet* lá fora tá R\$1, ele paga R\$0,50 pra gente. Como só ele que está aqui a gente tem que aceitar aquilo mesmo. Então escraviza um pouco a gente. Quando a gente manda nosso material... Um bag desse aí não pesa 10 quilos, um bag desse aí vazio, pesa uns 3 quilos, lá ele tira 10 quilos do saco, desconta, rouba a gente, e a gente vai aguentando assim”.

O relacionamento dos catadores com essa modalidade de inclusão produtiva lhes permite rendimentos até três vezes superiores às atividades que desenvolviam anteriormente, melhorando sensivelmente suas posições enquanto membros de uma sociedade de produtores/consumidores, permitindo a eles e pessoas mais próximas em suas redes, acessarem bens materiais antes impossíveis ou raramente disponíveis, como o carro de Dinho.

Concordamos com autores que, ao investigarem o processo histórico brasileiro, afirmam que “o Brasil não se desenvolveu; modernizou-se” (Furtado, 2002: 21). O autor se refere ao crescimento econômico registrado pelo país, mas que não veio acompanhado da ampliação de benefícios para o conjunto da população. Modernização que, segundo o autor, permitiu às elites tradicionais incorporarem padrões consumistas dos países desenvolvidos através de um processo de aculturação, em que a ostentação do consumo emerge como prática

diferenciadora dos indivíduos. Esse comportamento, para o autor, acaba se estendendo aos mais pobres, que gastam seus poucos recursos muitas vezes em bens supérfluos.

Enquanto Furtado (2002) aponta para a relação entre cultura e consumo, especialmente das elites, para mostrar que a pobreza não resulta da falta de recursos nacionais, mas está relacionada ao consumo dos ricos, outro estudioso renomado lembra-nos que “a provável função essencial do circuito inferior é difundir o modo capitalista de produção entre a população pobre através do consumo, e absorver para o circuito superior⁸⁴ a poupança e a mais-valia das unidades familiares” (Santos, 2009: 70).

Embora a configuração de rede da qual participam os catadores lhes permita uma considerável ampliação do poder de compra e consumo quando comparado às suas ocupações anteriores, repercutindo em suas condições de bem-estar e qualidade de vida enquanto membros de uma sociedade de consumo, o arranjo em questão não possibilita o real empoderamento dos sujeitos, já que não permite o desenvolvimento das capacidades⁸⁵ das pessoas para transformarem relações de poder que impedem o estabelecimento de relações distintas com o Estado, mercado e sociedade civil (Romano, 2002).

Entendemos que a configuração de rede encontrada no aterro sanitário evidencia empiricamente que é mais importante compreender um fenômeno do que medi-lo (Bachelard, 2005), além de corroborar as considerações de Santos (2009) sobre o fenômeno em questão.

“Além do que um indivíduo não é mais pobre ou menos pobre porque consome um pouco menos ou um pouco mais. A definição da pobreza deve ir além dessa premissa estatística para situar o homem na sociedade global a qual pertence, porquanto a pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social” (Santos, 2009: 18).

Observe a ironia. Do ponto de vista meramente estatístico, os trabalhadores do aterro sanitário não poderiam ser classificados como pobres, alguns nem mesmo vulneráveis. Com um formato de dar inveja a qualquer empresa privada, a rede clientelista que monopoliza a exploração do aterro sanitário e, principalmente, se apropria do trabalho dos catadores, os recruta para um trabalho absolutamente insalubre, inseguro e sujeito a constantes interrupções, sem arcar com nenhum ônus relacionado a contrato de trabalho que poderia garantir aos catadores algum direito e segurança. Ao oferecer esta alternativa para pessoas cujas trajetórias remetem a constantes precariedades quanto à trabalho e renda, termina por reforçar o afastamento dessas pessoas do acesso à direitos que sempre lhes foram negados.

O próprio acesso ao PBF (que não constitui um direito) para os catadores só foi arranjado quando o aterro ficou fechado por um período mais longo, o que fez com que o agente local a frente da rede clientelista na qual estão inseridos, se mobilizasse para facilitar o cadastramento de seus empregados. Se os catadores concedem ou não seu voto para o grupo político em questão nos processos eleitorais, completando a relação tradicionalmente definida por clientelismo político, onde há troca de votos por favores e bens materiais recebidos, é uma informação que me escapou, embora não a considere central para a discussão aqui travada. O que importa é que a participação dos mesmos na rede clientelista, assume caráter fundamental

⁸⁴ Por circuito inferior/superior o autor entende o que se convencionou chamar setor/mercado informal/formal.

⁸⁵ “As capacidades (*capabilities*) são poderes para fazer ou deixar de fazer coisas. Assim, o conceito de capacidades significa não só as habilidades (*abilities*) das pessoas, mas também as oportunidades reais que essas pessoas têm de fazer o que querem fazer” (Romano, 2002: 18)

na medida em que funcionam como centelha inicial para as relações formais de trabalho que o empresário mantém em seu depósito, onde realiza seu “trabalho social” de inclusão produtiva, principal bandeira eleitoral levantada em sua candidatura à vereador nas eleições locais em curso neste ano. O preço a pagar pela superação “estatística” da pobreza nestes casos é a reprodução da submissão dos pobres e da sociedade em geral a relações de poder e dominação cristalizadas no tecido relacional.

Ao promover a reprodução das posições de poder no tecido relacional, mesmo que ampliando a capacidade de consumo dos catadores (o que para nós configura somente uma miopia inclusiva), a configuração de rede encontrada no aterro impede absolutamente que os indivíduos se organizem enquanto grupo e se fortaleçam a ponto de equilibrar a relação de dependência em que se encontram, assumindo o controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, tomando consciência de suas habilidades e competências para produzir, criar e gerir, fundamental no processo de empoderamento (Romano, 2002).

A condição de insegurança em que vivem no que tange à manutenção de seus trabalhos é agravada pelas sucessivas interdições do aterro. Vimos que essa condição chega a provocar entre os catadores um receio só comparável ao de trabalhadores ilegais quando sujeitos à fiscalização. O ambiente de trabalho, para além das condições aviltantes do lixão, vivido “por conta e risco”, contribui para um reforço da sociabilidade individualista e concorrencial que caracteriza o universo dos catadores (Rodriguez, 2002), e que embora não impeça relações solidárias entre os catadores do aterro, gera inúmeras possibilidades de conflito e desconfiança entre eles. A vantagem da renda, da “liberdade de fazer o próprio horário”, de “não ter patrão em cima”, ameniza a submissão a um contrato que os impede de estabelecer relações de interdependência mais equilibradas, seja entre eles mesmos ou com o empregador indireto, pois não podem barganhar preços ou discutir as condições de trabalho.

O caso do lixão de Guapimirim é emblemático. Enquanto o Governo Federal vem fortalecendo seu caráter de proteção social, articulando com estados e municípios a execução de ações sociais que se concentram no combate às formas mais extremas de pobreza, continuam a se (re)produzir configurações de rede em que interesses privados encontram brechas para se associar de modo oficioso ao poder público, obtendo vantagens extras no mercado e gerando assim novas formas de reprodução de desigualdades e negação de direitos.

A estrutura e o funcionamento do mercado da reciclagem, onde os catadores vendem aos intermediários, que revendem às indústrias, que são controladas por um reduzido número de empresas e que impõe as condições e os preços aos catadores (Rodriguez, 2002), são reproduzidos na configuração em questão, sem dar margem a qualquer tipo de alteração que favoreça o empoderamento dos trabalhadores, não apenas de suas capacidades de consumo, através da alteração das relações de poder, o que os faria caminhar no sentido da emancipação social (Souza Santos, 2002), do desenvolvimento com equidade (Delgado e Theodoro, 2005).

CAPÍTULO IV

DO DESEMPREGO “ORGÂNICO” À AGRICULTURA ORGÂNICA: A AFOJO E O ACESSO ÀS UNIDADES PAIS

A gente passa por umas dificuldades na vida, mas a gente vai levando. Tem que seguir pra frente. Sempre caminhando. (Odileni, 51 anos, produtora rural).

O último capítulo desta dissertação remete ao início e ao fim do trabalho de campo. Tendo iniciado a pesquisa participando da inauguração da sede da AFOJO no Parque Santa Eugênia, num imóvel localizado à beira da estrada Rio-Teresópolis, terminei o primeiro dia de campo sem saber se voltaria ao local, revendo as pessoas que acabara de conhecer. Conforme a investigação avançava, as trajetórias de vida dos entrevistados mostravam o predomínio do rural quanto às suas origens e experiências de trabalho, culminando com minha visita ao aterro sanitário, onde realizei entrevistas com três trabalhadores, sendo que um deles havia sido bananeiro e tinha familiares no Parque, onde mora a maioria dos associados da AFOJO.

Foi quando percebemos que o episódio inicial do campo estava como que nos chamando, exigindo que ligássemos o início ao fim, nos convidando a compreender primeiro os caminhos que haviam tornado possível àquelas pessoas construir e fortalecer uma associação de pequenos produtores rurais, a única existente em todo o município. Esta organização conseguiu, de certa forma, não apenas resistir ao processo de metropolização, mas, sobretudo, se beneficiar dele, principalmente através da estruturação de redes entre produtores, assessores e consumidores de orgânicos, possibilitando que agricultores familiares pudessem permanecer ou retornar ao campo, ao invés de impeli-los às ocupações elementares e lixões do mundo. Foi também a confirmação de que a questão do empoderamento proporcionado por cada uma das configurações sociais encontradas pela pesquisa deveria ocupar uma posição central ao longo do estudo.

Este capítulo se inicia com uma breve reconstrução do processo que deu origem à AFOJO, abordando seus objetivos, organização e formas de funcionamento. Buscaremos a seguir responder à pergunta “quem são os associados, essas pessoas de que estamos falando e que conseguiram retomar sua trajetória originariamente rural?”, procurando destacar os casos que tivemos a oportunidade de conhecer com maior profundidade e que configuram, a nosso ver, processos consolidados ou não de superação da pobreza e da vulnerabilidade. Mais adiante, juntamos a esses casos outra produtora que, mesmo não sendo associada, também recebeu uma unidade PAIS, para discutirmos o modo como cada um desses produtores acessaram essa modalidade de assistência e os efeitos advindos em suas redes sociais e campos de relações.

As histórias que nos servem de guia e que serão abordadas ao longo deste capítulo poderiam perfeitamente ser tomadas como partes que compõem mais um capítulo de história lenta, tendo se originado a partir de acontecimentos que, em sua essência, vêm se repetindo ao longo da história de nosso país. O contexto que serviu de origem à associação do Fojo é mais um episódio em que crises econômicas impõem a necessidade de recorrer a novas velhas alternativas, que mudam de figura com a intensificação da urbanização.

Ainda no final do século XVIII, quando a exploração do ouro nas Minas Gerais declinara vertiginosamente, assim como a economia açucareira enfrentava grave crise em função da concorrência do açúcar produzido nas Antilhas, o setor de subsistência nacional

viveu um de seus períodos históricos de mais elevado adensamento (Delgado, 2005).

Dois séculos depois, com o fim do ciclo de industrialização e urbanização iniciado nos anos 1930 e encerrado nos anos de 1980, na medida em que o mercado de trabalho formal atingira seu pico de absorção, o trabalho informal urbano e o setor de subsistência rural voltam a se expandir⁸⁶, refletindo o papel da crise enquanto propulsora desses segmentos (Delgado, 2005). Pois foi exatamente a partir da condição histórica de necessidade a que vem sendo submetida grande parte da população, convivendo com o desemprego, os trabalhos informais precários e temporários, em uma época de economia desaquecida, que tiveram início as relações de parceria que acabariam culminando no que hoje é a AFOJO.

4.1. No caminho da roça: a origem da AFOJO

Se a origem da associação esteve relacionada a essa condição histórica de desemprego, informalidade e precariedade quanto ao trabalho e à renda, a que vem sendo submetida grande parte da população brasileira, sua relação com novos capítulos de história lenta termina aí, na medida em que seu caráter de resistência aos processos hegemônicos de modernização sem mudança (Furtado, 2002; Delgado e Theodoro, 2005) colocam a trajetória da AFOJO ao lado dos movimentos contra-hegemônicos.

A organização pode ser vista, em boa medida, como parte de um conjunto mais amplo de “alternativas que têm sido formuladas e praticadas um pouco por todo o mundo e que representam formas de organização econômica baseadas na igualdade, na solidariedade e na proteção do meio ambiente” (Santos e Rodríguez, 2002: 25). O contexto de surgimento e fortalecimento da AFOJO se insere ainda no debate travado por muitos a respeito de determinadas estratégias populares e formas de organização econômica que envolvem esses grupos e que se configuram enquanto “sistemas alternativos de produção” frente à globalização hegemônica, ou como “alternativas de sobrevivência” (Cruz e Silva, 2002; Quijano, 2002) de trabalhadores precarizados. Não nos aventuramos neste espaço de discussão, mesmo entendendo que uma mesma experiência possa representar as duas situações.

Para além das raízes agrárias de todos os envolvidos e da posição de cada pessoa no tecido relacional em que estavam inseridas, o que restringia e orientava as ações dos indivíduos, há algumas figuras fundamentais para o processo de formação da AFOJO. Uma delas certamente é Ilam.

Numa realidade onde impera o livre mercado, em que o estado “se” limita a intervir no combate à pobreza em suas formas mais extremas, não é de se estranhar que a única associação de pequenos produtores rurais tivesse que contar com a organização dos próprios pobres contra a pobreza, em paralelo a uma ação privada para corrigir os problemas de acesso à terra para quem nela sabe e quer produzir. Muitos autores vem argumentando a respeito da importância e mesmo condição *sinequa non* do envolvimento dos pobres nos processos sustentáveis de superação da pobreza, que caminham no sentido da emancipação social e da equidade, destacando o associativismo, a autogestão, o cooperativismo e o empreendedorismo da população empobrecida como essencial para tal (Gaiger, 2008; Cattani e Ferrarini, 2010; Singer, 2002; Cruz e Silva, 2002; entre outros).

Nascido e criado em Guapimirim, Ilam é produtor rural, tem 58 anos, é branco,

⁸⁶ Expansão esta que pode ser aferida em termos do número de ocupações.

divorciado, sem filhos e possui o ensino médio completo. Embora tenha uma origem rural, sua trajetória é diferente dos demais entrevistados e não figura aqui como um caso de pobreza e vulnerabilidade, mas sim em função de seu papel central para o surgimento e fortalecimento de uma associação que permitiu a ele e a famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade se envolverem na busca por melhores condições de vida e trabalho.

Filho de comerciantes, seus pais tinham uma venda e também tocavam uma granja que teria chegado a cerca de dez mil cabeças antes do incêndio que arrasou o negócio. Além dessas atividades situadas no que hoje compõe o Centro de Guapimirim, seu pai comprara na década de 1960 alguns hectares na região do Fojo. Ilam herdou essas terras, que hoje serve como espaço de produção para boa parte dos associados da AFOJO. Além do que herdou, Ilam incorporou outro terreno que separava os seus, podendo então unir as propriedades, situadas à direita da estrada do Fojo.

Desde cedo, Ilam se envolveu em atividades rurais, mas a condição de filho de produtores/comerciantes instalados no Centro de Guapimirim fez com que ele terminasse os estudos, concluindo o ensino médio. Sua aprovação para o ingresso no curso de Agronomia na UFRRJ não pôde ser concretizada. Como já havia uma filha na universidade, a família não teria condições de manter os dois no ensino superior, o que além dos gastos significava dois trabalhadores a menos nos negócios da família. Como sua irmã ingressara um ano antes que ele, Ilam acabou sobrando. “Então eu caí dentro da agricultura e fiz o que eu pude por aqui”, referindo-se ao caminho seguido, às especializações e cursos que conseguiu acessar tendo o ensino médio, morando e trabalhando em Guapimirim.

Depois disso Ilam se casou e foi com a esposa trabalhar numa fazenda em uma cidade satélite de Brasília, na propriedade de um parente de sua mulher. Fez um contrato por três anos de serviço como encarregado da fazenda e depois de juntar o dinheiro que precisava, regressou à Guapimirim para adquirir o terreno que dividia suas terras, reiniciando suas atividades rurais no Fojo. Paralelamente ingressou no BANRISUL e passou a trabalhar durante a semana numa agência situada na Tijuca, Rio de Janeiro. Não chegou a abandonar a agricultura, mas reduziu suas atividades, pois trabalhava apenas aos finais de semana para atender às encomendas dos próprios bancários companheiros de serviço, assim como de sua rede local de clientes, que sempre manteve articulada no município onde nasceu.

Após um assalto à agência bancária em que trabalhava terminar com o assassinato de um colega de trabalho, Ilam decidiu abandonar o emprego e dedicar-se exclusivamente à agricultura. Filiou-se ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Magé, município do qual Guapimirim ainda era apenas o terceiro distrito. Também se tornou membro do PT. Vínculos que ainda mantêm.

Através do Sindicato teve acesso à EMATER-RIO, onde conheceu um técnico de seu quadro com o qual passaria a se relacionar e que influenciaria uma importante mudança em sua atividade produtiva, migrando da agricultura convencional para a agricultura orgânica. Para não depender da EMATER, que não mantinha escritório em Guapimirim, estabeleceu com Edilson, técnico em questão, um contrato de parceria em suas terras no Fojo, para onde ambos convergiam aos finais de semana. O estabelecimento desses vínculos foi fundamental para dar início à configuração de rede que se construiu e segue sendo tecida entre os associados da AFOJO.

Ilam: Ai o Edilson, há uns 20 anos atrás era da Emater de Magé, ele plantava aqui comigo no Fojo. Como Guapi não tinha convênio com a Emater, uma forma dele me dar assistência era fazer uma parceria com ele, de produção. Ele é agrônomo e pra ter

essa assistência sem o município ter convênio, eu pensei: “vou chamar ele pra uma produção”. Ele já tinha conhecimento da ABIO, e pra ter esse atendimento sem depender do município eu chamei ele pra parceria aos finais de semana. Depois ele foi fazer um curso em Lavras (MG) pela Emater e não pode mais fazer a parceria com a gente, então eu tive mais conhecimento com a ABIO. Depois de oito anos que surgiu o Zezinho. Depois ela (Odileni), que tinha interesse em cultivar feijão, queria um espaço. Como era interessante também que a gente começava a identificar as pessoas pra formar uma associação... Foi daí que surgiu né?

A primeira relação de parceria foi com Zezinho. A parceria estabelecida com esse agricultor foi fundamental, na medida em que abriu caminho para as demais e para a formação da AFOJO. Depois dele, vários parentes também se tornaram parceiros de Ilam, que aos poucos foi percebendo ser inviável o regime de meeiro para a manutenção dos parceiros, o que fez com que a parceria chegasse às porcentagens atuais, de 20% da produção para Ilam e 80% para o produtor. De alguns parceiros Ilam recebe sua parte em mercadoria, enquanto de outros em moeda. Além das parcerias, Ilam ainda mantém uma área cultivada diretamente por ele, especialmente a extração de palmito pupunha, carro chefe de sua produção orgânica, mas assim como outros membros da AFOJO, também possui uma unidade PAIS na área que cultiva. Sua unidade estava desativada nessa ocasião, mas mencionou planos de reativá-la⁸⁷.

Depois de Zezinho, vieram seus irmãos Elizeu, Odileni e Aloísio, exatamente nesta ordem. Domênico, marido de Odileni, ainda ficaria trabalhando no Rio de Janeiro como pedreiro por mais tempo até juntar-se a sua esposa e aos demais nas parcerias com Ilam e abandonar o trabalho no Rio. Todos os parceiros de Ilam possuem laços de parentesco entre si, o que se reflete na própria associação, onde seis dos 13 produtores ativos pertencem ao mesmo grupo familiar. O andamento das parcerias não deixa dúvidas sobre o papel das redes sociais para acessarem circuitos que contribuam com a melhoria da qualidade de vida (Marques, 2010), embora muitas vezes funcionem no sentido oposto.

Neste caso, vimos que a mobilização de redes familiares possibilitou o acesso à terra como recurso, enquanto que o andamento das relações de parceria, entre outras coisas, levou à estruturação da associação, que funciona como um dispositivo coletivo de empoderamento, na medida em que eleva os membros do grupo à posição de “controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida e tomam consciência de sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir” (Romano, 2002: 17).

O modo como Zezinho e Ilam iniciaram a parceria é bastante representativo da importância que espaços de encontro e sociabilidade assumem na vida cotidiana e na resolução dos problemas, conforme demonstrou Lomnitz (2009), entre outros. Durante um futebol que ambos jogavam aos finais de semana em um antigo campo de várzea que já não existe mais, Zé puxou uma conversa sobre as dificuldades que atravessava em função de estar desempregado há algum tempo. Foi daí que Ilam ofereceu parte de suas terras para Zé trabalhar num regime inicial de meeiro. Aos poucos a divisão foi melhorando para o produtor, até chegar ao formato mencionado acima. Também aos poucos Zé fez a ponte entre seus familiares e Ilam. A reconfiguração nas redes desses indivíduos se deu não apenas por novos

⁸⁷ A conversa que orienta as considerações a respeito de Ilam e da AFOJO ocorreu em janeiro de 2012, época de chuvas intensas na região, o que inviabiliza a produção de hortaliças, “folhosas” como os produtores da AFOJO costumam chamá-las. Por essa razão, é comum a unidade PAIS ficar “desativada” entre os meses de dezembro e março, em que os agricultores costumam plantar uma espécie de feijão que funciona como “adubação verde”, recuperando e preparando o solo para um novo ciclo produtivo.

laços, mas principalmente pelo reequilíbrio nas interdependências que passaram a estabelecer nesse contexto, assim como o desenvolvimento da confiança e solidariedade entre eles.

As relações de parceria passaram exatamente por esse jogo de equilíbrio das interdependências que vimos com base em Elias (1982 e 1994), na medida em que Ilam perderia seus parceiros se não ajustasse a relação para uma situação mais vantajosa aos produtores diretos, que poderiam reorganizar suas estratégias em função dos bicos e trabalhos na diária, abandonando a parceria e a produção rural. Como Ilam dependia de seus parceiros para as atividades produtivas em suas terras, pois não dispunha de capital financeiro e ainda vivia um momento de transição para a agricultura orgânica, o que implicava outro tipo de uso e relação com a terra, sem esquecer também de sua trajetória política, sua filiação ao sindicato e ao PT, o que certamente auxiliou na criação da associação de produtores rurais. Tudo isso fez parte do jogo de interdependências, que ainda contava com o desejo dos produtores de retomarem a vida na roça, que justificaram pela tranquilidade proporcionada pelo ambiente de trabalho, pelo gostar da roça, pela possibilidade de fugir dos desmandos dos patrões nos trabalhos precários que conseguiam em função do empobrecimento que vivenciavam.

Na medida em que as parcerias se fortaleciam e os produtores passavam a dedicar mais tempo à agricultura e menos às atividades que antes compunham total ou parcialmente a renda familiar, como as domésticas para as mulheres e da construção civil para os homens, outros produtores da região, assim como simpatizantes da ideia de estabelecer uma associação se aproximaram e pela primeira vez a materializaram no ano de 1997. Nessa reunião fundadora, quinze associados constituíram pela primeira vez o quadro da AFOJO, que nasceu sob “a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, criada ao abrigo do código civil brasileiro, que terá como objetivo a prestação de quaisquer serviços que possam contribuir para o fomento e realização das explorações agropecuárias para melhorar as condições de vida de seus associados” (Ata da Assembleia geral de constituição da AFOJO, 1997).

A AFOJO permaneceria quase dez anos na informalidade, já que apenas em novembro de 2006 ela seria registrada em cartório, com uma pequena, porém fundamental alteração de seus objetivos, que passaram a “prestação de quaisquer serviços que possam contribuir para o fomento e realização do desenvolvimento sustentável e cultural para melhorar as condições de vida” (Ata de constituição da AFOJO registrada em cartório, 2006).

Traduzindo para a realidade dos produtores rurais que integram a AFOJO, o objetivo principal da mesma sempre foi reforçar a capacidade dos produtores locais em reivindicar ações governamentais de natureza diversa, que trariam melhorias nas condições de vida e trabalho dos associados e da comunidade onde vivem. O fato de constituírem uma associação registrada em cartório ampliou possibilidades de assistência de órgãos como a EMATER-RIO, assim como sua força diante do poder público local, questionando a inexistência de ações voltadas para a agricultura familiar em sua agenda.

A condição de membros de uma associação, relacionada à rede de relações que o grupo vem tecendo, permitiu o ingresso dos produtores em feiras de produtos orgânicos, sendo que a feira agroecológica da UFRJ, de acordo com Ilam, exigiu a formalização da associação e a obtenção dos certificados de produtores orgânicos, o que foi feito pelo Sistema Participativo de Garantia (SPG) através da ABIO, com a qual Ilam já havia iniciado relações por intermédio de técnicos da EMATER-RIO, principalmente Edilson, como vimos acima. Atualmente, entre os produtores associados à AFOJO e os que não são associados mas participam do SPG juntamente com membros da associação, há técnicos da ABIO e antigos técnicos da EMATER e do projeto PAIS.

4.2. A AFOJO a partir dos associados entrevistados

O acesso à região do Fojo onde Ilam e seus parceiros desenvolvem as atividades produtivas dá-se por uma estrada de chão estreita, acidentada e sinuosa, onde o carro fica sempre em primeira ou segunda marcha. Antes de pegarmos a estradinha de chão, cruzamos as ruas recém asfaltadas do Parque Santa Eugênia, com suas casas simples e praça recém urbanizada, situada à beira da pista, termo usado pelos moradores quando se referem à Rio-Teresópolis. Esses elementos vão ficando para trás e a paisagem vai mudando até que chegamos às terras onde Ilam pretendia me levar.

Antes de entrarmos no terreno Ilam brinca dizendo que vamos conhecer a primeira dama. Odileni é esposa de Domênico, atual presidente da AFOJO. Ilam foi o primeiro presidente e hoje ocupa o cargo de tesoureiro. Na cozinha, Odileni comandava o fogão à lenha, preparando almoço, torrando grãos de café numa panela grande e fervendo água para passar a segunda leva de café do dia. Isso por volta das nove e meia. A cozinha é extremamente simples. Um barracão improvisado com telhas de amianto e lonas para cobrir e fechar as laterais. Ao lado há um cômodo onde se guarda de tudo um pouco, havendo uma cama para o caso de alguém precisar dormir no local. Mais atrás uma espécie de garagem/oficina onde ficam estocadas algumas sacas de café e guardados o antigo maquinário usado na lavoura e no beneficiamento da produção.

Ilam me explica que Odileni não mora ali, tendo sua casa mesmo “lá embaixo, no Parque Santa Eugênia”, bairro localizado às margens da rodovia e por onde se tem acesso ao Fojo⁸⁸. Ilam me apresenta a ela e vamos conversando. Explico minha pesquisa, meu interesse na história deles enquanto associação e em sua trajetória de vida. Depois ela consente em gravar a conversa, que é interrompida quando chegam quatro homens na cozinha, vindos dos fundos, onde estão instaladas duas unidades PAIS. Um deles é Aloísio, irmão de Odileni, também produtor associado, com quem conversei mais tarde. Outro era técnico do PAIS, enquanto os outros dois eram agentes da Petrobras, que financia o projeto juntamente com a Fundação Banco do Brasil. Quando o técnico soube do porque de minha presença naquele dia, voltou-se para o agente que parecia ocupar a posição de maior poder, ilustrando como era importante a manutenção do projeto, daquelas unidades, que até pesquisas de universidades estavam ocorrendo em torno delas. Pelo que entendi eles estavam realizando uma visita de rotina, mas sobretudo de avaliação após dois anos de vínculo com os agricultores para saber a condição da unidade. O técnico do PAIS conversou e mostrou-se bem a vontade entre os produtores, enquanto os outros dois pareciam não ver a hora de ir embora. Foi o primeiro a aceitar o café oferecido por Odileni, e falou jocosamente aos outros que exitavam: “esse aqui não é Pilão não, é daqui de trás mesmo”, explicando que o café era proveniente do cafezal onde Odileni e Domênico são parceiros de outro familiar, sendo que apenas a parte de responsabilidade do casal (1/3 do total) é certificada como orgânica.

Antes que os homens fossem embora, Odileni e Aloísio aproveitaram o tempo a sós com o técnico para se queixarem a respeito das bombas d'água que haviam recebido junto com o kit de montagem da unidade PAIS e que tinham sido retiradas há alguns meses. O técnico explica que a bomba d'água não foi dada a eles, e que ela é levada para as unidades PAIS que realmente precisam dela, e justifica dizendo que ali eles são abastecidos por

⁸⁸ No mapa do município disponível no Anexo II, a região do Fojo não é mencionada, mas pode ser “vista” no espaço em branco a noroeste do bairro Parque Santa Eugênia, no entorno do córrego do Sertão.

nascentes e córregos situados acima de onde estão, na parte baixa dos morros que contornam a região, usando assim a própria gravidade para irrigação da produção, não precisariam da bomba, que por isso tinha sido levada para unidades que dela necessitavam. Prontamente Aloísio lembra que após a época das chuvas, abundantes no verão, eles precisam sim da bomba d'água para fazer a irrigação, pois as fontes de água que possuem se tornam insuficientes no período mais seco do ano, principalmente no inverno.

Essa insatisfação com a atitude do técnico do PAIS mostrou-se mais intensa e variada conforme avançava o dia e emergiram conversas que tinham como tema a redução de visitas dos técnicos agrícolas, que, de acordo com Aloísio e Odileni, antes os visitavam todo mês, as vezes mais de uma vez, e que agora faziam visitas bem mais esparsas. Reclamaram também do kit que lhes foi entregue na ocasião da instalação das unidades PAIS. Vários itens que constavam no kit não teriam sido entregues, como moirões para levantar o galinheiro, caixa d'água, e até as nove galinhas e um galo que comporiam o galinheiro não teriam sido entregues corretamente. Esses supostos eventos são interpretados por Aloísio como sinal de desonestidade, de esquemas fraudulentos: “tem muita mutreta nisso!”, diz ele.

Já Ademir, associado que mora e produz no Vale das Pedrinhas, não fez nenhuma crítica nesse sentido quando perguntei se o problema apontado pelos produtores que havia conhecido no Fojo tinha ocorrido com ele. Pelo contrário.

A: Eles não me deram nenhum papel dizendo o que eu tinha direito de receber, mas o que eles me ofereceram, o que eles falaram eles cumpriram. Que foram os moirões pra fazer o circo do galinheiro. Me deram as telas, carrinho de mão e o rolo de fio. Me deram a caixa d'água e as mangueiras todas, a bomba, disjuntor, tudo. O que eles me deram funcionou, tudo. Eles vieram aqui comigo e a gente armou tudo em cima dos canteiros. E me deram 10 galinhas. Ai foi franguinhas pequenas e um frango. Me deram 4 sacos de milho de 50 quilos também, algumas sementes pra eu plantar. Me deram 50 mudas de plantas frutíferas que tão todas plantadas ai, que agora não dá pra ver tudo, mas quando roça fica bem a vista. Me deram tudo isso. Me deram assistência necessária, algumas vezes não vieram porque ainda não tinham recebido salário, ou não tinham dinheiro pra por combustível no carro. Mas toda vez que eu precisei deles...

Após a interrupção de nossa conversa em função da passagem dos agentes do PAIS, continuamos proseando, Odileni, Ilam e eu, além da participação de Aloísio em alguns momentos. A entrevista era intercalada por assuntos da AFOJO que surgiam entre os produtores e do qual pude participar, o que achei bastante interessante, principalmente quando algumas intrigas, questões de relacionamento e desentendimentos vinham à tona, o que parecia fazer valer a pena não assumir o controle da interação forçando o retorno às minhas questões norteadoras.

No momento há 13 produtores associados “em dia, participativos”, diz Ilam, referindo-se aos que pagam as mensalidades e participam das reuniões. “Só de nome tem vários”, diz Odileni, referindo-se aos que um dia se associaram mas que não se tornaram participativos. Boa parte dos associados pertence a mesma família, havendo irmãos, cunhados, noras, pais e filhos entre os membros. A principal questão que vem gerando insatisfações atualmente refere-se ao valor da mensalidade. Anteriormente cinco reais, subiu para doze sem consulta aos associados, por obra do presidente da associação, Domênico, amparado no estatuto da mesma que definira a cota mensal em 3% do salário mínimo vigente. Além disso, uma conta bancária que tinha sido aberta para efetuar uma compra coletiva de calcário em larga escala

para os produtores da AFOJO é mais um ponto de discordância. A compra coletiva não saiu e a conta continua em aberto, onerando a associação com taxas bancárias, além da sede que haviam alugado e que tentavam cancelar o contrato.

Pequenas desavenças também fazem parte da realidade cotidiana dos associados. Odileni reclamou de Nalda, sua irmã, pois ela não quis abrir sua cozinha naqueles dias para que elas fizessem os doces que vendem nas feiras em que participam. A associação compra periodicamente 300 quilos de açúcar cristal orgânico, principalmente para ser empregado no beneficiamento de frutas diversas, como acerola, goiaba, cajá, jaca, banana, jambo, etc, que viram doces orgânicos e são vendidos por um valor agregado maior que os demais produtos, com exceção do café, já torrado e moído e vendido a cinco reais o saco com 250 gramas.

A única cozinha que os associados certificaram para o beneficiamento da produção é a da casa de Nalda, que passou a ocupar a importante função de ser o local onde são feitos os doces, atividade que as mulheres desenvolvem. Como Nalda não quis fazer os doces nos dias em que Odileni lhe propôs, ela interpretou o ocorrido como reflexo da relação pessoal com Nalda. Disse que “ela deu um monte de desculpas, mas na verdade ela não queria era fazer os doces comigo. Porque que ela não disse que não queria fazer e pronto?”.

Antes desse episódio, Nalda, juntamente com outros associados, reclamaram que Domênico e Odileni repassaram a função de secretária e tesoureira para a nora deles, também sem consultá-los. Desde que assumiu a presidência, Domênico e sua esposa vem tomando algumas atitudes que desagradam os demais. É importante lembrar que a maioria dos associados possui laços familiares e/ou de amizade há décadas. Fica nítido que esses aspectos foram fundamentais ao longo de todo o processo de formação da AFOJO. Todavia, talvez até pela intimidade e histórico relacional, as desavenças e pequenos conflitos venham à tona com certa constância. “Ih, isso é coisa antiga... Do tempo que elas eram mais novas”, diz Ilam sobre o problema entre Odilene e Nalda, ao que Aloísio concorda.

Além do suposto autoritarismo de Domênico e Odileni à frente da associação, outro aspecto que incomoda os demais associados é a vantagem que Domênico vem levando sobre alguns produtores da região do Fojo. Com a vinculação à associação e a certificação de produtor orgânico obtida por boa parte dos associados, a situação vem melhorando na medida em que novas possibilidades foram adquiridas, como as Feiras Agroecológicas de que participam (Fundão, Teresópolis e mais recentemente Leblon), sendo que apenas para a do Fundão os produtores conseguem o transporte de seus produtos via kombi fornecida pela Secretaria de Agricultura de Guapimirim. A posse de um carro facilita à Domênico essa condição de atravessador, já que lhe permite participar também das feiras de Teresópolis e Leblon por conta própria.

Outro aspecto desse problema é que os organizadores das feiras em que participam, de acordo com Ilam, passaram a exigir dos produtores a certificação para continuarem vendendo nesses espaços, o que no contexto estudado vem fazendo com que outros produtores também orgânicos, mas que não obtiveram a certificação, repassem seus produtos aos que a conseguiram para que estes os vendam nas feiras, do mesmo modo que alguns produtores certificados mas sem condições de participar das demais feiras por conta própria, acabam se envolvendo nesse tipo de relação. Tanto Ilam como Aloísio disseram que Domênico e Odileni vem funcionando como atravessadores nesse sentido, levando produtos desses agricultores e repassando a eles um preço abaixo do que vendem nas feiras. A intensificação dessa atividade pelo casal vem incomodando alguns dos associados, entre eles Aloísio.

É compreensível a indignação de Aloísio e demais. Além de desvirtuar o objetivo

inicial da AFOJO, as pessoas que tem seus produtos atravessados são também parentes e amigos de longa data. “Eles acham que vão enriquecer agora?”, questiona Aloísio, referindo-se ao fato de que nos últimos anos, com a oficialização da associação, o acesso às unidades PAIS, às feiras agroecológicas e a obtenção do certificado de produtores orgânicos, o retorno financeiro vem aumentando, girando em torno de R\$150 a R\$200 por feira. Ilam diz que esse tipo de conversa é feito cara a cara, e que tudo isso é dito sem meias palavras. Eles deixam claro suas preferências e gostos pelas pessoas com que convivem, justificando com base nessas atitudes. Faz pouco Aloísio disse para sua irmã e cunhado que gosta menos deles do que dos demais associados.

Ilam deu um exemplo das atividades que Domênico vem exercendo. Quando fomos até a casa de Aloísio e Clementina, sua esposa, também estava lá Cadinho, primo de Aloísio e Odileni. Cadinho permaneceu um pouco após o almoço e participou de parte da conversa, até se retirar para fazer algum serviço na roça. Quando já estávamos indo embora, Ilam disse que Cadinho tem uma mão muito boa para produção de mudas de árvores frutíferas. Domênico leva suas mudas para as feiras nas quais participa, vendendo-as por R\$5,00, repassando apenas R\$1,50 pra Cadinho por cada muda vendida.

Falando sobre esses problemas da AFOJO, Ilam argumenta que é uma realidade nova pra eles, que está sendo um aprendizado para todos os associados, que se veem diante de conflitos diversos, seja entre eles próprios, com vizinhos da área onde produzem⁸⁹, ou com o poder público. Problemas que exigem deles a participação, o posicionamento e a tomada de decisões para solucioná-los. O próprio Ilam, cuja trajetória lhe possibilitou experiências mais diversas de socialização antes mesmo da associação, via sindicato e partido político, entende que os conflitos mais frequentes entre os associados fazem parte do processo em que estão inseridos. Nesse ponto lembro de ter com concordado com ele no sentido de que a solução para os problemas só virá através de reuniões, onde gradualmente os valores e práticas dominantes nas organizações econômicas e na sociedade capitalista como um todo, poderão ser questionados e colocados em cheque, substituindo uma sociabilidade orientada pelo individualismo e egoísmo com vistas ao sucesso e a lucratividade nos negócios, por uma cultura de participação, coletividade e solidariedade, fruto do associativismo que já vem sendo construído. Os problemas que foram relatados por eles, como o aumento da mensalidade, do “atravessador”, da disputa pelas barracas na feira⁹⁰, pelo lugar na kombi da prefeitura, pelo uso da cozinha certificada, a garantia do espaço para comercialização na beira da pista, entre outros, vão acontecer, e só o envolvimento dos associados pode resolvê-los no sentido de reequilibrar as posições de poder.

É nesse sentido que entendemos o contexto envolvendo AFOJO e unidades PAIS encontrado pela pesquisa enquanto aquele que apresenta o maior potencial empoderador entre todos os casos, onde as estratégias em busca de melhores condições de bem-estar, que levam os indivíduos a transitarem entre o mundo do trabalho e a assistência, passam necessariamente pelo posicionamento, enfrentamento e resolução de conflitos nas mais variadas esferas. Não

⁸⁹ Ilam relatou que em anos anteriores ocorreram três invasões de cães de um sítio vizinho aos galinheiros das unidades PAIS dos associados que produzem no Fojo, o que acabou resultando na morte de dezenas de galinhas. As conversas com o proprietário dos cães não resultaram na indenização que eles reivindicavam, de acordo com Ilam, com base no preço de mercado de cada galinha adulta, o que os levou a moverem um processo contra o dono do sítio, do qual saíram vencedores e receberam três mil reais.

⁹⁰ Quando vão à feira Agroecológica da UFRJ no Fundão, não há uma barraca para cada produtor da AFOJO que participa da feira, obrigando que eles dividam cada barracas a eles destinadas por dois, o que também foi mencionado como outra situação de conflito entre alguns.

há um fosso (ao menos ainda não) entre os membros da associação, uma posição de poder absolutamente desigual entre os atores em questão que impeça que os problemas sejam colocados, que os envolvidos sejam questionados. Ao contrário da dinâmica do medo e silêncio encontrada no aterro sanitário, onde um agente que possui conexões políticas locais “escraviza um pouco a gente, e a gente vai levando”, conforme relatou um dos catadores entrevistados, pagando um valor abaixo do mercado em função do monopólio do lixo, sem que isso venha a se tornar um problema, uma questão, que se deflagre um conflito entre os envolvidos, uma prática “semelhante” na AFOJO, como o presidente “atravessador”, reconfigura relações sociais, cria posicionamentos contrários, repercuti no impedimento do uso da cozinha certificada, elevando a questão para a posição que merece, exigindo a discussão da mesma entre os envolvidos.

O ponto fundamental em questão quanto ao empoderamento, parece residir numa espécie de “ressocialização” da assistência a que os atores tiveram e continuam tendo acesso. Uma assistência que não nega a condição de trabalhadores dos indivíduos, que não fecha os olhos pra suas trajetórias de vida e saberes acumulados, buscando vestir uma camisa de empreendedor numa nova modalidade. Ao contrário, é quando ela se conecta com a realidade dos assistidos ao invés de se perder na estratosfera do livre mercado, que ela permite aos próprios indivíduos organizarem e reconfigurarem relações de poder, permitindo-lhes a valorização e o desenvolvimento de suas capacidades e do grupo em questão.

No caso da AFOJO, corrigida a inexistência de terra para a produção através das parcerias que vimos, seguiu-se a compra de terrenos na região por alguns dos parceiros de Ilam, sendo os demais obstáculos vencidos gradualmente, fortalecidos em função de comporem uma associação. O acesso às unidades PAIS, à EMATER-RIO, à ABIO, à Secretaria de Agricultura, à participação nas feiras, relações essas que moldaram a configuração de rede na qual estão inseridos nossos entrevistados, fornecendo os meios de produção, recursos materiais, estrutura mínima necessária para aprimorar o trabalho, cursos de formação, capacitação e assistência técnica periódica, transporte da produção e canais de venda, formando uma cadeia de interdependências com início, meio e fim, que acima de tudo foi construída por eles, para eles, passando a exigir dos próprios envolvidos o papel de protagonistas no curso de sua própria história.

4.3. Os produtores e o acesso às unidades PAIS

Todos que se tornaram parceiros de Ilam traziam em suas trajetórias experiências rurais de trabalho que haviam sido interrompidas e só foram retomadas quando a precariedade de renda e trabalho decorrente do desemprego ou de atividades informais episódicas agravou-se e puderam contar com a alternativa proposta por Ilam. Poucos vinham de uma condição de proprietários rurais, mesmo que pequenos. Assim como a maioria dos entrevistados, a situação mais comum era a condição de agregados, morando de favor ou simplesmente ocupando terrenos nas franjas de imóveis e antigas fazendas da região, que representavam a principal fonte de trabalho. Outros foram caseiros desses imóveis e em algum momento conseguiram adquirir um pedaço de terra onde se estabeleceram com a família. De modo geral ocuparam uma área pequena que não permitia desenvolver uma produção agrícola que significasse o sustento da família. Mantinham algumas culturas e árvores frutíferas no entorno da casa, mas se dirigiam às fazendas em busca de emprego. Mesmo esses viram as terras de seus pais serem divididas entre muitos irmãos, que ou venderam suas partes e seguiram para

outros bairros e cidades, ou permaneceram construindo pequenas casas nos lotes fracionados.

Os pais de Odileni e Aloísio vieram da cidade de Muqui (ES)⁹¹. Os dois também nasceram lá e vieram ainda jovens pra Guapimirim. Aloísio tem 60 anos, quatro de escolaridade. É casado com Clementina, com quem teve 4 filhos. Robélío, que também é um produtor associado à AFOJO, e Lucrécia, que é empregada doméstica diarista e ajuda nas feiras. Os outros dois moram em São Paulo. O lugar onde vivem e trabalham hoje Aloísio e Clementina foi comprado com a ajuda dos filhos. É um terreno de 4 hectares numa encosta íngreme, cuja principal cultura é a banana. Apenas a estrada separa suas terras de onde Odileni e Domênico são parceiros de Ilam e desenvolvem suas plantações de milho, batata doce, abacaxi, aipim e jiló, além das hortaliças e árvores frutíferas lá plantadas. Nesse mesmo local Ilam faz manejo do palmito pupunha e estão instaladas duas unidades PAIS.

Aloísio sempre trabalhou na roça. Ainda pequeno, em Muqui (ES), trabalhou num cafezal da família. Mas também diz que sempre realizou outras atividades paralelas. “Eu não tenho intenção de sair da roça não...Mas se a gente for se dedicar só a roça não dá não! Então eu sempre peguei serviços de pedreiro, até hoje...Até de padeiro eu trabalhei lá em Teresópolis! Mas a vida que a gente leva assim na roça é gostosa”, diz ele. Os bicos na construção civil são outra faceta das atividades realizadas por alguns homens da AFOJO, enquanto algumas mulheres compõem a renda com artesanatos e trabalhos domésticos.

Sobre sua relação com Ilam, Aloísio diz que “somos irmãos mesmo!”. Aloísio foi um dos primeiros a ir trabalhar as terras de Ilam. Antes dele só Zezinho, já falecido e que deu início a todas essas relações de parceria, que depois chamou Domênico e Odileni, que depois chamaram Aloísio. Junto com Cadinho, Aloísio disse que antigamente tiraram muita madeira daquelas matas e de outros lugares do município, quando era comum a atividade de machadeiro. Todos foram agricultores convencionais, mudando para a agricultura orgânica mais recentemente, consolidando-a de vez após receberem as unidades PAIS.

Entendemos ainda que um dos pontos fundamentais na ruptura com o processo de empobrecimento a que estavam submetidos é o acesso à informações e conhecimento que alteram modelos antes cristalizados de pensar e agir no mundo. A configuração de rede em que estão inseridos levou até eles novas perspectivas também em relação à preocupação com a saúde e meio ambiente. A morte de Zezinho aos 40 anos em função de um câncer, e a perda de mais dois primos em Muqui (ES) que trabalhavam com agricultura convencional, empregando agrotóxicos em larga escala nas plantações foi lembrada por Odileni para ilustrar os malefícios para o homem e natureza.

Embora suas preocupações ambientais venham aumentando com a inserção na AFOJO, a mudança para a agricultura orgânica e o acesso às unidades PAIS, essas transformações fazem parte de um processo ainda em curso, que não deixa de ser conflituoso. Ainda é um hábito, não apenas entre alguns dos associados, mas de parcela significativa de munícipes, o engaiolamento de pássaros nativos, como o canário-da-terra, o coleiro, o trinca-ferro e o sabiá-laranjeira, quatro dos mais aprisionados. Quando Ilam percebeu que eu me interessara e reconheceria esses pássaros presos nas gaiolas penduradas nas varandas das casas, disse que essa ainda é uma das maiores dificuldades de transformação dos produtores e de quem mora na região. O hábito se torna ainda mais paradoxal quando atentamos para o fato de que esses pássaros, com exceção do trinca-ferro, são facilmente avistados e ouvidos pela região, visitando com frequência as casas que ficam na borda das matas, podendo o morador

⁹¹ Quando entrevistava Aloísio e Odileni descobri que Zeca, catador no aterro sanitário, é primo deles.

desfrutar de seus encantos todos os dias, apenas exercitando o olhar e o ouvir.

Outro hábito bastante comum entre os munícipes e que eles também praticavam com mais intensidade é a caça de animais silvestres, que vem sendo reduzida, talvez mais em função do desmatamento relacionado à expansão urbana do que propriamente fruto de uma mudança gradual de valores, consciência ou fiscalização. Todavia ainda é um hábito que marca presença, principalmente entre os moradores mais antigos. Há anos atrás Ilam disse que uma discussão sobre caça quase acabou em tragédia. Zezinho já tinha pego seu revólver para acertar contas com Domênico, que o tinha denunciado para a polícia florestal depois de tentar dissuadi-lo sem sucesso de suas incursões à mata em busca de caça. Se não fosse a intervenção de Ilam o pior poderia ter acontecido.

As reconfigurações causadas pelo envolvimento das pessoas com a AFOJO e as unidades PAIS em relação à mudança de práticas e valores ambientais ficam melhor ilustradas na entrevista com Ademir, que mora e produz no Vale das Pedrinhas.

“É só esse meu sítio que tem ai, mais um outro pedacinho ali que restou de mata, todo mundo cortaram tudo, não restou nada, e ai fica muito difícil, não respeitar a natureza, não sabe quanto tempo tem uma árvore dessa, quanto tempo leva pra ela vir de novo depois...E nisso eles me ensinaram de ter o respeito pela natureza, pela água, e a importância que uma árvore é, sabe, uma série de coisas, aí faz sentido, umas coisas boas, e eu gostei”.

As unidades de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável, para os membros da AFOJO que produzem no Fojo, vieram no ano de 2009 por intermédio do Sindicato de Trabalhadores Rurais. Alguns dos membros da associação voltaram de uma reunião no sindicato com a notícia de um “projeto” para os produtores locais.

Odileni: Ai 2009 veio o PAIS. Foi Tião que veio com o fusquinha dele, lá do sindicato. Ai Domênico veio e disse: “Odi, tem um projeto aí, vamos pegar?” Eu disse: “ah, você que sabe”. Depois eu disse: “será que é mais uma mentira que vem aí? Eu não vou querer não hein!”(todos riem).

Fabricio: Tinha muita mentira? Que tipo de mentira?

Ilam: Muita promessa né?

O: Vereador vem e fala: “você vota em mim que eu vou fazer isso, vou fazer essa vala, essa estrada”, sempre na época de eleição. Mas ai a gente pegou essa oferta.

F: E como veio o contato com essa oferta?

I: O contato veio lá pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Magé.

O: Ai o meu cunhado não quis e passou pro irmão dele, que é Domênico. Ai Domênico falou: “eu quero”. Ai vieram aqui, mediram tudo, ai a gente foi pedir permissão pra ele (Ilam) também, porque a terra é dele, num é dele nem é nossa, é de Deus, mas tá com ele né? Foi tudo certo e a gente falou: “então vamos pegar”. Ai nessa época também, através do PAIS é que saiu feiras pra nós.

I: Ai a gente já tinha a associação.

O: Fraquinha, mas já tinha nosso grupozinho.

I: É aquilo que eu falei pra você, tava na informalidade, desde 1997. Depois a gente já conseguia um contato no sindicato, o PAIS veio, vieram as feiras...

Odileni tem 51 anos, três de escolaridade. Casada com Domênico, com quem teve 4 filhos, três dos quais montaram um negócio ligado à manutenção de terrenos e jardins de sítios e casas, usando roçadeira para controlar a vegetação rasteira desses espaços.

O: Já meu outro filho é especial. Ele tá no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

Agora eles tão deixando ele de segunda a sexta, que ele tava me deixando maluca. Antes era só terça e quinta. Ai no dia que não tinha ele saia pra beber. Da ultima vez que ele bebeu ele foi pra Magé e me deu muito trabalho. Eu fui dez hora da noite, andei e num achei ele. Ai no outro dia cedinho eu fui lá de novo atrás dele. Peguei ele dentro de Magé, sete horas da manhã. Eu peguei ele no bar com aqueles cachaceiros lá, ai ele me encarou, fez força, eu saí correndo com ele dentro de Magé. Ele foi correndo e eu atrás. Até que ele e eu cansamos. Ai trouxe ele pra casa. Mas ai depois disso ele melhorou. Só que logo depois ele bebeu de novo, foi parar na casa de um cara em tratamento também ai no Capim. Ai eu reclamei com eles no CAPS, ai eles concordaram em ficar com ele de segunda a sexta. Ele só fica sábado e domingo em casa. É ele que carrega as bananas pra mim, me ajuda a montar as barracas na beira da pista. Ele me ajuda muito mesmo.

Odileni sempre trabalhou na roça, ajudando seus pais que moraram inicialmente no Paraíso e trabalhavam na antiga Fazenda Colomi. Depois, quando vieram morar no Parque Santa Eugênia, “roça também”, diz ela, passou a ajudar seu pai como bananeira na beira da pista. “O forte era banana! Depois vendemos aipim, batata doce, milho... Mas era quase tudo comprado, que a gente produzia pouco”, explica Odileni. Depois de casar com Domênico, trabalharam na feira de Teresópolis, antes de seu marido “pegar serviço no Rio, pra fazer obra”. Só que Odileni queria “ficar na roça. Aí nós compramos um pedacinho de terra com um dinheirinho que recebemos, mas ele não podia ficar comigo, tinha que trabalhar no Rio”. Foi quando ela começou a plantar feijão e aipim. “Aí foi que eu caí lá de cima, quando eu fui *rancar* um pé de aipim, que eu despenquei cá em baixo. Aí eu tava desistindo. Aí Zezinho falou: 'já que vocês querem plantar feijão, eu vou pedir ao dono da terra lá do Fojo pra vocês plantarem lá'. Foi Ilam. Ele cedeu espaço pra nós”.

A única atividade de Odileni fora da roça foi a função de empregada doméstica, que exerceu por dois anos. “Era lá no Limoeiro. Aí eu falei que nunca mais ia trabalhar daquele jeito, que a menina abusava muito de mim. Eu falei 'vou pra roça, vou voltar pra roça'. Eu vim pra roça e aqui eu tô, graças a deus”.

Tanto Aloísio quanto Odileni viram o envolvimento com a AFOJO e o PAIS representarem ganhos significativos, não apenas em relação à fonte de trabalho e renda, mas também no que se refere ao acesso à informações diversas, importantes inclusive para acessarem direitos que até então desconheciam os canais necessários. Após o ingresso na associação, que ocorreu no início dos anos 2000, Odileni e Domênico conseguiram ter acesso ao BPC em função do filho especial, e mais recentemente o inseriram no CAPS recém instalado em Guapimirim. Ainda assim Odileni, como a grande maioria, não fala em direito.

F: em algum momento da tua vida você teve relação com assistência social, com um benefício, um centro social...

O: Ajudas? A ajuda que eu tenho é do meu garoto que ele ganha, que ele é deficiente, ele é mental.

F: Entendi. Antes disso...

O: Antes não, não. Peguei uma Bolsa Família mas era dos meus netos, e só durou três meses. Nunca ganhei nada de benefício.

F: E esse do teu filho, que você recebe por ele, faz bastante tempo?

O: Sete anos. Ele tá no CAPS.

A transformação das relações dos membros da AFOJO com o Estado, portanto, não é sentida apenas no que se refere a ações e recursos direcionados à agricultores familiares, mas se expande em direção à outras esferas de intervenção estatal, como as formas de proteção

social com as quais alguns membros vem se relacionando. A esposa de Aloísio, por exemplo, passou a receber uma pensão recentemente por conta de uma doença que lhe obrigou a abandonar o trabalho de merendeira na escola municipal onde trabalhava. É visível que a configuração de rede na qual hoje estão inseridos também os empodera em relação à busca por benefícios e direitos que exigem o trato com a burocracia estatal, que em outros contextos poderiam continuar sendo negados. O empoderamento possibilitado por esse universo mais amplo de relações, que inclui a AFOJO, mas envolve outros agentes e espaços, lhes amplia capacidades para, entre outras coisas, dar início à relações com o Estado. O caso de Ademir evidencia ainda mais esse empoderamento e como ele reverbera para membros mais próximos em sua rede social.

O acesso de Ademir e Dona Ana ao PAIS veio de modo diferente. Esta última não integra a AFOJO, embora produza no Parque Santa Eugênia, localidade vizinha ao Fojo e onde moram boa parte dos associados.

Ademir foi surpreendido por agentes do programa quando roçava seu sítio numa manhã. Nessa época ele sequer sabia da existência da AFOJO e acredita que os agentes do PAIS o tenham encontrado por conta de um contato que havia feito com o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Magé para regularizar a documentação do sítio onde produz. “Eu tive contato com um senhor do Sindicato, que eu precisava legalizar este terreno aqui. Então eu fui buscar informação e ele passou a ser um amigo, me tratou bem. Como ele viu o tamanho da minha área, ele deve ter informado para eles, e aí eles apareceram aí e eu aceitei”, explica.

Após receber a unidade PAIS, foi através dos agentes do programa que Ademir conheceu a AFOJO e tornou-se membro da associação, depois que os técnicos o levaram para uma reunião com outras pessoas que também trabalhavam unidades PAIS. A tal reunião era no Fojo, com membros da associação. Todavia a distancia de onde Ademir vive e produz impede que desfrute da participação nas feiras de produtos orgânicos que os produtores do Fojo acessam e que passaram a representar importante fonte de renda para suas famílias.

A: Eu não tenho nenhuma esperança que vão trazer nada pra melhor aqui pra dentro, mas melhorando no mínimo pra eles, produtores, eu vou ser mais um que tô acrescentando pra eles. Precisa de mais um pra ir lá na prefeitura pedir alguma coisa? Eu to lá! Pago minha mensalidade com eles, gosto muito deles, eles são muito legal comigo. Mas eu não tenho a esperança de que eles vão trazer alguma coisa pra mim. A única coisa que eu quero deles é informações. “É melhor plantar desse jeito, vamos plantar assim. Desse jeito nós colhemos mais, então isso é melhor assim”. Isso eles fazem comigo numa boa, e pronto. Quando eu vou lá eu trago mudas pra cá. Café que eles tem lá. Eles quando vem aqui levam também.

Ademir acaba vendendo sua produção pelas ruas do bairro, levando seus produtos de casa em casa em sua carroça aos finais de semana, quando os veranistas também estão presentes no bairro, ou vendendo cestas para os professores e colegas da escola onde voltou a estudar após retomar os estudos interrompidos na quarta série do antigo primário. Em algumas situações se vê obrigado a vender parte de sua produção para criadores de porcos da região por um preço quase irrisório.

Atualmente Ademir se divide entre a produção agrícola e o trabalho de caseiro/pedreiro, sua principal fonte de renda. Como pedreiro, trabalhou em diversos municípios, tendo no Rio de Janeiro conseguido as melhores remunerações. Nessa época abandonou a produção rural. Pouco antes de receber a unidade PAIS, Ademir tinha acabado de abandonar seu emprego no Rio para ser contratado como caseiro/pedreiro de um sítio na

mesma rua onde mora. Os proprietários passaram a morar no local e contrataram Ademir para alguns serviços de manutenção e construção civil. Quando Ademir terminou os primeiros serviços, propuseram que ele continuasse a trabalhar com eles como caseiro, realizando tarefas diárias no sítio, como a limpeza do terreno, o cuidado com as plantas e árvores e o trato dos animais, como patos e galinhas, além de fazer a manutenção da casa quando necessário. A partir daí Ademir e os novos patrões desenvolveram uma relação que, como indica Ademir, se distingue da habitual patrão x empregado. Eles incentivaram Ademir a retomar os estudos, permitindo uma flexibilidade de horários que possibilita a conciliação entre suas duas atividades e os estudos, além de se mostrarem interessados em seus progressos escolares. O modo como Ademir fala sobre a relação que mantém com seus empregadores é distinto de todas as relações de trabalho que mencionou, assim como o modo pelo qual normalmente os patrões costumam tratar seus empregados no local onde mora, em que as principais atividades são os serviços de caseiro nos sítios dos veranistas e as faxinas na diária.

A retomada dos estudos também esteve associada ao projeto PAIS e AFOJO, que segundo Ademir lhe trouxeram muitas informações novas e permitiram que ele participasse de espaços nunca antes visitados, como a própria AFOJO, reuniões na Prefeitura para reivindicarem melhorias e investimentos da parte da Secretaria de Agricultura, atividades com outros produtores e visitas aos seus locais de produção. Essa nova dinâmica de sociabilidade também teria ocupado papel fundamental na transformação que vem realizando em sua vida.

Seu envolvimento com a AFOJO também está relacionado às suas preocupações com seus filhos. Quando voltou a estudar, passou a se preocupar mais com o aprendizado e desenvolvimento dos filhos, vendo na atividade rural um incentivo para os filhos continuarem estudando. Quando conversamos, Ademir acabara de debater com uma de suas ex-esposas a matrícula de um de seus filhos, com 18 anos, no único Colégio Estadual Agrícola da região, formação que no mínimo lhe forneceria um diploma de técnico agropecuário quando concluísse o ensino médio. Não haveria grandes problemas em relação ao transporte, mas ainda não tinha convencido mãe e filho do assunto.

O caso de Ademir ilustra o quão importante pode vir a ser o estabelecimento de relações com pessoas de atributos diferentes, fugindo do que Marques (2010) classifica como forte homofilia das redes, situação que predominava entre pessoas nas condições de pobreza mais extrema encontrada em seu estudo. De modo semelhante, a situação de Ademir, mais do que os outros associados da AFOJO que entrevistamos, mostra a importância que uma maior vivência e participação em espaços institucionais pode assumir na ruptura de processos de empobrecimento a que estão submetidos. O novo trabalho como pedreiro/caseiro, cujos patrões “passaram coisas boas pra gente, sobre o que é o seu direito, que é bom você tá no colégio, formado, as crianças no colégio... Inclusive um deles tá aposentado, mas foi professor, trabalhou no Banco do Brasil, IBGE”, mantendo com ele uma relação distinta da que estava acostumado a ver e viver, assim como a inserção no PAIS e AFOJO, reconfiguraram sua rede de relações e modo de ser e estar no mundo.

Ademir tem 40 anos. Nascido e criado no Parque D'Ajuda é pai de oito filhos, quatro de criação, que sua primeira esposa já tinha com outros parceiros. Separou-se também de sua segunda esposa, com quem teve uma filha. Antes de retomar os estudos, tinha concluído apenas a segunda série. Em dois anos de supletivo a noite, já chegou ao oitavo ano do ensino fundamental. Sobre sua origem, seus pais e familiares, diz que “nenhum deles tem informações, ou não sabe ler, ou lê muito mal. A minha mãe não sabe escrever nem o nome.

Minhas tias tem algumas que sabem só escrever o nome, mas só isso mesmo. Até essa geração de agora o máximo que tem é a oitava série”. Seus primeiros trabalhos foram a “capina, cortar capim pros boi. Era tomar conta de bois, ajudar o pessoal na roça, fazer farinha, esse era o trabalho. E como ninguém nunca falou em estudar...”. O sustento da família vinha da produção de farinha de mandioca. “Nós fazia muita farinha de mandioca. Tinha um engenho dum vizinho que ai nós pegava nossas mandioca e pedia a ele emprestado o engenho, que aqui nós sobrevivia disso”, completa Ademir.

Aos 17 anos Ademir amigou-se com a primeira esposa, que já tinha 4 filhos. Aos 19 passou a morar durante a semana no Rio de Janeiro, onde trabalhava como ajudante de pedreiro, voltando para o Parque D'Ajuda somente aos finais de semana por conta da distância e dos gastos com transportes. Conforme acumulava experiências de trabalho no Rio de Janeiro, foi passando de ajudante de pedreiro à meio oficial, até chegar à pedreiro, o que aumentava sua remuneração. “Além de pedreiro eu sou bombeiro, eletricista, ladrilheiro, carpinteiro... Na base da obra eu faço tudo”, diz com orgulho, e explica: “que eu sempre fui de fazer amizade com os profissionais, então eu chegava e dizia que queria aprender e as pessoas sempre gostavam de mim, me passavam e eu ia aprendendo”.

O processo de empobrecimento a que esteve submetido, juntamente com seus familiares e que vem rompendo gradualmente, envolve precariedades quanto ao trabalho, renda, moradia e núcleo familiar, conforme tratado por Marques (2010) e abordado no primeiro capítulo. Também mencionou problemas de seus familiares com violência doméstica e o consumo excessivo de bebidas alcoólicas, principalmente sua mãe e dois de seus irmãos, além do analfabetismo ou reduzida escolaridade dos seus familiares. Os problemas em relação à moradia pareceram bastante significativos, levando Ademir a transitar ao longo da vida entre casas de parentes, invasões de terrenos, casas e sítios abandonados, tendo morado até num barraco que ergueu atrás da igreja com autorização do padre, até que conseguiu com sua madrinha um espaço no seu terreno para construir a casa onde hoje mora com sua primeira esposa, cinco filhos e três netos, numa casa de três quartos. Ademir mencionou situações que parecem remeter à grilagem das terras onde morou quando criança, com avós, seus pais e tios.

A: Os terrenos aqui nunca tiveram divisão, era tudo junto. As pessoas que moravam aqui eram tudo da minha família, vivia no meio do mato. Só se via os foguinhos, que não tinha energia. Ai abriram a estrada, que antes era só um trilhozinho pro burro passar. Ai os caminhões foram chegando, o desmatamento, e deu nisso aí. Apareceu um monte de pessoas dizendo que era dono daqui, dono dali, num sei qual foi o meio que eles arrumaram pra dividir as terras, que aqui não tinha cerca pra nada. Mas aí eles passaram a trabalhar para estas pessoas, e aí tinha um valor em dinheiro, que aí foi quando acabou toda a parte de agricultura.

No terreno que Ademir regularizou em seu nome ele apenas produz. “Eu ainda não tenho condição de botar uma casa aqui”, diz ele. Embora tenha planos de construir uma casa no seu sítio, atualmente transita entre as casas que construiu para suas ex-esposas e filhos, e ainda guarda pertences num espaço reservado para ele no sítio onde trabalha como caseiro/pedreiro.

As reconfigurações mais profundas que vem ocorrendo na vida de Ademir parecem estar profundamente relacionadas às transformações de seus valores e práticas, pelas mudanças em seus campos de relações, já que “o modo como os indivíduos se portam é determinado por suas relações passadas ou presentes com outras pessoas” (Elias, 1994: 26). A mudança do local de trabalho do Rio de Janeiro para a esquina de casa no Parque D'Ajuda

reduziu sua renda mensal de quase dois para um salário mínimo, mas lhe proporcionou ganhos que não podem ser mensurados. Quanto à composição de sua renda mensal, Ademir faz o inverso da maioria dos produtores da AFOJO, já que tem como principal fonte de renda o trabalho como caseiro/pedreiro, compondo a renda e enriquecendo sua mesa e de sua família com os produtos orgânicos que cultivava. A relação de trabalho que estabeleceu com seus patrões transcende a simples troca econômica de força de trabalho por moeda. Nas reconfigurações que vem promovendo em sua vida e na tentativa de levá-las aos que estão ao seu redor, o próprio Ademir destaca o papel de seus novos empregadores, sempre lembrando primeiro deles, depois do projeto PAIS e da AFOJO, montando assim os eixos principais da mudança em sua vida cotidiana.

Como vimos, seu novo trabalho foi fundamental para a retomada nos estudos, tanto pela questão espacial como pela flexibilidade de horários e pelo incentivo de seus próprios patrões. Para além disso, lhe proporcionou juntamente com outros novos vínculos, distintas experiências de socialização, que lhe permitiram acessar informações até então indisponíveis, desempenhando um papel central na melhoria das condições de bem-estar de seus familiares, incluindo a busca por direitos que até então lhes eram negados.

A: O único lugar que eu vou mais aqui é onde eu trabalho. Até quando eu estou de férias eu passo lá ou eles ligam pra mim, me chamam pra almoçar com eles. Lá eu fico, converso, saio dali com muito mais informações, que eles sempre costumam elevar o nível de conversa, que não é do meu costume. Até mesmo essa cobrança de estudo passou a vir desse período que eu fui pra ali, que eu passei a trabalhar com esse pessoal dali, que eu fui passar por isso. Então o que é a família? Eu tenho uma irmã que mora com minha mãe. Ela tem um defeito no braço, mas ela lava roupa, faz tudo normal. Só que ela bebe muito! E minha irmã viveu com um cara, e ela apanhava muito! Então a nossa vida foi essa, sofrimento. De 4 anos pra cá mudou muito. Minha mãe passava necessidade. Eu acho ridículo falar isso, mas minha mãe passava fome. Ela vinha me pedir as coisas por que não tinha nada na casa dela. Desses 4 anos pra cá minha mãe tem compra mês todo, não falta nada, ela tem dinheiro pra pagar as contas dela, que ela tem um benefíciozinho, pensão do governo, que ela não é aposentada por tempo de trabalho, mas tem uma pensão do governo de um salário mínimo, e a minha irmã deficiente também tem agora uma pensão. Tudo isso depois dos 4 anos que eu fui pra eles, eu passei a ter essas informações que começou a resolver os problemas.

F: Você que de certa forma ajudou sua mãe e irmã a conseguirem esse benefício?

A: Sim, eu corri atrás. Eu fui em busca, mas com informações dessas pessoas, elas me passaram: “não, vocês tem direito!”. Muitas das vezes eles iam comigo, ou quando não iam: “ah vai assim, o endereço é esse, fala isso, faz isso”, aí eu ia, falava e deu tudo certo. Só que ela continua bebendo muito minha irmã. Minha mãe parou, mas minha irmã e meu irmão mais velho... Ele bebe também, vive numa situação precária. Agora ele foi pra minha mãe porque não tem pra onde ir.

Ademir foi o único entre todos os 17 entrevistados que ao falar da relação com ações públicas de proteção social usou o termo direito, justificando e incentivando a busca pelo benefício do PBF por suas ex-esposas por se tratar de um direito, ainda que na sequência destaque irregularidades na distribuição do direito, que oficialmente se configura apenas numa política de governo.

A: Essa minha última esposa, agora que foi fazer o bolsa, mas não está recebendo, ainda está no cadastramento. A outra de lá já recebe há muito tempo já, uns oito anos. Essa daqui foi buscar agora porque eu insisti muito! Eu falei: “é um direito”. Se todas as pessoas pegam, até mesmo as pessoas que tem situações...Eu não vou dizer

financeira boa, mas que tem seu salário todo mês, recebem, e você que não tem renda nenhuma não vai receber? Depende de mim, de não sei quem...

Essa postura mais ativa de Ademir em relação à vida dos filhos e familiares mais próximos parece estar caminhando no sentido de solucionar problemas, amenizando precariedades, principalmente em relação à renda, mas acaba colocando também outros problemas, na medida em que interfere nos padrões de relações, deflagrando conflitos com seus familiares que tomam as ações de Ademir como uma interferência para além da conta.

F: Desses 4 anos pra cá que as coisas começaram a mudar, a tua relação com teus familiares, ela melhorou, piorou...Porque você está com uma outra postura né?

A: Olha, ficou pior sim. Mas quando eles precisam resolver alguma coisa eles vem procurar é a mim. Mas piorou porque a maneira que eu falo de mudança, não é o que eles querem ouvir, isso incomoda eles, quando começa a cobrar deles, postura... Até a convivência dentro de casa piorou, sabe? Antes ficava tudo solto, estava tudo bom. Se as coisas estavam fora do lugar... Ninguém tinha responsabilidade com nada. Quando a gente começa a mudar, a responsabilidade começa a aparecer pra cada um. Todo mundo precisa mudar, pensar positivo, ir em busca das coisas. Pensar que o dia de amanhã vai ser melhor que o de hoje. Eles nem gostam de ouvir o que eu tenho pra dizer. Muitas vezes eles me chamam de chato. Porque eu quero as coisas melhor, organizado. E é um direito e é bom! Mas pra eles não tem lei. Cada um age como quer. Mas quando eles vê a coisa apertar, aí me procura. Mas a convivência piorou nessa situação de cobrança...

Em vários momentos da entrevista com Ademir me senti como se estivesse ouvindo os dramas e dificuldades enfrentadas pelas agentes dos CRAS, em especial as que trabalham no centro do Vale, que fizeram críticas e comentários semelhantes aos de Ademir a respeito da realidade das famílias locais. Ademir ilustra mais empiricamente seu discurso.

“As famílias em geral aqui não tem nenhum...Não enxerga nada pra frente. É só aquilo...É uma parede! Se contenta em comer feijão puro hoje, arroz amanhã, e não quer buscar um conjunto de qualidade pra sua mesa. Aqui é geralmente isso aí. Tem uma dificuldade muito grande você passar e buscar...Eles acham ofensa quando você fala: “bota seu filho pra estudar”. Muitas vezes eu ouvi: “ele vai estudar se eles quiser, amanhã quem vai ficar sem estudo é eles”. É assim que as mães falam. E muitas delas diz pra eles estudarem por causa do Bolsa Família. Aí vai lá e se contenta com 70, 60, 100, 120 reais...Isso dá pra que num mês? Então é uma dificuldade imensa aqui. As mulheres aqui, as antigas, do tempo da minha mãe, minha avó, elas trabalhavam, elas eram guerreiras. Saíam pra trazer o pão de cada dia, o que arrumasse pra dentro de casa, honestamente. As mulheres de hoje em dia elas querem o seguinte, elas querem que só o homem trabalhe e elas ficam em casa só na maré mansa, sabe? Não são todas! Tem umas que vão atrás do trabalho. Mas a maioria aqui ficam dentro de casa. Tem o seu marido, e ficam dentro de casa. Essas que não tem, como essa que mora na casa que eu moro, ela não trabalha, não tem marido e não tem renda. A renda é o Bolsa Família no nome dela, que ela recebe e não sei o que ela faz.

No universo estudado, as principais ocupações disponíveis são as relacionadas às atividades domésticas para as mulheres, e de caseiro e da construção civil para os homens. Em todo o município essa configuração se repete, mas em nenhum outro local a questão dos sitiantes aparece como na região do Vale e Parque D'Ajuda, o que foi apontado pelas agentes do CRAS como a principal dificuldade para desenvolver o trabalho de assistência social com a comunidade. Ademir também trata da questão e suas repercussões na sociabilidade local,

que dificulta seus esforços para mudar a dinâmica entre seus familiares, principalmente filhos.

A: Onde eu trabalho, eles são sitiante, mas tem diferença desses sitiante que estão aqui. Todos esses sítios tem empregado. Paga salário mínimo...

F: O que é o sitiante?

A: É dono de espaço. Pra eles eu sou um sitiante. Eu não tenho condição de botar uma casa aqui igual aos outros, mas eles que tem casa, que compraram o sítio só pra vim final de semana fazer farra, esse lance todo, eles tem um caseiro. Esse caseiro recebe um salário mínimo, tem família, filhos... Eles chegam, não procuram saber como é que os filhos estão... Não querem melhora nenhuma pros caseiros. Eles querem toda semana, que a piscina tem que deixar limpo, cortar a grama, quem tem cachorro cuidar, fazer o que tem que fazer. Eles chegam, comem, tomam o “reeesto” pros empregados. E toma o resto mesmo, não sentam a mesa pra aprender não. E eles se sentem rei os empregados dessa forma. Não vão ao colégio, não tem estudo e não tem nenhum crescimento, não pega nada de bom. É feito como escravo eles ai. E essas pessoas que eu trabalho não. Elas me perguntam, quando eu fui ao colégio elas querem saber qual foi o tema da reunião. “E ai você respondeu o que? O que eles falaram?”, sabe, me trazendo informação. Aqui as únicas pessoas que eu vejo fazendo isso são eles. Eles deram aula pras crianças de 6, 7 anos que foram lá. E ele faz isso com o maior prazer, carinho de ensinar. Quando a criança aprendeu a falar bom dia em inglês, chegou em casa e foi falar pro pai, o pai meteu-lhe o pau na criança...

F: Que isso Ademir?

A: Éééé... Meteu o pau na criança e não deixou mais ir. Falou que o filho não era viado. Falou! O filho não era viado pra poder ficar falando essas frescuras. Ai quando a criança vê eles na rua, vem e abraça. As crianças nenhuma abraçam seus pais, e os pais seus filhos, nenhum. Os pais não tratam seus filhos bem, nem vice versa. Aqui a tendência é as crianças crescerem, completou 10 anos já se manda, começa a beber, sair sozinho. Como aqui não tem grandes coisas, baile, eles vão pro Vale. Do Vale pinta pra Magé, quando pensar que não, tão fumando ai pra fora. Trabalhar nada, tão é na porta dos botecos ai. Eu digo isso que meu irmão faz isso. Vive bebendo direto. Aqui é geração e geração assim, não tem educação nenhuma. Das menina e dos menino. As menina com 12 anos já tão buchuda, ai você pergunta: “e quem é o pai? Cadê?”...num sabe...é assim. E essa é a educação que todas as mães e pais dão pros filhos. E eu dentro de casa venho lutando pra mudar isso, que eu ainda não mudei, tenho muita dificuldade com minhas crianças. Não de brigar, eles me obedecem, mas por trás vem a mãe deles que fala que aquilo que eu disse tá errado, que não é assim...

Os maiores esforços de Ademir passaram a ser dirigidos à educação dos filhos, que vem acompanhando mais de perto desde que ele próprio retomou os estudos.

A: A mãe acha que eu cobro muito. Eu não cobro muito, mas eles estão atrasados no colégio, eles precisam de informação. Eu quero que eles estudem duas horas só depois que veio do colégio. Depois do almoço, descansa e vai. Veio com duvida do colégio, senta e estuda. Eu venho com duvida, porque que eles não vão vir? Quanto mais informação mais na frente vocês vão estar. Eu levei meu filho mais velho que tá com 18 anos pra inscrever num colégio com formação de...de técnico agrícola ali em Suruí, sabe? Eu levei ele lá...

F: Mas ele se tornou aluno de lá?

A: Não. Eu fiz a visita. Era pra ele entrar lá, e ai eu falei: “você vai aprender e com dois anos você sai um técnico agrícola”.

F: E como você conheceu a escola de Suruí?

A: O pessoal do PAIS. Nós fomos em Seropédica e na volta eles falaram comigo sobre o colégio, que meu filho tava junto. Eles deram um papel pra gente. Na semana seguinte nós fomos lá e vimos. Ai eu cheguei lá e foi uma coisa linda, as pessoas, os professores lá trataram a gente muito bem. Eu falei com ele: “além da passagem que

eu lhe dou, você pode economizar, você vai de bicicleta, deixa na casa da minha irmã que é próximo e vai na van”. Só que por traz disso ai vem a mãe que vai contra...

F: É mesmo?

A: É! Quando bate de estudo eu tenho a maior dificuldade com meus filhos. É porque eu insisto sabe. Mas com a mãe, num é briga, nós temos aquela conversa...Que eu acho que está errado e ela tem a opinião dela, que eu respeito, mas não acho justo. É televisão ligada fora de hora, é vídeo game...Não! Não pode isso! Tem que ter horário de estudo. Primeiro estudo. Ai amãe trouxe um monte de DVD de...pra eles assistir...de filme de...uma série de outras coisas que prende crianças, sabe?

Entre os entrevistados que retomaram suas origens rurais de vida e trabalho, a produtora que encontrou maiores obstáculos para conseguir uma unidade PAIS foi Dona Ana. Mulher, 78 anos, nascida em Jequié (BA), onde viveu até os 17 anos. Antes de chegar a Guapimirim, viveu no Rio de Janeiro, onde trabalhou como empregada doméstica em Santa Tereza. Seus patrões lhe incentivaram a estudar, período em que aprendeu a ler e escrever, concluindo o antigo primário, hoje equivalente ao quinto ano do ensino fundamental. Depois disso Dona Ana foi morar no então distrito de Magé. Sua mudança para Guapimirim esteve ligada à um tio que se instalara na região, para onde só foi quando os primeiros filhos vieram. Hoje ela tem “49 anos de Guapi, sempre lutando”.

Desde que resolveu transformar uma fábrica abandonada em seu local de moradia e trabalho, vive há quinze anos por lá. Instalou-se com parentes e outras pessoas no que sobrou de uma antiga fábrica de tubos e conexões, cujo esqueleto ainda pode ser visto em meio às árvores, arbustos, e o que mais cresceu no interior e ao redor da antiga fábrica. O cenário é bastante peculiar. Ao entrar de carro numa antiga fábrica, você vê ao fundo construções que formam um “L” aproveitando as paredes laterais e dos fundos onde já existiam velhos galpões. Estaciono no começo do esqueleto da fábrica e sigo a pé até os galpões. É num deles que vivem Ana, dois filhos e dois netos.

A antiga fábrica decretou falência e foi comprada pelo Banco do Brasil, que apenas teria retirado o maquinário, nada mais fazendo no local, sendo completamente abandonado. Aos poucos as pessoas trataram de corrigir esse pequeno esquecimento, mudando-se para lá com suas famílias, aproveitando os galpões existentes para estabelecerem suas moradias, ampliando-os conforme necessidade e possibilidades, transformando a área do entorno da antiga fábrica em espaços cultivados, cheios de árvores frutíferas e plantas medicinais. Ana disse inclusive que a construção onde moram era o antigo galpão de solda da fábrica e que ela mesma havia feito alguns trabalhos ali quando a fábrica ainda funcionava. Na tarde em que estive em sua casa, Ana só fez uso do fogão à lenha, que esteve ligado todo o tempo, para cozinhar arroz e passar o café.

Antes de receber a unidade PAIS, Ana estava trabalhando pelas ruas da cidade, coletando materiais recicláveis de todos os tipos (*Pets*, plástico, papelão, ferro, alumínio, cobre, etc). Disse que não precisava andar tanto atrás dos materiais, pois tinha amigos e locais que os separavam para ela. “Mas a gente que gosta da lavoura não esquece”, fala enquanto traga seu cigarro, enrolado em papel de pão e acesso na brasa do fogão à lenha.

Enfrentou dificuldades para conseguir ser beneficiada pelo projeto PAIS devido ao local onde mora e produz ser uma área ocupada, sob a qual não possui os documentos, embora viva e produza há quinze anos nela. “Eu tive que bater de frente com algumas pessoas do projeto para conseguir que a Ana o integrasse mesmo nessas condições”, diz Marilene, agente que atua na Secretaria de Agricultura de Guapimirim.

O fato de receber uma unidade PAIS reconfigurou seu campo de relações, inserindo-a

numa rede mais ampla, que desde 2009 vem lhe ampliando as possibilidades de aumentar seus rendimentos e qualidade de vida. Embora tenha deixado de frequentar a feira agroecológica da UFRJ, consegue comercializar sua produção no mercado local, seja com consumidores diretos ou atravessadores. Quando perguntada sobre suas relações sociais, as pessoas que contatou através do PAIS, principalmente os técnicos do programa, representavam quase metade de seus vínculos, contribuindo com nove nós em sua rede, enquanto sua família e amigos juntos forneceram doze.

Para além da quantidade de nós que uma determinada experiência de vida e trabalho pode proporcionar para o indivíduo nela inserido, há a questão da qualidade desses nós, entendida não por uma suposta superioridade de alguns indivíduos em relação aos outros, mas pelo estabelecimento de relações de interdependência e não somente dependência, que são as marcas das relações de poder e dominação. Esses nós podem mesmo assumir a configuração de um maldito nó cego, como aqueles que usualmente imprimimos em nossas amarrações cotidianas, e que não raro se tornam impossíveis de desamarrar, parecendo piorar a cada tentativa, atrasando as demais atividades, até que tomamos a decisão de romper a corda.

Mas os processos de empobrecimento que a vida real reserva, receitam facas cegas para nós cegos e dizem que cada um deve amolar sua faca de acordo com suas capacidades caso queira cortar a corda e amarrá-la em lugar mais aprazível. “Onde estão as capacidades? Como posso consegui-las?”, pergunta o interessado. O mercado prontamente responde: “sinto informá-lo, mas as melhores não estão disponíveis no momento”, ou mais educadamente dirá: “não se encaixam no seu perfil”. Talvez cochiche em seu ouvido: “já experimentou procurar no Estado? Comigo eles costumam ser bem legais...”.

Os casos abordados neste capítulo, mas efetivamente toda a nossa pesquisa e as interações com os entrevistados trazem para o centro da discussão o fato de que mesmo no cenário atual, de extrema flexibilização e precariedade do trabalho, continua cabendo ao Estado papel importante em processos que desencadeiam melhoria das condições de vida e empoderamento das pessoas, já que “é o Estado que continua a ser no capitalismo não só um instrumento dos dominadores e dos exploradores, mas também a arena de lutas sociais pelos limites, as condições e as modalidades de dominação e exploração” (Quijano, 2002: 482).

A experiência proporcionada pelo envolvimento na AFOJO vem permitindo ainda o resgate de relações de reciprocidade⁹² e solidariedade entre os associados, mesmo que conflitos entre eles também venham à tona. Desde a instalação das unidades PAIS nas respectivas propriedades, até as atividades de preparação do solo, plantio e colheita são muitas vezes organizadas e postas em prática no esquema de trabalho dos mutirões. Quando na parte final da escrita desta dissertação tentei novamente contato com Ilam, ele estava absolutamente atarefado em meio aos mutirões semanais que estavam sendo realizados nas propriedades dos associados na tentativa de dar conta da ampliação da demanda por seus produtos orgânicos. “É rapaz, a gente fica fomentando esse negócio de orgânico... Agora o bicho tá pegando!”, confessou Ilam, rindo, por telefone. Nesse sentido, Quijano (2002) afirma que

“A reciprocidade nunca esteve completamente ausente do capitalismo, mas o seu campo de ação tinha ficado cada vez mais reduzido. Porém agora aumenta o recurso a esta forma de controle do trabalho e de organização da produção. Isto é, em rigor, uma redescoberta dos trabalhadores na resistência ao capitalismo. Mas não se trata do resultado da crítica consciente e explícita do capitalismo (...) Na verdade, são as

⁹² De modo semelhante à Quijano (2002), entendemos a reciprocidade aqui no sentido das trocas de força de trabalho e de trabalho, sem a orientação direta da racionalidade econômica.

necessidades materiais produzidas pelas tendências atuais do capitalismo e o consequente comportamento da realidade o que leva os trabalhadores a enfrentarem o fato de que, apenas na medida em que saiam e se libertem das regras do jogo do capitalismo e se exercitem em práticas sociais que os conduzam à reapropriação do controle do seu trabalho, dos seus recursos e dos seus produtos, bem como de outras instâncias de sua existência social, poderão defender-se melhor do capital e, inclusive, poderão aproveitar as regras capitalistas do mercado” (Quijano, 2002: 486).

CONCLUSÃO

Pobres, lo que se dice pobres, son los que no tienen tiempo para perder tiempo (...) los que no tienen silencio, ni pueden comprarlo (...) los que tienen piernas que se han olvidado de caminar; como las alas de las gallinas se han olvidado de volar (...) los que comen basura y pagan por ella como si fuese comida (...) los que tienen el derecho de respirar mierda, como si fuera aire, sin pagar nada por ella (...) los que no tienen más libertad que la libertad de elegir entre uno y otro canal de televisión (...) los que viven dramas pasionales con las máquinas (...) los que son siempre muchos y están siempre solos.

Pobres, lo que se dice pobres, son los que no saben que son pobres” (Galeano, 2010: 257).

Nesta dissertação, procuramos realizar um estudo mais amplo sobre pessoas que atravessam processos de empobrecimento, atentando de modo central para suas trajetórias de vida e trabalho, suas relações com as práticas de assistência, seus vínculos com determinadas redes sociais e suas posições no tecido relacional onde se inserem.

Na medida em que decidimos orientar nossa abordagem para as distintas estratégias de sobrevivência⁹³ dos sujeitos entrevistados, concentramos nossa atenção sobre o espaço liminar vivenciado por estes indivíduos em suas relações com o mercado de trabalho e no seu envolvimento com distintas práticas de assistência. As estratégias cotidianas empregadas pelos sujeitos da pesquisa em busca de melhores condições de vida, levaram-nos a identificar três configurações gerais de redes onde nossos entrevistados se encontravam inseridos, cada um a seu modo.

O trabalho teve como principal elemento animador o papel “social” cada vez mais crescente do Estado brasileiro ao longo da última década, onde se destaca a intensificação de ações na tentativa de corrigir a questão social nacional, resumida na introdução pela soma da pobreza estrutural com a condição histórica de afastamento do mercado de trabalho formal da maioria de nossa população.

Embora os dados a respeito dos avanços ocorridos no país no que se refere à redução dos índices de pobreza e desigualdade sejam mais que consideráveis, como também vimos na introdução, confesso que sempre tive certa aversão aos números, principalmente quando penso que podem estar servindo a um discurso de poder que esconde, por trás da frieza dos números, a quentura dos objetivos contidos em falas e demonstrações do tipo “os números não mentem”. Por entender que os números, manejados por nós humanos, são passíveis de graves equívocos, ou no mínimo de certas confusões, que acabam por esconder processos que não podem ser abordados numa perspectiva quantitativa, decidi me lançar na aventura de iniciar um trabalho desta natureza sem saber ao certo seu início, meio e fim, curioso para ver

⁹³ O termo vem sendo usado em larga escala pelas ciências sociais e cabe o resgate de sua origem. Quando explodiu mais uma crise mundial capitalista em 1973, explodiu também a “marginalização” dos trabalhadores ao redor do mundo, com destaque para as áreas de capitalismo periférico, como a América Latina. Este caldo mais que favoreceu a universalização das *estratégias de sobrevivência* empregadas pela massa de trabalhadores recém excluída da sociedade salarial e que passaram a vivenciar intenso processo de empobrecimento. A autoria do termo cabe a Joaquim Duque, 1973 (apud Quijano, 2002).

como respondem os números quando “duvidamos” deles. Ou melhor, quando não nos satisfazemos com eles. Feito o desabafo, nosso estudo reuniu ao todo dezessete casos de pobreza e vulnerabilidade, além das entrevistas com agentes que operam práticas de assistência. Todavia, nem todos os casos de pobreza foram efetivamente tratados, alguns aparecendo apenas pontualmente, como partes do todo, quando apresentamos os dados gerais no primeiro capítulo, enquanto outros, entraram como nós que compõem a rede familiar das assistidas.

As informações sobre os processos de empobrecimento a que os sujeitos da pesquisa estão ou estiveram submetidos na realidade pesquisada, apontam para certos padrões de precariedades. A principal delas está relacionada, sem sombra de dúvida, ao trabalho, à condição de inserção no setor formal ou informal, que fez emergir trajetórias de vida fragmentadas em torno das ocupações, que geralmente se iniciam nas tarefas da roça, tanto para os homens quanto para as mulheres, de todas as idades. A presença das atividades agrícolas nas trajetórias de nossos entrevistados foi mais forte entre os mais velhos, que se iniciaram no mundo do trabalho envolvidos em atividades como a capina, o trabalho assalariado em antigas fazendas da região, a produção familiar voltada para o mercado ou para a subsistência, ou ainda na função de bananeiro(a), feirante e machadeiro(a).

Por conta do processo de intensificação da urbanização e metropolização do município, essas possibilidades vêm desaparecendo, o que acaba por exaurir essa fonte de “recursos” que antes quase todos acessavam. Esse processo em curso, no qual o município está inserido, obriga trabalhadores e trabalhadoras historicamente precarizado(a)s a procurarem outras estratégias de sobrevivência, normalmente direcionando-os para disputarem ocupações que exigem pouca ou nenhuma escolaridade. O índice baixíssimo de escolarização é outro padrão encontrado entre os casos de pobreza e vulnerabilidade, considerando homens e mulheres.

Essas reconfigurações impeliram os homens, principalmente, para atividades da construção civil, como ajudante de pedreiro e pedreiro, quando desenvolvem esse aprendizado na prática. Outras vezes, para as funções de caseiro, jardineiro, balconista de padaria, vigia, frentista, faxineiro, a capina, a extração de areia e a catação de materiais recicláveis, quase todas essas atividades normalmente conseguidas e realizadas como bicos, “na diária”, ou sem carteira assinada, enquanto a coleta de recicláveis é feita “por conta própria”.

O mesmo processo leva as mulheres principalmente a se ocuparem em trabalhos domésticos, mas que elas definem de diversas formas, como “em casa de família”, “em casa de madame”, babá, doméstica, empregada, faxina, lavadeira e “cuidando de idoso”. Também foram mencionadas atividades como a capina, catadora de recicláveis, vendedora ambulante, atendente em loja, balconista de bar, balconista de padaria, auxiliar de cozinha, auxiliar de creche, vendedora da Avon, trabalho em fábrica de bijuterias, trabalho em *buffet* e trabalho em eleição, quase sempre sem carteira assinada, como diarista ou por conta própria.

As redes sociais dos entrevistados podem ser consideradas pequenas em função do reduzido número de nós. Mas o aspecto que gostaríamos de ressaltar é a presença de forte homofilia na maioria das redes sociais, caracterizadas por relações com pessoas de igual atributo socioeconômico e cultural, assim como seu encapsulamento na região onde vivem e trabalham. Corroborando as considerações de Marques (2010), essas características impõe limites ao acesso a informações que poderiam representar alteração nas relações com as esferas de bem-estar.

Vimos que os entrevistados que acessam as unidades PAIS, principalmente os

vinculados à AFOJO, conseguem fugir dessa configuração, não apenas estabelecendo relações menos homofílicas, mas acumulando experiências em espaços mais institucionalizados, outro apontamento feito por Marques (2010) quando busca compreender as diferenças entre os pobres, que consideramos tão homogêneos. Os integrantes da AFOJO escapam às características gerais dos entrevistados, pois conseguiram transformar, em alguma medida, suas posições nas relações de poder estabelecidas nas configurações de rede onde estão inseridos.

Ainda sobre o papel das redes sociais dos entrevistados nos contextos de pobreza, é visível que o alto custo dos transportes e da comunicação ergue barreiras ao estabelecimento e principalmente à manutenção dos vínculos e relações sociais que compõe a rede. Reforçamos o argumento de Marques (2010) para quem as políticas públicas sairiam ganhando se considerassem esses aspectos, ampliando o acesso a espaços e informações, contribuindo para melhorar a condição de bem-estar das pessoas em situação de pobreza, embora, a meu ver, a *marca* que esses indivíduos carregam se encarrega de dificultar o serviço.

Os processos de empobrecimento que caracterizam a realidade estudada ainda são compostos por experiências de socialização profundamente marcadas pela violência familiar e pelo alcoolismo. A violência física e psicológica recai principalmente sobre a mulher e, muitas vezes, reverbera para os filhos. Das dez mulheres entrevistadas, sete mencionaram o convívio familiar marcado por essas formas de violência, considerando as duas jovens expulsas de casa por conta da gravidez como um reflexo de relações patriarcais de poder.

Quando falamos sobre essas realidades, tratamos das possíveis implicações que essas experiências de socialização primária podem gerar em pessoas já submetidas a processos profundos de empobrecimento, repercutindo em suas formas de ser e estar no mundo. Na ocasião, fomos procurar em Elias (1994) e Lahire (2002) elementos que nos faziam refletir para a conformação de um *habitus*, um *repertório de ação*, que podia representar mais portas fechadas em seus cotidianos de precariedade. Não é demais lembrar que, de modo semelhante à *marca* da individualidade que o indivíduo adquire a partir das interdependências passadas e presentes de que fala Elias, Paugam (2003:45) considera que a pobreza, nas sociedades modernas, não se resume à carência de bens materiais, mas “corresponde igualmente a um *status* social específico, inferior e desvalorizado, que marca profundamente a identidade de todos os que vivem essa experiência. O pobre sempre foi portador de uma condição humilhante”.

Foi esse o caminho que percorremos para melhor compreender uma das questões-chave que identificamos ao longo da pesquisa, que nos fez indagar a respeito dos aspectos que possibilitaram que indivíduos, com trajetórias originariamente tão semelhantes, ocupassem lugares tão diferentes em cada uma das configurações de rede a que o estudo chegou. Entendemos que, entre outras coisas, as redes sociais (re)elaboradas ao longo de toda a trajetória dos indivíduos, entendida como expressão do conjunto de interdependências no qual estes sujeitos estão envolvidos, ocupam papel central nesses processos. São os (des)equilíbrios de poder atuantes nessas relações mais ou menos dominantes, mais ou menos dependentes, que acabam condicionando as possibilidades de ação dos sujeitos, que vão aos poucos formulando visões de mundo e comportamento que orientam os modos de vida e as estratégias de sobrevivência que levaram a sua inserção em cada uma das configurações de rede.

Não basta que o indivíduo consiga construir e manter uma grande rede social, com elevado número de nós e esferas de sociabilidade, nem apenas estabelecer relações com

peças que ampliem possibilidades: uma vizinha que informa sobre assistências sociais oferecidas pelos CRAS ou em outros espaços, um parente que conhece o empresário que controla o lixão, ou outro que conheça um proprietário rural descapitalizado que enveredou pela agricultura orgânica e está efetuando relações de parceria. As pessoas desenvolvem, ao longo de sua trajetória, um conjunto de crenças, ideias e valores que as orientam e as fazem identificar situações com as quais acreditam poder ou não se envolver, em função do aprendizado proporcionado pelas posições sociais vivenciados ao longo de suas vidas, que limitam e condicionam sua atuação.

Considerando a *marca* deixada por um *status* social inferior e desvalorizado, a relação pobres *versus* assistência social, com suas ações e agentes do CRAS no município estudado, coloca algumas questões. Para além dos enquadramentos materiais, como a renda de até ½ salário mínimo que permite a um indivíduo ou família tornar-se beneficiário de ações públicas de assistência social, chamaram nossa atenção alguns enquadramentos simbólicos dos pobres, que acabam definindo o lugar dessas pessoas na concepção das agentes da SAPS: os adjetivos de acomodados e preguiçosos com os quais apontam para os “maus” pobres⁹⁴, os que não saem da condição de pobreza porque não se esforçam, não querem se envolver com as ações dos CRAS, os que são culpados de sua própria condição de pobreza, representados pela população que “gosta da condição de vulnerabilidade. Eles recebem o Bolsa, ganham uma cesta básica, e está ótimo” (Débora, equipe do CRAS do Vale).

Essa mesma comunidade de crença apregoa que o pobre muda sua condição através do esforço e iniciativa pessoal, ou da educação. Santos (2009: 21) chama atenção para o fato de que esta perspectiva “alimenta a esperança da mobilidade ascendente, justificando, ao mesmo tempo, a sociedade competitiva”. É mais que comum assistirmos a essas histórias de superação e sucesso, que são periodicamente alçadas à posição de destaque por alguns minutos em horário nobre nos principais meios de comunicação de massa. A trajetória do menino que nasceu na miséria do sertão nordestino ou da baixada fluminense, filho de pais analfabetos, que sequer conheceram porta de escola, mas que através do afinco na aprendizagem escolar conseguiu mudar a sua vida e de sua família, serve como prova cabal de que só continua pobre quem quer.

Castel (2010: 606-607) apontou para os riscos que a *individualização* das intervenções de assistência carrega, comparando com suas formas mais antigas que rememoram as *poorlaws* inglesas, onde “aquele que pedia um socorro sempre tinha que fazer reconhecer seu pertencimento comunitário”. No caso estudado, pertencimento à comunidade de crenças e valores morais que orientam a diferenciação entre os *bons e maus* pobres, “essa gente que faz um monte de filho e aí ganha muito dinheiro nesse negócio de Bolsa Família” (Marinete, ex-assistida pela oficina de gestantes, atrelada a essa comunidade de crenças). Desse modo, nosso trabalho faz latente a questão colocada por Yazbek (2010) a respeito da assistência social, que deve lutar para se afastar de concepções que culpabilizam os pobres com base em julgamentos morais e autoritários.

Nesse sentido, entendemos que uma suposta *cidadanização* contida na relação com o PBF (Rabelo, 2011) tem um alcance muito limitado, pois, além de reduzir ou associar cidadania e inclusão à condição de consumo, ainda minimiza os custos do processo para as

⁹⁴ Também os pobres, os “bons pobres”, que são os menos pobres ou os assistidos que incorporam a ideia do contrato de reinserção, criticam os “maus pobres” pelas mesmas razões das agentes da SAPS. Kowarick (2003) aborda a construção dessa característica da sociedade brasileira de culpabilizar os pobres e aceitar as iniquidades. Abrir um jornal ou assistir ao telejornal pode ser igualmente ilustrativo a esse respeito.

pessoas que se colocam como solicitantes dessa “nova” assistência⁹⁵, marcada pela individualização e focalização sobre os mais pobres entre os pobres.

“Quem não pode pagar de outro modo deve, continuamente, *pagar com sua pessoa*, o que é um exercício extenuante. Vê-se muito esse mecanismo nos procedimentos de contratualização do RMI: o solicitador não tem nada mais a apresentar senão o relato de sua vida, com seus fracassos e suas privações (...) Os fragmentos de uma biografia esfacelada constituem a única moeda de troca para o acesso a um direito. Não é verdade que esse tratamento do indivíduo convenha a um cidadão pleno” (Castel, 2010: 609)⁹⁶.

Auyero (2010) vai ainda mais além, ao apontar para os possíveis efeitos ocultos que uma relação do tipo *pacientes* estabelecida entre pessoas pobres e o Estado pode proporcionar. Quando tratamos das *assistidas* vimos alguns episódios que remetem a longas horas de esperas nas filas em hospitais, na prefeitura em busca de emprego ou para o cadastramento no PBF, e que muitas vezes exige idas e vindas e várias interações com os agentes institucionais até conseguir ou não aquilo que se precisa.

“una forma menos evidente de dominación (...) Codazos que la gente pobre no ve, producen resultados que nadie pretende explicitamente: una forma sutil de dominación que logra submisión de la gente no através de la fuerza y del control de cuerpos y espacios, sino através de la manipulación del tiempo de aquellos en situación de necesidad” (Auyero, 2010: 241).

Ao atentarmos para esses aspectos, não efetuamos uma crítica pela crítica ao PBF e ao sistema de proteção social vigente no país, que para Werneck Vianna (2008), embora continue universal na teoria, focalizou-se sobre os mais pobres na prática. Esta *reconversão do social* (Ivo, 2008) no país se materializa nas políticas focalizadas, que atendem estrategicamente⁹⁷ às necessidades impostas pela reestruturação do sistema capitalista mundial, a fim de ampliar ao máximo a margem de lucro, reduzindo a renda proveniente do trabalho.

Nossas considerações a respeito do tema não significam a condenação em absoluto, tampouco defendem a extinção dessas práticas, mas clamam para a necessidade de enxergarmos seus limites e encontrarmos novos e melhores caminhos. Caso contrário, seguiremos reforçando as políticas sociais como faca de dois gumes, cujos programas “são capacitadores (porque aliviam minimamente a fome) e constrangedores (porque restringem a proteção a limites inferiores da segurança alimentar; e segmenta-os como pobres), recolocando-os como cidadãos tutelados pelo Estado” (Ivo, 2008: 228).

⁹⁵ Lembramos da fala de Marinete sobre o cadastramento no PBF, assim como no acesso à oficina de gestante oferecida pelo CRAS: “Ah, eu fiquei com vergonha, assim, por causa da cesta básica né, que eles fazem muita pergunta da nossa vida, mas aí eu respondi e deu tudo certo. Pergunta se a gente mora sozinha, se a gente trabalha... Que nem o Bolsa Família, que eu fiz mas não recebi até hoje. Depois que eu tava aqui eles me deram o encaminhamento pra fazer (...) Aí lá eles fazem muita pergunta da sua vida”.

⁹⁶ O autor se refere ao *Revenu Minimum d'Insertion (RMI)*, programa francês distinto do PBF na medida em que procura garantir renda ao trabalhador quando este fica descoberto pelo seguro-desemprego (Ivo, 2008).

⁹⁷ A política social pode e deve ser vista como parte importante da política econômica, uma vez que a clássica relação onde *os trabalhadores gastam o que ganham*, se aplica aos *pobres gastam o que ganham*. Dessa forma, o gasto social flagra “uma relação muito forte da política social com o chamado 'consumo de massa', modelo explicitamente assumido no Plano Plurianual 2004/2007 como estilo de crescimento econômico a ser priorizado pelo governo federal” (Delgado e Theodoro, 2005: 427)

Deixando o barco seguir seu curso sem lhe opor mudanças, nos aproximamos perigosamente do que Simmel escreveu sobre a relação entre assistência e pobreza há mais de cem anos:

“O fim da assistência é precisamente mitigar certas manifestações extremas de diferenciação social, a fim de que a estrutura possa continuar a se fundar sobre essa mesma diferenciação. Se a assistência se fundasse sobre os interesses do pobre, em princípio, não haveria nenhum limite possível quanto à transmissão, o que conduziria à igualdade de todos. Mas, uma vez que o objetivo é o todo social (os círculos políticos, familiares ou sociologicamente determinados), não há qualquer razão para ajudar ao pobre senão a manutenção do status quo social” (Simmel, 1907 apud Ivo, 2008).

Nossas considerações finais não poderiam deixar de tratar das configurações de redes que as estratégias de sobrevivência dos sujeitos pesquisados nos levaram a identificar, na medida em que o potencial empoderador (Romano, 2002) de cada uma delas acabou se tornando, também, uma questão chave para a pesquisa.

Entendemos que os casos inseridos na configuração de rede abordada no segundo capítulo, em que as estratégias contam com uma relação significativa, em algum momento do tempo, com assistência social, proporcionam importantes reconfigurações nas condições de vida das mulheres assistidas por cada um dos instrumentos de proteção social acessados. As repercussões de serem assistidas, da forma como o são, parecem estar relacionadas, sobretudo, à recuperação do “poder de dentro” que essas mulheres alcançaram, conseguindo se *levantar* de quedas profundas em razão de estarem submetidas a processos de empobrecimento que agregam precariedades quanto ao trabalho, renda, moradia e inserção relacional, e que são intensificados ainda mais por conta de situações de alcoolismo e violência familiar.

Ainda assim, a configuração que se constrói a partir de relações mais intensas com a assistência, só foi capaz de reinserir no mercado de trabalho, como pessoas economicamente ativas, duas das cinco assistidas, sendo que apenas uma em ocupação protegida, enquanto a outra é catadora no aterro sanitário. Nestes dois casos, seus status de trabalhadoras foram mantidos e, ao menos por um período, até que novas flutuações do mercado ou ciclos de vida lhes derrubem novamente, podem usufruir de uma condição de bem-estar decorrente do acesso a um trabalho. Nos demais casos, as mulheres seguem esperando, seja por oportunidade de emprego, pelo nascimento e/ou crescimento do filho, situações que se apresentam como fortes barreiras para o retorno ao trabalho, ou por melhores condições de vida através da assistência, como na espera pelo aumento e/ou liberação do benefício do PBF.

Este seguir esperando evidencia que a configuração de redes na qual estão inseridas, coloca fortes limites ao empoderamento das assistidas, na medida em que não implica em interdependências mais equilibradas a ponto de alterarem suas posições de desempoderamento no tecido relacional, o que se ocorresse lhes permitiria se ocuparem de seus próprios assuntos, suas próprias vidas, tendo mais capacidade para ditar os processos em curso.

O caso das duas senhoras que se envolvem com a oficina de Hortas é distinto, principalmente por se tratar de mulheres idosas, ou em vias de. O empoderamento vai além do “poder de dentro”, na medida em que a oficina acarreta a inserção em uma nova esfera de sociabilidade (a escola onde funciona a horta), mas sobretudo porque está alicerçada em suas próprias capacidades, nos saberes e experiências acumuladas ao longo de suas trajetórias de vida, que puderam retomar através da assistência a que estão vinculadas, e assim assumir elas

mesmas uma posição relativamente⁹⁸ mais central em suas próprias vidas.

Quanto à segunda configuração de redes, que se organiza em função do trabalho como catador(a) no aterro sanitário de Guapimirim, o empoderamento (se é que pode ser assim chamado) dos sujeitos envolvidos nesta forma de inclusão produtiva, da maneira como ela está estruturada no contexto estudado, controlada por um agente que possui conexões políticas locais e inserida numa complexa rede clientelista tradicional (Martins, 1994), limita-se à superação “estatística” da pobreza, na medida em que lhes permite auferir renda individual por vezes na faixa de três salários mínimos, mas ainda assim melhorando sobremaneira suas condições materiais de bem-estar através do considerável aumento de suas capacidades de consumo.

Mas não é verdade que esta realidade leve os trabalhadores do aterro a um real empoderamento. Muito pelo contrário. Eles seguem vivendo numa situação de extrema insegurança quanto à manutenção de seus trabalhos por conta das sucessivas interdições do aterro, além de permanecerem submetidos a relações extremamente desequilibradas de poder e dominação. Neste caso, o preço a pagar pela “superação” da pobreza é a reprodução de velhas estruturas de poder há muito enraizadas no tecido social, que podem assim continuar existindo, gerando novas dinâmicas de desigualdade e negação de direitos. Ou seja, perpetua-se um modelo de sociedade que produz pobreza e se encarrega de superá-la reproduzindo-a.

“Defender o consumismo pode ser uma hábil manobra política ou uma forma de oportunismo sofisticado, com o qual provavelmente se pode conquistar o povo e ganhar o poder, sem contudo mudar fundamentalmente a estrutura de poder – isto é, sem colocar o povo no poder. Como Paulo Freire salientou de forma tão sagaz, o problema da pobreza não é uma questão de integrar a população pobre em uma estrutura opressiva, a fim de que possa tornar-se mais parecida com o opressor, mas sim, de transformar essa estrutura, de maneira que cada indivíduo seja o que é” (Santos, 2009: 84).

A terceira configuração de rede responde pela vinculação das pessoas à associação de produtores rurais e/ou às unidades PAIS. Ela se diferencia sobremaneira das anteriores, apresentando um elevado potencial empoderador, especialmente pelo fato de que a assistência a que tiveram e seguem tendo acesso, não está dissociada de suas trajetórias de vida, tampouco desconsidera suas condições de trabalhadores para enquadrá-los enquanto simplesmente pobres, destituídos de uma história coletiva. A modalidade de inclusão produtiva em questão (AFOJO e/ou PAIS) reconhece suas posições historicamente ocupadas no tecido relacional, que neste caso se refere à condição de trabalhadores rurais voltados para a própria subsistência e/ou para o mercado, ou ainda assalariados.

O contexto em questão, configurado a partir do que foi dito acima, pelas pessoas e para as pessoas, acaba por promover o acesso à terra a quem antes não o tinha, para quem nela sabe e quer trabalhar, através dos regimes de parceria que vimos no último capítulo, conduzindo indivíduos antes isolados a um contexto associativo, através da organização dos mesmos em uma associação de pequenos produtores rurais, que funciona como um dispositivo de empoderamento coletivo, reconfigurando suas posições de poder nas relações com o Estado, mercado e a sociedade civil, aspectos centrais a perspectiva do empoderamento com a qual trabalhamos (Romano, 2002).

⁹⁸ Relativamente por que sua condição se torna também de tutela, na medida em que estão sujeitas a extinção dos programas de que fazem parte (uma delas acessa o PBF).

É evidente que a realidade das pessoas envolvidas nessa configuração de rede não se tornou um mar de rosas; longe disso. Suas trajetórias marcadas por processos de empobrecimento semelhantes àqueles que se apresentaram nas configurações anteriores, começam a romper com relações de dependência e dar início a relações mais interdependentes, onde cada um dos elos encontra-se em condição de poder limitar ou questionar ações que fujam sobremaneira desse padrão, o que acaba por gerar inúmeros conflitos entre eles mesmos, com vizinhos, com políticos e governo local.

“Na luta pelo acesso ao poder, a mudança tem que vir de dentro (...) Não pode ser imposta por modelos importados nem pode funcionar na base do paternalismo, e precisa ir além do exercício de uma cidadania formal, consentida pelo sistema, passando pela construção gradual de novas atitudes e novos valores. 'Se der poder a alguém, pode também retirá-lo: é apenas quando o poder é conquistado por eles próprios que é mesmo deles...' [Townsend et al., 1999 apud Cruz e Silva, 2002]” (Cruz e Silva, 2002: 430).

A vinculação à AFOJO e/ou PAIS ainda lhes possibilita acessar circuitos mais amplos de sociabilidade e informações, trazendo recursos relevantes que, em alguns casos, promovem mudanças ainda mais significativas, como a retomada dos estudos de um dos produtores associados, além de resgatar solidariedades e relações de reciprocidade cada vez mais raras nas interdependências contemporâneas, como os mutirões de trabalho organizados nas propriedades de cada associado quando precisam instalar uma unidade PAIS, preparar o solo e fazer a colheita de suas produções.

Essas reconfigurações dão início ao relacionamento dessas pessoas com uma outra comunidade de crenças, que até compartilha algumas das ideias que vimos parágrafos acima, mas que vem caminhando no sentido de *reinventar a emancipação social*, na medida em que promove gradualmente a transformação de crenças e práticas hegemônicas na sociedade capitalista, marcada por uma sociabilidade empobrecida onde imperam a desigualdade, o medo e o egoísmo, que des-envolvem as pessoas, além de estruturar as relações sobre a destruição do meio ambiente. Retomam a partir daí formas de organização econômica e social orientadas muito mais pela igualdade, solidariedade e proteção ao meio ambiente (Santos e Rodriguez, 2002: 25).

Por mais que a reestruturação imposta pela globalização neoliberal continue a propagar os benefícios de um Estado mínimo, um Estado que compactue com um sistema especializado em gerar pobreza e desigualdade, que gera violência, que produz crimes, que exige armamentos, policiais, que precisa de cárceres, resumindo-se às funções de controle e cadeia, o Estado continua sendo a instância em que ocorrem as lutas sociais e reivindicações por limites às condições e formas de dominação e exploração, ainda que elas pareçam estar fora de moda. Como disse Castel (2010: 610), “não há coesão social sem proteção social”.

Em seu conjunto, nossas reflexões envolvendo pobreza, trabalho, assistências e redes sociais na realidade investigada, foram apontando para a necessidade de irmos além de uma perspectiva estritamente econômica, concentrada, ao que nos parece, em função de garantir, mesmo que nos cenários mais extremos, a condição de micro consumo dos indivíduos. Nosso entendimento a partir disso é que se deve aprofundar o debate em torno das políticas públicas de modo geral, buscando construir novos paradigmas a respeito da pobreza, resgatando ainda mais seus aspectos socioculturais, políticos e ambientais.

Esperamos ter contribuído, ainda que minimamente, para o ato contínuo e incessante

do caminhar das ciências sociais, sem perder a esperança nos processos históricos e na certeza de que tudo são construções sociais, e, por isso, passível de mudança. Embora tenhamos que enfrentar os limites sobre o alcance do nosso trabalho enquanto cientistas sociais. Ainda assim, quem sabe pulamos etapas e transformamos o que hoje não passa de um simples direito ao devaneio (como o que abre estas considerações) em algo mais próximo da realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUYERO, J. Puños, patadas y codazos en la regulación de la pobreza neoliberal. IN: *A propósito de Tilly. Conflicto, poder y acción colectiva*. Ed. Maria Funes, 2010
- BACHELARD, G. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto Ed. Ltda, 2005.
- BARABÁSI, A-L. Linked: a nova ciência dos network: como tudo está conectado e o que isso significa para os negócios, relações sociais e ciências. Barueri: Editora Leopardo, 2009. p. 1-36.
- BEZERRA, M. O. *Em nome das bases. Política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1999.
- BICHIR, R. O bolsa família na berlinda. *Novos estudos sebrap*, n 87, julho 2010.
- BOLTANSKI, L e CHIAPELLO, E. Introdução e Capítulo II. *O Novo Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1996.
- CARDOSO, JR e JACCOUD, L. Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. (IN) JACCOUD, L. (org.) *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília, IPEA, 2005.
- CASTEL, R. As dinâmicas dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a “desfiliação”. *Caderno CRH*, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997
- _____. *A insegurança social. O que é ser protegido?* Ed. Vozes, Petrópolis, 2005.
- _____. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Ed. Vozes, Petrópolis, 2010.
- CASTRO, J.A.; RIBEIRO, J.A.; CHAVES, J.V.; DUARTE, B.C. e SIMÕES, H.B. Gasto Social e Política Macroeconômica: Trajetórias e Tensões no Período 1995-2005. *Texto para discussão*. IPEA, Jan 2008.
- CATTANI, A.D. e FERRARINI, A.V. Participação, desenvolvimento local e política pública: estratégias articuladas para a superação da pobreza. *Revista Katálisis*. Florianópolis, v.13, n.2, p.164-172, jul/dez 2010.
- CORCUFF, P. *As novas sociologias. Construções da realidade social*. Bauru-SP: EDUSC, 2001.
- CRUZ E SILVA, T. União Geral de Cooperativas em Moçambique. Um sistema alternativo de produção? (IN:) SOUZA SANTOS, B. (org) *Produzir Para viver. Os caminhos da produção não capitalista*, Civilização Brasileira, 2002.

DELGADO, G. O setor de subsistência na economia brasileira: gênese histórica e formas de reprodução. (IN) JACCOUD, L. (org.) *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília, IPEA, 2005.

DELGADO, G. e THEODORO, M. Desenvolvimento e Política social. (IN) JACCOUD, L. (org.) *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília, IPEA, 2005.

DUARTE, L.F. e GOMES, E. A família Campos. *Três famílias. Identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares*. Rio de Janeiro. Editora da FGV, 2008.

ELIAS, N. *Sociologia Fundamental*. Barcelona: GEDISA, 1982.

_____. *A sociedade dos indivíduos*. Organizado por M. SCHROTER. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994

EMATER. Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola – ASPA. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro. Emater/Rio, 2009.

FURTADO, C. *Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Paz e Terra. 2002

GAIGER, L.I.G.; SPEROTTO, N. e CORRÊA, A.S. A ativação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades. XXXII Encontro Anual da ANPOCS (GT13 – Desigualdade: dimensões e evoluções recentes). Caxambu, outubro de 2008.

GALEANO, E. *O teatro do bem e do mal*. L&PM, Porto Alegre, 2006

_____. *Patatas arriba: la escuela del mundo ao revés*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico, 2000.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico, 2010.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário, 2006.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *PNAD 2008: Primeiras Análises*. Comunicado da Presidência, n. 30. Brasília: 2009.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil. *Comunicados do IPEA*, n. 58, Brasília: IPEA, 2010.

IVO, A. B. L. *Viver por um fio: pobreza e política social*. Annablume; Salvador; CRH/UFBA, 2008

- JACCOUD, L. (org.) *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília, IPEA, 2005.
- KOWARICK, L. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. Estados Unidos, França e Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.18, n.51, p.61-85. 2003.
- LAHIRE, B. O ator plural. *Homem Plural: os determinantes da ação*. Petrópolis. Ed. Vozes. 2002.
- LEWIS, O. *Antropologia de la pobreza. Cinco familias*. Fondo de Cultura Económica. México, 1961.
- LOMNITZ, L. A. *Redes sociais, cultura e poder*. Rio de Janeiro. E-papers, 2009.
- MALINOWSKI, B. Introdução. Tema, método e objetivo desta pesquisa. *Argonautas do pacífico ocidental*. SP, Abril S. A, 1976.
- MARQUES, E. *Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo*. Ed. UNESP. SP. Centro de Estudos da Metrópole, 2010.
- MARTINS, J. S. *O Poder do Atraso. Ensaio de Sociologia da História Lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Perfil das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família – 2009*. Brasília. 2010.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Plano Brasil Sem Miséria*. Brasília, 2011.
- MUSSO, P. A filosofia da rede. IN: PARENTE, André. *Tramas da rede. Novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- NEVES, D. P. Matricentralidade, indigência e enraizamento familiar. *Cadernos CERU*. Série 2, n°13, 211-230, 2002.
- _____. Voluntariado Filantrópico: humanismo salvador e gestão social. *Revista de Ciências Sociais*, v.34, n.1, p.31 a 48. Universidade Federal do Ceará. 2003.
- _____. Alcoolismo: acusação ou diagnóstico? *Caderno Saúde Pública*, 20(1): 7-36, jan-fev, 2004.
- NOB/SUAS. Norma Operacional Básica. Sistema Único de Assistência Social. MDS, (reimpresso em 2009), Brasília, 2005.
- NOVAES, R. B. *Forasteiros: trajetórias, experiências de trabalho e práticas de*

deslocamento dos trabalhadores do café no Alto Paranaíba (MG). (Dissertação de mestrado) – CPDA/UFRRJ/ICHS, Rio de Janeiro, 2009.

OSÓRIO, R.G.; SOUZA, P.H.; SOARES, S.S.; OLIVEIRA, L.F. Perfil da pobreza no Brasil e sua evolução no período 2004-2009. *Texto para Discussão*. 1647. IPEA. Brasília, agosto de 2011.

PAUGAM, S. *A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo: Educ/Cortez, 2003.

PNAS/2004. Política Nacional de Assistência Social/2004. MDS, (reimpresso em 2009), Brasília, 2005.

QUIJANO, A. Sistemas alternativos de produção? (IN) SOUZA SANTOS, B. (org) *Produzir Para viver. Os caminhos da produção não capitalista*, Civilização Brasileira, 2002.

QUIROGA, A. M. Assistência e poder: revendo uma articulação histórica. (IN) Política Social e Serviço Social: elementos históricos e debate atual. *Estudos de Política e Teoria Social*. PPGSS/UFRJ, n°18, primeiro semestre, 2008.

RABELO, M. M. *Redistribuição e reconhecimento no Programa Bolsa Família: a voz das beneficiárias*. (tese de Doutorado). URGs/PPGS. Porto Alegre. 2011.

RODRIGUEZ, C. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. (IN:) SOUZA SANTOS, B. (org) *Produzir Para viver. Os caminhos da produção não capitalista*, Civilização Brasileira, 2002.

ROMANO, J. O. Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. ROMANO, J. O. e ANTUNES, M. (org.). Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

_____. Pobreza: o problema e a construção de soluções. *Revista Agriculturas*, v.5, 2008.

SANTOS, M. *Pobreza Urbana*. 3ª ed. Ed. USP, São Paulo, 2009.

SANTOS, A.C.A.; CAVALCANTI, C.P.N.; SOARES, F.C.; RODRIGUES, J.P. E a família como vai? Um olhar sobre os programas de transferência de renda no Brasil sob a ótica da família. (IN) Política Social e Serviço Social: elementos históricos e debate atual. *Estudos de Política e Teoria Social*. PPGSS/UFRJ, n°18, primeiro semestre, 2008.

SANTOS, B.S. e RODRÍGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. (IN) SOUZA SANTOS, B. (org) *Produzir Para viver. Os caminhos da produção não capitalista*, Civilização Brasileira, 2002.

SARTI, C. *A família como espelho. Um estudo sobre a moral dos pobres*. 4a Ed. São Paulo. Cortez, 2007.

SCHWARTZ, S. A família escrava e as limitações da escravidão. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

SILVA, L. F. S. Programa nacional de municipalização do turismo: sustentabilidade e descentralização das políticas de turismo no recém criado município de Guapimirim. (Dissertação de mestrado em Ciência Ambiental), Niterói, UFF, 2006.

SILVA, M. O. S. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. *Ciência e Saúde coletiva*. V.12, nº6, RJ, Nov/dez 2007.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. (IN) SOUZA SANTOS, B. (org) *Produzir Para viver. Os caminhos da produção não capitalista*, Civilização Brasileira, 2002.

SOUZA SANTOS, B. (org) *Produzir Para viver. Os caminhos da produção não capitalista*, Civilização Brasileira, 2002.

SUPLICY, E. O direito de participar da riqueza da nação: do PBF à Renda básica de cidadania. *Ciência e Saúde Coletiva*. V.12 nº6, RJ, Nov/dez 2007.

THEODORO, M. As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. (IN) JACCOUD, L. (org.) *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília, IPEA, 2005.

THOMPSON, E. A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade (vol.1). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

WERNECK VIANNA, M.L.T. A nova política social no Brasil: uma prática acima de qualquer suspeita teórica? (IN) Política Social e Serviço Social: elementos históricos e debate atual. *Estudos de Política e Teoria Social*. PPGSS/UFRJ, nº18, primeiro semestre, 2008.

WHYTE, W. F. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2005.

WOLF, E. Trabalho de campo e teoria. *Antropologia e poder*. Brasília. UnB. 1998

YAZBEK, M. C. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Estado e Políticas Sociais. (IN) Política Social e Serviço Social: elementos históricos e debate atual. *Estudos de Política e Teoria Social*. PPGSS/UFRJ, nº18, primeiro semestre, 2008.

_____. Serviço Social e pobreza. *Revista Katálisis*. Florianópolis. v.13, nº2, p.153-154. Jul/dez. 2010.

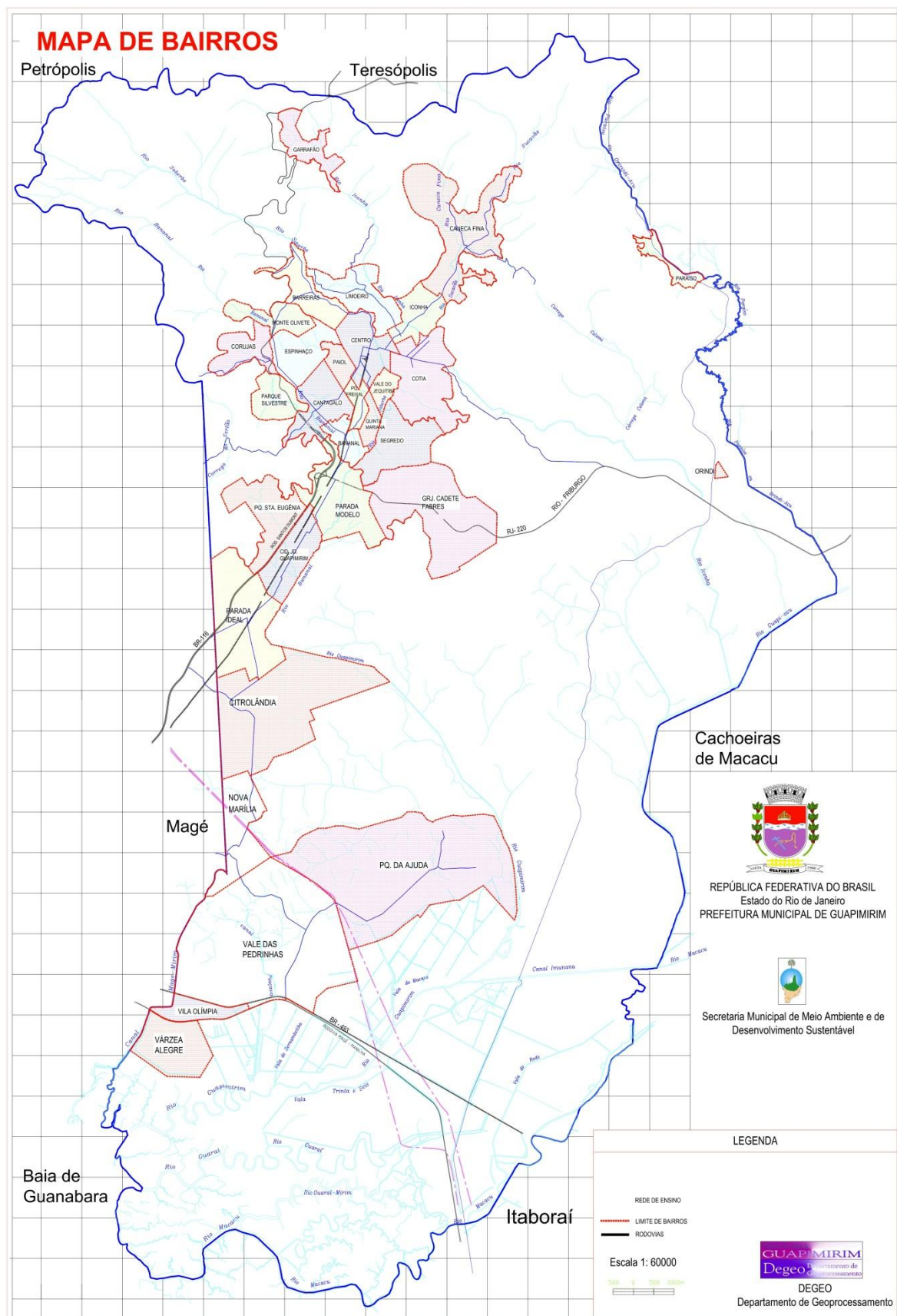
ZICCARDI, A. Pobreza y exclusión social en las ciudades del siglo XXI. (IN) ZICCARDI, A. (org.) *Procesos de urbanización de la pobreza y nuevas formas de exclusión social. Los retos de las políticas sociales de las ciudades latinoamericanas del siglo XXI*. Bogotá, Siglo del Hombre Editores, Clacso-Crop, 2008.

ANEXOS

ANEXO I



ANEXO II



Anexo II